

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CLÁUDIO ARTUR MUNGÓI

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO ZAMBEZE - MOÇAMBIQUE EM
PERSPECTIVA**

**Porto Alegre
2008**

Cláudio Artur Mungói

Desenvolvimento Regional no Vale do Zambeze - Moçambique em perspectiva

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert

Série PGDR – Tese n° 15
Porto Alegre
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Cláudio Artur Mungói

Desenvolvimento Regional no Vale do Zambeze - Moçambique em perspectiva

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2008

Prof. Dr. (Orientador) Aldomar Arnaldo Rückert
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS

Prof. Dr. Ernelo Schallenberger – UNIOESTE/PR

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich – Departamento de Geografia - UFRGS

Prof. Dr. Rosa Maria Vieira Medeiros – Departamento de Geografia - UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS

Dedico este trabalho

A Dulce, Cassiano e Camila
Vocês são a minha vida!

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese contou com apoio de pessoas e instituições a quem eu gostaria de registrar os meus agradecimentos:

- Ao meu Orientador, Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert, pelas observações críticas e correções precisas ao trabalho;
- Aos professores, corpo técnico e administrativo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) pelos ensinamentos e acolhimento nesta instituição e programa de grande prestígio nacional e internacional;
- A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos;
- A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) por me ter liberado para formação no exterior;
- Ao Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ), pelo apoio material e logístico durante a realização da pesquisa de campo;
- Ao *Cruzeiro do Sul* - Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, pelo apoio financeiro para a realização de viagens para pesquisa de campo e conclusão da tese;
- A Dulce, pela força, carinho e companheirismo;
- Aos meus filhos, Cassiano e Camila, pelo carinho e compreensão;
- Aos meus pais, irmão e parentes, pela energia positiva.
- A todos que não foram aqui mencionados, mas que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa fica registrada a minha profunda gratidão.

RESUMO

Nesta tese analisa-se como é que o Estado e os diferentes atores promovem ações de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze. Para tanto, se destacam as diferentes etapas históricas que determinaram formas específicas de usos políticos e econômicos do território e suas implicações sobre o processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze; a participação do setor privado, da sociedade civil e das famílias rurais na promoção do desenvolvimento. As verticalidades e horizontalidades são tratadas como um par teórico importante para a análise da relação entre poder e território, determinantes para a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais na região em estudo. Contudo, procura-se demonstrar ao longo dos sete capítulos da tese através de dados secundários e empíricos coletados em cinco distritos da região do Vale do Zambeze, nomeadamente Marromeu, Morrumbala, Moatize, Bárue e Cahora Bassa que a verticalização de ações e decisões são mais expressivas e dominantes. Trata-se, pois, do uso do território da região do Vale do Zambeze como recurso de valor econômico para a viabilidade e satisfação de interesses exteriores a região. O uso econômico sobrepõe-se ao uso social. Isto significa que os distritos e a região como um todo se apresentam como passivas e receptoras da cadeia de decisões e implementação de projetos e empreendimentos concebidos fora ou longe dali. Tomam-se como evidências, a barragem de Cahora Bassa, as indústrias açucareiras, a exploração do carvão e fumo, as políticas impositivas e idealizadas a partir de fora, a forte dependência externa, entre outros fatores. Nesta perspectiva, a região do Vale do Zambeze transforma-se num lugar de finalidades, do cotidiano obediente, impostas de fora. A pesquisa foi conduzida através da utilização do método indutivo baseada numa amostra intencional operacionalizada a partir da escala local (distritos). Isto possibilitou fazer a inferência para uma escala maior (a região) tomando como padrão as dinâmicas sócio-econômicas registradas nos cinco distritos estudados.

Palavras-chave: Vale do Zambeze. Desenvolvimento. Desenvolvimento regional.
Região. Território. Verticalidades. Horizontalidades.

ABSTRACT

In this thesis it is analyzed how State and different actors promote actions of development in the Zambezi Valley region. For that it is emphasized different historical periods that determined the specific forms of political and economical uses of the territory and its implications on the process of development of the Zambezi Valley region; the participation of private sector, civil society and rural families in the promotion of the development. Verticalities and horizontalities are examined like a theoretical important couple for the analysis of the relation between power and territory, determinants for the understanding of socio-spatial dynamics in the region in study. Nevertheless, it is tried to demonstrate along seven chapters of the thesis by using secondary and empirical data collected in five districts of the Zambeze Valley region, namely Marromeu, Morrumbala, Moatize, Báruè and Cahora Bassa that the verticalization of actions and decisions are more expressive and dominant. It means the use of the territory of the Zambezi Valley region as resource of economical value for the viability and satisfaction of interests outsider to the region. The economical use is put on top of the social use. This means that the districts and the region as a whole present themselves passive and receiver of the chain of decisions and implementation of projects conceived out or far from there. Evidences are Cahora Bassa dam, sugar industries, exploration of coal and tobacco, impositives politics and idealized from abroad, strong external dependence, among other factors. In this perspective, the Zambeze Valley region is transformed into a place of finalities, the obedient daily life, imposed from abroad. The inquiry was driven by using the inductive method based on an intentional sample operationalized from the local scale (districts). This made possible to do the inference for large scale (the region) taking like standard the socio-economic dynamics registered in five districts studied.

Key-words: Zambezi Valley region. Development. Regional development. Region. Territory. Verticalities. Horizontalities.

1 INTRODUÇÃO

Num mundo cada vez mais desigual, a priorização do mercado externo na estrutura econômica dos países periféricos acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltadas para o comércio exterior. Como considera Santos (1996), uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções.

Daí a associação entre a política ou o Estado, por um lado e as forças do mercado, por outro. Isto é, se está diante de uma regulação política do território, concomitantemente a uma regulação do território pelo mercado.

A posição de países periféricos como espaços receptores de políticas, programas, financiamentos e modelos traduz a verticalização de ações à escala nacional, cujo impacto pode se fazer sentir à escala sub-nacional. Para Santos (1996) as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado.

No mesmo diapasão Hanlon e Smart (2008) assinalam que demasiadas vezes o destino tem escapado das mãos dos países periféricos. E gente de fora ainda tem uma influência sufocante e arrogante sobre os processos de desenvolvimento à escala nacional, regional e local.

Este é traço básico do sistema capitalista mundial que se espraia em todas as direções, a partir do seu poderoso núcleo central que se localizou nos Estados Unidos da América e na Europa do século XVIII com a revolução industrial.

Furtado (1983) assinala que a expansão e influência econômica européia traduziram-se, quase sempre, na formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica. Na verdade, sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora pouco se modificaram as estruturas. As empresas não se vinculam internamente a outras atividades produtivas, ou melhor, limitam seus gastos locais ao pagamento da mão-de-obra não especializada. Neste caso inexistente o mínimo de articulação necessária para que se configure um *sistema econômico*.

Milton Santos, naquilo que pode ser considerado a sua mais acabada definição ao longo da sua longa trajetória de investigação epistemológica sobre o espaço geográfico, reconhece esta posição dos países periféricos.

Santos (1994) ao definir o espaço como “*um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” reconhece a *artificialidade* de tais objetos (hidrelétricas, fábricas, portos, estradas, cidades...), dotados de uma mecânica e funcionalidade própria, portadores de intencionalidade mercantil ou simbólica dos interesses hegemônicos internacionais. As ações aparecem como ações racionais, obedecendo a uma racionalidade que corresponde aos fins ou aos meios hegemônicos internacionais, induzidas de fora, estranhas ao lugar, território, região, ou país.

No cenário moçambicano no geral e da região do Vale do Zambeze em particular, o desenvolvimento ainda permanece vazio de significância prática no esteio de resultados que permitam efetivamente traduzir-se em ganhos que não sejam exteriores a região.

A elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola, a participação da população nos processos de tomada de decisão, o acesso ao crédito agrário, a integração ao mercado, o estabelecimento de infra-estruturas e serviços e outras iniciativas que permitam as comunidades beneficiarem-se e participar no valor acrescentado pela realização de grandes projetos, ainda não foi materializado.

Projetos ou empreendimentos como a Barragem de Cahora Bassa, as agro-indústrias do açúcar, algodão, fumo, a exploração mineira do carvão, da madeira, as ferrovias e as mais diversas atividades empresariais em curso na região do Vale do Zambeze, ainda não se converteram em fatores de desenvolvimento capazes de responder positivamente aos interesses da região e das comunidades.

Fatores estruturais e conjunturais, a maior parte dos quais relacionados com a verticalização de ações que, entre outros, inclui a herança de uma colonização que subestimou o desenvolvimento do capital humano, a guerra civil, uma experiência socialista fracassada, sobretudo em termos econômicos, os baixos índices de produção e produtividade agrícola aliada às calamidades naturais, a flutuação de preços no mercado internacional e o agravamento dos termos de troca no mercado internacional, constituem problemas que combinados emperram o desenvolvimento do país e da região do Vale do Zambeze.

Adicionalmente à lista de fatores que impedem o *take-off* da região do Vale do Zambeze, podem ser citadas a forte dependência externa do Orçamento do Estado, o peso da dívida, a fraca contribuição das receitas dos grandes projetos no desenvolvimento da região. Constituem exemplos dos grandes projetos na região, a

barragem de Cahora Bassa, a exploração do Carvão de Moatize, as açucareiras de Marromeu e de Luabo, a produção do algodão em Morrumbala, a exploração florestal, de recursos marinhos, sobretudo o camarão e a produção da copra¹. A forte prevalência da epidemia da AIDS se junta aos fatores que impedem o *take-off* da região.

A região do Vale do Zambeze é um espaço fundamentalmente rural e paradoxal. Por um lado, existe um potencial natural extraordinário e empreendimentos importantes e por outro, atrasos no processo de desenvolvimento.

Dentre as potencialidades naturais da região do Vale do Zambeze destacam-se a disponibilidade de recursos hídricos, florestais e faunísticos, a terra arável, recursos minerais e uma grande porcentagem de população jovem, isto é, em idade de trabalhar.

As potencialidades naturais do Vale do Zambeze relacionam-se a um conjunto nacional de riquezas ainda por explorar. O país possui 36 milhões de hectares de terra arável em 15 zonas agro-ecológicas e 19 milhões de floresta nativa. Estes dados *per se*, revelam o grande potencial agrícola existente, entretanto, ainda não traduzido em fator de desenvolvimento.

A produção familiar durante vários anos, não se beneficiou de políticas públicas orientadas para a sua valorização, embora cerca de 70% da população moçambicana encontre nas atividades agrárias a sua principal fonte de renda e de reprodução social.

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para o ano 2005, apontava que a agricultura contribuía com aproximadamente 20% no Produto Interno Bruto (PIB). Esta situação reflete a baixa produtividade agrícola e de participação da agricultura no PIB. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estimou em cerca de 120.000 ha (3,3% da área potencial) a terra equipada para irrigação e desta, somente 35.000 ha (cerca de 0,1% da área potencial) estavam em operação até 2004.

Em geral, as províncias cujo PIB tem maior participação da agricultura são aquelas que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, maior pobreza, típico da região do Vale do Zambeze. Devido à limitação das infra-estruturas de gestão de água a produção agrícola está em grande medida

¹ Produção do coco.

dependente de quedas pluviométricas, num contexto em que os ciclos sazonais de secas e cheias são características dos principais rios do país.

Concomitante a esse problema, cerca de 60% da água superficial (principal fonte para agricultura irrigada) provém de rios internacionais como Zambeze, sujeitos aos imperativos e formas de uso à montante.

Os 16 anos de guerra civil, os problemas institucionais e de gestão, onde se apontam a falta de assistência técnica e a articulação entre diferentes setores importantes para o processo de desenvolvimento agrário entre outros aspectos, constituem o conjunto de fatores que limitam a produção familiar e o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

Fry (2000) aponta que até final de 1980 a guerra tinha atingido quase todas as zonas rurais do país e que somente as cidades e sedes dos distritos estavam nas mãos do Governo e a única forma segura de transporte interno eram os aviões das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). Milhares de pessoas foram mortas nos combates, centenas de milhares pela fome e por doenças associadas à guerra.

Quando a guerra terminou a Renamo² controlava 23% do território e 6% da população, segundo estimativas das Nações Unidas³. Segundo Hanlon & Smart (2008, p.35) a maior parte das pessoas aceitou que esta era uma guerra por conta de outros. É verdade que os combatentes fizeram coisas horríveis, mas de ambos os lados eles tinha sido recrutados à força para entrar numa guerra de interesses entre patrões muito longe, por razões que nada tinha a ver com Moçambique.

Carrilho *et al* (2002, p. 142), baseando-se em Bruck (2000) apontam que “até outubro de 1992, altura da assinatura do Acordo Geral de Paz, 3.728.000 pessoas eram deslocadas e 1.390.000 refugiados nos países vizinhos”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apontou para Moçambique que o prejuízo da guerra tenha sido de, pelo menos, 15 bilhões de dólares americanos. Esta quantia corresponde o valor de 100 anos de receitas de exportação ao nível em que se encontra atualmente. O mesmo relatório da ONU elaborado em 1989 afirma que perderam a vida entre 1980 – 1988 aproximadamente 900.000 pessoas como resultado direto da guerra, das quais 495.000 foram crianças (LUÍS, 2004, p.9).

A guerra implicou custos extremamente onerosos para o Estado. Parte considerável do Orçamento do Estado (OE) era canalizado para a área de defesa e

² Resistência Nacional de Moçambique

³ *Mozambique Political Process Bulletin (MPPB)*, 14, Feb 1995.

segurança. Até 1994 as despesas correntes nesta área, ainda representavam mais de 35% do total das despesas correntes do Estado, ou seja, cerca de 5,2% do Produto Nacional Bruto (PIB). Comparativamente, as despesas correntes com a educação e a saúde representavam apenas 15% do total das despesas correntes do Estado, isto é, cerca de 2,2% do PIB (DIOGO, 2002, p.210).

Nhantumbo (2002, p.142) analisa com base no relatório do Fundo das Nações Unidas para os Refugiados (1996, 1997), dados de 52 distritos de Moçambique e mostra que 12% dos distritos do país tiveram entre 65% e 84% da sua população deslocada e/ou regressada, enquanto 21% e 36% dos distritos tiveram percentagens de movimento populacional superiores a 30% e 20%, respectivamente. Estes movimentos migratórios afetaram não só a unidade familiar, a organização sócio-cultural, o consumo, mas sobretudo o acesso à terra e ao mercado.

O impacto da guerra foi desastroso para a agricultura na região do Vale do Zambeze, a mais afetada do país. A insegurança político-militar forçou ao êxodo rural da população para as áreas urbanas. Um contingente significativo da população migrou para as cidades de Tete, Manica, Quelimane e Beira. Países fronteiriços como a Zâmbia, Malaué e Zimbábue, também foram destinos de refugiados da guerra.

Com a guerra, muitas infra-estruturas foram destruídas. A circulação de bens e mercadorias foi severamente afetada. Houve um estrangulamento na vida social e econômica da região do Vale do Zambeze.

De acordo com ONU, Moçambique faz parte da lista dos 20 países mais pobres do mundo. A região do Vale do Zambeze apresentava em 1999 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH igual a 0,267, contra 0,285⁴ que era a média nacional.

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para o ano 2005, estimou que o IDH para o país evoluiu de 0,366 em 2000 para 0,428, em 2004 o equivalente a um crescimento médio anual de cerca de 4,0%. Isto traduz uma evolução positiva de uma parte ou de todos os componentes do IDH (produto interno bruto, educação e esperança de vida) (PNUD, 2005).

⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE), 1999.

O mesmo relatório aponta que entre o ano 2000 e 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 9,2% ao ano, o que traduz ganhos econômicos substanciais para um padrão de vida melhor.

A taxa de alfabetização de adultos evoluiu de 43,3% em 2000 para 46,4% em 2003 conforme os resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) realizado pelo INE entre julho de 2002 e junho de 2003.

O Vale do Zambeze para além de ter sido a região mais afetada pela guerra, é referido em vários estudos como sendo das mais afetadas pela AIDS, com uma taxa de soroprevalência entre adultos (15 – 49 anos), que chega a atingir os 18% da população contra os 16% da média nacional em 2007⁵. Dados estatísticos do Conselho Nacional do Combate a AIDS indicam que as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia, todas do Vale do Zambeze, apresentam em média em torno de 372 novas infecções diárias, das quais 101 são crianças na faixa etária dos 0 à 15 anos.

O desenvolvimento da região do Vale do Zambeze também pode ser entendido num outro prisma: região de concretização e materialização de grandes empreendimentos energéticos e agroindustriais, como são os casos da Barragem de Cahora Bassa, do Projeto do Carvão de Moatize, das açucareiras de Marrromeu e do Luabo. Além disto, há explorações da copra, do algodão e fumo que, no entanto, ainda não foram traduzidos em fatores de desenvolvimento.

Na província de Tete, por exemplo, apesar de lá se localizar o maior potencial energético e o maior empreendimento hidrelétrico da África Austral, a Barragem de Cahora Bassa, apenas 3% da sua população possui habitação eletrificada e cerca de 34% da população não consome água potável (GPZ, 2003). Além disto, paradoxalmente, o Posto Administrativo de Estima, a apenas 10 km da barragem, até muito recentemente não possuía energia elétrica.

Ao se reconhecer o quadro acima exposto, nesta tese procura-se identificar **como é que o Estado e os diferentes atores multiescalares promovem ações de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze?**

A resposta a esta questão é dada no decurso da tese com base na análise das mudanças nos usos políticos e econômicos do território. Para tanto destaca-se a

⁵ www.sida.org.mz

análise da atuação do Estado e de outros atores na promoção do desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

Especificamente, analisam-se (i) diferentes etapas históricas que determinaram formas específicas de usos políticos e econômicos do território e suas implicações sobre o processo de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze; (ii) a participação do setor privado, da sociedade civil e das famílias rurais na promoção do desenvolvimento comunitário na região do Vale do Zambeze e (iii) a dinâmica da produção agrícola camponesa na região.

Parte-se da hipótese central de que embora as verticalidades e as horizontalidades sejam dois pares teóricos para análise da dinâmica sócio-espacial, através da interpretação das mudanças dos usos políticos e econômicos do território, evidências históricas e empíricas demonstram que a verticalização das ações são mais expressivas e dominantes na região do Vale do Zambeze. As horizontalidades, ao eventualmente imprimirem formas específicas de usos do território, ainda se manifestam de forma bastante tímida, por consequência, produzindo resultados modestos e incapazes de viabilizar projetos de desenvolvimentos baseados numa matriz endógena.

Dois hipóteses secundárias dão sustentação a hipótese central básica: (i) o uso do território se dá como recurso e satisfação de interesses exteriores a região; (ii) a implementação de políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, a forte dependência externa do país retiram à região a apropriação (*ownership*) no processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

Com base nas hipóteses, a abordagem teórica central da tese incorpora as dinâmicas verticais e horizontais como dois pares analíticos para a compreensão da região do Vale do Zambeze. A região é entendida como um campo de conflitos e de forças que embora entrecruzadas uma sobrepõe-se a outra, tornando-a mais expressiva e dominante, isto é, as verticalidades.

Ações verticais são aquelas que caracterizam os espaços em que uma só temporalidade e objetivos particulares são considerados: o uso do território como recurso da viabilidade das ações de interesses exteriores a região. São por isso, forças centrífugas que podem ser consideradas fatores de desagregação, de estranhamento, alienação, forças que enfraquecem, ou melhor, retiram ou deslocam do lugar os elementos do seu próprio comando que passam a ser buscado fora e longe dali (SANTOS, 1996).

As ações horizontais são aquelas que caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas na região (Idem, 1996).

Trata-se da emergência de uma forma econômica distinta porque nas redes os modos de alocação de recursos e transações ocorrem através de trocas discretas, sem intervenção administrativa, mas através de relações entre indivíduos ou instituições engajadas numa reciprocidade, preferência, ajuda...complementaridade e benefícios mútuos, combinando aspectos econômicos e sociais (MURDOCH, 1995). Tradicionalmente as redes podem ser definidas como tipos específicos de relações ligando grupos de indivíduos, objetos ou eventos (KNOKE & KUKLINSKI, MITCHELL *apud* MURDOCH, 1995).

As horizontalidades, aqui assumidas como uma abordagem espacial e integradora, ao contrário da perspectiva setorial ou vertical, promovem uma série de atividades coordenadas localizadas dentro de um mesmo território, de modo a permitir que os atores locais tenham acesso ao mercado e outras oportunidades econômicas. Ou seja, pretendem acima de tudo reforçar a capacidade produtiva local de modo a beneficiar a economia local como um todo (MURDOCH, 2000).

Ações verticais e horizontais, em alguma medida estão relacionadas a processos de desenvolvimento, ainda que em regiões que não demonstrem um ou outro processo de forma mais evidente.

Na perspectiva dos fundamentos básicos do processo de desenvolvimento das nações, por muito tempo, sobretudo entre as duas grandes guerras mundiais, as disponibilidades dos recursos naturais constituíam o centro das atenções, quando se cogitava sobre as possibilidades de desenvolvimento de um país. Mais tarde, o capital, uma entidade criada pelo homem e capaz de ser expressa quantitativamente, passou a ser considerado o principal fator de desenvolvimento (HIRSCHMAN, s/d).

Contudo, o mesmo autor considera que entre as causas próximas do desenvolvimento econômico, os recursos da capacidade de organização e de direção ocupam atualmente nos documentos oficiais uma posição de relevo, bem próximas à do capital. Nesta perspectiva, a contribuição de “*inputs*” não-convencionais, tais como investimento em indivíduos como agentes de produção e a

introdução de técnicas aperfeiçoadas não incorporadas em bens materiais de produção, também se acentuaram.

Isto significa que o desenvolvimento não depende tanto de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, quanto de provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões, que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados.

Isto equivale a assinalar que: “há sempre e em toda parte, provável excesso de material disponível. O que se deve levar em consideração são os meios instituídos para lhes dar vida... para promover o esforço específico, posta à margem a quantidade extra, da disposição daquele excesso” (PEARSON *apud* HIRSCHMAN, s/d, p. 19).

Como assinala Bernstein (2006) a conjuntura depois da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo doutrinas de desenvolvimento e as suas respectivas associações e práticas, inventadas e praticadas para atingir as classes e outros conflitos sociais no coração dos países capitalistas industrializados e na periferia do sistema de modo a formular projetos de acumulação nacional, modernização do Estado, entre outros. Contudo, atualmente os objetivos do desenvolvimento ganham novos contornos ao se priorizar questões como o combate à pobreza, ignorância e doenças através da adoção de estratégias apropriadas de crescimento, distribuição e provisão de bens públicos.

O desenvolvimento nacional centrado no bem estar de todos os cidadãos tornou-se o programa oficial dos novos estados independentes da Ásia e da África onde o processo de descolonização proporcionou o caminho fértil para a rivalidade entre os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética através da implementação dos seus sistemas sócio-econômicos por meio da assistência técnica e financeira, sob cobertura de um aparato institucional e ideológico que chegou a atingir instituições como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O certo é que na sua polissemia, o desenvolvimento é um conceito que se amolda a interesses muito diversos e a todas as intenções, como é evidenciado historicamente.

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o

comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar significado e substância ao pensamento e ao comportamento (ESTEVE, 2000 *apud* FISCHER, 2002, p. 17).

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses, e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma das suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como conceito-chave, ao lado do qual já perfilaram os mais diferentes adjetivos (SIEDENBERG, 2003, p. 160).

Vários autores interessados em *African Studies*, dentre eles Henry Bernstein, Sam Moyo, Oketho Ogento, Mwabu, Erik Torbecke, Paul Collier, Nachiko Nissanke, Babajide Fowowe entre muitos outros tratam de discutir a questão de desenvolvimento africano, sobretudo na perspectiva econômica.

Para Bernstein (2006) a revolução industrial na Europa seria o ponto de partida e o “divisor de águas” em relação aos estágios de desenvolvimento à escala universal. A associação da modernidade com este processo histórico que se inicia na Europa e se expande pelo mundo tem constituído o centro de debate sobre o significado do desenvolvimento na atualidade. Isto tem sido, sobretudo, elucidado através de que os países mais industrializados somente procuram mostrar aos menos desenvolvidos a imagem do seu próprio futuro (MARX *apud* BERSTEIN, 2006, 47). Contudo, assinala o autor, hoje a responsabilidade do desenvolvimento foi de compensar os aspectos negativos do capitalismo para a reconstrução de uma nova ordem social. Tais fatores estão associados à miséria social que foi crescendo com o imane processo de desenvolvimento do capitalismo, baseado na acumulação.

Sam Moyo que pode ser referenciado como um dos autores mais proeminentes sobre questões agrárias na África aponta que a terra continua sendo a principal fonte de sobrevivência da maior parte da população da África Austral e é essencial para o desenvolvimento da agricultura, turismo e habitação. Para este acadêmico zimbabueano e diretor do Centro de Estudos Agrários da África, o desenvolvimento econômico dentro de um contexto de transformação agrária e industrialização tende a ser distorcido devido à expansão da estrutura agrária desigual na região. Assim a questão da terra não é apenas uma questão agrária, mas também um problema social crítico em termos de disparidades dos padrões de alocação de recursos dentro do contexto urbano-rural e agricultura-indústria.

De acordo com Moyo (2005) esta situação remete ao persistente conflito entre classes, gênero, raça e etnias, bem como a exploração do trabalho entre classes, diferenças na tributação, acesso a recursos, benefícios e marginalização de maior parte da população rural da região. A desigualdades na distribuição da terra distorce o processo de integração do espaço e estratégias de desenvolvimento devido à predominância do desenvolvimento de pequenos enclaves na região Austral da África.

Para este autor, a questão de terra sobre a África Austral são dominadas pelos efeitos negativos da mal resolvida questão de descolonização e das falhas relacionadas com o desenvolvimento sustentável e democracia dentro dum contexto incompleto de revolução democrática dos novos Estados. Enquanto existem importantes diferenças relacionadas com a questão da terra na África Austral e a forma como cada país tem se relacionado com esta questão, há aspectos críticos fundamentais e semelhantes em termos sócio-políticos e econômicos que se levantam em relação aos persistentes conflitos que surgem das desigualdades da forma de distribuição e posse da terra.

Retomando a questão conceitual e teórica sobre o desenvolvimento, atualmente o conceito ganha muitos adjetivos. No Brasil são mais emblemáticos os termos como “local, integrado e sustentável” mais conhecidos pela sigla DLIS, para além dos já conhecidos conceitos como os de desenvolvimento regional, territorial e rural. Porém todos eles sugerem o emprego de estratégias para produzir mudanças, isto é, para designar um processo gradual de mudança social.

FISCHER (2002) também destaca as considerações sobre o conceito de desenvolvimento examinadas por Caiden e Caravantes (1982). Para estes autores

(...) a administração do desenvolvimento teve sua origem neste desejo dos países ricos de auxiliar as nações pobres em seu desenvolvimento e, mais especialmente, nas evidentes necessidades dos novos Estados de transformar suas burocracias do tipo colonial em instrumentos de mudança social (CAIDEN E CARAVANTES *apud* FISCHER, 2002, p. 18).

Estes autores destacam que até a década de 40 o desenvolvimento significou pura e simples ocidentalização. Acrescente-se a isso que mesmo no contexto atual essa concepção não deixou de existir, representando o transplante de modelos produtivistas e de obediência ao receituário “recomendado” pelas instituições

financeiras internacionais como é o caso do FMI e do Banco Mundial a troca da ajuda externa para a redução da pobreza e desenvolvimento dos países africanos.

Celso Furtado, na sua obra intitulada “Teoria e política do desenvolvimento econômico” refere que o advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, significou uma modificação qualitativa da economia mundial da época que passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões do mundo (FURTADO, 1986). Tal expansão do desenvolvimento espraia-se em várias direções, dentre elas, aos continentes africano, asiático e sul americano. Em maior parte destes continentes, a expansão foi em direção às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, com sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista.

Desse contato, em alguns casos o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção.

Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento⁶ contemporâneo. A empresa capitalista que penetra em uma região de estrutura econômica arcaica não se vincula, efetivamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não pertencer à economia local (FURTADO, 1986).

Mais especificamente, a literatura que tem tratado sobre o desenvolvimento regional aponta que este resultaria do envolvimento direto dos agentes regionais, econômicos, sociais e políticos na concepção e execução de um projeto próprio de desenvolvimento (BECKER, 2003, p. 38). Uma questão recorrente tem sido a distinção entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento local. No entanto, deve-se ressaltar que o local não é uma escala isolada das demais escalas. A

⁶ O subdesenvolvimento é segundo Furtado (1986) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenha, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

Gunder Frank, um dos expoentes da teoria do desenvolvimento/subdesenvolvimento, considera que “o processo de acumulação de capital é um dos motores principais (senão mesmo o principal) da história moderna”. Daí que o subdesenvolvimento implica a “análise das relações dependentes de produção e de troca no interior do processo mundial de acumulação de capital. O funcionamento do sistema capitalista, desde o início da era moderna foi caracteristicamente macroespacial, de maneira que o subdesenvolvimento se inscreve na sua lógica expansionista (MACHADO, 1999, p. 203-204)

validade da valorização do local tem sido significativa ao trazer para o cenário das políticas públicas descentralizantes o papel dos atores locais e regionais. No entanto, a abordagem multi-escalar ressalta que todas as escalas são importantes no processo de desenvolvimento.

Compreender o Vale do Zambeze significa analisar a região considerando o formato da multiplicidade de atores e poderes atuando em múltiplas escalas com impacto na configuração do processo de desenvolvimento regional.

O local é uma referência sempre associado ao espaço em que o mesmo se encontra inserido. A literatura corrente tem apresentado os paradoxos desta relação e contraposição entre, por exemplo, o local/global, ou seja, não existe por um lado uma escala local sem que exista por outro, uma escala global. São duas faces da mesma moeda, mas sempre representando uma escala menor e uma escala maior. Ressalte-se que as escalas intermediárias – dentre elas o Estado Nacional e mesmo as macrorregiões são fundamentais para a compreensão do todo que não privilegie uma análise dicotômica do tipo “local-global”.

Na mesma linha Fischer (2002) observa que quando se fala em local, não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado a várias escalas de poder, consideradas isoladamente ou em conjunto, em um ou mais territórios.

Ferrão (2002) assinala que nos anos 80 generalizou-se a idéia de que os processos de globalização implicariam inevitavelmente a uniformização de estilos de vida, padrões de consumo e modos de produzir em todo o planeta.

Como reação a esse paradigma ferozmente uniformizado, Ferrão (2002) aponta que o mesmo suscitou múltiplos discursos de resistência, apoiados na idéia de diferença como fator de distinção. Foi assim que os movimentos em torno do desenvolvimento local integraram, um pouco por todo o mundo, esta tendência reativa, invocando argumentos não necessariamente coincidentes. As idéias de território como última fronteira da soberania e do local como última fronteira da cidadania ajudou no dizer do autor a cimentar posições de resistência aos efeitos disruptivos da globalização uniformizadora.

Fernández & Amin (2007), apresentam uma visão crítica ao pensamento e a prática dominante em matéria de desenvolvimento regional das décadas de 80 e 90 marcados pelo paradigma pós-fordista e a difusão “do centro – abaixo” das

inovações e dos impulsos da mudança. Esta visão está assente na chamada Nova Ortodoxia Regionalista (NOR).

Para estes autores a concepção de desenvolvimento regional dominante nos países periféricos, com destaque para os países latino-americanos, seu universo de análise, foram gerados majoritariamente – mas não exclusivamente – nos países centrais, capitalizando um contexto favorável para sua assimilação acrítica.

Esta assimilação acrítica está embasada nos aportes teóricos dos Distritos Industriais (DI), sustentada na idéia da criação de “um todo econômico social” em que se entrelaçam e realimentam as esferas sociais, econômicas e institucionais, e sobre o qual se configuram sistemas produtivos definidos geograficamente. Estes sistemas seriam compostos por um grande número de empresas que se ocupam de diversas fases e formas na elaboração de um produto homogêneo, o desenvolvimento de externalidades e a configuração de um sistema de reprodução flexível e dinâmico.

Esta visão sobre o desenvolvimento regional mostra a replicabilidade e viabilidade do fenômeno dos Distritos Industriais (DI) e a especialização flexível, tanto nos países desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento. Esta visão é contestada por Victor Fernandez e Ash Amin, nas suas críticas às bases teóricas e de análise sobre o desenvolvimento regional aplicadas nos países latinoamericanos, cuja matriz foi enxertada da experiência ocidental.

Os novos dispositivos teóricos e empíricos que surgiram na segunda metade dos anos 90 trouxeram uma outra visão e, por conseguinte, deram conta da irreplicabilidade do idealizado esquema marshalliano dos Distritos Industriais (DI). Isto se deve à existência de uma complexidade e heterogeneidade dos cenários produtivos e institucionais, ou seja, nos fatores não econômicos e institucionais do crescimento e do desenvolvimento (FERNANDEZ & AMIN, 2007).

Para estes autores, a presença, desenvolvimento e qualidade das ações associativas, fundadas no desenvolvimento do capital social local, somadas a uma adequada densidade institucional a nível regional são consideradas como os elementos fundamentais para dar lugar aos processos interativos/coletivos as aprendizagens e as inovações nesse nível territorial (FERNANDEZ & AMIN, 2007)

Para esta nova concepção, o desenvolvimento regional possui necessariamente uma associação com a cultura local e com os valores que ela inclui. Ou seja, estão também abertas à exploração das relações sociais de

cooperação e de compartilhamento de visões de futuro e projetos de desenvolvimento dos membros da sociedade regional.

Subordinar a dinâmica econômica regional ao objetivo da consolidação da integração nacional é tarefa do Estado – não apenas do Governo (ARAÚJO, 1999) que deverá valorizar outros atores regionais e locais na concepção e implementação de programas de desenvolvimento comunitário. Jamais deixá-las apenas entregues a força do mercado sob a matriz da concepção schumpeteriana em expansão a partir da década de 80.

Fischer (2002) assinala que a construção social utópica do desenvolvimento local é, então, forjada por inter-organizações que refletem interesses plurais de instituições que operam em territórios delimitados real e virtualmente. As questões de poder se revelam concretamente no cotidiano das cidades e regiões, onde formas tradicionais de planejamento, como os planos diretores, convivem com inovações que admitem a convivência de projetos diferentes ou de redundantes orientações sobre os mesmos espaços e objetos de decisão. Na mesma região, subrepõem-se projetos e iniciativas com rótulos e fontes de financiamentos diversos, incidindo sobre os mesmos espaços.

Neste cenário, não há um único vetor de poder. A verticalização de ações e poder tradicional são ultrapassados por novos desenhos organizativos e formas alternativas de atuação e inovação. Trans-escalares são as relações entre atores inter-organizacionais e interinstitucionais, bem como as estratégias de gestão (FISCHER, 2002).

O Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) representa o interesse explícito do Estado em promover o desenvolvimento de uma região, através da valorização do seu potencial natural, enquadrado numa estratégia de desenvolvimento integrado à escala regional e nacional. Por isso, mais do que expressar uma política territorial, o Plano de Desenvolvimento visa promover e incrementar a melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, se trata de uma política voltada a propósitos de desenvolvimento de base territorial.

Esta concepção de desenvolvimento implica a elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola, a participação da população nos processos de tomada de decisão, a obtenção do crédito agrário. Além disto, inclui a integração ao mercado, o estabelecimento de infra-estruturas e serviços, a criação de

agroindústrias e outras iniciativas que contribuam para promover o desenvolvimento comunitário na região do Vale do Zambeze.

Para propósitos da presente pesquisa as políticas territoriais têm, inequivocamente, uma dimensão regional. No entanto tal dimensão não significa que se está tratando exclusivamente de atividades agrícolas. Está-se, isto sim, concebendo que o rural não é apenas o agrícola. O desenvolvimento rural também se realiza a partir de ações que transcendem o campo meramente agrícola, embora este se contemple como um componente integrado no vasto quadro de processos que conduzam a melhoria da qualidade de vida dos milhares de pobres rurais da região do Vale do Zambeze.

As políticas territoriais pressupõem a relação entre o Estado e o território em seus vários contextos e implicações (COSTA, 1988). Seguindo a mesma linha, Sánchez (1992, p. 63), assinala que as atuações políticas têm um claro reflexo espaço-territorial e é assim que quando se fala de políticas territoriais se torna evidente essa vinculação. As políticas territoriais supõem modificações na estrutura territorial do país, recortes regionais de planos nacionais de desenvolvimento que muitas vezes expressam uma determinada estratégia de “ajustes territoriais” ou ainda da institucionalização do poder político em suas várias escalas (nacional regional ou local).

As políticas territoriais representam de fato estratégias regionais de desenvolvimento e que de acordo com Sanchez (1992), refletem a materialização de ações políticas sobre o território e que exigem a coerência entre a estrutura social e a estrutura territorial e onde estão sempre presentes os fatos de apropriação⁷, os processos de controle⁸, a política como gestão e o próprio conflito que em última análise reflete a essência do fato político⁹ em si mesmo.

⁷ Qualquer uso espaço-territorial requer previamente a sua apropriação como forma e conteúdo. Uma das ações que definiram o homem como ser histórico foi o processo de apropriação racional do Espaço. O poder para alcançar os objetivos que se propõe, necessita do espaço-territorial, já que as relações do poder, enquanto relações sociais, somente são possíveis de serem materializadas a partir da apropriação do território. É lógico que o poder ao adequar-se a estrutura social e a seus objetivos, o mesmo se verifica com a estrutura espaço-territorial, pois que este não é neutro diante dos distintos usos que dele se queira fazer em função da estrutura do poder (SANCHEZ, 1992, p. 66 - 67)

⁸ Toda relação sócio-territorial se articula sobre uma relação assimétrica de poder em que existe um setor dominante que exerce o poder voltado para a satisfação dos seus objetivos e interesses e que se pretende manter-se como tal poder, deve adotar uma atitude criativa. Essa criatividade passa pelo controle e gestão da sociedade e do seu território (Idem, p. 69-70).

Assim, a política territorial pode ser definida como o conjunto de planejamentos estratégicos de médio e longo prazo e as suas correspondentes formas de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto de interesses dos que controlam o poder político (SÁNCHEZ, 1992, p.72).

Este poder político é, sobretudo, controlado pelo Estado, aqui entendido como instituição política territorializada e legitimada pela sociedade, inscrito nos tempos do território e da sociedade. É desta inscrição que resulta o processo de transformação a que ele se encontra freqüentemente submetido (CASTRO, 2005).

Em síntese, se pode mesmo afirmar, como o faz Sánchez (1992) que toda a atuação social comporta sempre uma base territorial, numa dupla dimensão. Por um lado, tem-se em conta as características preliminares do território em que tem lugar e, por outro, considera-se os efeitos derivados que sobre ele se produzem.

Parece que as políticas territoriais devem representar a formulação de uma atuação positiva. Por isso uma política territorial deveria conter as formulações e propostas de atuação que se espera produzirem expectativas do território.

Para a persecução deste propósito é importante que as mesmas sejam acompanhadas de tomadas de decisão que garantam a sua execução. No entanto, é importante assinalar que em política, e muito especialmente em política territorial, a não-política territorial, ou uma política territorial não explicitada, assumem com freqüência uma forma de política territorial. Daí que resulta uma série de atuações de impacto territorial real que não correspondem aos planos previstos sobre o território e, portanto, sem que respondam a uma visão de conjunto, nem territorial, nem mesmo social (SÁNCHEZ, 1992).

Isto significa que se deverá entender uma política territorial como um processo consciente de manipulação do território, com perspectivas de produzir efeitos positivos sobre o mesmo, baseado no espaço como variável de atuação.

O método indutivo foi conduzido no sentido de a partir de uma amostra intencional operacionalizada à escala local (distritos), identificar e analisar os

⁹ O fato político seria àquela atividade que aglutina um conjunto de pessoas, que se organizam para intervir socialmente, a fim de alcançar os seus objetivos e interesses. Trata-se de fato de uma organização voltada para a intervenção social e territorial dirigida a consecução dos objetivos que justificam a formação do grupo (Idem, p. 64).

projetos e ações que possibilitam a inferência da região do Vale do Zambeze como um todo. O pressuposto básico para este procedimento baseou-se no fato dos projetos, ações e empreendimentos analisados à escala local (distritos) serem os mais importantes da região do Vale do Zambeze.

Destacam-se neste conjunto de projetos e ações, a Barragem de Cahora Bassa, no distrito de Cahora Bassa, as açucareiras, no distrito de Marromeu, a exploração do algodão, no distrito de Morrumbala, as Minas de Carvão, no distrito de Moatize, a produção do fumo, no distrito de Báruè, o papel dos investidores externos, o impacto de políticas e programas, entre outras ações.

Estes distritos refletem a padronização de ações, programas e investimentos em toda a região do Vale do Zambeze. Nesta perspectiva, conhecer os distritos para compreender a região constituiu o fio condutor do processo de análise conduzida ao longo da pesquisa.

A natureza da pesquisa é explicativa procurando compreender as ações entrecruzadas entre o Estado e demais atores do processo do desenvolvimento na região do Vale do Zambeze.

Este enfoque levou a direcionar a pesquisa visando extrair elementos explicativos para a atuação de cada um dos atores em cada escala de análise e com reflexos para a região do Vale do Zambeze.

Raffestin (1993), ao distinguir o poder em duas categorias (com “P” maiúsculo e com “p” minúsculo), traz uma contribuição valiosa para a compreensão da problemática do poder que a pesquisa pretende evidenciar: o poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais” (FOUCAULT, 1976, *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 51), fato que representa a concepção unidimensional do poder exercido apenas pelo Estado, sobretudo em regimes de partido único.

As crises de Estados liderados por regimes de partido único trouxeram para o cenário político, outros poderes, eventualmente mais ricos representados pelo “p” minúsculo e onde se evidenciam a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. Aqui, se introduz a concepção de multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência (RAFFESTIN, 1993). Segundo o autor, o poder é parte intrínseca de toda a relação e como toda

relação é o ponto de surgimento do poder, o que fundamenta a sua multidimensionalidade.

Assim, ao pretender analisar o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze partiu-se do pressuposto de que região é parte de um todo, mas que o todo, formado por várias regiões não é apenas influência das partes que a compõem (LENCIONE, 2003, p. 12). Macro e micro políticas não são excludentes, ao contrário, fundem-se na construção das ricas determinações da totalidade; macro e micro projetos são específicos de cada escala de poder sobre recortes específicos do território (RÜCKERT, 2003, p. 33).

O desenvolvimento do Vale do Zambeze pode ser apreendido em quatro escalas imbricadas entre si através da prática dos seus atores principais:

- a) a escala internacional, representado pelas corporações, agências internacionais de desenvolvimento e ONG's internacionais;
- b) a escala nacional, representado pelo Estado ou o Governo central, através de Ministérios, o GPZ etc.;
- c) a escala regional, representado pelo Estado ou o GPZ, o setor privado e a sociedade civil;
- d) a escala local, representado pelas famílias rurais, as ONG's e o setor privado.

Para efeitos da presente pesquisa a região do Vale do Zambeze é vista como uma unidade de análise distinta e espaço de realização de ações e programas de desenvolvimento interconectado com diferentes escalas de poder e gestão. Ou seja, a região - como parte de um todo e sobre ela atuarem diferentes escalas de poder na realização de projetos e programas.

Santos (1997a) definiu a região como o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, um *subespaço* do espaço nacional total. No mesmo diapasão, Dallabrida & Becker (2003, p. 177) apontam que de forma complementar, a região é uma especificação de uma totalidade (espaço), totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é, ao mesmo tempo, *funcional e espacial*.

Para uma conceituação de regiões *rurais*, depara-se antes de mais, a necessidade de distinguir o rural e o urbano, pois, apesar de serem complementares

e inseridos num mesmo sistema geral de organização espacial da população e das atividades, possuem características e dinâmicas diferentes, mas integradas nas políticas gerais.

Mas nem sempre é fácil definir espaços geográficos como rurais ou urbanos. Os diferentes ensaios que têm feito muitos autores, mesmo tendo em atenção às características específicas das regiões a que se pretende aplicar, enfrentam sempre o problema da existência de espaços intermédios que tanto podem ser classificados duma forma como de outra (ARAÚJO, 1997, p.17).

O certo é que a oposição entre a cidade e o campo é permanente e tem tomado sentidos diferenciados ao longo do tempo. A cada forma de civilização corresponde uma concepção de cidade. Por exemplo, as mais célebres cidades antigas povoadas majoritariamente por agricultores não seriam hoje, em pleno século XXI consideradas cidades. Simultaneamente causa estranhamentos alguns aglomerados populacionais que são tidos como urbanos (BEAUJEU-GARNIER & CHABOT, 1970).

Todavia, estamos diante de uma definição bastante imprecisa, embora subsista em cada língua, país ou região a preocupação de opor a cidade ao campo. Para Araújo (1997) a definição do rural e urbano, podendo ser diferente de país para país, também tem evoluído ao longo da história da sociedade humana, ajustando-se às diferentes etapas de desenvolvimento sócio-econômico. Segundo o autor, isto dificulta, ou impossibilita comparações cronológicas territoriais, pelo que é importante a adoção, pelo menos, de parâmetros básicos semelhantes.

Araújo (1997) observa que a sociedade humana começou por ser toda rural. Só com a sedentarização e o aparecimento dos primeiros lugares fortificados e pontos fixos para trocas comerciais é que surge um novo tipo de espaço, mais densamente ocupado e mais organizado – o urbano. A partir desta fase embrionária, este tem crescido constantemente à custa do rural.

É evidente que no atual contexto de desenvolvimento sócio-econômico, onde a globalização ganha cada dia, mais importância e com o designado fenómeno da reurbanização a assumir uma generalização evidente nos países industrializados, torna-se mais difícil definir o que é rural, distinguindo-o do espaço que se considera urbano.

Os limites entre estes dois tipos de espaços vão-se tornando menos nítidos, em particular nos países mais desenvolvidos onde o campo, os espaços rurais e a sua população adquirem, dia a dia, características nitidamente mais urbanizadas. O Brasil tem sido ultimamente um bom exemplo deste fenómeno.

Em contrapartida, nos países em desenvolvimento como Moçambique, ainda é possível encontrar fronteiras, mais ou menos nítidas, entre o mundo rural e o urbano, porque este se encontra numa fase inicial e/ou intermédia do seu desenvolvimento e os espaços rurais ainda são predominantes.

O fenómeno urbano em África não é resultado, como sucedeu na Europa e América do Norte, duma revolução industrial. Em África ele assume características exclusivamente demográficas. Isto significa que o crescimento das cidades se faz apenas com aglomeração de população de origem rural, tendo pouco significado, ou mesmo nenhum, o desenvolvimento industrial (ARAÚJO, 1997).

Várias podem ser as definições de rural, mas, a maior parte das vezes, considera-se como rural tudo aquilo que não se encaixa dentro dos critérios adotados para definir o urbano; isto é, o rural define-se pela negativa.

O certo é que, não existem critérios universais rígidos para esta definição. Os conceitos podem ser diferentes de país para país e, dentro do mesmo país, de época para época, de acordo com o desenvolvimento sócio-económico os países que não foram atingidos pela revolução industrial, nem pela atual revolução tecnológica. Nestes países, onde a economia de mercado é uma exceção ou está reduzida ao benefício de um pequeno número de grandes centros de recolha e de comercialização, possuem poucas cidades que exerçam funções de relação e de troca – são países fundamentalmente rurais.

Araújo (1997) aponta que ao nível das comparações universais os únicos critérios de definição sempre aplicáveis são os estatístico-quantitativos, por serem os mais fáceis de medir e comparar no tempo e no espaço. No entanto, revela-se manifestamente insuficiente para uma adequada qualificação. Os organismos especializados das Nações Unidas, embora deixando aos países a decisão da definição de rural e urbano, recomendam para África um número de 10.000 a 20.000 habitantes, como aquele a partir do qual se deve considerar o povoamento como urbano, pois a aglomeração deste número de pessoas num espaço relativamente reduzido implica a necessidade da existência de infra-estruturas urbanas básicas.

Este autor defende que, para o caso concreto de Moçambique, se deve adotar uma classificação de urbano com base nos seguintes critérios:

- organização administrativa, segundo o qual será urbana toda a população que vive nas capitais provinciais;
- número de habitantes, considerando-se urbanos os aglomerados com 10.000 e mais residentes;
- existência de infra-estruturas sócio-econômicas, como seja: serviços (saúde, ensino, administração, água, luz, etc), comércio, construção, transportes e comunicações;
- função econômica que deve situar-se majoritariamente fora do setor agrário;
- papel histórico desempenhado pelo centro populacional e perspectivas de desenvolvimento dos setores secundários e terciários.

Os critérios aqui apresentados devem ser considerados em conjunto, pois seria errado estabelecer uma classificação com base apenas num ou dois destes ou de outros parâmetros. Nestas condições podem definir-se como urbanos os aglomerados populacionais com 10.000 e mais habitantes, cuja atividade econômica principal não pertença ao setor agrário, e com uma infra-estrutura sócio-econômica e administrativa considerada mínima (ARAÚJO, 1997).

No âmbito de uma perspectiva sociológica Sorokin et al (1930) também destacam que as diferenças entre o rural e o urbano não deve ser descrita em termos de *uma* característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes. Para estes autores, a definição deve ser composta e enumeram aspetos do que consideram ser as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano, a saber: diferenças ocupacionais¹⁰, diferenças ambientais¹¹, diferenças no tamanho das comunidades¹², d) diferenças na

¹⁰ A sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola;

¹¹ O caráter da ocupação agrícola faz com que os agricultores trabalhem ao ar livre mais do que o fazem os trabalhadores na maioria das ocupações urbanas;

¹² O caráter da atividade agrícola dificultou a concentração dos agricultores em grandes comunidades com muitos milhares de habitantes;

densidade populacional¹³, diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações¹⁴, diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social¹⁵ e diferenças na mobilidade social.¹⁶

O Vale do Zambeze compreende uma vasta região geográfica que se estende por países como Angola, Botsuana, Malaué, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O elemento crucial neste vale é, sem dúvida, o rio Zambeze, um dos maiores em África, com uma extensão de 2,700 quilômetros, atravessando o Lago Vitória, Karibe e Cahora Bassa, sofrendo um impulso em direção ao Norte até ao Lago Niassa, para depois desaguar em delta no Oceano Índico na costa moçambicana.

Mapa 1: Países da Bacia do Zambeze

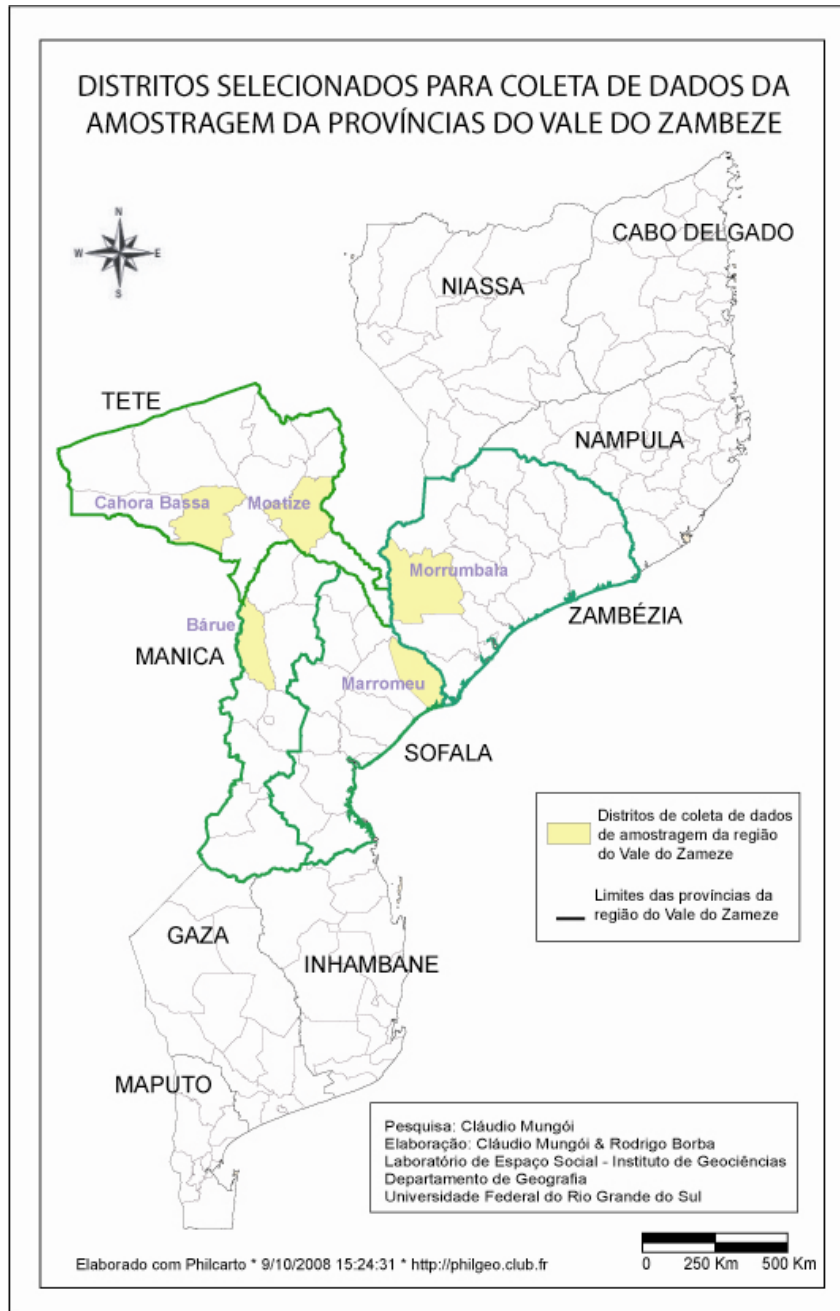
Dados do Censo de 1997 apontam que a região do Vale do Zambeze em território moçambicano ocupa uma área de 225.000 km² (cerca de 27,7% da superfície do país), com uma população de 3,775 milhões de habitantes (25% da população moçambicana) e abrange quatro das onze províncias do país: Tete, Manica, Sofala e Zambézia, dos quais 56% da população dessas províncias ali se encontram, ocupando 68% da superfície total da região central do país.

¹³ A correlação entre a densidade populacional e o caráter rural, e a relação positiva entre a densidade e a urbanidade;

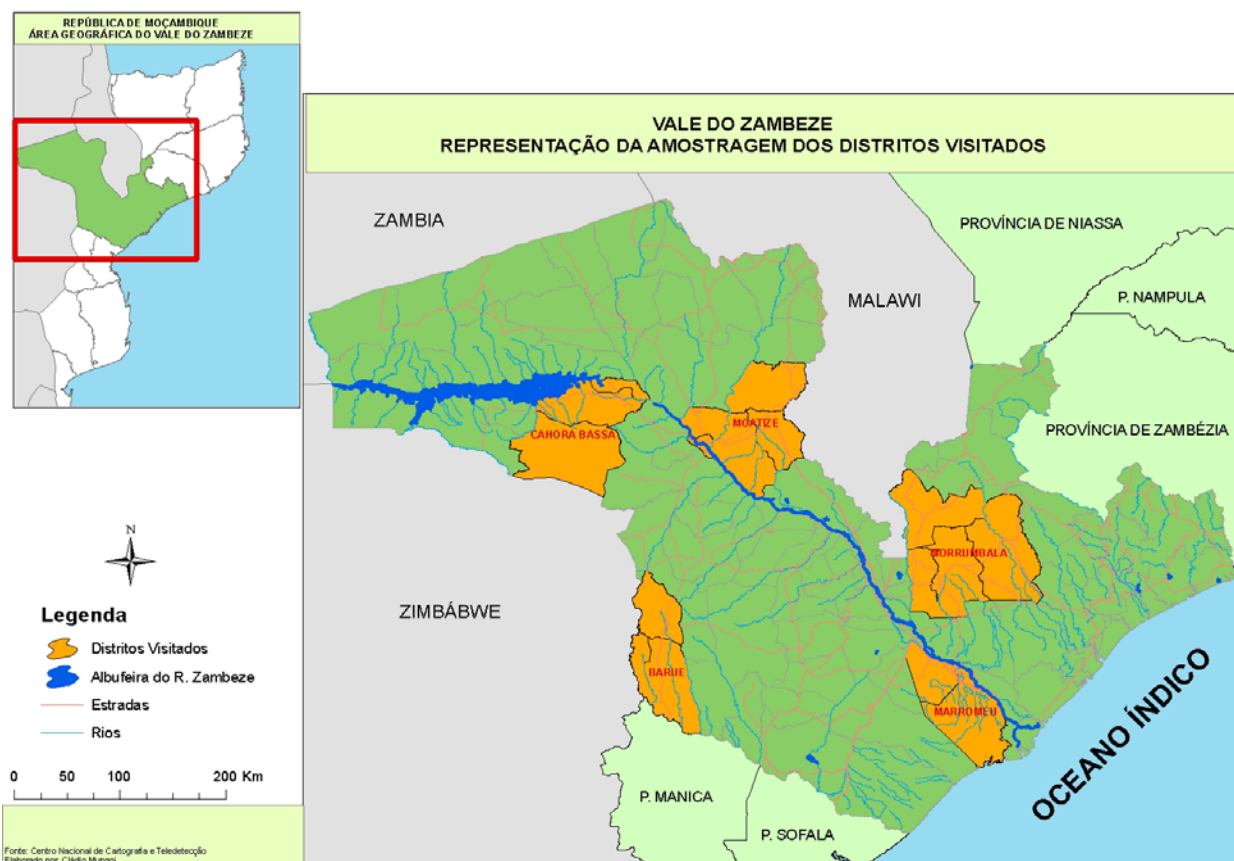
¹⁴ A população das comunidades rurais tende a ser mais homogênea em suas características psicossociais do que a população das comunidades urbanas;

¹⁵ Os urbanos são marcados (no mesmo país e no mesmo período) por uma complexidade maior, manifesta em uma maior *diferenciação e estratificação social*;

¹⁶ A classe urbana tem sido mais móbil ou dinâmica do a rural.



Mapa 2: Distritos selecionados para coleta de dados da amostragem das províncias do Vale do Zambeze



Mapa 3: Vale do Zambeze, representação da amostragem dos distritos visitados

O Vale do Zambeze engloba toda a população e distritos da província de Tete, cerca de 56% da população da Zambézia, 17% de Manica e 42% da população da província de sofala (INE, 1997).

Das poucas obras que abordam sobre a região do Vale do Zambeze, merecem destaque os trabalhos de José Negrão (1995) *Cem anos de economia da família rural africana – o delta do Zambeze em análise retrospectiva*, onde o autor análise o comportamento econômico das famílias rurais a partir da problemática da posse da terra ao longo dos anos.

A obra de Lourenço de Rosário, *A narrativa africana de expressão oral*, o autor se detêm na análise de aspetos culturais e lingüísticos do Baixo Zambeze, mais concretamente nos valores fundamentais da cultura tradicional dos núcleos de comunidades étnicas existentes.

A obra de Eli J. E. Mar é uma boa referência sobre a exploração portuguesa em Moçambique entre 1500 à 1973 onde o autor faz uma reconstituição história sobre a intervenção colonial na região do Vale do Zambeze.

René Pélissier, por sua vez, em sua obra intitulada *História de Moçambique, formação e oposição* aborda alguns aspectos relevantes para a compreensão e interpretação da problemática do desenvolvimento na região do Vale do Zambeze no período compreendido entre 1854 à 1919.

O Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, nos dois volumes sobre a história de Moçambique aborda através da contribuição de diferentes autores como Carlos Serra, Gerhard Liesegang, Yussuf Adam entre outros, aspectos relacionados com o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze na perspectiva histórica.

No decurso da pesquisa foram realizadas três pesquisas exploratórias, uma primeira em fevereiro de 2005 que serviu para coleta de informação documental e estabelecimento de contatos iniciais em Maputo, junto à representação do GPZ, Ministério de Agricultura e o Ministério de Planejamento e Desenvolvimento Rural.

No GPZ, foi entrevistado o seu representante em Maputo. No Ministério da Agricultura, o Coordenador Nacional do PROAGRI e o chefe de Departamento de Economia e Estatística. No Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, a Direção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural.

Também foram entrevistados quadros do Ministério de Energia, do Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento – NET, do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), do Ministério para Coordenação da Ação Ambiental – Direção Nacional de planejamento Territorial, da eletricidade de Moçambique (EDM) e a Administração da Barragem de Cahora Bassa.

A segunda pesquisa exploratória que decorreu durante o mês de fevereiro de 2006 e que contou com o apoio financeiro do Cruzeiro do Sul - Instituto de Investigação para o Desenvolvimento *José Negrão*, consistiu na viagem à região do Vale do Zambeze, mais concretamente a cidade de Tete, aproximadamente à 2,000 km da cidade de Maputo. É nesta cidade de Tete onde funciona a Sede do GPZ. Lá foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas ao Diretor Geral-Adjunto do GPZ, ao Diretor de Planejamento Territorial e a alguns técnicos superiores.

Também se realizou o mapeamento inicial de atores que atuam na região à escala nacional e local, sob os seguintes domínios: Governo/Estado, organizações nacionais e estrangeiras, agências internacionais de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil.

A terceira pesquisa exploratória, em viagem de estudos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) a Moçambique, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi realizada entre agosto e setembro de 2006, quando na companhia do orientador foi entrevistado o representante do GPZ em Maputo. A entrevista incidiu basicamente sobre as estratégias e programas do GPZ na região e as prioridades de desenvolvimento.

Para além desta atividade foram ainda recolhidos dados adicionais de fontes documentais junto ao Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e do Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET) da Universidade Eduardo Mondlane.

A etapa seguinte que decorreu entre fevereiro até maio de 2008 consistiu na pesquisa de campo em cinco distritos da região do Vale do Zambeze, a saber Marromeu, Cahora Bassa, Moatize, Morrumbala e Báruè. Nestes distritos foram entrevistadas as comunidades, majoritariamente de camponeses, agentes do setor privado e das organizações não governamentais que atuam na região.

O trabalho cartográfico compreendeu a pesquisa e elaboração de mapas de localização, mapas temáticos de uso e ocupação do solo, dinâmicas históricas, sociais e económicas da região. Os mapas foram elaborados no Laboratório de Sistema de Informação Geográfica (SIG), do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, através da aplicação do software ArcGIS.

Além disso, elaborou-se cartografia temática sobre a população, o IDH e as taxas de soroprevalência da AIDS com recurso ao software Philcarto com o apoio dos colegas António Cargnin e Rodrigo Borba.

Vários documentos de Arquivo e fontes primárias localizados no Arquivo Histórico de Moçambique e alguns relatórios técnicos e trabalhos de carácter académico foram importantes para a parte descritiva do relatório.

Isto significa que a pesquisa bibliográfica foi realizada em bibliotecas brasileiras, destacando-se as da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em Moçambique, junto ao Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Núcleo de Estudos de Terra (NET), Centro de Estudos Africanos (CEA), Centro de Estudos de População (CEP), todos estes, órgãos da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Para além destes locais, também foram recolhidos dados junto aos escritórios do GPZ, da Direção Nacional de Águas, Ministério das Finanças (Instituto Nacional de Estatística), Ministério da Agricultura (Direção de Economia Agrícola), Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Rural (Direção Nacional de Promoção e Desenvolvimento Rural), Ministério de Energia, Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Também foram visitadas para coleta de dados e informações empresas privadas que atuam na região, como são os casos da DONAVANI, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia de Sena, Mozambique Leaf Tobacco Ltda; Organizações Não Governamentais com destaque para a Action Aid e a World Vision, as administrações distritais e as famílias rurais.

Com a pesquisa de campo realizada em diferentes etapas ficou patente que, por constituir a base principal de recursos hídricos da região Austral de África; por ser a base principal de produção de energia elétrica renovável e por ser uma das regiões fundamentais para a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, o Vale do Zambeze apresenta requisitos chave para o desenvolvimento sustentável de Moçambique e dos países membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Estas condições únicas a colocam como estratégica para o estreitamento da cooperação entre Moçambique e seus parceiros regionais.

A região do Vale do Zambeze pela conjugação de fatores acima indicados cria oportunidades únicas para que se desenvolvam sinergias entre o setor público e privado, entre a ajuda multilateral e o financiamento das entidades bancárias, capazes de garantir o sucesso na luta pelo desenvolvimento. Trata-se de uma região que poderá ser auto-sustentável, autofinanciável e contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento do país.

A tese está estruturada em sete capítulos. Eles fornecem várias respostas, alternadamente à questão e à hipótese central levantada, destacando os usos políticos e econômicos do território sob a dominação colonial portuguesa e do período pós-independência. Neste, o Estado se apresenta como o ator de referência no processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

O segundo capítulo, orientador de toda a base de argumentação empírica, apresentam-se as verticalidades e horizontalidades como um par teórico fundamental para a análise da dinâmica sócio-espacial na região do Vale do Zambeze. Estes referenciais, calibrados em Milton Santos, são sustentados por

vários autores que em diferentes momentos vão pontuando as suas concepções a partir de visões associadas à relação entre poder e território e, conseqüentemente, as diferentes formas de usos políticos e econômicos desse mesmo território. Isto implica, a aceitação da realidade como objeto de análise primordial.

No terceiro capítulo, são tratadas as bases da formação territorial de Moçambique evidenciando alguns fatores que proporcionaram a aventura portuguesa pelo Atlântico e pelo Índico. O capítulo apresenta a argumentação em relação à desestruturação do modo de vida e da estrutura de poder das sociedades tradicionais rurais da região do Vale do Zambeze, para além de vincular a contribuição da língua portuguesa na consolidação da unidade nacional no período pós-independência.

O quarto capítulo trata especificamente da região do Vale do Zambeze na perspectiva histórica-geográfica. Nele destacam-se os primeiros contatos com os portugueses e a sua posição estratégica sob ponto de vista de interesse nacional e subcontinental.

O quinto capítulo trata do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze e a barragem de Cahora Bassa como uma externalidade, isto é, uma infra-estrutura física de geração de energia elétrica. Procura-se demonstrar que o desenvolvimento rural transcende o campo restrito e institucional da agricultura. O exemplo disto na presente pesquisa é a barragem de Cahora Bassa, uma infra-estrutura gigantesca mergulhada na imensa massa dominada por espaços opacos.

O sexto capítulo trata da agricultura camponesa, das transformações do acesso à terra na região do Vale do Zambeze a partir do sistema consuetudinário até a atualidade. Identificam-se as políticas e processos destacando a questão da expropriação de terras às famílias rurais no período colonial, a política de socialização do campo e a inserção da agricultura no quadro do Programa de Reabilitação Econômica. Aborda-se ainda a estratégia de sobrevivência das famílias rurais e a questão do gênero na região do Vale do Zambeze

No capítulo em questão, aborda-se a gênese da agricultura camponesa, das famílias rurais e a problemática do desenvolvimento da agricultura que passam pelo aumento dos níveis de produção e produtividade agrícola, acesso ao mercado e ao crédito agrário. A política de socialização do campo, uma verticalização de decisão e de ação é desenvolvida neste capítulo.

O sétimo e último capítulo aborda a questão das escalas de ação e os atores que atuam nelas em relação ao Vale do Zambeze. Isto subentende a presença de uma multidimensionalidade de poder e gestão do território em projetos e programas a princípio traduzindo as duas dimensões teóricas e pressuposto básico de análise -, isto é as verticalidades e horizontalidades. Na conformação desta multiplicidade de atores e poderes sobrepõe-se as verticalidades que atuam tanto a escala nacional, como a escala regional e local. São aqui identificadas a participação e as ações do Estado, do setor privado, da sociedade civil, das agências internacionais de desenvolvimento e das comunidades em relação ao uso do território na região do Vale do Zambeze.

2 VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

Este capítulo debruça-se sobre as verticalidades e horizontalidades como dois pares fundamentais para a análise da dinâmica sócio-espacial desenvolvida na presente tese.

Este arsenal teórico calibrado em Milton Santos é sustentado por vários autores que em diferentes momentos vão pontuando as suas concepções e conceitos a partir de visões associadas à relação entre poder e território e, conseqüentemente, às diferentes formas de usos políticos e econômicos desse mesmo território. Isto implica, a aceitação da realidade como objeto de análise primordial para a interpretação e compreensão do desenvolvimento regional no Vale do Zambeze.

2.1 VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES COMO PROCESSOS DINÂMICOS

A dinâmica sócio-espacial possui duas dimensões: uma vertical e a outra horizontal acionáveis na análise de processos e dinâmicas de desenvolvimento.

Para Santos (1996), a dimensão horizontal corresponde às atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social: “os lugares podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais (...) que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 1996, p. 206). Elas estão vinculadas a redes de solidariedade, a coesão social como respostas à marginalização e exclusão, ou a políticas setoriais e ao processo de globalização que muitas vezes não atendem aos interesses de desenvolvimento articulado de um determinado território ou região.

Por esta razão a dimensão horizontal tem uma forte base territorial, como uma construção de racionalidades de desenvolvimento local que surge como resultado de um movimento de resistência de atores locais para defesa e gestão do seu espaço de vida. O local ganha força como resposta a um processo de marginalização, pobreza e exclusão. Nesta perspectiva a dimensão horizontal pode

ser vista como uma base de vida que amplia a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.

Pelo contrário, as verticalidades, criam a modernização alienada, distante da vida dos homens comuns: “(...) os vetores de modernizações são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isto se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo” (SANTOS, 1996, p. 206). Na dimensão vertical, o território é usado como recurso, como valor econômico, deixando esquecido o território como valor que cimenta a coesão social e solidariedade entre pessoas e grupos.

Furtado (1983) assinala que o subdesenvolvimento foi inicialmente a característica das economias em que o aumento da produtividade decorria de forma principal, de vantagens comparativas criadas pela expansão internacional da demanda de produtos primários. Em outras palavras, afirma o autor, modificações na demanda, ao nível da escala global, abriam caminho a elevações significativas de produtividade, mediante a especialização geográfica. Isto pressupunha modificações significativas, mas localizadas sob a forma de “enclaves”.

Foi assim que na grande época da criação do sistema de divisão internacional do trabalho, certos países e regiões (os que se industrializavam) se desenvolviam especializando-se em setores em que o progresso tecnológico penetrava com rapidez, e outros se desenvolviam especializando-se em atividades nas quais seu conjunto de recursos apresentava vantagem competitiva. Para explicar ambos os casos tinha validade a “lei das vantagens comparativas” (FURTADO, 1983).

Os propósitos da construção da Barragem de Cahora Bassa, durante o período colonial, refletiram esta situação à escala local, regional e nacional. No entanto, o que se tem tentando fazer no período pós-colonial é a inversão desta situação, cujos resultados demonstram que ainda há um longo caminho a percorrer para a sua materialização.

Para Santos as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto os lugares das finalidades impostas de fora, de longe e de cima, quanto o das contrafinalidades, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e,

simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2006, p.286).

Quadro 1: Dinâmica sócio-espacial segundo Milton Santos

HORIZONTALIDADES	VERTICALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Coesão social/redes sociais</i> • <i>Movimento de resistência/contrafinalidade;</i> • <i>Ao serviço da sociedade civil;</i> • <i>Lugar de finalidade imposta de fora, de longe e de cima;</i> • <i>Lugar de cegueira e da descoberta;</i> • <i>Lugar da complacência e da revolta</i> • <i>Uso social do território</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Território como recurso/valor econômico;</i> • <i>Exclusão;</i> • <i>Modernização alienada;</i> • <i>Vetores entrópicos;</i> • <i>Racionalidade superior de setores hegemônicos</i> • <i>Uso econômico do território</i>

Fonte: SANTOS, 2006

Numa outra leitura, Milton Santos se refere às forças centrípetas e forças centrífugas. Segundo ele, as forças centrípetas são forças de agregação, são fatores de convergência e de coesão. Pelo contrário, as forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali.

Figura 1: Atuação de forças sobre o território
 Fonte: Do autor

Nessa perspectiva, as forças centrípetas podem ser vinculadas a um processo de horizontalização e as forças centrífugas ao processo de verticalização. No entanto, é importante sublinhar que sobre as forças centrípetas ou ao processo de horizontalização agem forças centrífugas ou processos de verticalização à escala regional e local na região do Vale do Zambeze. As forças centrífugas se dão em diversas escalas, sendo a maior delas a escala planetária, ou seja, os “fluxos universais” (G. URIBE & S. de LÓPEZ *apud* SANTOS, 2006, p. 287).

Parte-se do princípio de que o espaço geográfico é o espaço banal¹, espaço onde se realiza a vida coletiva, espaço de todos. Por isso é importante considerar aquela parte da sociedade que excluída do processo de globalização, também habita o território nacional que é comum a todos os agentes. É, pois, assim que se pode dizer que tal situação criada pelo conjunto das ações de natureza horizontal assegura a permanência de forças centrípetas que unem, aproximam, são criadoras de solidariedades.

Como observa Kahil (2005), na verdade são forças que, a despeito da vontade de unificação e homogeneização característica da racionalidade hegemônica, típica das ações horizontais se criam a partir de formas de convivência e de regulação fundadas em uma outra lógica, uma outra política. Uma *Política* que resulte da consideração conjunta de múltiplos interesses, em oposição à *política* que, nos espaços hegemônicos regulam as ações de forma a se tornarem obedientes às considerações de interesses exteriores ao território e que muitas vezes são de grandes corporações.

Pode-se dizer aqui com Milton Santos, que esta racionalidade é a revanche do território e as novas sinergias que se criam nos territórios habitados, mesmo onde as ações verticais são mais operantes e eficazes. Tal racionalidade corresponde em nosso entender as horizontalidades que ganham força com a emergência de forças centrípetas na região do Vale do Zambeze, sobretudo após a Constituição de 1990, o processo de descentralização e a definição do distrito como pólo do desenvolvimento, patentes no Plano Quinquenal do Governo, no Plano de Ação para

¹ idéia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição á noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidades. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1994, p. 16).

a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)² e na Estratégia Nacional do Desenvolvimento Rural.

Como observa Fischer (2002, p.12) a promoção do desenvolvimento via planejamento localizado em fatias de territórios ou por meio de esforços localizados é uma “onda prescritivista” que chega tanto às raias da “guerra dos lugares”, na expressão de Milton Santos, quanto aos que comungam os princípios do dom e de solidariedade. Isto é, ao privilegiarem ações voltadas para a articulação e para o *empowerment* dos atores locais, que criam condições para a mobilização do potencial endógeno que passam a enfatizar a importância da dinâmica interna das regiões – inclusive em termos políticos e sociais - como um elemento determinante do seu potencial de desenvolvimento (BANDEIRA, 2006, p. 226 - 227).

Bandeira (2006, p. 227) observa que para alguns autores, como Benko e Lipietz, a importância que passou a ser atribuída aos fatores endógenos, a partir dos anos 80, chega a caracterizar uma nova ortodoxia. Contribuíram para a ascensão desse “novo paradigma”, por um lado, o interesse despertado pelo sucesso de algumas regiões, como os distritos industriais da “Terceira Itália” e, por outro, a insatisfação com os resultados das políticas “tradicionais” de desenvolvimento regional, que vinham sendo adotadas desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O autor assinala ainda que até recentemente as políticas de desenvolvimento regionais adotadas tanto nos países desenvolvidos quanto nos do Terceiro Mundo eram, em regra, padronizadas, focalizadas em influenciar as decisões de localização das empresas, baseadas em incentivos fiscais e financeiros e dirigidas exclusivamente pelo Estado (p. 227).

O certo é que tais políticas produziram poucos resultados positivos e não conseguiram estimular o processo de desenvolvimento sustentado, com base na mobilização dos recursos locais. Como resposta a essa insatisfação, começaram a ser mobilizadas alternativas no campo das políticas regionais, concebidas com finalidade de promover a competitividade por meio da mobilização do potencial endógeno das áreas menos desenvolvidas. Estas diferem totalmente do enfoque anterior, tendendo a favorecer ações de longo prazo, específicas para cada região, concebidas “de baixo para cima”, envolvendo múltiplos atores (p. 228).

² Principal instrumento de política econômica e social do Governo de Moçambique

Fernandez & Amin (2007), destacam em face do esgotamento desta visão econômica, a emergência de uma Nova Ortodoxia Regional (NOR) assente na irreplicabilidade do idealizado esquema baseado nos Distritos Industriais (DI), cujos exemplos mais emblemáticos foram os distritos da região conhecida como a Terceira Itália, principalmente fundadas nas experiências da Emilia Romagna e Toscana.

Numa outra leitura, na economia de mercado e o neoliberalismo, introduzido em Moçambique com a Constituição de 1990, o território em alguns focos localizados pode ser visto como o suporte de redes e normas utilitárias. Estas são parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista de atores hegemônicos), ou seja, são as verticalidades. As horizontalidades, por sua vez, são obrigadas com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Santos (1993) observa que na fase contemporânea do capitalismo, o império da velocidade e do mercado, sócias da aceleração do mundo, impõe-se, de forma quase isolada, sobre o enraizamento e a territorialização, impedindo a afirmação de projetos políticos verdadeiramente contra-hegemônicos.

Em síntese, em Milton Santos, as correntes fenomênicas que organizam a dinâmica socioespacial possuem uma dimensão horizontal e outra vertical, acionáveis na análise de contextos e eventos. O conhecimento dessas dimensões é indispensável ao desvendamento das estratégias dos atores dominantes e também para a emergência do local como contexto privilegiado da resistência sociocultural (RIBEIRO, 2005, p.34) e da valorização dos ativos endógenos em benefício das comunidades locais.

O território tem que ser visto – e a expressão é (...) de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar de exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p. 19, Grifo nosso).

Esta será, pois a tese que irá conduzir toda a análise do presente trabalho, destacando acima de tudo, as diferentes temporalidades e construções dialéticas imprimidas pelas políticas e estratégias de desenvolvimento implementadas na região do Vale do Zambeze, Moçambique.

2.2 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Diante do processo de globalização à escala global por um lado e as iniciativas de desenvolvimento endógeno que se revigoram em face dos princípios democráticos, por outro, analisa-se o território como um campo de força, de dialéticas e contradições entre o horizontal e vertical.

Num mundo cada vez mais competitivo, a priorização do mercado externo na estrutura econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltadas para o comércio exterior, ou seja, uma atividade como considera Santos (1996), ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Daí a associação entre a política ou o Estado, regulador, por um lado e as forças do mercado, por outro. Isto é, se está diante de uma regulação política do território, concomitantemente a uma regulação do território pelo mercado. A convergência de interesses econômicos sob o amparo de uma regulação política conduz a criação de “regiões do mandar” e “regiões do fazer”.

Neste contexto, o poder não é mais exclusivo do velho “Estado-Nação”. Esta articulação dos interesses nacionais e internacionais se desenvolve de forma contraditória. Na escala nacional se torna cada vez mais difícil definir os limites entre o poder da empresa privada e pública no território. As grandes corporações criam um espaço econômico supranacional definido por novos limites territoriais onde os países atuam como regiões, e as regiões sub-nacionais tradicionais são reestruturadas pelos interesses internacionais (BECKER, 1983).

O aumento da produtividade nestas grandes corporações trazia de acordo com Furtado (1983), necessariamente consigo a elevação de nível de vida e modificação na qualidade de padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Desta forma, assinala o autor, desenvolvimento (ou melhor, progresso na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais. Esta situação implicou na formação de um grupo social (cuja importância relativa varia, mas que raramente passa de um décimo da população) com padrões de consumo similares aos dos países centrais. Isto determinou a forma de desenvolvimento nas condições de dependência registradas

em muitos países periféricos. Os bens consumidos pela minoria rica nestes países periféricos são quase sempre, importados.

Numa outra leitura, estas diferenciações espaciais levam àquilo que Santos (1996), classificou como sendo espaços luminosos e opacos. Os espaços luminosos seriam aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização.

Para este autor, os espaços opacos seriam os subespaços onde tais características estão ausentes. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas. Mas, de fato, como essas lógicas transcendem os lugares em que se realiza, sua presença implica quase sempre uma tendência a ingovernabilidade dos respectivos lugares.

Este cenário corresponde a uma nova dialética que se estabelece entre espaço de fluxos gerenciais, de vetores, que tende a superar os Estados e as fronteiras, e o espaço dos lugares, vividos, da experiência histórica (CASTELLS, 1985). Nesse contexto, análises e conceitos tradicionais, como soberania, nacionalismo, geopolítica, perderam a força explicativa sem considerar o vetor científico-tecnológico moderno (BECKER, 1983).

Em muitos países em vias de desenvolvimento como Moçambique é evidente a limitação do Estado em relação a sua soberania econômica, embora preserve em grande medida os seus direitos políticos. Contudo, se os governos favorecem as empresas, surgem sérias contradições nos Estados nacionais. Um dos maiores problemas contemporâneos é o decréscimo da influência do governo na decisão locacional tomada pelas grandes organizações econômicas. Se esta tendência prevalecer significará perda de poder sobre o espaço e conseqüente perda de poder de decisão em relação a forças internacionais.

Para Becker (1983), as alternativas que foram propostas na literatura científica na década de 70, principalmente, para contornar essas contradições parecem paradoxais. Por um lado, autores de tendência marxista propunham: a) o fortalecimento do poder do Estado quanto ao controle locacional das corporações privadas e públicas; b) a preparação da região a fim de torná-la adequada às exigências da nova era industrial. Por outro lado, autores de tendência neoclássica

reivindicam o fortalecimento das comunidades e a descentralização do poder de decisão.

É, pois, sobre esta última perspectiva – a neoclássica - que se verifica a tendência à (re)valorização do local, ou de iniciativas de desenvolvimento endógeno, enquadrado no amplo projeto de desenvolvimento territorial. A expressão deste se encontra plasmada na dimensão horizontal como um dos argumentos sustentados no presente trabalho.

Os anos 90 testemunharam à escala planetária os processos associados à globalização e os programas de ajustamento econômico sob os auspícios de organismos multilaterais e, ainda, um elo racional padronizador do que devia ser “desenvolvimento”. Para Ferrão (2002), generalizou-se a idéia de que os processos de globalização implicariam inevitavelmente a uniformização de estilos de vida, padrões de consumo e modos de produzir em todo o planeta.

Esta visão suscitou muitas reações, apoiadas na idéia de diferença como fator de distinção. Pois, foi sob este prisma que se destacou a importância do sub-nacional e local ante o nacional e transnacional. Aqui, a estas escalas, tanto se incluem as ações exercidas por indivíduos ou coletividades, quanto sobre as microunidades ou mesounidades, desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento, ou seja, valorizam-se alguns tipos de diferença, inclusive de base territorial como uma resposta ao processo de globalização.

É assim que os poderes são exercidos em diferentes escalas, na construção das utopias comprometidas com o desenvolvimento local, definindo formas inovadoras de gestão social do desenvolvimento social (FISCHER, 2002). Sua análise remete às relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas de gestão específicas.

É assim que a construção social utópica do desenvolvimento local é, então, forjada por inter-organizações que refletem os interesses plurais de instituições que operam em territórios delimitados real e virtualmente (FISCHER, 2002).

Por desenvolvimento territorial, entende-se que sejam ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão.

Porém, se o desenvolvimento territorial está calcado nas estratégias endógenas, articuladas às demais escalas, o que dizer do território e da

globalização? Como observa Milton Santos, o território era a base, o fundamento do Estado-nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 1994).

Contudo, é importante observar que nem todo território é hoje, estritamente transnacionalizado. O território está se metamorfoseando sim, pois hoje convergem diversas forças e interesses na sua conformação, quer sejam internas e externas, globais e locais. Sobre a globalização estão implícitas as diferenciações socioespaciais expressas através de espaços do mandar e do fazer, ou ainda entre espaços luminosos e opacos que na verdade, refletem a divisão territorial do trabalho à escala global e nacional.

Por outro lado, o Consenso de Washington focado na dominação da finança mundial reduz fortemente a soberania dos países em vias de desenvolvimento, fortemente comprometidos com o peso da dívida e da ajuda externa. A semelhança do que sucedeu com muitas formulações teóricas e até mesmo conceituais, as referências às economias avançadas, ou seja, ao primeiro mundo, também constituiu uma referência importante para o desenho da estratégia política-teórica da natureza do Estado e sua relação com as economias e cujos modelos foram mais tarde “enxertados” ou adaptados aos países da América Latina, Ásia e África (FIORI, 1992).

Difícilmente os países subdesenvolvidos assumem a dianteira de formulações teóricas e estratégicas sem que tenham como base os referenciais das economias do primeiro mundo. Isto tem sido um ciclo vicioso, que coloca os países africanos, em particular, numa situação de repetidores ou reprodutores de modelos e estratégia de desenvolvimento que muitas vezes não se enquadram ao seu contexto e suas especificidades. O máximo que se consegue é a elevação de produtividade localizada em certas regiões ou lugares já industrializados e que beneficiam minorias de altas rendas, sem que se registre o repasse e repercussões deste progresso para as condições de vida de grande maioria da população.

Estes modelos ou estratégias de desenvolvimento surgem muitas vezes como resposta à crise provocada pela dívida externa. Para o caso específico de

Moçambique, a causa básica esteve associada à crise fiscal³ do Estado: o fato de o Estado ter-se tornado insolvente, perdido crédito e desviado recursos para uma economia de guerra e o esgotamento de uma estratégia de desenvolvimento inicialmente bem-sucedida (planejamento centralizado) que contava com uma excessiva intervenção do Estado no setor produtivo da economia, para além do populismo econômico.

As recomendações do Consenso de Washington foram importantes para solucionar a crise fiscal nos países Latino-americanos. Na África, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial identificaram para o caso particular de Moçambique, um pacote de medidas que estão sendo implementadas pelo Governo, dentre as quais se destacam, o ajustamento fiscal, objetivando eliminar o déficit público, reformas estruturais orientadas para o mercado (especialmente a liberalização comercial e a privatização) destinadas a desregulamentar a economia e reduzir o aparelho do Estado.

Na verdade tal cenário ou contexto se enquadra dentro daquilo que Machado (1999), classifica como sendo a dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder. O que se pretendeu chamar de *teoria da dependência* é uma obviedade histórica; uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial, já descrito e conhecido desde o século XIX quando, então, o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo *modelo* sócio-econômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante (MACHADO, 1999, p. 199). (Grifo no original).

Para este autor, a dependência política e econômica continuada poderá esclarecer em parte o subdesenvolvimento do mundo latino-americano e afro-asiático (a despeito da defasagem entre ambos os processos), condicionados aos mecanismos de apropriação e acumulação do excedente econômico, pelo crônico endividamento externo, pelas relações de trocas desiguais, pela dominação do capital financeiro e bancário, com a complacência e conivência inicialmente de classes senhoriais, das oligarquias agroextrativistas exportadoras e, posteriormente,

³ Todas crises fiscais têm como resultado uma crescente dificuldade do Estado em se financiar, muitas vezes associada a déficit público, poupanças públicas negativas ou muito baixas, dívida interna e externa excessivas, falta de crédito do Estado, expressa na falta de confiança na moeda nacional e no curto prazo de maturidade da dívida doméstica e na falta de credibilidade do governo. Portanto, a perda de crédito pelo Estado – sua incapacidade de se financiar a não ser pela senhoriação (emissão da moeda) – é a quintessência da crise fiscal (PEREIRA, 1996).

dos agentes da subeconomia industrial, os quais tradicionalmente exercem o controle do poder estatal.

Esta situação exigiu uma radical reformulação do Estado (ainda em curso em Moçambique), na sua organização burocrático-administrativa e, certamente, nas suas funções como agente econômico-financeiro.

No período anterior a implementação do PRE, o Estado se sobrepunha simultaneamente à esfera política e à esfera econômica e da sociedade civil, o que multiplicava as suas exigências. Naquela situação, só dispunha de um mecanismo de *feed-back*, o do partido único, que era insuficiente para informar a totalidade das opções e para permitir um controle eficiente das suas decisões.

Como estratégia, o Estado procurava evitar a ampliação do âmbito da vida econômica, cultural e social, de modo a melhor assegurar a sua vigilância. No entanto, estes dispositivos de proteção e controle do poder do Estado num regime monopartidário, não foram suficientes para impedir o avanço de uma nova concepção ou paradigma de desenvolvimento que se vinham registrando, em face de novos cenários políticos e econômicos à escala mundial, decorrentes do processo de globalização e do fim da Guerra Fria.

Como assinala Raffestin (1993), quando se referia ao caso da revolução francesa, a passagem do Antigo Regime à Revolução foi acompanhada, portanto, de uma mudança nos quadros territoriais. A passagem de uma estrutura de poder para outra significa também a substituição de um embasamento territorial por outro, ou seja, uma mudança no regime político induzia a uma mudança na dinâmica territorial.

Becker (1991) considera que é importante observar que as redefinições paradigmáticas em curso inserem-se na crise/reestruturação do sistema capitalista mundial iniciada nos anos 60 em que rápidas transformações são impulsionadas pela internacionalização crescente da economia-mundo associada à revolução científico-técnica, configurando uma nova modernidade.

Em 1987, começa a ser implementado em Moçambique, o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) marcado por profundas transformações sociais e econômicas. O PRE é um programa de ajustamento estrutural sob recomendação do FMI e do Banco Mundial baseado na adoção de austeras políticas monetária e fiscal, privatização do setor público, desregulamentação e liberalização da economia e estímulo ao setor exportador (MACUANE, 2001).

O livro “*World Hunger*”, (<http://www.envolverde.com.br>) aponta como objetivos gerais do ajustamento estrutural os seguintes: viabilizar reformas institucionais e políticas da estrutura de uma economia para eliminar o déficit da balança de pagamentos, frear a inflação e procurar a elevação do PIB. De acordo com o artigo, o programa de ajustamento estrutural em Moçambique inclui medidas como: desvalorização da moeda, liberalização das importações, e dos preços ao consumidor, taxa de juro positiva, privatização da banca e das empresas que não conseguiram sujeitar-se à racionalidade do setor privado, liberalização do setor do trabalho, racionalização e diminuição das despesas de funcionamento do aparelho central do Estado, limitação do crédito em especial para setores não exportadores e a particulares, intervenção do Estado no que tange à infra-estrutura de apoio à exportação e investimento em capital humano. Por ironia que pareça ser, o aparecimento destes programas tem a sua origem na impossibilidade de os países com dívida externa pagarem essa dívida e necessitarem de mais empréstimos. Ou seja, funciona como uma *bola de neve* e que não chega a zerar as suas dívidas.

A política de importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infra-estrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente pela via de juros a serem pagos, das importações de matérias-primas e do repatriamento do capital internacional estabelecido, o que agravava a dependência externa (MACHADO, 1999, p.199).

Com o PRE, o país adotou a economia de mercado como seu modelo de desenvolvimento econômico de matriz neoliberal, onde a iniciativa privada e a livre concorrência constituem a sua base. Com esta medida se abriu o caminho para o triunfalismo do liberalismo econômico em Moçambique, passando a se colocar o mercado na vanguarda da política e da sociedade.

A economia se impôs como “superestrutura” (concepção de Karl Marx) e como consequência o Estado passou a ver o seu papel social e intervencionista reduzido – “Estado mínimo” - e as suas ações passaram a depender de forças externas. A par destes acontecimentos de política econômica, com a Constituição de 1990, o país se abriu a um sistema político marcado pela democracia multipartidária.

A introdução do PRE em Janeiro de 1987 enquadrava-se numa seqüência de crise econômica herdada do colapso do modelo socialista no contexto da guerra fria,

do efeito da seca e da guerra civil, da fome generalizada, da queda de preços de produtos primários no mercado internacional e do próprio isolamento do regime na esfera da diplomacia internacional. Moçambique perde a capacidade de honrar os seus compromissos de pagamento do serviço da dívida externa.

Da crise da dívida, surgiu o programa de ajustamento estrutural em Moçambique. Tratava-se de recuperar, a todo o custo, os investimentos ou empréstimos feitos ou concedidos ao país. Destas premissas derivou a necessidade de adoção de novas estratégias que passavam pela negociação com os seus principais credores com vista ao reescalonamento da dívida, ao seu perdão, e até mesmo a obtenção de novos empréstimos. Em setembro de 1984 o país aderiu formalmente ao FMI e ao Banco Mundial. Simultaneamente, iniciou negociação da dívida com os Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e renegociou com o Clube de Paris e a Organização Económica para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), o reescalonamento da dívida (MACUANE, 2001).

Babajide Fawowe no seu artigo intitulado *Financial liberalization policies and economic growth: panel data evidence from Sub-Saharan África* refere que existe uma relação significativa entre o crescimento económico e políticas de liberalização financeira implementadas em muitos países africanos (FAWOWE, 2008).

O pressuposto básico de análise deste autor é de que a *performance* económica dos países da África Subsaariana tem chamado considerável atenção nos anos recentes com o emprego de adjetivos como “tragédia”, “medíocre”, “deprimente” utilizados para descrever baixas taxas de crescimento económico experimentados por estes países desde a década de 80 até a atualidade. A África Subsaariana tem sido a única região do mundo em desenvolvimento estagnada e as suas taxas de crescimento económico têm sido em grande medida pobres. A média do crescimento do PIB per Capita no período compreendido entre 1960 a 2000 foi de 0.45%, enquanto para América Latina e a região do Caribe foi de 1,6%; 2,3% para o Sul da Ásia e 4,9% para o Este da Ásia e Pacífico.

Na mesma linha Collier (2007) assinala que a economia dos países africanos tem divergido das outras regiões em desenvolvimento. Ao longo das últimas três décadas o crescimento económico na África tem sido muito mais lento.

Num trabalho seminal de McKinnon (1973) e Shaw (1973) atribuíram à repressão financeira como sendo a principal causa do crescimento insatisfatório da *performance* económica dos países em vias de desenvolvimento. Tanto McKinnon

como Shaw advogaram que a liberalização financeira era necessária para remediar os problemas causados por políticas financeiras desajustadas nos países em vias de desenvolvimento (FAWOWE, 2008).

Nesta perspectiva, Nissanke & Sindzingre (2006) referem que a África Subsaariana requer uma profunda transformação institucional para embarcar rumo a um desenvolvimento sustentável que assegure a partilha do crescimento nos próximos anos.

Em Moçambique, o PRE foi elaborado com o objetivo de resolver os desequilíbrios macroeconômicos provocados pela gestão da economia planificada e pela guerra. Esses desequilíbrios eram caracterizados pela excessiva concentração da renda no setor urbano (apesar de a base da economia ser a agricultura e da maior parte da população viver na área rural), e pela grande queda do crescimento econômico desde 1981, que chegou a ser de 25% no período entre 1982 e 1985 (MACUANE, 2001, p.254).

Evidentemente que, numa situação de mercado livre, o Estado já não iria desempenhar a função de agente econômico a atuar através de empresas estatais, embora continuasse a deter a propriedade da terra. No novo contexto, onde o Estado é basicamente regulador e coordenador do processo econômico, são constituídos novos capitais que contam em alguns casos com a parceria público/privado ou apenas com o capital privado ou ainda, através da atuação da sociedade civil.

Como coloca Claval (1979), as sociedades liberais ou neoliberais favorecem o florescimento, sob o Estado, de uma sociedade civil à qual ela transfere muitas responsabilidades. Também florescem novas formas de organização: partidos, sindicatos, associações ideológicas, seitas religiosas e ONG's.

Com a introdução no país da economia de mercado, o Estado liberalizou a economia e a iniciativa privada passou a ser a força impulsionadora da economia nacional. Esta nova forma de dinamizar a economia, também atingiu o ramo agrícola, com as mesmas regras de financiamento, crédito, taxas de juros, garantias, semelhantes a de outros ramos econômicos.

Ao contrário do que aconteceu no terceiro mundo, o Primeiro Mundo (a União Européia e os Estados Unidos) continuam a subsidiar a agricultura. A União Européia canaliza mais de US\$ 50 bilhões por ano para os seus produtores, no

contexto da chamada Política Agrícola Comum (PAC), quantia equivalente a 45% do orçamento da Comissão Europeia, órgão executivo do bloco.

A PAC garante um preço mínimo aos agricultores, impõe tarifas às importações e cotas para determinados produtos, além de proporcionar um pagamento direto de subsídios para terra cultivada e áreas de conservação. Outros países industrializados como os Estados Unidos, também subsidiam o setor agrícola e protegem seus mercados locais com tarifas sobre importações e cotas.

Nada do que acima exposto é realizado em Moçambique. As subvenções agrícolas não se compadecem com a matriz econômica escolhida e constituem um contraponto a política de liberalização, razão a que leva o setor a se ressentir da proteção do Estado. Críticas como “o dono de Moçambique é o FMI e o Banco Mundial” são freqüentes e vêm tanto de quadrantes políticos e econômicos, como até mesmo acadêmico.

Num artigo da Igreja Católica (*Vida Nova* – Novembro de 1995) citada por Hanlon, pode-se ler:

Contrariamente do que nos é agradável acreditar, os donos da África não são os vários estados africanos, não obstante as rependas(?) proclamações de soberania e independência; nem são uma ou outra das antigas potências coloniais. O dono da África é o Banco Mundial! O dono da África e de Moçambique é o BM (com o FMI). O seu programa é de fazer entrar a África no sistema do neocolonialismo econômico sem terem em conta as necessidades das pessoas. O que conta é o livre mercado e o deus dinheiro!

De acordo com Santos e Silveira (2001), a prática do liberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos. O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império egoísta da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis.

Numa outra perspectiva, são arrolados para a interpretação teórica incrustada na dialeticidade territorial na região do Vale do Zambeze - Moçambique, sobretudo, na relação que se estabelece entre a globalização e os espaços periféricos, a velha questão do desequilíbrio do poder e força entre as nações.

No entanto, conforme já sublinhado, tal fato não deve ser encarado como o único para a interpretação da velha questão de desenvolvimento dos países

atrasados. Ou seja, não bastará sustentarmos a análise no pressuposto de que o problema do atraso e do subdesenvolvimento do país encontra a sua justificativa na questão do desequilíbrio de poder e força entre as nações, pois que há outros fatores internos de ordem estrutural e conjuntural que acentuam o problema do atraso e do subdesenvolvimento no país, tais como a guerra, a corrupção, a AIDS, as calamidades naturais entre outros e onde o espaço rural configura-se como sendo o mais sacrificado.

Por esta razão, a abordagem que aqui se traz trespassa os limites territoriais de Moçambique, uma vez que as questões econômicas são universais. Entretanto, as dependências não são recíprocas, havendo por isso os tais espaços do mandar e do fazer, conforme conceituou Milton Santos.

É sob esta perspectiva que se busca em autores como José Luís Fiori, Luís Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano, entre outros, elementos para a interpretação à escala global da matriz macroeconômica para análise da economia mundo e da inserção dos países periféricos no jogo de relações de poder e do lugar de cada um destes países na distribuição da riqueza mundial, consubstanciado através do nível de desenvolvimento das nações.

Sob esta perspectiva, são identificados três níveis ou escalas de análise: (i) à escala das relações internacionais e a esse nível destaca-se a questão da desigualdade, ou seja, do desequilíbrio do poder e força entre as nações dentro do contexto da economia mundo e (ii) à escala nacional, onde se destaca a questão das experiências e modelos de desenvolvimento implementados no país e das suas implicações sobre o processo de desenvolvimento na região rural do Vale do Zambeze e (iii) as interfaces e diálogos que se estabelecem entre estas diferentes escalas.

Por exemplo, a escala do que se está chamando de relações internacionais, Fiori (1999), refere-se à retomada na agenda político-econômica internacional da preocupação com o desenvolvimento dos países atrasados em face da impotência das políticas até agora adotadas. Esta constatação reflete uma preocupação de fórum internacional, onde as responsabilidades não são apenas atribuídas aos países atrasados, pelo contrário, também chama a atenção e a responsabilização dos países desenvolvidos e, sobretudo nas relações entre os dois blocos de países, ou seja, das relações de poder.

Para a segunda perspectiva de análise a que se está chamando de escala nacional, o melhor exemplo para situar esta questão talvez seja o esforço e a preocupação que os líderes africanos se têm debatido para traçar paradigmas de desenvolvimento baseadas nas suas próprias convicções e percepções. É, pois, sob esta perspectiva que se toma como exemplo o caso de Moçambique no período pós-independência através da adoção do Plano Prospectivo e Indicativo (PPI) mais tarde abandonado em face da pressão internacional exercida para a viragem do país à economia de mercado que ganhou terreno no início da década de oitenta, com a introdução do Programa de Reabilitação Econômica (PRE).

Teóricos clássicos do século XIX e XX, Smith, Ricardo, Malthus, Stuart Mill e Marx na tentativa de escreverem suas teorias visando propor caminhos e soluções e influenciar as políticas do seu tempo, ou seja, as preocupações que tinham em sustentar as suas teses políticas nas suas análises econômicas acabaram dando origem as grandes utopias modernas, sendo a mais antiga delas – a utopia liberal que desde então, foi sempre presente, culminando com a idéia de globalização (FIORI, 1999, p. 15).

Estas teses continuam sendo hoje dominantes, embora não mais sob o prisma das discussões clássicas sobre os mecanismos da acumulação do capital, mas de um contexto macroeconômico contemporâneo dominado pelo sistema financeiro e pela perpetuação dos desequilíbrios de relações de força entre as nações.

O grande problema que se coloca para nações periféricas como Moçambique está relacionado com a definição de preços dos seus produtos primários no mercado internacional. Talvez este seja hoje uma das grandes batalhas e desafios dos líderes africanos: a atribuição no mercado internacional do valor real dos preços dos seus produtos. Os termos de troca continuam sendo assimétricos.

Os países periféricos continuam exportando barato e importando caro e esta situação reflete o desequilíbrio de poder e força entre o Norte e Sul. Há que horizontalizar esta relação e os termos de troca e talvez essa seja a via mais flexível para geração de rendimentos e redução da dívida externa dos países periféricos.

Na atual situação, dificilmente os países periféricos terão capacidades de captação de recursos a serem revertidos em fatores de investimento nos seus países. Está estabelecido um ciclo vicioso que precisa ser mudado e essa mudança passa pelo equilíbrio de forças no mercado internacional.

Fiori (1999) retira um trecho de Marx em o *Manifesto Comunista* onde observa o seguinte:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia configurou de maneira cosmopolita a produção e o consumo de todos os países...No lugar de velhas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas necessidades, que requerem os produtos dos mais distantes países e climas. No lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surge um intercâmbio em todas as direções, uma interdependência múltipla das nações (MARX, 1978)

Marx no prefácio da 1ª edição d'O *Capital* já se referia que os países que eram industrialmente mais avançados mostravam aos menos desenvolvidos a imagem do seu futuro e destacava a perversidade do comércio internacional, sobretudo em países que exportavam principalmente os produtos primários onde elevou a miséria das massas, ou seja, dos produtores reais.

Por exemplo, referindo-se ao comércio de algodão, Marx escreveu:

Nasce uma nova e internacional divisão do trabalho, uma divisão adequada aos requisitos dos centros líderes da moderna indústria, convertendo uma parte do globo numa área basicamente de produção agrícola para abastecer a outra parte, que permanece principalmente como área industrial (MARX, 1978).

Adam Smith em *a natureza e as causas da riqueza das nações* reconhece o papel e a importância do intercâmbio mútuo do conhecimento e de todos os tipos de aprimoramentos que trazem consigo um amplo comércio entre si, embora inicialmente reconhecesse que fora o próprio “intercâmbio mútuo” que provocara os “infortúnios horríveis” nos territórios coloniais, exatamente por causa dos desequilíbrios de poder entre os povos conquistadores e conquistados.

Passaram-se mais de dois séculos e praticamente nada mudou: a perversidade desse intercâmbio continua tão horrível quanto foi nos anos setecentos. Esses “infortúnios horríveis” ganharam uma nova face e um novo discurso encoberto pelo sistema financeiro mundial e pelos termos de troca no mercado internacional sempre desfavoráveis à produtos exportados da África, Ásia e América Latina.

Na verdade, o mundo está dividido em dois grupos conforme o critério. Por exemplo, (Polanyi citado por Fiori, 1999) refere-se a países que emprestavam dinheiro e países que pediam emprestado, países exportadores e países

praticamente auto-suficientes, países com exportação variada e países que dependiam de uma única mercadoria para suas importações e empréstimos estrangeiros que em última instância refletem as relações de coragem e força apontadas por Smith, isto é, das relações de poder ou da divisão internacional do trabalho.

Já em torno de 1960/1970 Prebisch chamou de forma conceitualmente mais rigorosa a um desses grupos de periferia do sistema econômico capitalista (FIORI, 1999), que não perdeu a sua função na divisão internacional do trabalho. A sua condição de periferia e supridor de matérias primas e alimentos para o núcleo central do sistema, não foi modificada, embora alguns desses países tivessem deixado a sua condição de colônia. Maior parte das suas economias continua dependente do comportamento dos preços de suas exportações, e do seu acesso ao crédito e aos capitais de investimento dos países centrais.

A esse propósito Fiori (1999), traz-nos uma observação importante de Polanyi que corresponde à situação atual de maior parte de países periféricos e particularmente de Moçambique:

Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulam com o crédito e este depende do bom comportamento (...) que se refletia no orçamento e no valor externo da moeda. Ali, o pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram reconhecidos como pedras de toque da racionalidade política (...) e até mesmo o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas (POLANYI *apud* FIORI, 1999).

Fiori (1999) considera que esse compromisso liberal é assumido pelos governos e elites internacionalizantes de todos os países componentes do velho núcleo do poder político e econômico do sistema capitalista. Constituem-se blocos de poder formados com seus Estados nacionais e competindo por novos territórios econômicos, delimitados já não pelas barreiras comerciais, mas pela credibilidade das suas moedas e do sistema de pagamento. Criam-se os verdadeiros “territórios monetários” que se espriam e competem através de um universo integrado pelas desregulamentações nacionais do movimento de capitais e pela descompartmentalização dos próprios mercados financeiros do câmbio, dos títulos públicos e privados, das ações, dos imóveis e das *commodities*. É assim que ele

classifica esse cenário de nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que a que ocorreu no século XIX.

Sob estas condições, “o moinho satânico” volta a operar na sua máxima força e de forma mais perversa no mundo do trabalho e de maneira mais extensa e imperial no mundo das finanças globalizadas, impondo limites estreitos às políticas econômicas e as taxas de crescimento da economia mundial.

Evidentemente, que esse “moinho satânico” hoje sob a batuta dos “mercados financeiros” se reproduz de forma mais dura e perversa nos países periféricos, onde a taxa de desemprego cresce de forma exponencial, os problemas sociais se avolumam e as desigualdades sociais se acentuam tudo em nome do controle da inflação, de estabilidade orçamentária e de moedas fortes.

No entanto, é importante destacar conforme constata Beluzzo (1999), que “o capitalismo financeiro não foi um novo rebento da década de 1900”, no entanto a sua predominância é o *signal de outono* dos grandes desenvolvimentos capitalistas, ou seja, da hegemonia deste sistema que se espalha em todas as direções sem dó nem piedade, buscando a conquista obcecada por novos mercados.

Na verdade, o Consenso de Washington representa mais uma ação ofensiva e impositiva dos chamados países centrais focado na dominação das finanças internacional (CANO, 1999), e que de certa forma retira a já debilitada soberania dos países periféricos algumas vezes, sob o consentimento de seus líderes.

O livre mercado, resultante do receituário “impositivo” “sugerido” pelo *Consenso de Washington* determina novas formas de articulação entre atores; o Estado passa a desempenhar mais a função de regulador e facilitador das atividades econômicas e investimentos externo capaz de serem traduzidos em fatores de desenvolvimento do país.

O *Consenso de Washington* está sendo implementado no país, embora com ajustamentos específicas ao seu contexto, mas com os mesmos propósitos experimentados em outros países periféricos. Isto na verdade representou o transplante de um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras já implantadas nos países centrais. Resumidamente, isto consistia na diminuição do papel do Estado, privatizações, desregulações e abertura comercial.

Este pacote de medidas esteve amparado sob um discurso ideológico de modernização da periferia e assim, igualando-se ao Primeiro Mundo (CANO, 1999).

Hoje, não existe a mínima dúvida de que tal feito não passou apenas de ideologia. Ao invés dos países periféricos igualarem-se aos países centrais, o que se assiste é o aprofundamento das desigualdades e da distribuição da riqueza entre esses dois grupos de países. O equilíbrio de coragem e força de que falava Adam Smith não passou de uma utopia. Poucos avanços sociais se materializaram para as populações mais pobres do país que, por sinal, são essencialmente rurais.

Em Moçambique, por exemplo, o desenvolvimento rural continua sendo um discurso ou/e uma utopia, os cenários recentes de globalização vieram privilegiar algumas regiões em relação a outras, projetando verticalidades e dialéticas conflitantes entre estas e as horizontalidades.

Em 2004 o Instituto Mundial das Nações Unidas para Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico (UNI-WIDER) embarcou num projeto de pesquisa de grande escala sobre o impacto da globalização nos países pobres, co-dirigido por Machiko Nissanke e Eric Thorbecke.

De acordo com o referido estudo, a princípio a globalização providencia um grande potencial para a redução da pobreza nos países em vias de desenvolvimento porque cria um ambiente favorável para um rápido crescimento econômico e transmissão do conhecimento. Contudo, fatores estruturais e políticos dentro da economia mundial e economias nacionais têm impedido a plena transmissão dos benefícios dos vários canais da globalização para a redução da pobreza.

A distribuição da riqueza (rendimentos) em escala global continua sendo muito desigual em muitos países pobres, particularmente na África. Evidências mostram que a abertura dos países tem provocado o aumento das desigualdades internas. O certo é que a pobreza aumentou na África em termos absolutos e relativos. Os riscos decorrentes do processo de globalização são mais significativos para economias frágeis e países pobres, pois estes são mais vulneráveis as crises associadas a economia e às finanças globais (NISSANKE & THORBECKE, 2008).

2.3 A MULTIDIMENSIONALIDADE DO PODER E USOS DO TERRITÓRIO

“O Estado tem com o território uma relação inextrincável e complexa que mudou ao longo da história” (Becker, 1991). É com base neste pressuposto que é pertinente abordar a questão da multidimensionalidade do poder, ou seja, do poder não apenas vinculado à ação do Estado, mas também, do poder vinculada à ação

de outros atores atuando em diferentes escalas sinalizando novas práticas territoriais estratégicas na produção do espaço.

Para Becker (1991), a leitura das práticas de apropriação e uso de parcelas do território nacional desvenda os interesses em jogo no processo de reestruturação da economia, da sociedade e do próprio Estado. Para o caso específico de Moçambique, o uso do território em referência ganha a sua expressão mais evidente com a Constituição de 1990, que marcou uma nova etapa histórica, baseada no Estado Democrático e na economia de mercado, ou seja, na atuação de múltiplos atores e poderes e atuando em múltiplas escalas. No entanto, os períodos anteriores continuam sendo válidos e úteis visto que não se pode descurar o processo e as transições de regimes e de modelos de desenvolvimento.

Touraine (1996) aponta que a relação entre o regime democrático, o processo de reforma do Estado e as políticas que têm incidência estratégica no território, dá-se sob a redefinição do papel do Estado e de sua necessária intervenção. Isto se dá em razão da grande disparidade econômica e social das populações; da economia de mercado; das novas dimensões da relação público/privado e da participação de organizações da sociedade civil.

Nessa perspectiva, a democracia não pode ser reduzida a instituições públicas, ou seja, apenas ao poder ou a atuação unidimensional do Estado. Ela deve contar com a participação de diferentes atores e poderes que atuam em diferentes escalas e que representem práticas estratégicas com incidência sobre o território. Assim, a democracia define-se, não como a criação política da sociedade, mas como a penetração do maior número de atores sociais, individuais e coletivos, no campo das decisões (TOURAINÉ, 1996, p. 40-41) e ações.

Touraine (1996) e Giddens (1996) identificam duas abordagens contrastantes sobre a concepção da democracia: (i) a abordagem ortodoxa, que é a perspectiva de Fukuyama, que segundo este autor, “a democracia tornou-se universalmente popular nos dias de hoje simplesmente porque é o melhor sistema político que a humanidade pode propor. O fascismo fracassou há muito tempo. O comunismo não existe mais, e o governo militar não pode gerar uma administração eficiente. A democracia liberal, associada ao capitalismo na esfera econômica, é o que restou” (TOURAINÉ, 1996).

Giddens (1996) apresenta uma outra visão sobre o porquê da democracia liberal estar se tornando generalizada e coloca o acento nas mudanças sociais.

Segundo ele, as mudanças que ocorreram no Leste Europeu não foram lideradas por partidos revolucionários organizados. Foram pacíficas em sua maioria, e o poder do Estado, por assim dizer, desmoronou-se sem precisar ser diretamente derrubado. Aponta para a importância da fluidez da comunicação eletrônica, sobretudo da rádio e da televisão integradas num universo maior à luz do processo da globalização, como sendo fatores que atuam na transformação da vida cotidiana e imprimem pressões para democratização nos dias de hoje.

Sob este prisma, Giddens (1996), considera que os processos de democratização são hoje impulsionados pela expansão da reflexividade social e pela destradicionalização. Muitas das mudanças mais importantes que afetam as vidas das pessoas hoje não se originam na esfera política formal e podem apenas em parte ser enfrentadas por ela.

Portanto, hoje são as revoluções sociais que influenciam pressões democratizadoras que atravessam a arena política e desestabilizam o sistema democrático liberal tanto quanto o consolidam.

Claval (1979) faz uma reflexão mais estreita sobre as relações entre o poder e o espaço e concentra sua análise nas trocas assimétricas como fatos do poder. Para ele, poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros, por isso estarem presentes as assimetrias e desequilíbrios que lhe dão sustentação. Por exemplo, o estabelecimento de infra-estruturas de circulação e de comunicação – as externalidades - provoca, portanto, diferenciações no espaço que dá a certas localizações vantagens sobre as outras, tornando-se fonte de desigualdade e de influência.

Para Claval (1979, p. 11), a análise do poder corresponde a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida. “O jogo social nunca é inocente: atrás das retroações que limitam aparentemente o poder dos indivíduos, desmascara-se a ideologia que oculta os mecanismos reais e leva a esquecer o peso desigual dos participantes e os que instituíram as regras sociais e com elas se beneficiam”.

Ao aspecto ideológico (Claval, 1979), acrescenta o jogo das influências econômicas, cuja base seria os recursos. A influência econômica não está reservada a uma categoria estreita da população: ela depende dos efeitos de classe; é

exercida ora por uma categoria profissional, ora por uma categoria jurídica – a dos detentores dos bens de capital -, ora por especialistas de organização monetária, da engenharia econômica ou da inovação técnica.

Para Raffestin (1993), “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”. Segundo ele, a rebeldia se deve ao fato do poder se representar mal por consistir em atos e decisões.

Para Becker (1983), hoje, não mais se nega que o poder é multidimensional, o que implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais, e na necessidade de alterar o conceito de Estado. A reavaliação do papel do espaço e a reconstituição de sua potência social e política é uma exigência vinculada à nova realidade política dos anos 90, em que explodem conflitos entre forças internacionais e nacionais, entre grupos sociais que compõem a formação social e entre segmentos do próprio Estado, ressaltam a importância da instância política e demonstram que o aparelho governamental não é o instrumento único do poder (p. 6).

A linguagem cotidiana freqüentemente confunde território e espaço. Para uns, o território viria antes do espaço; para autores como André-Louis Sanguin, 1977; Claude Raffestin, 1980, 1993, o contrário é que é verdadeiro (SANTOS E SILVEIRA, 2001). Santos (1996) define espaço geográfico como uma união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê.

“Espaço e território não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território e o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc” (LEFEBVRE, 1978).

Nesta perspectiva, Raffestin (1993, p. 144), considera que o território corresponde a um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e, como reflexo, revela a presença de relações de poder e a territorialidade seria a “face vivida” da “face agida” do poder. A territorialidade reflete a

multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.

Becker (1984) com base em Raffestin considera “a territorialidade como um fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida cotidiana, representa a oposição do local ao universal, representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades, malha concreta que se opõe à malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado” (BECKER, 1984).

Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. E tal representação só atinge no espaço aquilo que é susceptível de corresponder às “utilidades” sociais *lato sensu*”. Nesta perspectiva, a produção de um espaço, isto é, os territórios estão presentes as relações marcadas pelo poder manifestado pela interação política, econômica, social e cultural, onde o Estado é parte desta interação.

Com as transformações do mundo no segundo pós-guerra e as contradições geradas, o espaço se valoriza como “locus” da reprodução social (LEFEBVRE, 1974). O Estado no plano internacional tende a perder poder para organizações supranacionais. Em contrapartida, no plano interno, num primeiro momento, o Estado, entendido como aparelho político governamental passa a ter poder dominante nas formações econômico-social (BECKER, 1983).

Hoje, porém, ainda segundo esta autora, não mais se nega que o poder é multidimensional, o que implica o reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais, e na necessidade de alterar o conceito de Estado a uma concepção mais coerente com o mundo contemporâneo que o entende como produto de uma relação social, elemento da infra-estrutura econômica com características próprias, e não como fator de coesão de uma formação em que o político supera a determinação econômica. Assim, compreende-se o Estado como aparelho político global, e não apenas como governo (BECKER, 1983).

É assim que crescem em vários países do mundo as demandas por uma Reforma do Estado. Sua configuração prévia é percebida não mais funcional tanto a reprodução do sistema econômico como à produção de

bens e serviços, no interior do Estado. Ao contrário demanda-se uma organização social flexível e aberta a internacionalização. Para tanto, a ideologia liberal propõe a execução de uma estratégia de modernização dos aparatos institucionais que inclui, como componentes centrais, a desburocratização, a privatização e a descentralização (BECKER, 1984).

Assim, o processo de produção do território implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Para Raffestin (1993), todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças do trabalho e pelas relações de produção. As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se verifica com as empresas ou outras organizações.

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, são todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Raffestin (1993) acrescenta que essa produção do território se inscreve perfeitamente no campo do poder da problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder.

Assim sendo, certamente que já não serão as concepções clássicas ratzelianas do território ligado à idéia de Estado-Nação, na formulação da unidimensionalidade do poder a dominar nossa perspectiva de análise, porém uma concepção fundamentada na base da atuação de múltiplos poderes onde o Estado passa a ser apenas um agente regulador e coordenador, sem que, no entanto, retiremos da nossa abstração a noção de limite.

Para Raffestin (1993), falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço e a ação desse grupo gera de imediato, a delimitação muitas vezes vinculada ao objetivo.

Está-se abandonando a antiga concepção da geografia política de Ratzel em que o território emerge então como uma noção fundamental: expressão concreta das unidades políticas no espaço, o território define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado. É o espaço próprio de um Estado, área onde exerce sua soberania, e implica em uma noção de limite (BECKER, 1983).

Nesta concepção, o Estado era visto como única fonte de onde emanava o poder, e todas as categorias de análise procediam, portanto, de um único conceito: o de Estado-Nação, única realidade representativa do político, ou seja, de um poder unidimensional do Estado.

Na nova concepção que se está trazendo, o poder reconhecido como multidimensional, implica no reconhecimento dos diversos agentes sociais com suas estratégias e conflitos presentes em diferentes escalas espaciais (BECKER, 1983; RAFFESTIN, 1993) e uma nova concepção de Estado marcada por uma maior aliança público/privado, o florescimento da sociedade civil, a atuação do capital internacional e a valorização do local.

O território volta a ser importante não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área específica. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social (BECKER, 1983).

Numa outra leitura, a multidimensionalidade do poder é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim. A gestão de ações/programas que contêm um caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, *novos usos do território* (RÜCKERT, 2004) e a flexibilização do Estado em relação ao território (BECKER, 1991), corresponde a um processo de emergência de *novos usos políticos do território*.

Para Santos (1994), conforme já referido, é o seu *uso*, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise. Nesse processo de transição, convivem, simultaneamente, ações do Estado nacional, que coordena a implantação de

macroprogramas de desenvolvimento, com delegação de poderes e/ou convivência em parcerias com capitais privados e iniciativas da sociedade civil. Esta nova concepção do território e do poder supõe a convergência de interesses diversos e a necessidade de desenvolvimento de uma complexa regulação envolvendo não só a administração em termos econômicos, mas também as relações de poder.

Por gestão do território entende-se como sendo a prática estratégica, científico-tecnológica, do poder para controle do espaço tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem (BECKER, 1991; 1995). A gestão territorial é a resposta a sua crise e à crise do planejamento (RAFFESTIN, 1993).

Milton Santos, na sua contribuição valiosa que ofereceu a teoria crítica do espaço, destaca, sobretudo no livro redigido em co-autoria com Maria Laura Silveira, *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*, a centralidade da política e da questão do poder (SANTOS E SILVEIRA, 2004), ou seja, o território, como fato e condição, manifesta e condiciona o exercício do poder. Santos (1996), também destaca dentro do quadro de sua formulação teórica, a dialeticidade estabelecida entre sistema técnico e sistema de ação.

Para Santos (1996), a ação reúne atividade (economia) e projeto/transcendência (ação política), isto é, a ação na plenitude da sua afirmação como práxis, inscreve-se na ontologia do espaço. Sob este prisma, a ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas, pelo fato de manifestar, no movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e a perspectiva da sua transformação, num ciclo incessante e dialético.

O território para Milton Santos é a “arena da oposição entre o mercado - que singulariza com as técnicas da produção, a organização da produção”, “a geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias (do ponto de vista de atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações” (SANTOS, 1996).

Assim:

O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vistas à política, com 'P' maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado (SANTOS, 1999).

E acrescenta:

“(...) é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem que ser visto - e a expressão é (...) de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e uso social dos recursos (SANTOS, 1999)

Para Ribeiro (2004), é essa concepção do território que permite enredar sistema técnico e sistema de ação numa proposta de compreensão da totalidade em que a problemática do ser social envolve a experiência prática do espaço e a valorização plena da ação política.

É assim que na obra de Santos e Silveira (2004), o território usado, na perspectiva criadora entre sistema técnico e sistema de ação, constitui uma híbrido material e imaterial que reflete o agir político. O território é usado e praticado.

Nesta perspectiva, por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence (...)* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, 2001) (itálico no original).

Esta perspectiva trazida por Milton Santos permite pensar o território como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo. O território já usado pela sociedade ganha novos usos em face de novas racionalidades políticas e econômicos que se registram à escala local, nacional e global.

Assim, para Santos e Silveira (2001), o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais eles igualmente utilizam a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e

financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Nesta perspectiva, ao longo dos próximos capítulos procura-se demonstrar no contexto dos usos políticos e econômicos do território, a incidência das verticalidades tanto a escala local, regional e nacional. Assim sendo, será esta dimensão a definir e a determinar o processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

3 MOÇAMBIQUE E A REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE NAS SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

O presente capítulo está subdividido em três partes: na primeira, inserem-se aspectos importantes relacionados com a reconstituição histórica da formação territorial de Moçambique evidenciando alguns fatores que proporcionaram a aventura portuguesa pelo Atlântico e pelo Índico, sobretudo, a partir do século XIV com a descoberta de Moçambique pelo navegador português Vasco da Gama na sua viagem as índias. Para tanto, faz-se uma breve incursão a história de Portugal monárquico.

Na segunda e terceira parte do capítulo aborda-se a questão da desestruturação do modo de vida e da estrutura de poder das sociedades tradicionais rurais na região do Vale do Zambeze, para além de se vincular a contribuição da língua portuguesa, no período pós-independência na consolidação da unidade nacional em Moçambique, assumindo-a como parte do sistema simbólico relevante na edificação do Estado-nação.

3.1 BASES DE FORMAÇÃO DA ESTRUTURA TERRITORIAL

O território, visto como unidade e diversidade é um elemento central na análise da história de um país. Dados históricos revelam que a formação da atual estrutura territorial de Moçambique tem os seus antecedentes no amplo projeto do expansionismo e imperialismo colonial português.

Moraes (1991) considera que a formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. Neste sentido, a formação territorial pode mesmo ser definida como o movimento de um grupo social que se expande no espaço e, neste ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território.

Com base nesta perspectiva, dificilmente se pode fazer referência a atual estrutura territorial de Moçambique sem que se considere a ocupação e domínio português ao longo de cinco séculos de exploração, pilhagem e humilhação imposta aos Moçambicanos. Ou seja, a alienação do território ao serviço de interesses exteriores.

A partir deste pressuposto, é possível identificar alguns elementos gerais relacionados com este projeto expansionista vivenciados em Moçambique, sem pretender estabelecer uma analogia ou transposição com os aspetos da história política e econômica brasileira apontada por Faoro, embora se reconheça que alguns elementos da história do Brasil referenciados por este autor coincidirem com a história econômica e política de Moçambique.

Raimundo Faoro dá elementos importantes para visualizar a formação territorial a partir das raízes do Estado português e é sobre esta última componente que se analisa as bases da formação territorial de Moçambique.

A sociedade portuguesa foi constituída sobre o império de guerra de onde se destacaram as lutas contra o domínio romano e a ocupação germânica. Foi a meio entre esses conflitos que nasceu em direção às praias do Atlântico, o reino de Portugal, filho da revolução da independência e conquista. Este processo conduziu ao estabelecimento da monarquia que definiu como um dos seus principais objetivos a conquista e o alargamento do território que passou a constituir a base real, física e tangível, sobre a qual assentava o poder da coroa (FAORO, 1991).

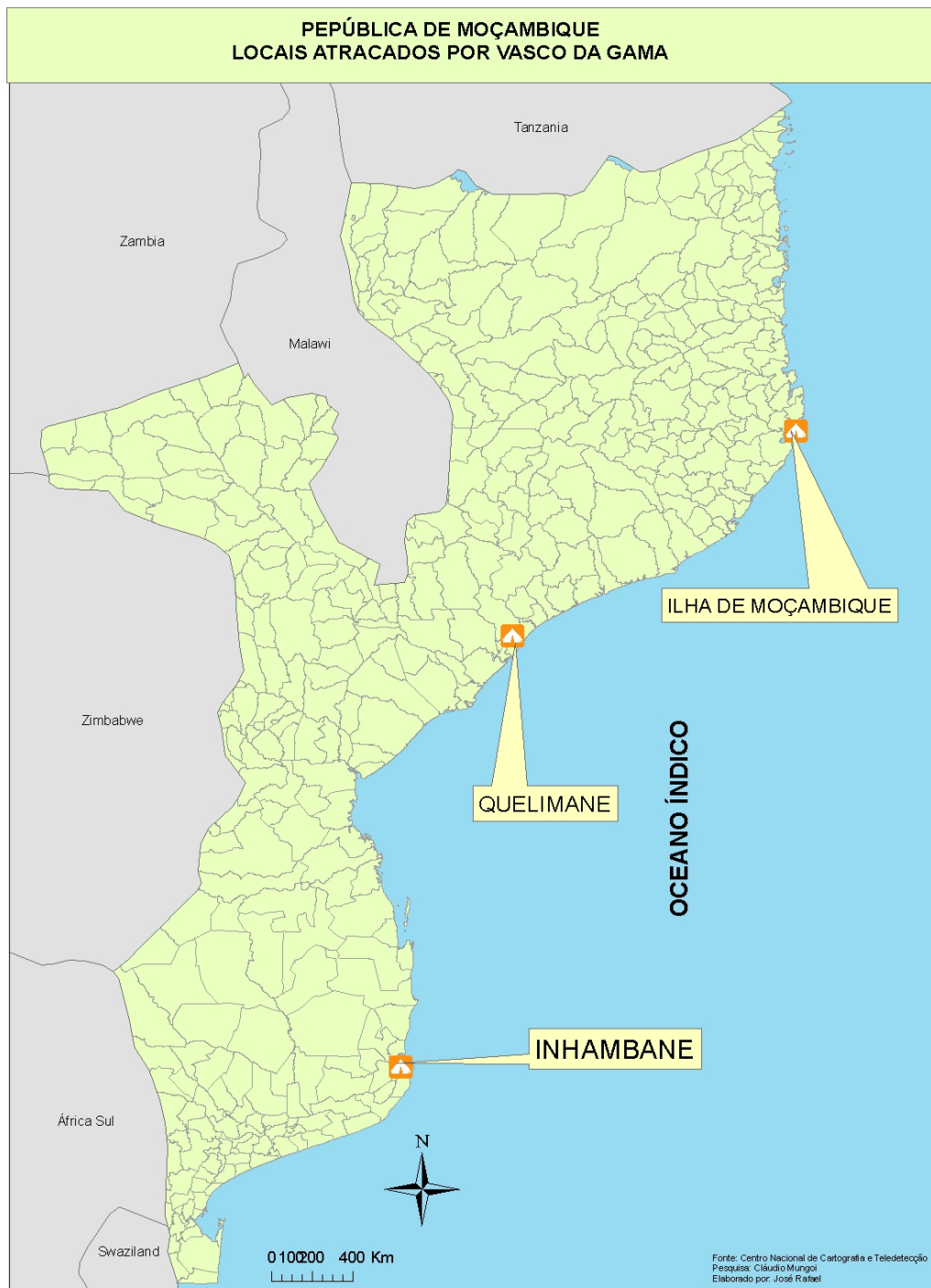
Como corolário, o rei tornou-se o senhor de tudo e seus rendimentos eram, sobretudo provenientes da propriedade fundiária, ou melhor, territorial da qual ele extraía a sua renda por duas modalidades de exploração: a direta e a indireta.

Para Faoro (1991, p. 8), a exploração indireta, por sua vez, gerava duas espécies de renda: uma talvez hoje mais próxima ao moderno arrendamento, temporário e a outra, o lavrador detinha o domínio útil do solo, transmissível entre vivos e por herança, revertendo ao rei o foro. Já na exploração direta do imóvel, os colonos se obrigavam a prestar, gratuitamente, alguns dias de trabalho por ano, não excluído o salário em moeda ou *in natura*. Com esta estrutura, por ser o legítimo proprietário de terras, o rei se converteu no “principal lavrador da nação”, com celeiros e adegas espalhadas por todos os confins. As garras reais, desde cedo, se estenderam ao comércio, olhos cobiçosos no comércio marítimo, ativo com as trocas de produtos da Inglaterra, França, Castela e Andaluzia. Portugal dispunha para o comércio internacional, produtos como o sal, pescado, azeite, vinhos, frutos, couros, cortiça e em troca a coroa recebia os têxteis flamengos e italianos, o ferro, as madeiras do norte, a prata da Europa central e oriental, as especiarias e o açúcar.

Em todas estas operações comerciais a monarquia não deixava de arrecadar sua parte, ou seja, seu tributo que passou a constituir uma outra forma de captação de renda da propriedade não fundiária.

Passaram-se pouco mais de três séculos até que em 1498, o navegador e explorador português Vasco da Gama contornou a ponta sul de África a caminho da Índia. Nesta viagem ao aportar em Inhambane, Quelimane e Ilha de Moçambique, reivindicou Moçambique para Portugal. Nesta época em Moçambique, os reinos mais importantes eram os de Quiteve, Barué, Macaranga, Manica, Tongue⁴ e alguns de menor expressão.

⁴ Alguns historiadores referem ao reino Tongue como o reino Gamba (MAR, E, 1975) Nestes territórios, o rei era o soberano e a autoridade mais elevada e que governava em colaboração com um conselho de ministros que se reunia em caso de necessidade de resolução de problemas entre os súbditos ou para tomar decisões político-militares. Economicamente, o reino vivia predominantemente da agricultura, sobretudo na produção de cereais diversos com destaque para o milho, a produção de frutas, vegetais, oleaginosas e a criação do gado e aves domésticas. Para além destas atividades destacavam-se na sua estrutura econômica a extração mineira, o trabalho de metais, tais como o cobre, ouro, prata, bronze, fabrico de tecidos de algodão e curtimento de peles. A caça era uma outra atividade de riqueza aproveitada para o fornecimento da proteína animal e para obtenção da pele e do marfim, destinados em grande parte para exportação.



Mapa 4: Locais atracados por Vasco da Gama em Moçambique

Passou-se mais de 100 anos até Portugal estabelecer, através de uma mistura de poder militar, diplomacia e influência comercial, o território de Moçambique como parte da Coroa, ou seja, do Estado português.

Em Moçambique, a sua maior preocupação era arrancar o controle das rotas de comércio locais e do Oceano Índico aos árabes, para otimizar seus lucros no comércio dos produtos da zona, especialmente o ouro, prata e marfim.

Esta expansão ultramarina, ou melhor, a atividade marítima “está não só nas raízes da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como que a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história” (CORTESÃO *apud* FAORO, 1991). É assim que Portugal com a sua política de transporte, prefigura o futuro comércio do açúcar, das especiarias asiáticas, do pau-brasil e dos produtos brasileiros, inclusive o ouro e os diamantes.

Ao contrário do que se tem discutido em muitos países capitalistas e em vias de desenvolvimento como Moçambique sobre a existência ou não do feudalismo, em Portugal o que existiu foi uma monarquia agrária, rapidamente varrida da terra com a abertura de Lisboa ao oceano. A atividade comercial e marítima passa a representar o elemento e define o gênero de vida nacional português baseado na pesca, na salinação e nas trocas dos produtos comercializáveis da terra e a figura do príncipe aparece como órgão centralizador, dirigente que conduz as operações comerciais.

Embora a história de Portugal demonstre o contrário, há um dogma, frio, penetrante, expansivo, que pretende comandar a interpretação histórica, segundo a qual a sociedade capitalista, no ocidente, se gerou das ruínas da sociedade feudal. Assim, a era capitalista, caracterizada pela propriedade da burguesia sobre os meios de produção e da exploração do trabalho assalariado, teria seu ponto de partida no século XVI impulsionado por acontecimentos marcantes da época, como sejam as navegações e os descobrimentos, as colônias e os novos mercados, aceleraram uma transformação fundamental da história, convertida em seu volume, de quantitativa em qualitativa.

Estes acontecimentos assinalaram o advento do capitalismo com o aparecimento das manufaturas em substituição da produção da economia natural que na verdade, representou para alguns países da Europa a transição do feudalismo para o capitalismo.

No entanto, para Faoro (1991), Portugal não conheceu o feudalismo, quer como regime econômico, por empréstimo ou como fenômeno comum europeu, quer como realidade social, militar e política. A terra obedecia a um regime patrimonial, doada sem obrigação de serviço ao rei, não raro concedida com a expressa faculdade de aliená-la.

O que existiu em Portugal no período medieval no qual se está tratando foi um Estado patrimonial e não feudal, conforme as considerações acima assinaladas, fato que sustenta o argumento de que nem todos os países europeus passaram pela

experiência do feudalismo em seus territórios. O patrimonialismo prevalecente em Portugal na época deixou marcas profundas na estrutura do poder e talvez, o Brasil seja um exemplo *sue generis* para se analisar tal situação.

Contudo, não é intenção levantar aqui essa discussão importante para a formação da atual estrutura territorial do Brasil. No entanto, é importante destacar que o patrimonialismo foi sim um sério problema para o desenvolvimento da indústria brasileira. É assim que Faoro (1991) considera que sob o patrimonialismo, a atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe incremento autônomo. Comanda-a um impulso comercial e uma finalidade especulativa.

Esta situação deve-se pelo fato do capitalismo politicamente orientado, estruturado sobre o estamento, não haure energia íntima para se renovar, tornar-se flexível e ensejar a empresa livre.

Luís (2004), baseando-se em Hedges e Rocha (1999), considera que na Conferência de Berlim, em 1885, uma das deliberações foi de que as potências colonizadoras só poderiam reivindicar a apropriação de uma colônia se tivessem ocupações efetivas do território, isto é, uma presença colonial de fato. Foi assim que nos princípios do século XVII, a Coroa portuguesa garantiu terras aos colonos portugueses que migraram para Moçambique. A região do Vale do Zambeze foi o destino preferencial para maior parte desses colonos.

Estes colonos eram encarregados de estabelecer as suas possessões como companhias comerciais e agrícolas e desta forma expandiam e protegiam a soberania portuguesa nas suas colônias de exploração. A maioria dos *prazos* (possessões) foi estabelecida no Vale do Zambeze e nas planícies baixas do interior de Sofala. Em troca, os seus proprietários colaborariam com o Estado português na arrecadação de impostos locais e cuidando das tropas portuguesas estacionadas no país.

É assim que se pode considerar que, em Moçambique instalou-se tão-somente um empreendimento colonial mercantil, baseado no trabalho forçado e no domínio de grandes plantações de açúcar, algodão, chá e tabaco e uma indústria de serviços ferro-portuários voltados para a exportação de matérias primas, ou seja, um verdadeiro espaço do fazer, na concepção de Milton Santos.

A autonomia de unidades produtivas e regiões de exploração de produtos

primários resultaram numa formação territorial única, em que a dispersão, ou, em outras palavras, a desintegração, foi a sua característica maior.

Nestas condições, escusado será afirmar sobre a existência ou não do feudalismo, pois isso nem sequer estava em questão. O que importava era simplesmente a exploração e pilhagem do homem e da terra. A atividade industrial pouco avançou para além do desenvolvimento de forma tímida de indústrias de transformação de produtos primários, geralmente junto a cidades portuárias.

Esta herança do patrimonialismo português gerou conseqüências econômicas e efeitos políticos, que se prolongaram até aos nossos dias. Nos países onde ocorreu o feudalismo, só eles, na Europa e na Ásia, expandiram uma economia capitalista, de molde industrial. A Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Alemanha e Japão lograram, por caminhos diferentes, mas sob o mesmo fundamento, desenvolver e adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado (FAORO, 1991).

A dominação colonial portuguesa caracterizou-se, em certas regiões de Moçambique e com destaque para o Vale do Zambeze, pela produção compulsiva de algodão, no domínio do sistema de *prazos*, de grandes plantações, no trabalho migratório para os países vizinhos e na inserção econômica do país no espaço econômico português.

A complexa estrutura ferro-portuária, o oleoduto e a majestosa barragem de Cahora Bassa foram construídos na ótica de servir os interesses dos países vizinhos. Isto é, servir aos interesses exteriores à região, ao lugar e ao território, evidenciando, por conseguinte, a predominância das verticalidades.

Portugal obteve reconhecimento internacional da sua reivindicação de potência colonial sobre Moçambique por tratado assinado em Maio de 1891 com a Grã-Bretanha.

Na década anterior, as duas potências estiveram envolvidas em inúmeros tratados regionais antes de fixarem os limites que hoje constitui a República de Moçambique. Levaram outras três décadas de conflito sangrento com os povos africanos antes que o Estado português conquistasse controle total dentro das fronteiras ora definidas. Depois se seguiu um período de administração bastante opressiva baseado num sistema de trabalho compulsivo conhecido como “Chibalo” (MUNGÓI, 2004).

O chibalo correspondeu a novas formas e versões da escravização em Moçambique e continuou sendo o elemento fundamental no qual toda a economia colonial estava assente. Com a institucionalização do chibalo, todo o indígena era obrigado a trabalhar seis meses por ano para o Estado, para uma grande empresa (em regra de produção agrícola), ou então para uma família ou indivíduo não africano (MAR. E, 1975).

Para este autor, o argumento básico para a institucionalização desta prática contido num relatório datado de 26 de outubro de 1898 elaborado pela comissão encarregada de estudar a forma de melhor utilizar a mão-de-obra africana era de que o Estado português precisava do trabalho dos indígenas até para melhorar a condição destes trabalhadores; para a economia da Europa e para o Progresso da África. O relatório reconhecia Portugal como sendo o soberano mais benigno e o mais humanitário de quantos tinham bandeira içada no Continente Africano.

Segundo o documento em referência, todo o indivíduo de um e outro sexo, com mais de 10 anos de idade, era obrigado a trabalhar, arriscando no caso contrário a ser atingido a penas de prisão, acompanhado de trabalhos no cárcere ou nos “*ateliers de disciplina*”.

Uma vez atingida pelas regras do “trabalho obrigatório”, um indivíduo africano tinha de se sujeitar às condições de vida que em nada se podiam comparar às condições dos trabalhadores brancos em Moçambique, em Portugal ou em qualquer outra parte da Europa.

É sobre este manto de problemas que se iniciam as primeiras transformações territoriais no país e particularmente na região do Vale do Zambeze, cuja base está na introdução de novos padrões de uso do território, formas de povoamento e relações sociais onde a ação do Estado passou a ser determinante.

Assim, a formação territorial desenha-se como objeto, numa ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma ótica que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares. Do espaço ao território. Neste, ou melhor, em sua produção, as determinações econômicas se associam às injunções políticas (MORAES, 1991).

É assim que a produção de um território colonial implica na instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica européia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos habitats pré-

existentes.

A colonização é antes de tudo uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso os novos usos do território só são compreensíveis com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são eles que orientam e explicam outras formas criadas e que vão redefinindo ou atribuindo novos usos às áreas conquistadas (MORAES, 1991).

3.2 A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E AS SOCIEDADES AFRICANAS

A presença colonial portuguesa em Moçambique significou para as sociedades africanas a intromissão e distorção do seu *modo de vida* aqui tratado como o conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social decorrentes de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social.

Para Marques (1994, p.5-6) o *modo de vida* corresponde à forma de um determinado grupo social manifestar sua vida. Esta intromissão também foi sobre o poder simbólico⁵ destas sociedades que possuíam a sua própria arte, religião e língua como estruturas das suas sociedades, ou seja, da construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem (BOURDIEU, 2003).

Para este autor, os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Heidrich (2004) observa que nas sociedades tribais, a relação mais importante com o território se define por uma lógica de diferenciação étnica: um território para cada povo, mantendo-se o espaço, natural e social, de uso comunitário. Aqui, as relações de poder são interpessoais e em muitos casos, está presente a idéia de pertencimento à natureza. Não está ainda estabelecido um aparato político-social que separe a força pública do povo. Badie (1995, p. 89) observa que as sociedades primitivas estavam fundadas no parentesco, conferindo

⁵ O poder simbólico é aqui tratado como o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

assim às tribos e aos clãs uma função determinante na organização social e na ordem política.

Bourdieu (2003, p. 112) assinala que é preciso lembrar que a língua, o dialeto ou o sotaque são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.

A ocupação e dominação colonial portuguesa acabava por interferir nesta estrutura das sociedades tribais. Isto é, no seu *habitus*, aqui entendido como produto de uma aquisição histórica que permite e apropriação do adquirido histórico (BOURDIEU, 2003, p. 83), impondo as suas produções simbólicas, sobretudo religiosas, com as suas próprias ideologias por oposição ao mito. Tratou-se de um processo de des-sacralização destes símbolos encontradas nas sociedades tribais, passando a cultura e religião portuguesa a ser dominante e deste modo, contribuindo para a integração real do Estado português.

Esta cultura ora dominante contribuiu ainda para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas e para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento de distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

Esta intervenção portuguesa sobre os territórios tradicionais na região do Vale do Zambeze, mais se tratou de uma forma de imposição e luta pelo monopólio, de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer a sua legitimidade do que criar a unidade do grupo.

O que estava em jogo era o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2003).

A padronização desta situação conquistada em certa medida ao longo de cinco séculos de dominação levou a “domesticação dos dominados”, tarefa muitas vezes exercida pela religião que na época posicionava-se como aliado incondicional

do poder político português, embora ela por si só representasse a força do poder e violência simbólica.

Esta classe dominante (colonizadores) tinha em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica em substituição da tradicional, quer por intermédio dos ideólogos conservadores, no caso, a igreja que se colocava ao serviço dos interesses políticos e econômicos dos dominantes.

Um argumento comum utilizado por todos os colonizadores para justificarem a sua presença em África é que, “no momento da chegada, tinham encontrado uma população atrasada cultural e socialmente e, o que lhes mais doía, sem religião”. Em resumo, pagãos e selvagens...” (MAR. E, 1975) e daí a aliança entre a “Espada” e a “Cruz”.

No entanto, o problema da participação da Igreja na colonização em Moçambique deve ser muito bem estudado, porque, na verdade, o papel desempenhado e a responsabilidade na conquista, expansão e exploração do país, podem ser muito maiores do que se pode imaginar.

Há relatos da cumplicidade da Igreja na obra colonizadora desde o primeiro período da infiltração portuguesa em Moçambique que levam a concluir que os missionários, constituíram, por assim dizer, as tropas avançadas, os infiltradores, os preparadores do terreno para a futura ação colonial (MAR. E, 1975).

Por exemplo, sempre que partia um barco com escravos para outros continentes, o bispo ou prelado era convidado. Eles batizavam o escravo, tendo por cada “cabeça” direito a certa compensação.

É assim que se espalham em grande parte do território nacional, em simultâneo com a inserção territorial do Estado português, inúmeras missões, igrejas e paróquias que vieram institucionalizar a presença da Igreja Católica em Moçambique.

3.3 O ESTADO-NAÇÃO E A LÍNGUA COMO SISTEMA SIMBÓLICO

O termo “Estado” tem uma relação estreita com a idade moderna, uma vez que esta noção, com a significação que hoje representa, não existia na antiguidade clássica, nem na época medieval onde se utilizavam termos como “polis”, “civitas”, “regnum”, etc. O Estado, entendido em termos restritos, somente surge a partir do

momento em que se institucionaliza e se organiza a sociedade moderna (BERECIARTU, 1986).

O Estado reflete a ruptura com as características mais destacadas da sociedade medieval, fortemente vinculadas ao pequeno grupo social – a família, corporação, convento, vila, etc, como eixo principal de toda a dinâmica econômica, social, política e cultural. Ou seja, a partir da idade moderna os modos de estruturação dos grupos humanos passaram por uma profunda transformação. Frente à idéia de comunidade surge com força a idéia de sociedade como uma nova forma de organização.

Por outro lado, desde o fim da Segunda Grande Guerra, cada uma das revoluções vitoriosas tem-se definido em termos *nacionais* – a República popular da China, a República Socialista do Vietnã, etc – e, ao fazê-lo, basearam-se firmemente em um espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário (ANDERSON, 1989).

Neste contexto, o território é um *nome político* para o espaço de um *país*, ou seja, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Aliás, neste sentido Bertha Becker também aponta que historicamente a posse e o controle do território sustentaram a construção do Estado e é esse que passa a produzir o seu próprio espaço, social e político, racional e técnico, instrumentalizando o território (BECKER, 1991).

Para Santos e Silveira (2001), adotando-se essa linha, impõe-se a noção de “espaço territorial”: um Estado, um espaço, mesmo que as “nações” sejam muitas, como, aliás, é o caso de Moçambique. Esse espaço territorial está sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento, os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um Estado, um espaço.

O português, ou seja, a língua entanto que sistema simbólico na concepção de Bourdieu, jogou papel importante na construção do nacionalismo em Moçambique no período pós-independência, onde, o nacionalismo linguístico tornou-se seu ardente populismo e o nacionalismo oficial, sua orientação política.

Tratou-se de uma ideologia do Estado que não visava a dominação de uma classe sobre a outra, quer dizer, da violência simbólica, mas da oficialização da língua portuguesa como forma simbólica de integração nacional, de solidariedade social. Isto é, com uma função social com autêntica função política que não se reduzia à função de comunicação (BOURDIEU, 2003).

A língua portuguesa exerceu esse poder quase mágico de que se refere Bourdieu e que permitiu obter o equivalente daquilo que é obtida pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, através dos órgãos de comunicação social, a introdução do português no currículo escolar em todo o território nacional e que passou a ser objeto de reconhecimento e crença generalizada e por isso fator de unidade nacional.

Para Heidrich (2004), este cenário, representa a integração social e territorial, no qual se acrescentam outros elementos que contribuem para a unidade nacional como a moeda e um sistema jurídico que permite o desenvolvimento da economia. Estes elementos são importantes para a unificação sociopolítica e nacional. Diferentes áreas que antes se relacionavam de modo autônomo, passam a se relacionar como partes de um sistema, ou seja, de uma mesma nação, buscando os interesses comuns.

Bereciartu (1986), baseando-se em Mazzini (1948), observa que o que forma uma nação em definitivo é a consciência moral e cívica conquistada pelo esforço e virtude dos próprios cidadãos. Cada povo tem uma missão histórica frente a humanidade. A nação se converte em instrumento para tornar efetiva tal missão. Como realidade social que é, a nação constitui um fenômeno contingente e, portanto submetido a múltiplos fatores, acontecimentos e vaivéns históricos.

Sob esta perspectiva, para Bereciartu (1986), a nação moderna constitui uma forma concreta de expressão de determinadas coletividades humanas num dado período. Aqui, o povo assume um protagonismo político de primeira ordem, constituindo-se como nação política e por sua vez, este povo constituído como “nação” se dota de uma estrutura jurídico-política para regular sua convivência, cuja expressão mais conhecida é o “Estado-Nação”. Nesta perspectiva, a nação é posterior a etnia e ao povo, ela representa um constructo social e possui um conteúdo essencialmente político.

Somos levados a concordar com Bereciartu quando estabelece a distinção entre nações políticas e nações culturais. Para este autor, referindo-se ao contexto

européu, considera que as nações oprimidas tem sido equiparadas as nações culturais, ou seja, a nação primária, frente a nação política como nação secundária, estabelecendo que só as primeiras tem o direito legítimo a serem consideradas como nação. Assim, utiliza-se a “nação cultural” como uma noção que legitima as peculiaridades das minorias nacionais e seu correspondente âmbito de autonomia, porém, sem poderem ser equiparadas as nações constituídas em Estados, categoria somente admissível para as “nações políticas”.

No entanto, o mesmo autor desfaz-se destas duas noções ao não concordar com a existência de nações puramente políticas, sem que tivessem um substrato cultural e consensual prévio.

Anderson (1989) observa que nação, nacionalidade, nacionalismo – todos se têm demonstrado difíceis de definir, quanto mais de analisar. Hugh Seton-Watson citado por Anderson (1989) observa pesadamente: **“Desse modo, sou levado à conclusão de que não se pode estabelecer nenhuma ‘definição científica’ de nação; contudo o fenômeno tem existido e continua a existir “(Grifo no original).**

No entanto, Anderson (1989, p. 14-16), numa perspectiva antropológica, define a ‘nação’ como sendo uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Segundo ele, ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. A nação é imaginada como *limitada*, porque possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se encontram outras nações. É imaginada como *soberana*, porque ela se institucionaliza na figura do Estado e finalmente, a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal.

Com base no acima exposto, a formação territorial de Moçambique não foi um projeto isolado e que contou com a exclusiva participação dos moçambicanos. Ela se insere numa dimensão e universo maior. Insere-se na velha aventura portuguesa pelo mar em busca de novos mercados e se insere ainda na absurda ambição imperialista de partilha de África cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir. Evidentemente que o expansionismo e o imperialismo português constituem os

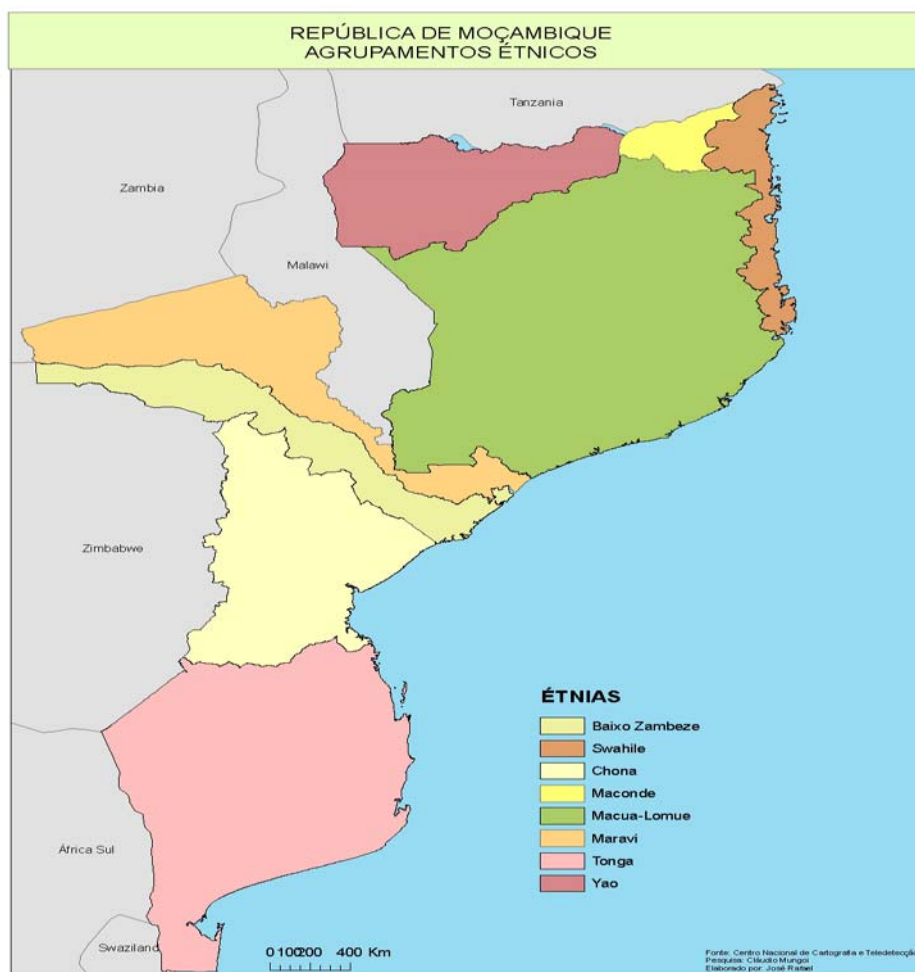
fatores que mais se destacam na formação da atual estrutura territorial de Moçambique.

Raimundo Faoro ao buscar dados históricos da Coroa portuguesa para explicar o patrimonialismo brasileiro traz uma contribuição valiosa não apenas para Moçambique, como também para outros países africanos para a interpretação das raízes históricas de alguns problemas ou características estruturais das suas nações. Os cinco séculos de dominação, exploração, pilhagem e humilhação deixaram marcas bastante profundas em Moçambique.

Embora a economia portuguesa estivesse ao longo de vários séculos assente na terra, ou seja, na agricultura, o seu grande projeto ambicioso e monárquico esteve associado aos descobrimentos no além mar. Foi assim que Vasco da Gama na sua viagem à Índia descobriu Moçambique e Cem anos depois, os portugueses envolveram-se em disputas com os árabes pelo controle de rotas comerciais e exploração de minérios e mais tarde impondo a essas regiões a sua cultura.

É sob esta perspectiva de análise em torno do choque cultural e político que a contribuição de Pierre Bourdieu nos revela os problemas provocados na estrutura do poder da qual se destaca o poder simbólico.

Neste mesmo esforço em evidenciar o papel e a importância do poder simbólico nestas sociedades, destacou-se a língua portuguesa como fator de unidade nacional e da construção do Estado-Nação, mergulhada numa imensidão de diversidade lingüística com destaque para o *sena*, *nhungue*, *ndau*, *chuabo*, *nyandja*, *chitewa* na região do Vale do Zambeze.



Mapa 5 : Agrupamentos étno-linguísticos em Moçambique

3.4 O ESTADO COLONIAL E A DESINTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Nos princípios do século XVII, o regime português garantiu terras aos colonos portugueses interessados em se estabelecer em Moçambique. Estes colonos eram encarregues em instalar as suas possessões (conhecidas como prazos) que eram companhias comerciais e agrícolas como forma de expandir e proteger a soberania portuguesa.

“Prazo” era uma superfície de terra cedida pela Coroa Portuguesa a indivíduo, “prazeiro”, por um período de três gerações (prazo de três gerações). Esta superfície de terra teria como regra cinco léguas quadradas. Depois de decorrido este período, o prazeiro podia requerer o prolongamento por mais outro período da mesma duração (MAR. E, 1975).

A economia do regime dos prazos assentava quase inteiramente na venda de marfim e de escravos, que representava, em fins do século XVIII, aproximadamente

70% do valor total das exportações do Vale do Zambeze (ISAACMAN, 2006)

A maior parte dos prazos foi estabelecida no Vale do Zambeze e nas planícies baixas do interior de Sofala. Em troca, os seus proprietários colaboravam com o governo, coletando impostos locais e cuidando das tropas portuguesas nas suas zonas.

Nessa época era difícil encontrar portugueses que estivessem interessados em emigrar para a África. De acordo com Mar. E (1975), foi decretada uma lei em Portugal que absolvía todos os criminosos condenados à morte, quer por homicídio, quer por crimes políticos ou crimes de outra espécie qualquer, com a única condição de irem “civilizar” a África como prazeiros.

Estes passaram a constituir o grosso dos portugueses prazeiros e a eles se juntaram alguns aventureiros, que, por causa de muitas frustrações – quer de carácter social, político, económico, ou religioso – vieram para Moçambique, uns com sede de sangue, outros com a ambição de um dia se tornarem heróis nacionais, e outros ainda com o sonho de acumularem riquezas. Ou seja, o prazeiro era o “lixo” do lixo que compunha a grande parte da sociedade portuguesa daquela época.

Os terrenos dos prazos foram adquiridos de três maneiras: a primeira, através da intervenção militar portuguesa; a segunda, através da ação direta e pessoal do prazeiro; e a terceira, através da ajuda prestada pelos militares e pelos prazeiros aos chefes locais e monarcas. Ou seja, por todos os meios possíveis e imaginários: persuasão, conquista, assaltos, alianças, infiltrações militares e religiosas, etc.

Na ausência de um exército colonial, os proprietários das terras – prazeiros (na conceituação de Isaacman, 2006), conseguiram reunir uma força militar própria, constituída por escravos voluntários, cuja missão era extorquir impostos e mão-de-obra aos camponeses para além de proteger as suas terras das invasões dos Estados africanos vizinhos.

Temidos pela população local, estes escravos militares voluntários adotaram o nome de “chicundas,” que nas línguas da região, significa “os conquistadores” ou “os vitoriosos” (ISAACMAN, 2006).

Pode-se afirmar, contudo que os prazeiros, tenham atuado politicamente como grandes senhores feudais, à maneira dos senhores feudais da Idade Média europeia e a sua maneira de governar não se diferenciou muito deles (MAR, E, 1975). Eles possuíam um exército formado de escravos africanos e, mais tarde, de mercenários portugueses e de outras nacionalidades (até que estes estivessem em

condições de se estabelecer como prazeiros).

No entanto, os escravos militares africanos mais tarde assumiram o papel de escravos rebeldes, ao subverterem o regime dos prazos e a instituição da escravatura nele existente, reconquistando as terras perdidas ou retidas de outros reinos e chefaturas.

No entanto, diz a história que com a abolição da escravatura, os chicundas tiveram de pagar alto preço pela chegada da liberdade. Viveram-se momentos de alegria, visto já não estarem à mercê do pesado jugo dos prazeiros. Mas, sem os seus patronos, os antigos escravos perdiam a segurança material e enfrentavam a possibilidade concreta de voltar a ser escravizados e até exportados para as plantações do Oceano Índico e do Brasil (ISAACMAN, 2006).

A vida do prazeiro era baseada na pilhagem, no negócio de escravatura, na venda do marfim e peles para além da própria agricultura compulsiva. O prazo era geralmente dividido por aringas chefiadas pelo “fumo”. Dentro do prazo, os escravos encontravam-se divididos em dois grupos, com funções distintas. O primeiro formava o exército e o segundo deveria tratar de trabalhos domésticos, da produção de alimentos e de uma indústria ligeira: barqueiros, pescadores, cozinheiros, caçadores, carpinteiros, ourives, barbeiros, músicos e outras profissões deste gênero.

Os prazos, que muitos historiadores pretenderam ver como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente na região do Vale do Zambeze, foram essencialmente bases de escoamento de mercadorias – ouro e marfim numa primeira fase e de escravos numa segunda – que aproveitaram o rio Zambeze como a via natural (SERRA, 2000).

Os prazos representaram a síntese do cruzamento de dois sistemas sociais de produção: um, pré-existente e, o outro sistema, que se sobrepôs ao primeiro – produzindo novas territorialidades a partir da sobreposição do capital mercantil à economia natural. Para Serra (2000), os prazeros mantiveram o sistema social anterior, mais o determinaram com dois novos níveis, estranhos a sociedade original.

Pois, foi assim, que o comércio do ouro e do marfim configurou a base econômica dos prazos e os ligou ao moinho satânico da acumulação primitiva do capital.

A geopolítica do Vale do Zambeze é uma pirâmide de três andares. Na base, estendem-se os regulados e Estados africanos, diminuídos e empobrecidos, ainda independentes ou parcialmente – ou mesmo totalmente – conquistados e absorvidos, mas que mantiveram as suas tradições, as suas religiões, as suas línguas e, por vezes, os seus sistemas políticos.

Acima desta estrutura, no andar intermédio, encontramos uma criação sociopolítica nascida da colonização portuguesa, mas que degenerara já no século XIX; o *prazo* e as suas excrescências, os macro-prazos, a transformar-se em Estados secundários talhados na carne e no território dos primeiros ocupantes do solo. No vértice, que aqui é particularmente aguçado, subsistem algumas feitorias-fortalezas portuguesas e as suas cercanias, impotentes e ameaçadas, mas a tentar pôr sob a sua autoridade a estrutura estabelecida (PÉLISSIER, 1987)

Segundo (Pélissier, 1987), encontramos, portanto, ao longo de todo o século XIX, simultaneamente:

- a) os Estados de base (Exemplo: Báruè, Monomotapa, Manica etc);
- b) os macro-*prazos* transformados em Estados secundários, efémeros, mas temíveis (Ex: Macanga, Massingire, Massangano, etc);
- c) as cabeças de ponte marítimas e fluviais portuguesas, propensas à expansão (Exemplo: Quelimane, Sena, Tete, etc). Só depois de (c) ter

conquistado e submetido (b) e depois (a) é que a colonização poderia iniciar-se verdadeiramente.

Simultaneamente a esta trajetória, em Moçambique e particularmente na região do Vale do Zambeze instalou-se um empreendimento colonial mercantil, baseado no trabalho forçado e no domínio de grandes plantações de açúcar, algodão, chá e tabaco e uma indústria e serviços ferro-portuários voltados para a exportação de matérias primas para a metrópole e países ocidentais.

A autonomia de unidades produtivas e regiões de exploração de produtos primários resultaram numa formação territorial única, em que a dispersão, ou seja, a desintegração foi a sua característica maior. A dominação colonial caracterizou-se, na região do Vale do Zambeze, pelo domínio do sistema de prazos, produção compulsiva de algodão, plantações do açúcar e na sua inserção econômica no espaço econômico português, sobretudo, a partir de fins do século XVI (ISAACMAN, 2006).

A complexa estrutura ferro-portuária, o oleoduto que liga o Porto da Beira ao Zimbábue e a majestosa Barragem de Cahora Bassa foram construídos na óptica de servir os interesses dos países vizinhos (CONSELHEIROS, 2003), ou seja, um verdadeiro espaço do fazer, segundo a conceituação do Milton Santos.

Isaacman (2006), refere-se que as pessoas que viviam na região estiveram quase sempre sujeitas, pelo menos desde o século XVI, à instabilidade política, à insegurança alimentar e aos ataques de caçadores de escravos. Muitas vezes, estes três factores de desestabilização estiveram relacionados uns com os outros.

3.5 A CRIAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um processo de exacerbação colonial portuguesa em Moçambique marcada pela exploração, repressão e humilhação do povo. A resistência a este estado de coisas não tardou a se manifestar e, de 1964 em diante, um conjunto de partidos nacionalistas, a Frelimo⁶, primeiro sob a liderança de Eduardo Mondlane⁷ e, após seu assassinato, a

⁶ Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique. Movimento guerrilheiro oriundo da unificação de três movimentos que lutavam pela libertação de Moçambique com base em regiões geográficas. A União Nacional de Moçambique (UNAMO) para a zona Norte, o Movimento Nacional Unificado

de Samora Machel⁸, lutou contra o colonialismo português numa guerra prolongada e sangrenta (FRY, 2001), que representou a continuidade de uma resistência secular levada a efeito por diferentes dinastias e chefaturas tradicionais moçambicanas.

A década de 1960 foi o período de independências políticas de maior parte de colônias africanas. Foi nesse período que colônias inglesas e francesas tornaram-se independentes por via pacífica.

No entanto, Portugal recusou-se a ceder pacificamente a independência das suas colônias (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) e estrategicamente converteu-as em províncias ultramarinas.

Fracassadas todas as tentativas de diálogo por via pacífica, em 25 de setembro de 1964 um grupo de duzentos e cinqüenta guerrilheiros moçambicanos treinados na Argélia, iniciou a luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português. A guerra durou dez anos, isto é, de 1964 a 1974, ano em que foi assinado o Acordo de Cessar Fogo em Lusaka e que pôs término a cinco séculos de dominação e exploração colonial em Moçambique.

Neste mesmo ano, 1974, foi constituído o Governo de Transição, composto pela Frelimo e o Governo Português, cuja missão foi preparar o país para a independência nacional que viria a ser proclamada a 25 de Junho de 1975. Este processo conduziu a constituição da República Popular de Moçambique, com regime político monopartidário dirigido pela Frelimo de orientação política socialista, que em 1977 adota formalmente o marxismo-leninismo como a sua ideologia estatal.

Este novo modelo ideológico representava uma negação aos modelos coloniais e neocoloniais e realçava a necessidade de um desenvolvimento socialista genuíno na base das instituições que, na forma de ver do Estado não promovessem a exploração do homem pelo homem.

Estabeleceram-se cooperativas, unidades agrícolas estatais, empresas estatais e formas coletivizadas de comércio. O reassentamento de camponeses em aldeias comunais e a transformação de seu padrão disperso, mas ainda altamente

(MANU) para a zona Centro e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) para a zona Sul.

⁷ Primeiro presidente da Frelimo e responsável pela unificação dos três movimentos que lutavam pela independência das suas regiões.

⁸ Primeiro presidente da República Popular de Moçambique, assassinado em 1986 num acidente aéreo, em Mbuzini, República da África do Sul.

organizado, de ocupação da terra em povoamento concentrado, foi considerado a pedra angular da sua estratégia de desenvolvimento (ADAM, 1997).

Becker (1991), referindo-se ao Brasil, aponta que o nacionalismo autoritário se consolida como estratégia de desenvolvimento e como ideologia do território, e o Estado acelera o ritmo e amplia a escala de sua intervenção para controle do espaço e do tempo, se antecipando à própria dinâmica social.

Embora, sem o autoritarismo vincado por Becker, processo semelhante registrou-se em Moçambique com situações específicas ao cenário geopolítico e construção do nacionalismo, sob o signo da unidade na diversidade. Em Moçambique, *“as palavras de ordem ‘Abaixo o feudalismo’, ‘Abaixo o colonialismo’, ‘Abaixo o capitalismo’, ‘Abaixo o obscurantismo’, ‘Abaixo o tribalismo’ e ‘A luta continua’ sinalizavam o fim do passado colonial e tradicional e o nascimento do ‘homem novo’ socialista”*. (FRY, 2001) (Grifo nosso).

O português como herança linguística jogou papel importante na construção do nacionalismo. Aqui o nacionalismo linguístico tornou-se seu ardente populismo e o nacionalismo oficial, sua orientação política.

Anderson (1989) considera que essa é a razão porque é tão frequente observar-se, nas políticas de “construção nacional” dos novos Estados, tanto um entusiasmo nacionalista popular autêntico, quanto uma inculcação sistemática, até mesmo maquiavélica, da ideologia nacionalista através dos meios de comunicação de massa, do sistema educacional, das normas administrativas, e assim por diante.

Essa mescla do nacionalismo popular e oficial nos países africanos foi produto de anomalias criadas pelo imperialismo europeu, sobretudo com a partilha da África, a partir da Conferência de Berlim, evidenciadas pela conhecida arbitrariedade das fronteiras.

A esse propósito, o pensamento de Nkrumah (2005) é marcado por dois momentos importantes que podem ser resumidos da seguinte forma: (i) enquanto nos primeiros anos das independências dos Estados africanos Nkrumah exalta o idealismo pré-colonial e se declara seguidor de Ghandi, nos anos a seguir Nkrumah defende a necessidade de uma ruptura violenta contra o neo-colonialismo, contra o imperialismo e os seus aliados africanos. No pensamento deste grande nacionalista africano, a África deixaria então de ser um mundo especial e afirma que uma revolução africana tem de ser entendida no conjunto da revolução mundial. Segundo Nkrumah, as sociedades africanas estão sujeitas as mesmas leis que as outras

sociedades do mundo. (ii) Nkrumah, no seu livro intitulado *Africa must unit* (África tem que se unir) e num claro reconhecimento à existência de forças externas na África, defende e quase exige a formação urgente do Governo Africano. Mais tarde, porém, Nkrumah vai sustentar não poder haver na África unidade entre os governos anti-imperialistas e os regimes marionetes ao serviço do ocidente imperialista

A luta armada de libertação nacional e os primeiros dez anos de independência nacional coincidiram com a bipolarização do mundo no contexto da Guerra Fria, isto é, por um lado o Ocidente que apoiou o Governo Português e, por outro, o Bloco Soviético que deu apoio militar e ideológico à Frelimo.

Mas com a exacerbação da Guerra Fria e a determinação dos regimes minoritários das vizinhas África do Sul e Rodésia do Sul (hoje Zimbabué) em não abrir mão da supremacia branca, Moçambique passou a ser visto como séria ameaça à hegemonia do capitalismo na África Austral, bem como perigosa base de operações para os guerrilheiros nacionalistas desses dois países que o primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, recebeu em seu território.

De 1976 a 1980 as tropas rodesianas castigaram as zonas fronteiriças, matando refugiados e civis e destruindo infraestruturas. Para tornar mais eficazes os seus ataques em território moçambicano, o governo rodesiano encorajou a formação de uma organização liderada por dissidentes da Frelimo, a Resistência Nacional Moçambicana, a Mozambican National Resistance (MRN) e mais tarde, convertida em Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), apoiando-a militar, logística e financeiramente.

Em 1980, quando a Rodésia se tornou Zimbábue, a MRN mudou de “dono” e de nome, passando a designar-se “Renamo”, sendo incorporada pelo exército da África do Sul e, sob a bandeira ideológica da “democracia”, ganhou o apoio de certas Igrejas protestantes americanas e de antigos colonos portugueses ressentidos com a independência nacional e a ideologia estatal.

Com este quadro, inicia-se em 1976, uma sangrenta guerra civil de desestabilização e que acabou durando dezesseis anos, cujas conseqüências foram incalculáveis para a economia do país.

A ONU calcula que o prejuízo tenha sido de, pelo menos, 15 bilhões de dólares americanos. Esta quantia corresponde o valor de 100 anos de receitas de exportação ao nível a que se encontra atualmente. O mesmo relatório da ONU feito

em 1989 afirma que morreram entre 1980-1988 aproximadamente 900.000 pessoas como resultado direto de desestabilização, das quais 494.000 foram crianças (ABRAHAMSSON e NILSSON, *apud* LUÍS, 2004).

Por outro lado, o final da década de 1980 foi marcado por sucessivas secas que reduziram substancialmente a atividade econômica, sobretudo a agrícola no país.

Alguns segmentos da sociedade moçambicana, também apontam o dedo ao próprio regime socialista como uma das causas do marasmo econômico e social no país e que acabou conduzindo ao apoio interno da Renamo, sobretudo quando se começou a perceber que este movimento tinha conseguido certa popularidade por seu apoio à “tradição” moçambicana, em particular aos grupos religiosos e às antigas lideranças de linhagem rejeitadas pela Frelimo nos primeiros anos de independência.

Em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz entre o Governo da Frelimo e a Renamo que pôs término à guerra de 16 anos. Em 1994 realizam-se as primeiras eleições gerais e multipartidárias vencidas pela Frelimo e o seu candidato, Joaquim Chissano e em 1999, este mesmo partido, no poder desde 1975, volta a vencer as segundas e terceiras (2004) eleições gerais.

Deste modo inicia-se, em clima de paz, um novo quadro político, econômico e social no país que vai até a atualidade. É neste novo contexto que novos usos políticos do território, novas formas de gestão territorial imprimem transformações territoriais. É, portanto, sob este contexto que se destacam programas e estratégias de desenvolvimento como o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e a definição do distrito como pólo de desenvolvimento, ou seja, unidade de planificação e orçamental do país.

Contudo, apesar do Governo definir o distrito como pólo de desenvolvimento, o que é louvável, esta importância não se reflete ainda no cenário orçamental, visto que os dados demonstram que apenas 3% do orçamento geral do Estado é alocado aos distritos para investimento local. As províncias são alocadas cerca de 30% do orçamento de Estado, ficando o Governo central com a maior porcentagem do orçamento (67%) (CS, 2007).

Fonte : Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2006

Fonte: Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2007

Figura 3: Distribuição do Orçamento do Estado por Nível de Decisão
Fonte: MPD, 2007

Este novo contexto traz consigo inovações que incluem a noção da participação dos atores dos vários quadrantes da vida socioeconômica e cultural no desenho e implementação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Provinciais (PEDP) e Planos Econômicos e Sociais e de Orçamento Distritais (PESODs), o reconhecimento dos direitos costumeiros sobre a terra, plasmada na Lei de Terras que estipula a possibilidade de reconhecimento do direito de uso e aproveitamento coletivo (comunitário), para além da introdução do conceito e prática de gestão participativa dos recursos florestais e faunísticos.

3.6 OS ESFORÇOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO E DA ECONOMIA DE MERCADO

Difícilmente os países em vias de desenvolvimento assumem a dianteira de formulações teóricas e estratégicas sem que tenham como base as referenciais às economias do primeiro mundo (países mais avançados e desenvolvidos). Isto tem sido um ciclo vicioso, que coloca os países africanos numa situação de repetidores ou reprodutores de modelos e estratégia de desenvolvimento que muitas vezes não se enquadram ao seu contexto e suas especificidades. O mesmo se sucede com os países da América Latina cujos modelos foram “enxertados” ou adaptados dos países desenvolvidos (FIORI, 1992).

Estes modelos ou estratégias de desenvolvimento surgem muitas vezes como resposta à crise provocada pela dívida externa. Para o caso específico de Moçambique, a causa básica esteve associada a crise fiscal⁹ do Estado: o fato de o Estado ter-se tornado insolvente, perdido crédito e desviado recursos para uma economia de guerra e o esgotamento de uma estratégia de desenvolvimento inicialmente bem-sucedida (planejamento centralizado) que contava com uma excessiva intervenção do Estado no setor produtivo da economia, para além do populismo econômico.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial identificaram para Moçambique, um pacote de medidas que deviam ser implementadas pelo Estado, dentre as quais se destacaram, o ajustamento fiscal, objetivando eliminar o déficit público, reformas estruturais orientadas para o mercado (especialmente a liberalização comercial e a privatização) destinadas a desregulamentar a economia e reduzir o aparelho do Estado.

Esta situação exigiu uma radical reformulação do Estado (ainda em curso), na sua organização burocrático-administrativa e, certamente, nas suas funções como agente econômico-financeiro.

Tratando-se de um regime de orientação marxista-leninista até 1987, não se permitia à sociedade civil um desenvolvimento livre, pois que se julgava que dela nasceriam os males e as desigualdades da sociedade tradicional. O Estado se sobrepunha simultaneamente à esfera política e à esfera da sociedade civil, o que multiplicava as suas exigências. Só dispunha de um mecanismo de *feedback*, o do partido único, que era insuficiente para informar a totalidade das opções e para permitir um controle eficiente das suas decisões.

No entanto, estes dispositivos de proteção e controle do poder do Estado num regime monopartidário, não foram suficientes para impedir o avanço de uma nova concepção ou paradigma de desenvolvimento que se vinha registrando, em face de novos cenários políticos e econômicos à escala mundial, decorrentes do processo de globalização e do fim da Guerra Fria.

⁹ Todas crises fiscais têm como resultado uma crescente dificuldade do Estado em se financiar, muitas vezes associada a déficit público, poupanças públicas negativas ou muito baixas, dívida interna e externa excessivas, falta de crédito do Estado, expressa na falta de confiança na moeda nacional e no curto prazo de maturidade da dívida doméstica e na falta de credibilidade do governo. Portanto, a perda de crédito pelo Estado – sua incapacidade de se financiar a não ser pela senhoriação (emissão da moeda) – é a quintessência da crise fiscal (PEREIRA, 1996).

Becker (1991) considera que é importante observar que as redefinições paradigmáticas em curso inserem-se na crise/reestruturação do sistema capitalista mundial iniciada nos anos 60 em que rápidas transformações são impulsionadas pela internacionalização crescente da economia-mundo associada à revolução científico-técnica, configurando uma nova modernidade. A introdução do Programa de Reabilitação Econômica em Janeiro de 1987 enquadrado-se numa seqüência de crise econômica herdada do colapso do modelo socialista no contexto da guerra fria, do efeito da seca e da guerra civil, da fome generalizada, da queda de preços de produtos primários no mercado internacional e do próprio isolamento do regime na esfera da diplomacia internacional. Moçambique perde a capacidade de honrar os seus compromissos de pagamento do serviço da dívida externa.

Tabela 1: Stock Nominal de Dívida Pública Externa 1985-2005 (em Milhões de USD)

	MULTILATERAL	BILATERAL					BANCOS COMERCIAIS			FORNECEDORES	TOTAL
		OCDE	OPEP	PAÍSES DA EUROPA DE LESTE	OUTROS PAÍSES	TOTAL BILATERAL	OCDE	OUTROS	TOTAL BANCOS COMERCIAIS		
1987	261,4	1.493,8	337,1	1.224,8	256,2	3.311,9	266,7	25,6	292,3	32,6	3.898,2
1988	331,5	1.513,5	443,4	1.311,5	271,3	3.539,7	273,2	36,5	309,7	28,8	4.209,7
1989	392,0	1.564,6	450,0	1.357,2	263,0	3.634,8	310,7	31,3	342,0	22,6	4.391,4
1990	479,1	1.844,5	479,2	1.516,4	284,0	4.124,1	310,7	15,7	326,4	29,9	4.959,5
1991	607,0	1.986,8	485,5	1.519,7	263,9	4.255,9	104,0	21,3	125,3	6,6	4.994,8
1992	855,4	2.037,6	449,5	1.031,5	540,5	4.059,1	110,0	16,5	126,5	0,0	5.041,0
1993	1.005,0	1.945,7	444,7	957,5	530,5	3.878,4	109,1	18,7	127,8	0,0	5.011,2
1994	1.330,1	2.057,5	443,2	920,3	525,8	3.946,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5.276,9
1995	1.607,6	1.958,6	461,5	982,9	461,1	3.864,1	0,0	0,0	0,0	0,0	5.471,7
1996	1.692,3	2.001,3	454,2	1.044,2	499,6	3.999,3	0,0	0,0	0,0	0,0	5.691,6
1997	1.813,2	1.918,3	528,0	156,1	1.064,5	3.666,9	0,0	0,0	0,0	0,0	5.480,1
1998	2.133,5	1.981,1	657,1	197,9	1.086,4	3.922,5	0,0	0,0	0,0	0,0	6.056,0
1999	2.141,9	1.804,6	570,1	142,7	1.052,4	3.569,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5.711,7
2000	1.348,2	1.854,4	615,8	212,0	972,3	3.654,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5.002,7
2001	1.331,8	1.842,4	613,3	187,5	965,5	3.608,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4.940,5
2002	1.706,4	571,1	632,4	197,1	498,9	1.899,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3.605,9
2003	1.953,3	563,5	623,3	189,6	609,1	1.985,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3.938,8
2004	2.321,2	646,7	788,8	298,6	371,5	2.105,6	0,0	0,0	0,0	0,0	4.426,8
2005*	2.534,9	648,1	783,5	299,9	382,4	2.113,9	0,0	0,0	0,0	0,0	4.648,8

Fonte: GMD (2006), Compilado dos Vários Números de Boletins Estatísticos do Banco de Moçambique

(*). Valores provisórios

Destas premissas derivou a necessidade de adoção de novas estratégias que passavam pela negociação com os seus principais credores com vista ao

reescalonamento da dívida, ao seu perdão, e até mesmo a obtenção de novos empréstimos. Em setembro de 1984 o país aderiu formalmente ao FMI e ao Banco Mundial. Simultaneamente, iniciou negociação da dívida com os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e renegociou com o Clube de Paris e a Organização dos Países para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o reescalonamento da dívida externa (MACUANE, 2001).

O PRE foi elaborado com o objetivo de resolver os desequilíbrios macroeconômicos provocados pela gestão da economia planificada e pela guerra. Esses desequilíbrios eram caracterizados pela excessiva concentração da renda no setor urbano (apesar de a base da economia ser a agricultura e da maior parte da população viver na área rural), e pela grande queda do crescimento econômico desde 1981, que chegou a ser de 25% no período entre 1982 e 1985 (ONU, *apud* MACUANE, 2001).

Evidentemente que, numa situação de mercado livre, o Estado já não iria desempenhar a função de agente econômico a atuar através de empresas estatais, embora continuasse a deter a propriedade da terra. No novo contexto, onde o Estado é basicamente regulador e coordenador do processo econômico, são constituídos novos capitais que contam em alguns casos com a parceria público/privado ou apenas com o capital privado ou ainda, através da atuação da sociedade civil.

Para Claval (1979), as sociedades liberais ou neoliberais favorecem o florescimento, sob o Estado, de uma sociedade civil à qual ela transfere muitas responsabilidades. Também florescem novas formas de organização: partidos, sindicatos, associações ideológicas, seitas religiosas e ONG's.

Com a introdução no país da economia de mercado, o Estado liberalizou a economia e a iniciativa privada passou a ser a força impulsionadora da economia nacional. Esta nova forma de dinamizar a economia, também atingiu o ramo agrícola, com as mesmas regras de financiamento, crédito, taxas de juros, garantias, semelhantes a de outros ramos econômicos.

Contudo, a estrutura orçamental atual apresenta uma contradição na medida em que as políticas indicam que Moçambique é um país de economia marcadamente agrária, mas na prática a maior parte do orçamento é canalizada para a área social (educação e saúde). Para a área da agricultura e

desenvolvimento rural apenas são alocados 3.5% do Orçamento do Estado (CS, 2007).

No início da década de 1990, em muitos países do mundo, foram feitos movimentos para tentar substituir governos autoritários ou regimes de partido único por um sistema multipartidário. Neste período, por exemplo, mais de vinte países africanos, incluindo Moçambique buscaram introduzir o constitucionalismo e as instituições parlamentares democráticas (GIDDENS, 1996).

No cenário político mundial, dominava a crença de que a democracia permite às populações votarem em quem deverá governá-las e, dadas certas condições, podem ajudar a gerar bons líderes políticos. Ela permite uma maior opção de escolha, o que não é possível num sistema monopartidário; e o mesmo acontece aos mercados capitalistas se comparados à economia socializada. Para alguns segmentos, as revoluções do Leste Europeu ocorreram, porque o comunismo tornou-se inaceitavelmente autoritário e tornou-se economicamente ineficiente, ou seja, esgotou a sua proposta e capacidade de realização econômica (GIDDENS, 1996).

Com as correntes ideológicas igualitaristas que triunfam à escala mundial, modifica-se a ação do poder do Estado: ao invés de dominar a sociedade e tratá-la a seu bel-prazer, ele só conserva sua autonomia servindo ao interesse geral. Isso dá à sociedade civil, ao conjunto das relações societárias que se tecem sobre as questões públicas, um lugar de destaque (CLAVAL, 1979).

Com o acima exposto, procurou-se demonstrar que a intervenção externa sobre a região do Vale do Zambeze não é recente. Interesses exteriores a região foram determinando desde cedo as verticalidades e definindo os usos econômicos do território, colocando-o mais como recurso de valor econômico do que para finalidades sociais ou mesmo econômicas que visassem satisfazer as necessidades das comunidades locais.

4 O VALE DO ZAMBEZE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Este capítulo trata especificamente da região do Vale do Zambeze na perspectiva histórica-geográfica. Nele destacam-se os primeiros contatos com os portugueses e a sua posição estratégica sob ponto de vista de interesse nacional e subcontinental.

A hipótese que suscita o desenvolvimento do capítulo é de que a região do Vale do Zambeze e a Barragem de Cahora Bassa tem sido utilizadas para satisfazer interesses exteriores à região.

4.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A história da região do Vale do Zambeze e da Barragem de Cahora Bassa está associada a processos relacionados com os povos nativos, a descoberta, conquista, ocupação e constituição do território nacional de Moçambique.

Em 1498, quando da viagem do navegador português Vasco da Gama no seu percurso marítimo para a descoberta da Índia, começou a se fazer o reconhecimento das embocaduras do delta do Zambeze, rio que, nos primeiros tempos em território moçambicano, foi conhecido pelo nome de um dos seus afluentes – O Cuama.



Fonte: Centro de Cartografia e Teledeteção
Mapa 6: Delta do Zambeze

Nesta época, motivados pelo controle de rotas comerciais, pequenas expedições avançaram para o interior, ultrapassando e vencendo as hostilidades do clima e do terreno, criando feitorias¹⁰, fortalezas¹¹ e missões, primeiros pontos de influência portuguesa no território do que é hoje República de Moçambique.

Em meados do século XVI os expedicionários portugueses avançaram para o interior, penetrando em cerca de seiscentos quilômetros da costa, onde foi fundada a cidade de Tete, a 120 km da Barragem de Cahora Bassa.

O Zambeze, rio de difícil navegabilidade, sobretudo a montante de Tete, o surgimento dos rápidos de Cahora Bassa, obrigava as populações locais com as suas pequenas embarcações a encostarem junto às suas margens que na seqüência, quando aí chegassem exclamavam – “Acabou Trabalho” (que significa em dialeto local, chingungué CAHORA BASSA).

Por ironia do destino, hoje Cahora Bassa não é mais o “fim do trabalho”! Ela representa uma das maiores infra-estruturas do país, da região e da África.

No século XIX e mais especificamente a partir dos anos 50, o contexto político e econômico é o da implementação da política de nacionalismo econômico em Moçambique. O nacionalismo criou condições políticas que permitiram a burguesia portuguesa consolidar sua posição ao serviço das suas próprias necessidades de acumulação de capital. Isto implicou a definição de novas relações econômicas entre estes e a metrópole.

O Estado Português numa perspectiva de criação e incentivos à iniciativa privada, desenvolveu estudos sobre a bacia do Zambeze que conduziram a criação da Missão para o Fomento e Povoamento do Vale do Zambeze (MFPZ). A Missão esteve destinada *“a proceder ao reconhecimento sistemático dos recursos da bacia hidrográfica do rio Zambeze em território de Moçambique, organizar planos de*

¹⁰ Era um dos postos avançados do império colonial português, representando ao mesmo tempo os interesses político-militares da Coroa e os interesses comerciais da nação. Muito comumente era conhecida como Feitoria da Fazenda Real. Na África e na Ásia, essas agências do poderio luso tiveram funções eminentemente comerciais e políticas, servindo de mercado para troca de produtos e de base militar para a expansão territorial. No Brasil, dadas as condições locais, seu papel foi diferente, ficando as feitorias limitadas à extração do pau-brasil e algumas curiosidades da fauna, à experiências com a cana de açúcar e a servir de espantalho para assustar contrabandistas franceses (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/feitorias.asp>)

¹¹ lugar fortificado, organizado para a defesa de uma cidade, de uma região (<http://www.workpedia.com.br/fortaleza.html>)

aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos e elaborar os projetos que para tal lhe forem determinados” em colaboração com a Hidrotécnica Portuguesa (HP).

Figura 4: Esquema inicial do processo de exploração da região do Vale do Zambeze
Fonte: Do autor

Para o efeito, a Missão realizou estudos geológicos, meteorológicos, hidráulicos, epidemiológicos, demográficos, etnográficos e outros que originaram os planos e programas de desenvolvimento agrícola, industrial, piscícola, silvícola, de ordenamento e povoamento contidos essencialmente no documento: “Relatório preliminar (1958) e Plano Geral do Fomento e Ocupação do Vale do Zambeze”.

Assim, a decisão inicial formalmente acordada em 19 de setembro de 1969, entre o Estado Português e a República da África do Sul sobre a construção da barragem e do fornecimento de energia elétrica baseou-se nos seguintes aspectos:

- Satisfazer as necessidades da indústria Sul-Africana, em expansão, reafirmando o papel de Moçambique, no quadro regional de integração político-econômica, como fornecedor de serviços;
- Aplicar uma nova tecnologia que era produto de investigações por parte de entidades internacionais pioneiras no transporte em corrente contínua em alta tensão, e que tornava o projeto de Cahora Bassa um desafio.

Com o acima exposto, fica claro que a construção da barragem de Cahora Bassa, mais do que representar interesses nacionais e da região do Vale do

Zambeze, visava acima de tudo servir a interesses exteriores ao país e a região resultantes de conjugação de fatores econômicos e políticos do Estado português em Moçambique

Hoje, em função de novas injunções políticas e econômicas a escala nacional e regional, não só se está a fornecer a energia de Cahora Bassa a África do Sul, ao Zimbábue e outros países da região austral de África, como também se está a expandir esse fornecimento ao território nacional. Desta forma, a barragem passou a participar de forma mais explícita nos desígnios do desenvolvimento do país, através de projetos de eletrificação rural em curso à escala nacional.

Atualmente a energia de Cahora Bassa é fornecida a quatro consumidores distintos: à ESKOM (RSA), à ZESA (Zimbabuè), e a EDM e a MOTRACO (Moçambique). Também se pretende exportar essa energia a outros países da África Austral. Na sequência de crises sistemáticas do fornecimento de energia por parte da ESKOM, decorrentes do aumento de consumidores na África do Sul e a perda da capacidade desta empresa em garantir o fornecimento aos países da região, a energia de Cahora Bassa tem abastecido países como o Botswana e o Reino da Swazilândia, embora estes com contratos de fornecimento com a ESKOM, empresa sul africana.

Isto significa que a energia de Cahora Bassa tem adquirido uma importância cada vez maior a escala regional, como fator impulsionador do desenvolvimento económico e como um pilar decisivo na integração económica dos países da África Austral.

Embora o principal objetivo da construção da Barragem de Cahora Bassa fosse a produção de energia hidrelétrica em quantidade e a baixo custo, também incluiu outros objetivos complementares tais como a gestão do caudal do curso principal da Bacia do Zambeze visando regular as cheias na região do Zambeze; eliminar ou minimizar irregularidades de descargas da barragem de Kariba à montante (Zimbabuè); promover a navegabilidade entre a fronteira do Zumbo e a foz do rio Zambeze em conjugação com 3 outras barragens a jusante (Mpanda Nkuwa, Boroma e Lupata; o desenvolvimento de indústria de pesca e turismo na albufeira de Cahora Bassa e a agricultura na região envolvente e gerar receitas para o desenvolvimento socioeconómico no Vale do Zambeze.

Parte considerável destes objetivos ainda não foram atingidos pelas mais diversas razões, dentre as quais a inexistência de infraestruturas de irrigação com

capacidade de traduzir em fator de desenvolvimento o potencial hídrico do Rio Zambeze, a falta de embarcações e técnicas adequadas para a pesca da capenta (espécie de peixe com elevado valor no mercado da região), incapacidade de captação de receitas e licenciamento de atividades turísticas por parte do Estado.

Juntam-se a esta lista, a falta de apoio ao empresariado regional para o aproveitamento dos mais diversos recursos, falta de um apoio forte e coerente para o estabelecimento de agroindústrias, baixo índice de desenvolvimento do capital humano e a pandemia da AIDS que tem retirado a capacidade produtividade da população da região.

Contudo, tal como tem sido prática recorrente na instalação de grandes barragens em muitos países em vias de desenvolvimento, a sua construção não foi antecedida de uma consulta ou debate público sobre seus propósitos ou potenciais beneficiários.

Sua concepção teve objetivos meramente políticos e econômicos relacionadas com o uso político do território inserido dentro de uma lógica de dominação, exploração, pilhagem e humilhação do povo moçambicano. No entanto, hoje a história encarregou de mudar o seu percurso, através do estabelecimento de uma nova correlação de poder e força no contexto sub-regional.

O país conquistou a sua independência, o apartheid foi derrotado na África do Sul e as guerras civis em Angola e Moçambique chegaram ao fim. A paz foi alcançada e uma nova ordem política e econômica foi estabelecida. Este novo quadro permite repensar o desenvolvimento sobre um novo prisma e sugere novos questionamentos. É, pois, assim que a barragem de Cahora Bassa é analisada dentro de uma nova matriz e correlação de poder e força a escala regional, nacional e internacional.

Assume-se que a energia produzida a partir da barragem de Cahora Bassa constitui um pilar importante capaz de alavancar o desenvolvimento da indústria, do turismo, da estrutura viária e ferroviária e por esta razão, pode ser definida como uma política territorial aglutinadora do processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze a partir da valorização dos recursos naturais.

É, pois, assim que o rural não é apenas o agrícola. Infraestruturas estratégicas como a Barragem de Cahora Bassa, mergulhada numa região rural pode desempenhar um papel estratégico como *locomotiva* do desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, através da produção de energia hidrelétrica e

consequente indução do desenvolvimento de outros setores econômicos e sociais, como a agricultura, a indústria, o turismo, o comércio, os transportes e outros.

A produção de energia a partir da barragem de Cahora Bassa se insere no quadro de uma política territorial fortemente vinculado aos usos políticos do território, construção de infra-estruturas provindas das determinações do Poder instituído à escala internacional e nacional e com impactos sobre a região.

Quadro 2: Acontecimentos e datas a registrar na história da Barragem de Cahora Bassa

DATAS	ACONTECIMENTOS
03/1956	<i>Primeira visita a rápidos de Cahora Bassa por técnicos hidráulicos portugueses</i>
1957	<i>Criação da Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze</i>
1966	<i>A HP - Hidrelétrica portuguesa é contratada para elaborar o projeto de aproveitamento hidrelétrico de Cahora Bassa</i>
09/1969	<i>Adjudicação do Consórcio ZAMCO-Zambeze Consórcio Hidroelétrico Lda a execução do empreendimento Cahora Bassa – Appolo, envolvendo o sistema de produção e transporte de energia onde participam 16 empresas dos seguintes países: Alemanha, França, África do Sul, Itália e</i>
03/1970c	<i>Criação do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ) organismo que passou a acompanhar diretamente a execução do empreendimento</i>
12/1974	<i>Conclusão dos trabalhos para garantir a segurança e início do enchimento da albufeira</i>
06/1975	<i>Criação da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB)</i>
06/1979	<i>Início da sua operação comercial</i>
11/2007	<i>Presidente da República de Moçambique declara “Cahora Bassa já é nossa”</i> <i>Reversão de 80% das ações da HCB ao Estado moçambicano e nomeação de um Conselho de Administração dirigido por um moçambicano</i> <i>A reversão de Cahora Bassa ao Estado moçambicano é equiparada com uma segunda independência nacional</i>

Fonte: Do autor

4.2 O VALE DO ZAMBEZE COMO UMA REGIÃO ESTRATÉGICA

O Vale do Zambeze é uma região estratégica sob ponto de vista do interesse nacional e com papel fundamental na geração de mudanças sócio-econômicas à escala regional/local. Esta valorização realiza-se através do uso e aproveitamento dos recursos naturais estratégicos.

São exemplos, a água, os minérios, a terra, a fauna e a flora, a construção de barragens, estradas e pontes, redes de telecomunicações que podem ser vitais para a construção da unidade nacional.

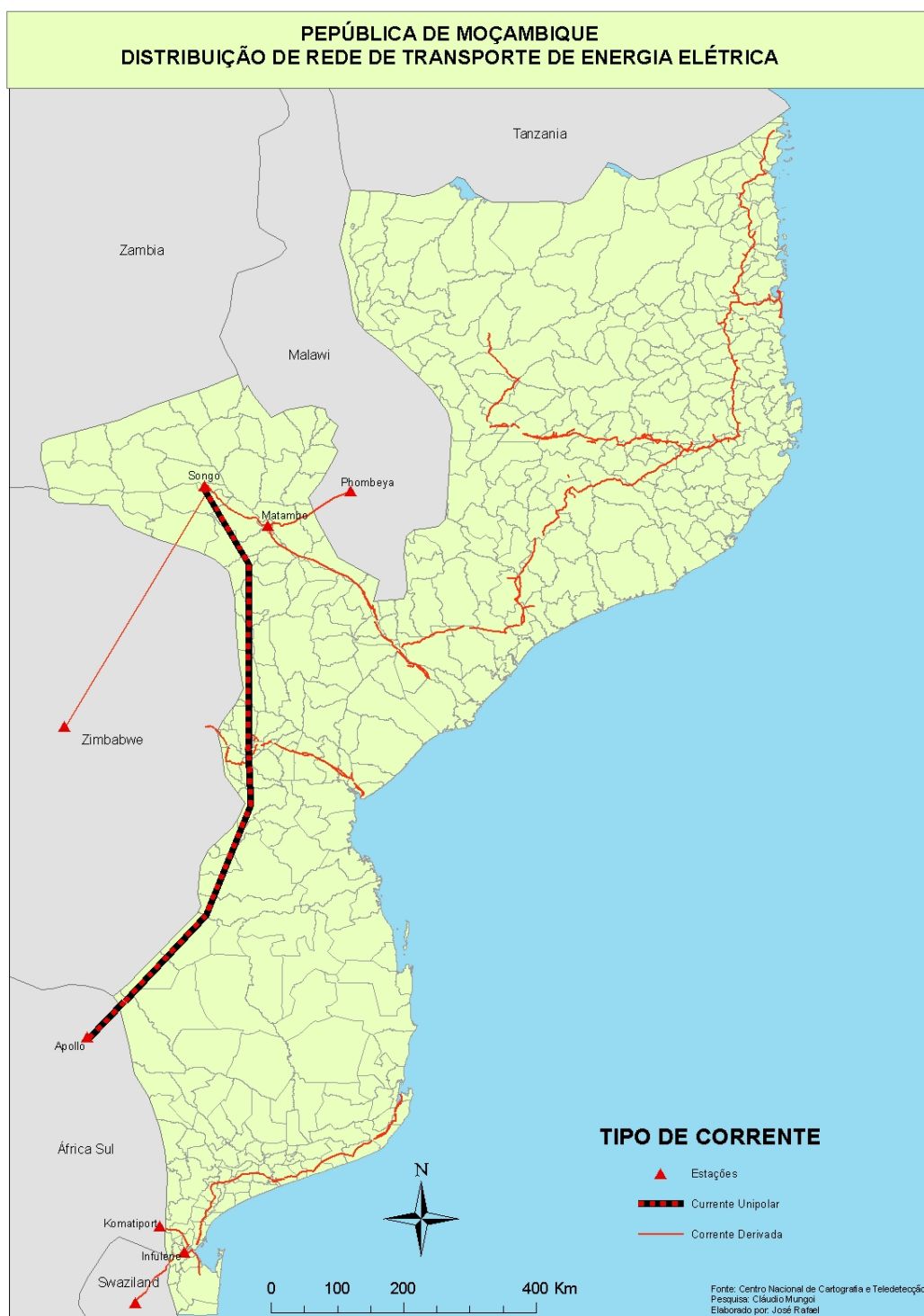
O interesse colonial português na exploração da região pode ser inserido no longo processo violento de acumulação primitiva do capital realizado através da expropriação, pilhagem, roubo e escravização dos povos nativos da região.

Na época colonial foi traçado um plano de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, através do estabelecimento do Gabinete de Fomento e Povoamento do Zambeze (GFPZ). Mais tarde este Gabinete de Fomento foi transformado em Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), assumido como uma ação estratégica do Estado com objetivo de promover o desenvolvimento da região, através da exploração e aproveitamento integral do potencial natural, sobretudo da energia hidrelétrica.

No entanto, é importante sublinhar que tal desenvolvimento da região visava beneficiar a potência colonizadora (Portugal), através de drenagem de receitas financeiras captadas da exportação da energia à África do Sul e ao Zimbábue. Também se procedeu a exploração de recursos minerais, florestais e faunísticos, para além da própria terra através do estabelecimento do sistema *plantation*, cujos produtos eram colocados no mercado europeu. Destes produtos destacaram-se o açúcar, chá, fumo, algodão e coco.

Na perspectiva histórica, a produção de energia hidrelétrica da Barragem de Cahora Bassa é marcado por dois momentos distintos: um *primeiro momento*, sob a total dominação e Administração Colonial Portuguesa, cuja finalidade do empreendimento era o abastecimento ao mercado Sul Africano. A produção de energia destinada à exportação, realizava-se através de uma linha de corrente contínua até a Estação Apollo na África do Sul e que visava servir a indústria sul

africana em franco crescimento e permitir a arrecadação de receitas importantes à metrópole.



Mapa 7: Fornecimento de energia em linha de corrente contínua à estação Appolo na África do Sul

Evidentemente que a produção de energia elétrica nestas condições não objetivava a promoção direta do desenvolvimento integrado da região do Vale do

Zambeze, embora o GPZ-Colonial atuasse em outras frentes, como seja, a agricultura, a indústria mineira, a exploração florestal, as agroindústrias, etc.

Embora a Barragem de Cahora Bassa fizesse parte de um Plano Integrado de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, concebido e elaborado entre 1957/65 pelo GPZ- Colonial, que funcionava no Ministério do Ultramar, em Lisboa, a viabilização do empreendimento em 1969 só foi possível depois do acordo assinado entre Portugal e a África do Sul. Este fato demonstra a presença de uma “mão externa” no uso e aproveitamento dos recursos naturais de Moçambique e da região do Vale do Zambeze.

Com a Barragem de Cahora Bassa, Portugal procurava reforçar a sua aliança com a África do Sul na perspectiva de satisfazer interesses de caráter político e econômico. Portugal pretendia: (i) produzir energia elétrica abundante e barata cujo excedente seria vendido, em 90%, ao mercado da África do Sul e Rodésia do Sul (atual Zimbábue) visando cobrir os custos da sua construção e satisfazer as necessidades em energia ao *boom* econômico da África do Sul ocorrido a década de 60; (ii) captar substanciais divisas para o Banco Central de Lisboa e (iii) possibilitar a implementação do “Plano Geral” de Fomento e Povoamento do Vale do Zambeze (MIDDLEMAS, 1975).

Ainda que o projeto tivesse um condão econômico, a sua motivação política foi vislumbrável, tendo em conta que este surgiu numa época em que a minoria branca regional estava preocupada com o avanço das lutas nacionalistas para as independências.

Para Isaacman (2000), os que se opunham a sua construção não concordavam que a barragem pudesse trazer prosperidade para os camponeses que viviam na região e viam o projeto como parte integrante de uma estratégia militar e de aliança política entre Portugal e a África do Sul para impedir o avanço de movimentos nacionalistas como a Frelimo em Moçambique.

Ativistas anti-apartheid organizaram com sucesso a maior campanha internacional para impedir que países Ocidentais como a Inglaterra e os Estados Unidos financiassem a construção do empreendimento. “O que acontece em Cahora Bassa” segundo o pronunciamento do Conselho Mundial das Igrejas publicado pelo Programa de Combate ao Racismo “é central para a guerra de Moçambique e para o futuro de toda a África Austral”. A barragem era vista pela guerrilha da Frelimo como um instrumento e símbolo de opressão colonial.

Nas Nações Unidas o representante da Frelimo chegou a declarar que “Cahora Bassa” era um crime. Era um crime não apenas contra o povo moçambicano, mas também contra todo o povo da região da África Austral e da África como um todo”.

No entanto seis meses depois da conclusão das obras da sua construção, em dezembro de 1974, Moçambique conquistou a independência nacional e mudou radicalmente a sua posição em relação a barragem e converteu-a em símbolo de libertação que levaria o povo moçambicano a conquista do progresso econômico e transformação da estratégica região do Vale do Zambeze.

Por outro lado, os que apoiavam a sua construção depositavam no projeto Cahora Bassa como sendo importante para cimentar a idéia da criação de uma “zona tampão”, em defesa da minoria branca no poder em Moçambique e na África do Sul. Estes defendiam que a barragem para além de providenciar energia elétrica a África do Sul traria a Moçambique uma moeda forte que permitiria um melhor desempenho da sua economia e conseqüente desenvolvimento.

O benefício principal deste empreendimento para Moçambique resultaria do seu impacto em outras áreas de desenvolvimento do Vale do Zambeze previstas no “Plano Geral”. A implementação do projeto seria gerido pelo Gabinete do Plano do Zambeze que para o efeito solicitara 176 milhões de escudos, metade dos quais seriam despendidos na agricultura, 1/3 na produção energética e os restantes na área de transportes e dos serviços sociais (HANCES, 1972)¹².

Isto demonstra que o interesse no aproveitamento das potencialidades da região do Vale do Zambeze não é recente. No ano de 1957 foi criado pelo Governo Português um organismo técnico especial - Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze (MFPZ). A Missão tinha por tarefa proceder ao reconhecimento e

¹² No “Plano Geral” definiram-se os empreendimentos prioritários de cada setor econômico incluindo o “desenvolvimento comunitário” cujo início da sua implementação dependia da construção da barragem de Cahora Bassa, a qual seria o “motor de arranque” de todos outros projetos de desenvolvimento preconizados para o Vale do Zambeze. Constituíam objetivos genéricos do “Plano Geral” (i) o “desenvolvimento comunitário da população nativa, com vista ao seu progresso econômico e social; (ii) a ocupação orientada de manchas agrícolas através da criação de explorações devidamente dimensionadas, a distribuir tanto a imigrantes como a locais, de modo a constituírem núcleos populacionais estáveis e progressivos; (iii) o alargamento da ocupação agrícola aos setores de silvicultura e pecuária, tendo presente o desenvolvimento dos núcleos de agricultura e pecuária tradicionais já existentes; (iv) a exploração intensiva dos recursos minerais, com extração e, sempre que possível, conseqüente transformação total ou parcial no local e o (v) estabelecimento de infraestruturas indispensáveis aos pólos de desenvolvimento a criar e criados, designadamente nos setores de energia, dos transportes e comercialização”.

inventário dos recursos existentes no Vale do Zambeze, com vista à programação do desenvolvimento da região.

Para esta finalidade foram realizados levantamentos cartográficos da região à escala de 1/50 000, com curvas de nível eqüidistantes de 20 ou 10 metros, abrangendo uma área de cerca de 200 000 km²; procedeu-se ao estudo da região no seu aspecto pedológico e aptidão agrícola, estudaram-se as florestas de essências indígenas existentes na região, efetuou-se um levantamento dos principais núcleos de gado existentes no vale, fez-se uma prospecção sobre os locais para eventual construção de barragens e respectivas albufeiras, as zonas de provável adaptação a irrigação; foram selecionadas zonas que, pelas suas características, evidenciavam a ocorrência de jazigos minerais e foi efetuada uma avaliação das repercussões no consumo interno que uma variação do nível económico das populações, devido ao desenvolvimento da região, podia provocar.

*“Antes tarde que nunca”
Ditado Popular*

O *segundo momento* corresponde ao país independente com a sua nova matriz de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades da população materializadas através dos projetos de eletrificação rural e o abastecimento de algumas cidades com a energia de Cahora Bassa. Este momento se expressa através dos esforços que vem sendo desenvolvidos pelo Governo, através da Eletricidade de Moçambique, empresa pública objetivando a eletrificação das sedes dos 128 distritos do país.

Logo após a independência nacional, o Governo de Moçambique concluiu, em face da política de socialização do campo que o Vale do Zambeze não tinha a grande importância destacada pela Administração Colonial e na seqüência, extinguiu o Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ). Volvidos cerca de 20 anos, através do Decreto 20/95 o Governo concluiu que estava errado e voltou a destacar a região do Vale do Zambeze como estratégica para o desenvolvimento económico e social do país e da África Austral. Foi assim que foi (re)criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) em substituição do antigo Gabinete do Plano do Zambeze. (Ver anexo).

Em 23 de Junho de 1975, nos termos do Protocolo de Acordo entre o Governo Português e a Frelimo assinado a 14 de Abril do mesmo ano, e do Decreto-

Lei 71/75 de 21 de Junho, do Governo de transição de Moçambique, bem como na seqüência das autorizações dadas pelo Governo Português, através da Resolução do Conselho de Ministros de 4 de Junho, ainda do mesmo ano, foi criada a Sociedade Anônima de Responsabilidade Limitada denominada Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). (Ver anexo).

A sociedade, como sede no Songo, Província de Tete (Moçambique) tem por objetivo a exploração, em regime de concessão, do aproveitamento hidrelétrico de Cahora Bassa, incluindo a produção de energia elétrica e seu transporte de energia em corrente contínua para a República da África do Sul, a linha em corrente alternada, para a subestação de Matambo (Tete), o fornecimento em corrente alternada para a linha Centro – Norte, o transporte de energia de corrente alternada para a subestação do Dondo (Beira), igualmente em ligação com o Sistema de Distribuição da SHER no Chimoio.

A sociedade concessionária ficou com a responsabilidade de pagamento integral do investimento realizado através da liquidação dos financiamentos negociados para o efeito.

Nos termos do acordado em Junho de 1975 com o Governo Português, 18.34% do capital pertencem ao Estado moçambicano e 81.60% ao Estado Português.

Atualmente este cenário foi revertido através da reversão das ações da HCB ao Estado moçambicano, passando este a deter 80% das ações e o Estado português 20%. Esta operação envolveu o compromisso assumido pelo Estado Moçambicano do pagamento de 950 milhões de dólares americanos durante um período de 15 anos, a contar de novembro de 2008.

O desenvolvimento da estratégica região do Vale do Zambeze sob o comando do GPZ continua sendo um objetivo a atingir pelo Estado. Com a independência nacional em Junho de 1975, o que mudou nesse objetivo foi a sua missão, hoje mais virada para beneficiar os interesses dos moçambicanos e da integração nacional e sub-regional.

Estas etapas e injunções políticas acima referenciadas determinam as mudanças nos *usos políticos e econômicos do território*. Representam a esfera de decisões de práticas territoriais estratégicas plasmadas através do estabelecimento de infraestruturas gigantescas. Evidenciam ainda o Poder ou relações de Poder

instituído em cada momento histórico que para o caso específico da região do Vale do Zambeze, os momentos são bastante nítidos:

- (i) o colonial, representado pela construção da barragem e a conciliação entre o uso do território para propósitos políticos e econômicos do Estado Português e Sul Africano;
- (ii) a Administração pós-colonial com a mudança da missão do GPZ, ou seja, da lógica do *uso econômico do território*, evidenciado pela maior preocupação em satisfazer as necessidades prementes da população, através da implementação de projetos de desenvolvimento comunitário. As mudanças nas injunções políticas também são sinalizadas pela recente reversão das ações da Barragem de Cahora Bassa ao Estado moçambicano, ocorrido em Dezembro de 2007 e pelo estabelecimento de novos acordos bilaterais entre Moçambique e a África do Sul sobre as taxas de exportação de energia àquele país.

Atualmente, novos mercados se perspectivam, através do aumento da cota do consumo nacional da energia, passando de 250MW para 400MW em 2008, adquiridos pela Eletricidade de Moçambique (EDM). Esta empresa pública é responsável pela distribuição de energia em território nacional e pelo estabelecimento de novos contratos para o fornecimento da energia elétrica ao Botsuana, Malaue e Suazilândia.

Por estas razões, a produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa é assumida como uma infraestrutura estratégica capaz de constituir um fator multiplicador para o amplo projeto de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. A barragem está enquadrada dentro de uma política territorial representada pelo Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ) que visa o desenvolvimento integrado de toda a região do vale dentro dos limites territoriais de Moçambique.

A história tem testemunhado que o aproveitamento integral do potencial natural e estratégico da região esteve sempre associado aos *usos políticos do território*, fortemente vinculado as relações de Poder sobre o território instituídos

segundo lógicas internas e externas entre três países e Estados: Moçambique, Portugal e a África do Sul.

É assim que as infra-estruturas estratégicas em Moçambique sempre estiveram fortemente associadas a evolução da organização política e administrativa bem como da situação econômica do país. Elas possuem uma forte vinculação com natureza do Poder, a situação política e ao estado da economia nacional e a sua integração regional. Estes fatores, têm influenciado a política de infraestruturização do país.

Por constituir a base principal de recursos hídricos da região Austral de África; por ser a base principal de produção de energia elétrica renovável e por constituir-se numa das bases essenciais para a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas, o Vale do Zambeze apresenta requisitos chaves para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Estes fatores colocam a região do Vale do Zambeze como estratégica para o estreitamento da cooperação entre Moçambique e seus parceiros regionais.

O Vale do Zambeze pela conjugação de fatores acima indicados pode criar oportunidades únicas para que se desenvolvam sinergias entre o setor público e privado, entre a ajuda multilateral e o financiamento das entidades bancárias, capazes de promover o desenvolvimento.

5 O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) E A BARRAGEM DE CAHORA BASSA

O quinto capítulo trata do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze e a barragem de Cahora Bassa como uma externalidade, isto é, uma infra-estrutura física de geração de energia elétrica. Procura-se demonstrar que o desenvolvimento rural transcende o campo restrito e institucional da agricultura. O exemplo disto na presente pesquisa é a barragem de Cahora Bassa, uma infra-estrutura gigantesca mergulhada na imensa massa dominada por espaços opacos.

Ao contrário dos espaços luminosos que seriam aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização, os espaços opacos seriam os subespaços onde tais características estão ausentes. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (SANTOS, 1996).

Como hipótese o capítulo destaca as verticalidades vinculadas aos propósitos da criação do GPZ no período colonial e, conseqüentemente da construção da Barragem de Cahora Bassa, ambos enquadrados num contexto do uso econômico do território orientado para a satisfação de interesses exteriores a região. Isto é, o uso do território apenas como recurso de valor econômico.

A Barragem de Cahora Bassa é analisada como um espaço luminoso mergulhada na imensa massa dominada pela pobreza, miséria e pela ausência de infra-estruturas capazes de dinamizar o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

5.1 O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) COMO UMA POLÍTICA TERRITORIAL

As necessidades de desenvolvimento da região Austral da África para além de passarem pelo fim dos conflitos armados e erradicação da pobreza absoluta podem encontrar na água e energia, locomotivas essenciais para o seu desenvolvimento.

Devido ao seu grande potencial hídrico e de outros recursos naturais, o Vale do Zambeze apresenta-se como uma região estratégica para o desenvolvimento do subcontinente, razão que a levou a ser integrada no topo das agendas nacionais, regionais e multilaterais, ao nível dos Estados, empresas, agências de desenvolvimento e instituições financeiras.

Figura 5: Atores que atuam na região do Vale do Zambeze
Fonte: do Autor

Para a presente pesquisa, o desenvolvimento do Vale do Zambeze é circunscrito ao nível de Moçambique e assume-se como parte integrante da região em território nacional, as províncias e, sobretudo, os distritos banhados pela bacia do rio Zambeze e que possuem certa homogeneidade sob ponto de vista do seu ecossistema natural.

Para o GPZ, a estratégia de desenvolvimento do Vale do Zambeze assenta em cinco eixos essenciais e complementares:

1. *A valorização da água em termos do subcontinente.* Com exceção de Moçambique a grande maioria dos países da África Austral dispõe de pouca água. A África do Sul, a maior economia da região da SADC¹ dentro de menos de duas décadas, não vai dispor de água suficiente. No Vale do Zambeze concentra-se a maior reserva de água da região austral do continente;



Foto 1: Recursos hídricos no Vale do Zambeze

Fonte: GPZ, 2006

Pesquisa: MUNGOI, C 2008

2. *A produção de energia.* O sistema de barragens ao longo da parte moçambicana do Zambeze, a conexão entre o Lago Niassa e o Zambeze, podem constituir a maior reserva de hidroenergia do subcontinente. O Vale possui importantes reservas de carvão mineral, nomeadamente nas bacias de Moatize e de Mecanha Vúzi, atualmente adjudicada à Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), brasileira;

¹ Comunidade dos Países da África Austral

3. *Produção de cereais, fibras têxteis, oleaginosas, proteínas vegetais, florestas renováveis com espécies nativas e exóticas.* A África Austral importa anualmente 300 milhões de dólares de arroz, dezenas de milhões de dólares noutros cereais, nomeadamente trigo e milho. Existe uma situação de esgotamento de solos em vários países vizinhos, resultante do uso excessivo ou mau uso de adubos químicos, entre outros. O Vale do Zambeze poderá estar em condições de, progressivamente, responder à demanda;



Foto 2: Vista panorâmica de florestas do Vale do Zambeze

Fonte: GPZ, 2007

Pesquisa: MUNGOI, 2007

4. *Importantes recursos em minerais ferrosos e não ferrosos.* Existem dados sobre o ferro, titano-magnetites, ilmenites, cobre, níquel, potenciais de ouro e platina, zircão, carvão, nefelinas, sienites, fosfatos, barites, fluorites, bauxite e grafites;
5. *Desenvolvimento comunitário.* Através da valorização dos recursos de solo e água e implementação de projetos de destinados ao desenvolvimento da agricultura. Este eixo sobre o desenvolvimento comunitário tem como pressuposto que o Vale do Zambeze embora possua enormes recursos naturais, a sua população apresenta o mais baixo índice de desenvolvimento

humano do país resultante de situações estruturais e conjunturais, algumas das quais herdadas do período colonial.

Na região do Vale do Zambeze a produção de energia elétrica a partir da barragem de Cahora Bassa deve ser encarada como um pólo de atração de investimento e uma Iniciativa Especial de Desenvolvimento que, como o nome indica, deve inspirar o desenvolvimento integrado e harmonioso de todo o espaço.

A estratégia de desenvolvimento da região ultrapassa a objetivos meramente regionais, isto é, possui uma escala nacional e subcontinental. Os recursos naturais do Vale, nomeadamente hídricos e de energia, a natureza variada dos solos e climas, as potencialidades do subsolo garantem que a região se possa transformar num catalisador do desenvolvimento moçambicano e da região Austral do continente.

O Vale possui potencial para responder às necessidades do país e do subcontinente, no campo dos cereais, especialmente o milho, arroz e trigo, das leguminosas, com ênfase nos feijões, nas fibras têxteis, com enfoque no algodão, no pescado, particularmente de água doce, na aquicultura dos crustáceos, na carne, nos laticínios, na exploração sustentável das espécies florestais, no turismo, inclusive cinegético (GPZ, 2002).

A questão do desenvolvimento da região do Vale do Zambeze obedeceu a etapas históricas e políticas registradas no país. O esquema do seu arranque, sob a administração colonial, envolveu um investimento público português da ordem dos 5,3 milhões de contos, para além de outros fundos coletados de credores externos, mas cujos resultados até agora foram muito modestos para a região.

Na atualidade, para o Estado moçambicano o investimento na região representa milhões de dólares americanos com destaque para os seguintes projetos:

- Projeto de construção da mega-barragem de Mphanda Nkuwa, sob responsabilidade da construtora brasileira Camargo e Correia avaliado em 1,1 mil milhões de euros. Para o efeito o projeto conta com participações da Eletricidade de Moçambique (empresa pública), Energia-Capital e a Eximbank (chinês) – instrumento importante na política de cooperação econômica entre a China e os países de língua portuguesa, financiador do projeto da construção da mega-barragem que terá uma capacidade de produção de eletricidade de 1.500 MegaWatts (Cahora Bassa tem cerca de 2.075 MegaWatts).

A barragem de Mpanda Nkua será construída a 60 km de Cahora Bassa, estando o seu arranque previsto para início de 2009. Existe a possibilidade de construção de mais empreendimentos para a gestão hidrológica da bacia e o aproveitamento hídrico com destaque para as barragens de Boroma e Lupata, na província de Tete.

Com a construção da barragem de Mpanda Nkuwa o Governo de Moçambique pretende comercializar o excedente de energia a outros países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Maior parte dos países da região Austral de África hoje enfrentam déficits no fornecimento de energia. Por exemplo, até 2010, a África do Sul prevê esgotar a sua capacidade interna de produção de energia e neste momento já enfrenta restrições na satisfação das necessidades de consumo.

O projeto de construção da Barragem de Mpanda Nkuwa enquadra-se ao abrigo dos mecanismos da SAPP, entidade responsável pela planificação e coordenação das atividades de cooperação e comércio de energia ao nível da região da África Austral.

Embora Moçambique seja bem servido por rios e cursos de água, dispõe apenas de 12 barragens médias e grandes que se tornam insuficientes para suprir o crescente consumo interno e também para atenuar os efeitos negativos de secas e inundações cíclicas a que tem sido vítima.

- A GeoCAPITAL, uma agência de desenvolvimento com participações macaenses e portuguesas tem interesses expressos na área do algodão até ao nível das confecções e também de outras culturas de rendimento. O interesse desta agência internacional inclui o setor imobiliário na região do Vale do Vale do Zambeze.

- O Banco Mundial concedeu um crédito orçado em 16 milhões de euros para apoiar a criação de projetos de desenvolvimento da agricultura de pequenos produtores moçambicanos na região do Vale do Zambeze. Este crédito foi providenciado nos termos definidos pela Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), com uma taxa de juro de 0,35% e outra de 0,75% durante o período de 40 anos. O crédito tem em vista aumentar o rendimento dos pequenos

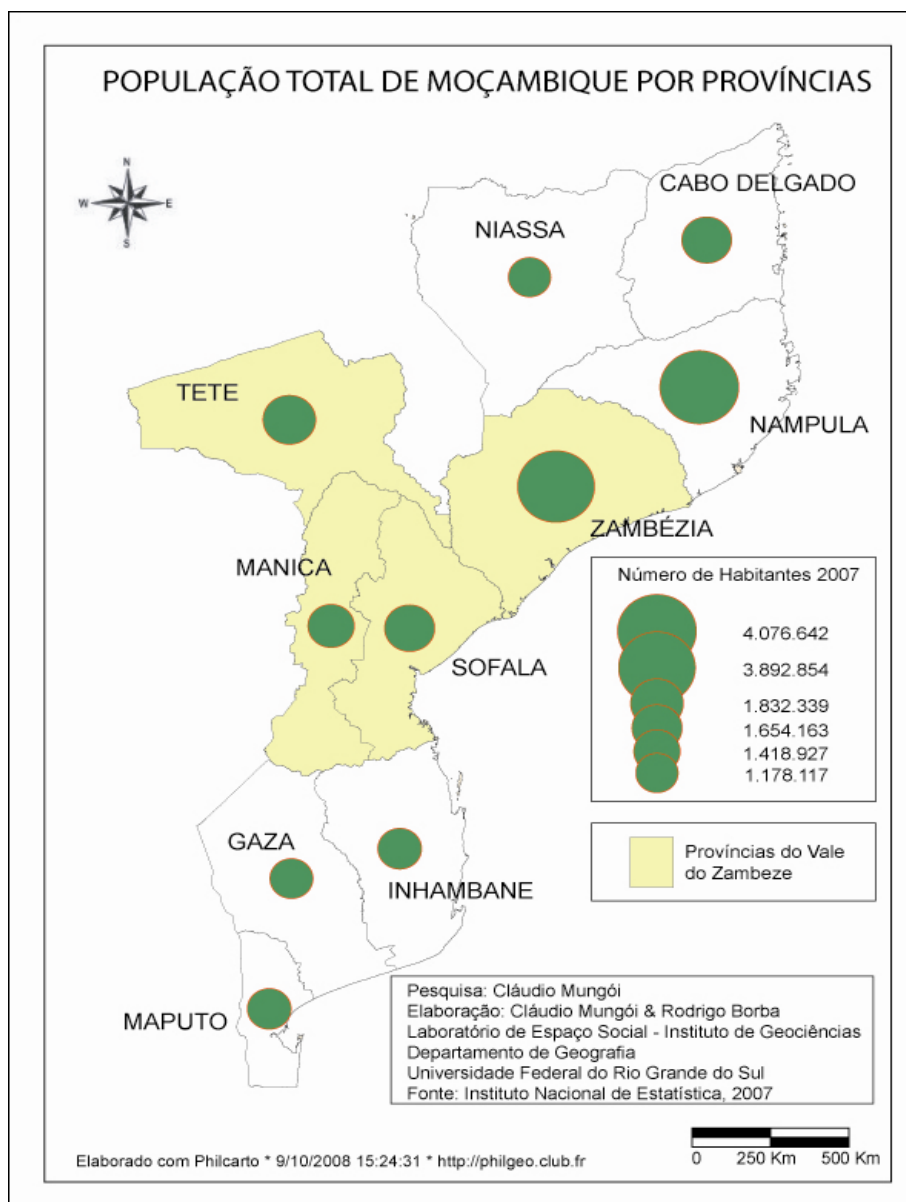
produtores em distritos selecionados da região do Vale do Zambeze através do apoio direto àqueles grupos e outros participantes da cadeia de produção.

Até o momento pouco se pode avançar sobre o impacto deste investimento uma vez se estar ainda na fase de identificação de beneficiários e culturas segundo as condições agro-ecológicas de cada distrito. No entanto, as expectativas são animadoras porquanto, a ser consumado o investimento irá permitir a aquisição de insumos de produção e extensão das áreas de cultivo.

Por se tratar de um projeto ambicioso, em alguns distritos como Moatize e Morrumbala, os agricultores já estão se organizando em associações e a estabelecer mecanismos de gestão para aquisição dos insumos necessários.

Para o Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, a região é estratégica devido:

1. a existência de um grande potencial natural: água, solo, minérios, flora e a fauna;
2. possui a capacidade de gerar energia renovável em quantidades excepcionais;
3. existem condições excelentes para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo para a cultura do arroz e outros cereais, produzir proteínas vegetais, criação de gado em pastoreio, exploração de florestas nativas e exóticas e o estabelecimento de agroindústrias fortes e competitivas. São exemplos destas indústrias, as açucareiras e as madeireiras já estabelecidas na região;
4. o subsolo apresenta indicações de depósitos, além do carvão, de minérios ferrosos e não ferrosos;
5. a existência de um regime especial fiscal e aduaneiro de incentivo a investimentos;
6. a existência de um potencial humano considerável. 2/3 da população total do país se encontra na região do Vale do Zambeze.



Mapa 8: População total de Moçambique por províncias

Trata-se de uma região com imenso potencial natural que merece a atenção do Estado, do setor privado, das Agências Internacionais de Desenvolvimento. No entanto ainda é necessário traduzir o seu potencial natural em fator que contribua para o desenvolvimento à escala regional e nacional, através de uma melhor utilização dos seus recursos até agora fortemente dependentes de fundos externos. Este fato tem retirado da própria região a esfera de decisões sobre o destino dos usos econômicos dos seus recursos naturais.

Já os portugueses tinham identificado a região como sendo estratégica. Por esta razão, traçaram uma política explícita de desenvolvimento da região através do GPZ colonial que foi mais tarde retomada ou (re)criada pelo Conselho de Ministros

do Governo de Moçambique do período pós-independência, através do Decreto 40/95 de 22 de Agosto de 1995. Este decreto sustenta que pela lei compete ao Gabinete do Plano de Desenvolvimento da região do Vale do Zambeze (GPZ) *planificar, promover, gerir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da região.* (Anexo).

No atual contexto do país independente, reconhecendo os altos índices de pobreza prevaletentes na região a preocupação do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Zambeze passou a ser o combate a pobreza, através da promoção do desenvolvimento comunitário.

Neste âmbito, o objetivo maior a atingir na região do Vale do Zambeze a partir das ações do GPZ passou, segundo a visão desta agência nacional de desenvolvimento a estar mais centrado no desenvolvimento comunitário.

Evidências demonstram que mesmo com o estabelecimento deste novo objetivo, o desenvolvimento da região ainda não responde às expectativas das comunidades. O *take-off* na região do Vale do Zambeze ainda não aconteceu. A distância entre o discurso e a prática ainda é muito grande. Ou seja, os resultados dos planos, políticas e projetos traçados pelo Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, ainda não foram materializados.

O aumento do rendimento da atividade agrícola, pecuária e pesqueira, assim como a reflorestamento e a garantia de uma comunicação física e virtual viável e constante, ao serviço das populações e da atividade econômica, conforme defendido pelo GPZ, ainda não foram atingidos.

Igualmente, ainda não se efetivou a introdução de culturas essencialmente voltadas para o mercado, para satisfazer a demanda interna e da África Austral e promover o aumento do nível de vida das populações.

Não passa do discurso a generalização dos regimes de concessões já existentes no algodão e fumo, para outros setores como os cereais e leguminosas, com a exigência que os concessionários assegurem as atividades de extensão, processamento e comercialização, com a participação das associações locais de produtores.

Ainda persistem na região do Vale do Zambeze os desmandos prevaletentes e lesivos ao interesse nacional. Esta situação relaciona-se com a conservação e utilização sustentável dos recursos no domínio das florestas, fauna, pescas, minas,

a fiscalização das concessões, a atribuição de terras e licenciamento de atividades econômicas.

Tanto o GPZ como a Administração Pública local apresentam-se incapazes para fazer respeitar a legislação e o interesse nacional. Os motivos para esta inoperacionalidade das instituições públicas vão desde a falta de recursos materiais, humanos e financeiros até os problemas de corrupção, suborno e gestão, sobretudo, na componente coordenação com as autoridades locais no apoio da fiscalização das variadas concessões, especialmente das florestas e da fauna.

Com a participação do GPZ, a promoção de associações de camponeses, criadores de gado, pescadores, vocacionados a integrar os produtores no processamento e beneficiamento dos valores acrescentados resultantes, e transformando, progressivamente, estas atividades, até agora essencialmente viradas para o auto-consumo, em atividades dirigidas para o mercado tem caminhado a passos mais lentos do que o desejado. Em função desta situação, os resultados até agora alcançados têm sido bastante modestos.

As dificuldades enfrentadas relacionam-se com a simplificação dos procedimentos para a legalização das associações, a capacitação dos titulares locais dos órgãos públicos do Estado e dos dirigentes comunitários para o exercício das funções de direção das atividades econômicas e sociais. Por outro lado, os *curricula* para a formação dos gestores da administração pública, dos docentes e discentes para as zonas rurais devem ter em conta a capacidade de resposta prática às necessidades do desenvolvimento econômico e social e da promoção do rendimento das comunidades.

A materialização do desenvolvimento comunitário perseguido e plasmado nas políticas e planos do GPZ depende do estabelecimento de infra-estruturas e atividades de geração de rendimento, capazes de capitalizar e valorizar os recursos hídricos existentes na região, através da geração de energia hidrelétrica e dos seus efeitos multiplicadores sobre o processo de desenvolvimento do Vale do Zambeze. Esta ação permitiria atribuir valor acrescentado aos produtos, em benefício das populações, promovendo dessa forma a monetarização da economia rural. Com isto, estaria assegurada uma das bases essenciais, para a melhoria das condições de vida das populações.

O desenvolvimento comunitário depende ainda do acesso ao crédito aos milhares de camponeses, do estabelecimento de infra-estruturas de irrigação, do

acesso a mercados, do alargamento dos serviços de extensão rural. Além disso, é necessário o acesso à educação e à tecnologia, o estabelecimento de pequenas indústrias para o agroprocessamento, a construção de silos para o armazenamento de cereais que se perdem em todas as épocas de produção por falta de condições de conservação.

Por exemplo, o excedente da produção do milho no distrito de Milange é comercializado na sua totalidade no vizinho Malaue. Este fato tem provocado ruptura de *stock* alimentar e conseqüente insegurança alimentar para milhares de famílias na região.

Em muitas ocasiões o mesmo milho comercializado no Malaue é em épocas críticas novamente adquirido pelos seus produtores a preços mais altos. A justificativa que se dá perante esta situação é de que primeiro, a nível interno, isto é, da sua região de produção, não existirem condições de conservação. Segundo, porque há necessidades de comercializar o milho para fazer frente a outras despesas ou necessidades não supridas internamente. Dentre o conjunto de necessidades destacam-se as despesas com a educação das crianças, a aquisição de bens duráveis como, por exemplo, bicicletas e rádios, os cuidados de saúde, transporte entre outros.

A ser efetivamente aproveitada, a disponibilidade de energia elétrica ao nível da região revela-se fundamental porque amplia as oportunidades de viabilização de iniciativas e atividades empresariais, através da agregação do valor à produção primária, dominante para a maior parte da população.

A energia hidrelétrica de Cahora Bassa apresenta-se como um fator fundamental para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze e tendo em vista as mudanças estruturais necessárias que ela pode gerar no desenvolvimento rural.

O investimento em atividades econômicas complementares e alternativas à agricultura (agro-industriais, outros ramos da indústria transformadora e serviços), depende da disponibilidade da energia elétrica. Estas atividades são necessárias para a elevação da produtividade e *output* da agricultura. Para, além disto, é importante para a absorção da mão-de-obra que pode se tornar excedente na agricultura, com a elevação da sua produtividade.

Geralmente os investimentos nas atividades complementares e alternativas à agricultura tendem a realizar-se em locais/regiões com disponibilidade de energia

fiável. Por esta razão, a disponibilidade ou não de energia é um fator determinante para a existência ou superação dos desequilíbrios regionais do desenvolvimento econômico e social.

É igualmente importante reconhecer que essa produção de energia, a partir da Barragem de Cahora Bassa, só poderá ser garantida em função de determinados propósitos políticos e econômicos.

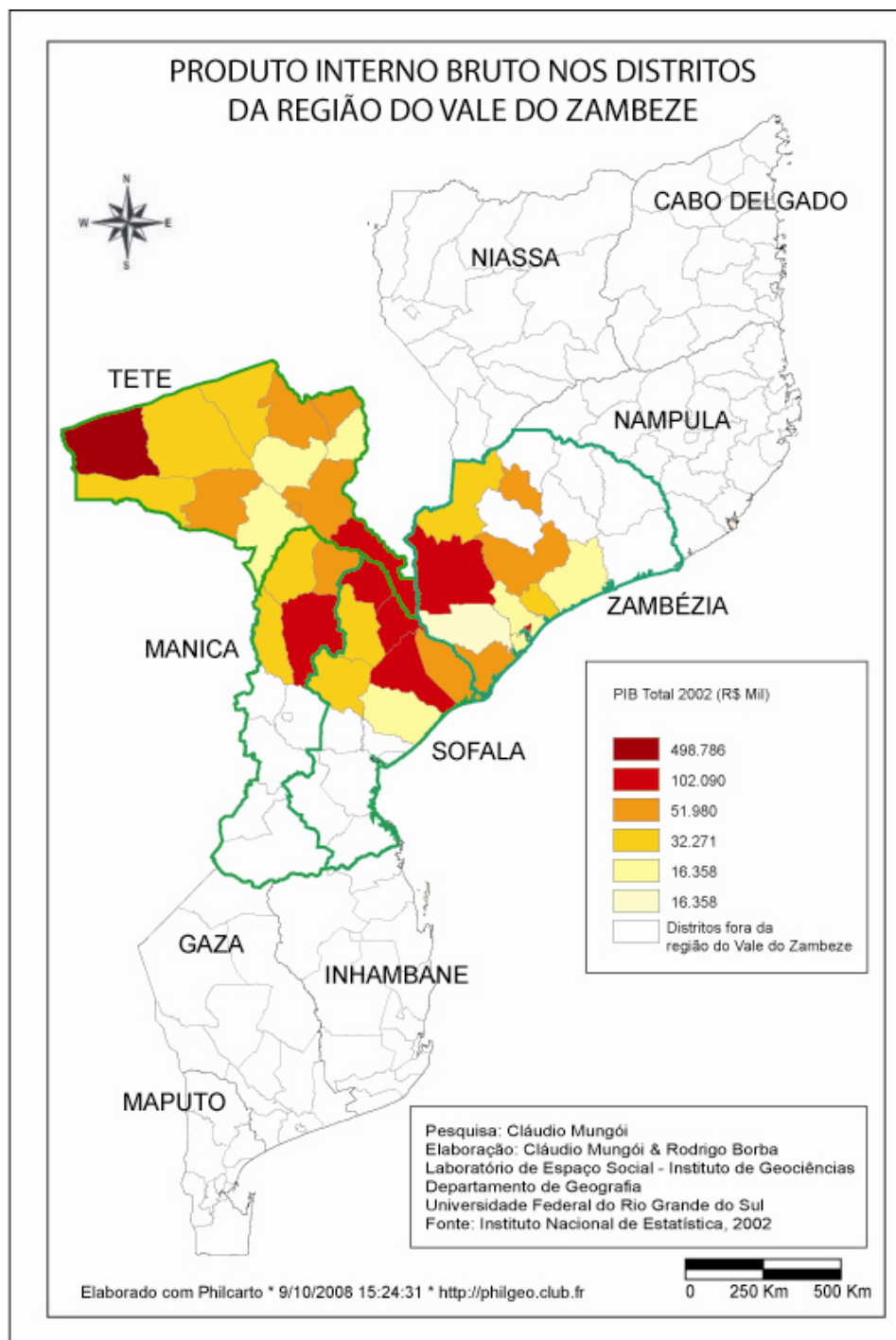
Por esta razão, os usos do território que beneficiem as populações locais são de importância vital para o processo de desenvolvimento regional no Vale do Zambeze.

Em seguida são apontadas as diferentes etapas históricas relacionadas com os usos políticos e econômicos do território e as respectivas implicações sobre o processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

Analisa-se as ações do GPZ do período colonial e do período pós-independência. O contexto de análise das ações do GPZ deste último período baseia-se na (re)criação do antigo GPZ. O Estado redefine a sua atuação, sem, no entanto perder o seu papel de ator e articulador do processo de desenvolvimento da região com função de *planificar, promover, gerir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze*.

Embora a produção de energia elétrica se apresente como um fator decisivo para o desenvolvimento, ela se enquadra num objetivo maior de promoção do desenvolvimento integrado da região. Este objetivo pode se traduzir através de ações complementares com outros setores, no entanto ainda não satisfeitas.

A região do Vale do Zambeze continua sendo a mais pobre do país sob ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano e vastas áreas da região ainda não foram eletrificadas, se excetuando algumas sedes distritais. (Ver anexo).



Mapa 9: PIB nos distritos da região do Vale do Zambeze

Numa entrevista recente ao *Diário Notícias* do dia 29 de julho de 2008, o Ministro de Planificação e Desenvolvimento de Moçambique avançou que até ao final de 2008, seriam eletrificados 71 sedes distritais, dos 128 distritos existentes no país. Para o Governo, o projeto de eletrificação rural a partir da Barragem de Cahora Bassa (a Rede Nacional de Energia) inclui sedes distritais e algumas vilas e sedes de localidades.

Para este programa de eletrificação rural, inserido no princípio de transformar os distritos em pólos de desenvolvimento, a Eletricidade de Moçambique (EDM) vai investir cerca de 400 milhões de dólares americanos.

Contudo, algumas ações tendentes a promover o desenvolvimento têm sido realizadas. São exemplos destas ações a reabilitação da estratégica Linha de Sena, destruída pela guerra civil de 16 anos. Para o GPZ a Linha de Sena teria a capacidade para movimentar dez milhões de toneladas/ano e serviria de via mais competitiva para o escoamento do carvão de Moatize, hoje propriedade da Companhia do Vale do Rio Doce, através da Rio Doce Moçambique.

Outras atividades em curso na região estão relacionadas com o desenvolvimento de agroindústrias, sobretudo, as açucareiras de Marromeu e de Luabo. Estas duas indústrias, construídas no período colonial foram recentemente privatizadas após estarem durante vários anos subvencionadas ao Estado moçambicano. Atualmente estas indústrias contam com participações de capitais mauricianos e franceses.

Partes destes projetos a serem concluídos permitirão o aumento do acesso ao emprego para a população da região, a melhoria da renda familiar e, conseqüentemente a redução da pobreza. No entanto, é importante sublinhar que a avaliação que neste momento se faz somente resume-se as boas perspectivas que se abrem com a implementação destes projetos.

Devido ao fato de que a maior parte destes projetos ainda não foram concluídos, com a exceção da Barragem de Cahora Bassa e das Açucareiras de Marromeu e Luabo, não foi possível avaliar os seus impactos na promoção do desenvolvimento regional. No entanto, sabe-se, por exemplo, que o Complexo Açucareiro de Marromeu que ocupa uma área de 100 km² de campos de cana-de-açúcar emprega mais de 8,000 trabalhadores e produz anualmente entre 70-80 mil toneladas de açúcar.

Contudo, de acordo com a proposta do Plano de Desenvolvimento Comunitário para a gestão dos recursos hídricos concebido pelo GPZ, a avaliação que se faz é de que até agora poucos resultados foram alcançados. O referido plano incluía entre outros (i) o aumento do fornecimento de água tratada para a população, prevenindo as endemias e epidemias correntes e cíclicas; (ii) a diminuição do impacto das secas e das inundações; (iii) o fornecimento da água para os animais; (iv) a irrigação de parcelas entre 20 e 200 hectares; (v) a geração de energia elétrica

com turbinas de baixa queda e gerando entre 500 a 1,500 KW, como alternativa aos geradores a diesel; (vi) o fornecimento da piscicultura, associada às produções complementares, nomeadamente de patos e suínos e (vii) o controle da erosão, provocada pelas águas.

Estes sete objetivos preconizados no Plano ainda não foram alcançados. Por exemplo, a questão de mobilização dos recursos humanos, materiais e financeiros das comunidades e do setor privado, especialmente local, que deve assumir responsabilidades na amortização dos gastos, na manutenção e gestão dos sistemas, tornando-os auto-sustentáveis ainda não foram alcançados.

A gestão da água e, sobretudo das cheias ainda tem encontrado as populações desprevenidas. A água, na sua carência ou no seu excesso tem sido um flagelo para o Vale, quando deve constituir uma fonte para o melhoramento de vida das populações na região, no país e no subcontinente.

O GPZ reconhece a importância do abastecimento da água através da diversificação das fontes, incluindo os pequenos e médios sistemas e o seu tratamento para abastecimento das populações. A construção e reabilitação de represas com fins múltiplos: abastecimento da água, irrigação e produção de energia.

A implantação de redes de matadouros e de Casas de Matança, com a participação das associações de produtores e do setor privado, possuindo sistemas de frio, processamento e empacotamento das carnes e aproveitamento das peles que poderiam contribuir para o aumento dos rendimentos da população e das comunidades requer o abastecimento de energia elétrica fiável. A Barragem Cahora Bassa poderia desempenhar esta função. No entanto, evidências demonstram que esta função ainda não tem sido executada, pelas mais diversas razões.

É mais do que reconhecido que a energia elétrica constitui um fator essencial do desenvolvimento econômico e social para a região do Vale do Zambeze. No entanto, a maior parte dos 225.000 km² do Vale carece de energia elétrica, constante, fiável e barata (GPZ, 2002).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Comunitário do GPZ, a farinação do milho, com as moageiras a diesel, o processamento e a conservação a frio de produtos agro-pecuários e do pescado com base no diesel, a conservação doméstica dos alimentos, os serviços da indústria hoteleira são inviabilizados ou

tendem a perder a capacidade de oferta e de competitividade, observando os preços no mercado e a capacidade financeira da população e empresariado local.

A extensão da rede de energia elétrica induz um fator multiplicador essencial da atividade econômica e introduz grandes benefícios nas atividades de serviços e sociais, nomeadamente na hotelaria, processamento e conservação de produtos agropecuários, na administração pública, na educação e saúde, na habitação e na comunicação virtual, capta o investimento privado local e atrai em geral os investidores (GPZ, 2002)

O Plano de Desenvolvimento Comunitário do GPZ reconhece que a alternativa dos geradores a diesel tem-se revelado pouco sustentável, dadas as poucas horas diárias de funcionamento e os custos crescentes do combustível.

O GPZ com o apoio do Fundo de Fomento Pecuário tem procedido a entrega de animais nas Estações Zootécnicas, onde estes são treinados para o seu uso, com a contrapartida de pagamento de uma pequena fração do valor, sua reposição num prazo razoável e o ensino, aos membros da comunidade, do uso da técnica.

Contudo, o Vale do Zambeze é uma região rural estratégica para o desenvolvimento de Moçambique. Por isso há necessidade de compreender-se a formulação de políticas territoriais por parte tanto do Estado português quanto do novo Estado moçambicano com vista a transformá-la numa verdadeira referência ao nível do país e da região Austral de África.

Políticas territoriais aqui são analisadas como o conjunto de ações do Estado que visam o investimento em infra-estruturas e programas de desenvolvimento capazes de gerar mudanças sócio-econômicas importantes à escala regional e local, através da valorização, uso e aproveitamento de recursos naturais da região.

Assume-se que o uso econômico do território na região do Vale do Zambeze está fortemente vinculado a injunções políticas, a decisões e práticas territoriais estratégicas, plasmadas nas relações de Poder que foram determinando o destino e o estágio do seu desenvolvimento regional.

Nesta perspectiva, pode-se mesmo afirmar que a construção da Barragem de Cahora Bassa em Moçambique foi uma “imposição” nascida a partir de uma visão somente tecnocrata-estatal com interesses macro-econômicos fora da região do Vale do Zambeze.

Vários estudos apontam que no atual contexto do país uma obra gigantesca de engenharia moderna não seria construída sem que houvesse consulta às

comunidades que vivem à jusante e a montante da seção de implantação, mais por força dos possíveis impactos ambientais.

No entanto, a pesquisa de campo constatou que as comunidades divergem em relação a percepção que têm em relação aos impactos ambientais da construção da barragem.

Alguns, sobretudo os mais idosos, afirmam que antes da construção da Barragem de Cahora Bassa não havia o problema de cheias na região e os campos eram irrigados sem que houvesse necessidade de instalação de sistemas de irrigação. Para estes, os campos eram férteis e os animais eram muito abundantes. Com a construção da barragem, espécies consideráveis de fauna aquática extinguiram-se.

Para este grupo de entrevistados, a barragem trouxe insuficiências na provisão de água em quantidade e, sobretudo, em épocas que mais precisam. O problema de cheias surge segundo eles devido a abertura repentina de comportas da barragem que provoca um rápido escoamento de água num curto intervalo de tempo. Este fato tem surpreendido as comunidades. Como consequência imediata, vidas humanas se perdem, culturas alimentares e animais são dizimados. Esta situação conduz ao estado de emergência, a insegurança alimentar e refugiados ambientais.

A água converte-se num mal às comunidades. Em áreas de difícil acesso as comunidades não têm sido avisadas antecipadamente pelas entidades responsáveis pela gestão de cheias sobre os perigos que correm ao permanecerem nas suas residências.



Foto 3: Comunidades ilhadas em situação de cheias no Vale do Zambeze
Fonte: GPZ, 2006
Pesquisa: MUNGOI, 2007

Um outro grupo de entrevistados em Morrumbala, afirmou que a Barragem de Cahora Bassa veio resolver muitos problemas. Destacam como exemplo a navegabilidade de parte do Zambeze e a possibilidade da pesca da capenta, espécie de peixe de alto valor comercial na região.

A atividade turística é também referenciada como sendo um dos aspectos positivos trazidos pela Barragem de Cahora Bassa, para além da energia elétrica em certas localidades.

Técnicos dos recursos faunísticos já interligaram a existência das duas barragens (Cahora Bassa e Kariba, no Zimbábue) e a ausência de cheias em alguns anos com a intrusão salina nas planícies costeiras e consequentemente com mudanças na vegetação que provocam efeitos negativos para as manadas de búfalos.

Em meio a toda esta problemática de interpretações, a pesquisa constatou que o projeto da Barragem de Cahora Bassa foi construído por motivos macroeconômicos ou políticos e com ares de grandeza estatal de Portugal. A este aspecto se está chamando na presente tese de verticalidades de caráter colonial.

É importante reconhecer que Cahora Bassa é uma infra-estrutura com aproveitamentos múltiplos tão importantes quanto a geração de energia hidrelétrica, pois permite a gestão das cheias, garante os caudais necessários para a

navegação, cria um extenso lago navegável e regula os caudais para a irrigação nas zonas do curso inferior do Zambeze.

A construção da Barragem de Cahora Bassa inseriu-se inicialmente num universo maior de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, que por sinal representa a maior iniciativa de desenvolvimento espacial de Moçambique. Contudo, o plano de desenvolvimento integrado da região a partir da Barragem de Cahora Bassa ainda não chegou a ser realizado.

Na época colonial foi traçado um plano de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, através do estabelecimento do Gabinete de Fomento e Povoamento do Zambeze (GFPZ) que incluía entre outros a construção da Barragem de Cahora Bassa. O Gabinete de Fomento, mais tarde foi transformado em Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ).

Em 1975, o país conquistou a sua independência nacional e foi redefinida uma nova estratégia de desenvolvimento, a princípio orientada a atender as necessidades dos moçambicanos.

Sob este novo contexto as prioridades das ações do GPZ passaram a estar orientadas para impulsionar o desenvolvimento comunitário na região. As ações para a persecução deste objetivo têm sido realizadas através da extensão rural, provisão de serviços sociais, estabelecimento de sistemas de irrigação, apoio a tração e fomento pecuário, comercialização e estabelecimento de micro, pequenas e médias empresas, abertura de furos e poços de água, instalação de pequenas barragens e promoção do investimento.

Os resultados destas ações ainda são modestos. Devido, por um lado, a situação da guerra que paralisou por completo as ações do GPZ, e por outro lado, à migração das populações, à destruição das infra-estruturas, como por exemplo, foi o caso da Linha de Sena. Esta linha era importante para o escoamento do carvão de Moatize ao Porto da Beira para em seguida ser exportado para o mercado internacional. A destruição desta linha estagnou a indústria de exploração do carvão, retirou emprego de milhares de famílias e instalou-se o caos económico e social na região. Com a paralisação da exploração do carvão de Moatize, anulou-se uma fonte segura de arrecadação de receitas para o Governo Central.

Com o fim da guerra em 1992 novos investidores estabeleceram-se na região, estando neste momento previsto o recomeço da exploração do carvão e a conclusão das obras de reposição da Linha de Sena para o ano de 2009.

O estabelecimento da relação entre Poder e território é o fundamento básico para a interpretação das políticas territoriais aqui analisadas não unicamente a partir do poder do Estado, mas também, do poder emanado de outras fontes. Isto é, do poder multidimensional atuando a partir de múltiplas escalas.

Isto significa que na presente tese as políticas territoriais são analisadas de acordo com as condições que presidem a territorialidade do poder em duas dimensões. (i) As políticas territoriais são analisadas, por um lado, a partir da relação entre o poder unidimensional do Estado com o território e (ii) a partir da multidimensionalidade do poder com as suas práticas estratégicas sobre o território.

5.2 A BARRAGEM DE CAHORA BASSA E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

A Barragem de Cahora Bassa é analisada como uma infra-estrutura estratégica importante para o desenvolvimento à escala regional, nacional e internacional. A Barragem de Cahora Bassa é analisada no quadro da potencialização e valorização dos recursos naturais da região e poder ser vista como a locomotiva para o seu desenvolvimento.

Foto 4: Barragem de Cahora Bassa, uma externalidade à produção energia
Fonte: GPZ, 2006
Pesquisa: MUNGÓI, C 2007

Dados do levantamento de campo dão conta de que a Barragem de Cahora Bassa foi um empreendimento construído mais ao serviço do mercado externo do que para o atendimento às necessidades de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

O acordo assinado entre Portugal e a África do Sul, em 19 de setembro de 1969 foi determinante para a materialização do empreendimento. Os moçambicanos e as comunidades da região não tiveram nenhuma participação na sua concepção. (Anexo)

Mesmo que bem intencionados, o capital humano e a capacidade financeira existentes em Moçambique dificilmente permitiriam a materialização de um projeto daquela envergadura. Mesmo Portugal, potência colonizadora de Moçambique na época teve que recorrer a investimentos externos para levar avante o projeto Cahora Bassa, cujo ônus foi assumido pelo Estado Português junto às instituições financeiras internacionais.

As obras da construção da barragem iniciaram em 1969 e foram concluídas em 1974. Em 1977 iniciou o fornecimento de energia à África do Sul, num contexto completamente diferente daquele em que foi concebido: Moçambique já era um país independente e a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 no seu Artigo 3º estipulava que *a República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela Frelimo, que é a força dirigente do Estado e da sociedade. A Frelimo traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisiona a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo.*

No mesmo ano (1977), a Frelimo (partido ainda no poder) e a Renamo (na época, movimento rebelde financiado pelo regime do apartheid da África do Sul), mergulharam o país numa tremenda guerra civil. Cerca de 1,500 postes de transmissão de energia de Cahora Bassa para a estação Apollo na África do Sul foram derrubados pela Renamo.

A onda de sabotagem iniciada em 1980 levou a paralisação da transmissão de energia para a África do Sul em 1983. A transmissão de energia à África do Sul só foi reativada em 1998 na sequência da assinatura dos Acordos Gerais de Paz em 1992 entre o Governo da Frelimo e a Renamo. Este Acordo de Paz pôs fim a 16 anos de guerra civil em Moçambique.

Dos 2,100 MegaWatts instalados em Cahora Bassa, Moçambique absorvia até muito recentemente apenas 200 Mega Watts. 500 MegaWatts são vendidos ao Zimbabuè e o restante, ou seja, 1400 MegaWatts à ESKOM, empresa sul africana de produção e distribuição de energia. Esta empresa sul-africana, por sua vez revende parte da energia à distribuidora moçambicana Electricidade de Moçambique (EDM) para o abastecimento da região sul do país.

O que acontece é o seguinte: parte da energia produzida pela Barragem de Cahora Bassa é exportada para a África do Sul através de duas linhas monopolares de corrente contínua (+/-533 KV), afastadas entre si a uma distância de 1 km até a estação Apollo, na África do Sul, perfazendo 1,400 km de linha, dos quais, 900 km percorrem o território moçambicano.

A África do Sul, através da ESKOM por sua vez exporta a energia produzida em Cahora Bassa para Moçambique. Isto é, o país é simultaneamente exportador e importador da sua própria energia. Ou ainda, vende para em seguida comprar o mesmo produto.

Esta situação caricata remete a um primeiro cenário de análise relacionado com o *uso político do território*, no qual coloca o país e particularmente a região do Vale do Zambeze apenas como recurso de valor econômico para satisfação de interesses exteriores a região.

A região tem um valor de uso por capitais externos. Ou seja, um espaço do fazer para a África do Sul, onde pontificam espaços luminosos mergulhados na imensa massa dominada por espaços opacos.

Hoje, em face das mudanças registradas na correlação de poder e força entre as nações e embora se mantenham os acordos bilaterais e tripartidos para exportação de energia à África do Sul e Zimbábue, a energia de Cahora Bassa já começa a abastecer a várias regiões e cidades de Moçambique. São as mudanças dos usos políticos e econômicos do território cujos impactos irão trazer uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento à escala regional e nacional.

Talvez seja ainda cedo demais para avaliar a dimensão dos impactos destes novos usos do território. No entanto, o processo de mudança já iniciou. Talvez este processo embrionário de mudanças anuncie a horizontalização do processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

Há que analisar as mudanças que esta energia está imprimindo para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, considerando as possibilidades

dos seus efeitos multiplicadores sobre o processo de desenvolvimento regional e comunitário.

A energia de Cahora Bassa já começa a dar sinais positivos no papel que tem a desempenhar na contribuição do desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. A instalação da indústria de tabaco na cidade de Tete, pela companhia americana American Tobacco Ltda, o fornecimento de energia elétrica à cidade de Tete a partir da Barragem de Cahora Bassa, os projetos de eletrificação rural em curso em quase todas sedes distritais da região têm impulsionado a melhoria do PIB da região.

A melhoria da qualidade de saúde da população, através da existência de alguns hospitais providos com laboratórios de sangue e atendimento noturno, o combate ao analfabetismo, através do programa de alfabetização de adultos. Além disso, a instalação em alguns distritos, como é o caso de Marromeu, na província de Sofala de sistemas de irrigação alimentados pela corrente elétrica tem permitido o aumento da produção e produtividade agrícola.

É assim que se assume o Vale do Zambeze como a maior Iniciativa de Desenvolvimento Espacial do país ocupando uma área de 225.000 km². Esta iniciativa conjuga interesses de múltiplos atores, desde camponeses às grandes companhias, como é o caso da Vale do Rio Doce, ligada à exploração do carvão em Moatize.

Em setembro de 1969 foi celebrado o contrato para a execução do empreendimento de Cahora Bassa. (Ver anexo). Segundo o ex-diretor das Relações Públicas da HCB, Fernando Tonim, o empreendimento não foi um caso esporádico de aproveitamento hidrelétrico baseado apenas nos caudais do rio e no projeto levado a cabo por uma equipe de engenheiros portugueses.

A Barragem de Cahora Bassa era o resultado de longos anos de estudos e trabalhos exaustivos que levaram a um projeto geral conjunto que, muito justamente, alguém o designou “Projeto do Século em África”.

Para além da inquestionável importância da energia, avultam-se as extraordinárias possibilidades que ela proporciona a outros setores, tais como agricultura, pecuária, a exploração mineira, o turismo e o desenvolvimento industrial.

Situada a 120 km da cidade de Tete, na província do mesmo nome, a Barragem de Cahora Bassa está implantada numa estreita garganta numa zona planáltica com vertentes verticais na parte superior e em forma de “V” na parte inferior.

Ela é de betão do tipo abóbada de dupla curvatura e tem 164 metros de altura a partir das fundações; 303 metros de desenvolvimento no coroamento. A espessura máxima nas fundações é de 21,5 metros e mínimos de 5 metros.

A albufeira (lago artificial) tem uma área de 2.660 km², com um comprimento de 270 km e possui uma capacidade útil de armazenamento de 52 milhões de m³.

A energia gerada em Cahora Bassa é produzida por uma central instalada na margem Sul do rio, junto à barragem, estando prevista a possibilidade de uma segunda central na margem Norte com uma capacidade geradora próxima da primeira. O acesso a central faz-se através de um túnel escavado na rocha com 12 metros de largura 10 metros de altura e 1,600 metros de comprimento, com uma inclinação de 10%.

A implantação da central foi feita numa caverna escavada na rocha com 220 metros de comprimento, 29 metros de largura e 57 metros de altura, na margem sul do rio. É no interior desta caverna que estão instalados cinco grupos geradores. Cada um destes grupos geradores é constituído por quadros principais (potência unitária de 415MW), turbina do tipo Francis acoplada ao veio do alternador e geradores auxiliares.



Foto 5: Subestação de Songo alimentada pela energia da Barragem de Cahora Bassa
Foto: Hidroelétrica de Cahora Bassa, 2008
Pesquisa: MUNGOI, 2008

Com o acima exposto procurou-se demonstrar que a Barragem de Cahora Bassa foi construída pela Administração Colonial Portuguesa para industrializar a África do Sul. Este empreendimento teve um papel pouco relevante para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. A própria criação do GPZ no período colonial esteve orientada no sentido de somente fazer o uso dos recursos naturais da região que visavam, sobretudo, responder as necessidades que se distanciavam aos interesses do desenvolvimento das comunidades locais.

6 A AGRICULTURA CAMPONESA NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

Este capítulo trata da agricultura camponesa, das transformações do acesso à terra na região do Vale do Zambeze a partir do sistema consuetudinário até a atualidade. Identificam-se as políticas e processos destacando a questão da expropriação de terras às famílias rurais no período colonial, a política de socialização do campo e a inserção da agricultura no quadro do Programa de Reabilitação Econômica. Aborda-se ainda a estratégia de sobrevivência das famílias rurais e a questão do gênero na região do Vale do Zambeze.

Assume-se como hipótese para este capítulo que os programas e políticas de desenvolvimento adotadas pela Administração colonial portuguesa e no período pós-independência não foram capazes de beneficiar os camponeses e acelerar o processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

6.1 COMUNIDADES RURAIS, AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

Negrão (2002, p.6) define a família rural como “a mais pequena unidade de produção agrícola, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas”.



Foto 6: Camponeses na região do Vale do Zambeze

Fonte: GPZ, 2008

Pesquisa: MUNGOI, C. 2008

Para efeitos da presente pesquisa a comunidade rural na região do Vale do Zambeze será tratada como o conjunto destas unidades de produção, consumo e distribuição cuja expressão se manifesta através de sinalizações de pertencimento do grupo, de um território, de uma região, da descendência, utilização de recursos, defesa e reconhecimento do poder tradicional sobre um território.

Ao conjunto de famílias alargadas e que se agrupam naquilo que alguns autores consideram ser pequenas aldeias. (ARAÚJO, 1988, p.180). Para o caso específico do Vale do Zambeze as comunidades rurais fazem parte de populações que ocupam o mesmo território e estabelecem entre si relações de produção, consumo e distribuição; seguem o mesmo sistema tradicional de acesso à terra que trespassou várias gerações e que fazem da agricultura a sua principal atividade e onde propriedade e trabalho estão vinculados à família.

Também se trata daquele grupo de camponeses ou famílias que se foram metamorfoseando e hoje participam em maior ou menor escala no mercado. Estas comunidades ainda mantêm vínculos culturais com a sua origem e que ainda encontram na satisfação das necessidades básicas da família e não no lucro o propósito da sua atividade agrícola.

Os camponeses cultivam principalmente a mapira¹, mexoeira², feijões, milho, batata-doce, mandioca e o arroz como culturas de subsistência e fumo, algodão, amendoim como culturas de rendimento. A base da sua dieta é a farinha de milho e de mandioca, a carne de caça e o peixe que muitas vezes passa pelo processo de secagem encoberto de sal.



Foto 7: Agricultura camponesa, com utilização de enxada de cabo curto no distrito de Moatize, província de Tete
Fonte: Do Autor, 2006

¹ Tipo de cereal produzido pelos camponeses em Moçambique.

² Tipo de cereal produzido pelos camponeses em Moçambique

Em épocas de boa campanha agrícola que garantem uma provisão suficiente para consumo, o excedente entra para o circuito de trocas comunitárias e comerciais em países vizinhos como o Malaue, Zimbábue e Zâmbia e as capitais provinciais da região (Cidades de Tete, Quelimane, Chimoio e Beira).

Muitos destes camponeses chegam a percorrer distâncias superiores a 500 km com os seus produtos colocados em sacos de 50 kg e transportados em bicicletas através de trilhos fechados ao longo da mata até atingir os seus mercados em países vizinhos. Outros transportam os seus produtos em pequenas embarcações, conhecidas na região com almadias, utilizadas, sobretudo nos afluentes do Zambeze, como é o caso do rio Chire na divisa entre os distritos de Morrumbala, na província da Zambézia e Mutarara, na província de Tete.

O principal produto comercializado nestas operações tem sido o milho, feijões e a batata-reno que em face da grande procura nos países vizinhos tem provocado o déficit alimentar nos locais de origem.

Os camponeses da região do Vale do Zambeze fazem parte daquele segmento da população rural que durante muito tempo foi relegada a um plano marginal pelas políticas e estratégias de desenvolvimento agrário, iniciado primeiro no período colonial através da expropriação da terra e o estabelecimento do sistema de plantações (*plantations*).

Depois, o Estado socialista implantado em Moçambique no período pós-independência priorizou a criação de unidades estatais e a coletivização da produção, através da política de socialização do campo. Mais recentemente, estes camponeses passam por grandes dificuldades de integração no novo contexto de economia neoliberal com a sua racionalidade econômica baseada no mercado concorrencial.

Durante estas etapas, os camponeses sempre fizeram parte daquele grupo fragilizado, voltado para a subsistência de famílias pobres e com pouca ou nenhuma proteção do Estado, embora a partir de 1998 com o Programa Setorial de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) o Governo pretendeu inverter a situação.

A expropriação de terras, a imposição de novos padrões produtivos e de povoamento, a política de créditos, a guerra e o quadro institucional fracamente desenvolvido constituem fatores estruturais que limitaram o desenvolvimento da

agricultura camponesa, ou seja, da sua transformação em agricultura familiar, integrada ao mercado.

Num artigo recentemente, publicado no *Semanário Savana* de Moçambique, sob o título *Importância da Agricultura*, João Mosca refere que com exceção do período imediatamente pós-independência, a prioridade dada a agricultura não teve e não tem correspondência com as políticas econômicas e sociais. Existem opiniões que duvidam ou questionam esta priorização do discurso oficial que considera a agricultura como a base de desenvolvimento do país.

Em relação a esta questão, mesmo a estrutura orçamental atual do Governo apresenta uma contradição na medida em que a Constituição da República no seu Artigo 103 reconhece que “na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional” (ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, 2004).

A Estratégia de Desenvolvimento Rural, aprovada pelo Conselho de Ministros a 11 de setembro de 2007, reconhece que a maior parte do território moçambicano é predominantemente rural e que a maioria da população do país continua a nascer, residir e depender das áreas rurais. Em Moçambique, cerca de 2/3 da população vive nas zonas rurais, onde a maior parte vive da agricultura de pequena escala e de baixa produtividade, que contribui entre 25 a 30% do PIB e proporciona cerca de 80% de emprego para a população economicamente ativa (MPD, 2007).

Tabela 2: Despesas Setoriais do Governo como Percentagem das despesas totais, 1999-2006

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Administração em Geral	16.9	15.3	7.2	8.8	13.7	9.2	10.2	19.2
Educação *	14.4	21.7	21.7	15.9	21.5	21.8	20.4	19.9
<i>Ensino Primário/Secundário/Técnico</i>	11.3	18.8	17.2	13.9	18.4	18.6	17.8	16.8
<i>Ensino Superior</i>	3.1	2.9	4.4	2.0	3.2	3.2	2.6	3.1
Saúde*	12.0	14.1	9.7	10.3	11.5	11.9	13.1	15.8
<i>Serviços de Saúde no Geral</i>	12.0	14.1	9.2	9.5	11.2	11.5	12.1	14.3
<i>HIV/SIDA</i>	0.0	0.0	0.5	0.8	0.4	0.4	1.0	1.4
Infra-estruturas*	11.9	17.2	10.6	11.9	13.5	11.5	17.2	15.7
<i>Estradas</i>	0.0	0.0	2.7	8.8	10.3	9.2	12.4	9.8
Água, Saneamento e Serviços Públicos	0.0	0.0	7.8	3.1	3.2	2.3	4.8	5.9
Agricultura e Desenvolvimento Rural*	4.7	6.9	3.1	4.6	4.1	4.5	4.8	3.5
Governanação e Sistema Judicial*	7.9	8.6	7.2	8.0	9.4	10.1	8.8	9.2
<i>Segurança e Ordem Pública</i>	5.8	5.8	4.7	4.9	5.6	5.9	4.9	4.2
<i>Governanação</i>	0.5	1.0	1.1	1.4	1.4	1.5	1.5	2.8
<i>Sistema Judicial</i>	1.7	1.8	1.4	1.7	2.4	2.7	2.4	2.3
Energia e Recursos Minerais	3.4	4.4	2.1	2.4	2.9	2.4	2.3	0.4
Ação Social e Trabalho/Emprego*	1.0	1.7	1.2	1.2	1.2	1.1	0.9	1.1
<i>Ação Social</i>	0.6	1.3	0.9	0.9	0.8	0.7	0.6	0.7
<i>Trabalho e Emprego</i>	0.4	0.4	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	0.4
Outros Sectores	27.9	10.2	37.2	36.9	22.2	27.5	22.3	15.2
Total de Despesas (a)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Total Despesas como % do PIB	24.1	25.5	31.7	27.5	23.6	22.2	24.6	28.8
Despesas em Áreas Prioritárias do PARPA como % das Despesas Totais	55.2	74.5	61.2	65.3	63.9	65.0	63.0	66.3

Notas: *Áreas prioritárias do PARPA ^(a) Despesas Totais excluindo os custos de reestruturação bancária, empréstimos líquidos e serviços da dívida

Fonte: 1999-2000 (CGE - Conta Geral do Estado), 2001-2004 (Relatórios de Excussão), 2005 (CGE), 2006 (OE)

O Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) refere que a pobreza nas regiões rurais está de alguma forma associada ao fraco desenvolvimento da agricultura, infra-estruturas rurais e mercados. Por outro persiste uma fraca disponibilidade de instituições financeiras e a alta vulnerabilidade.

O Plano Quinquenal do Governo (PQG) enfatiza que o desenvolvimento rural, traduzido pela transformação social e econômica e conseqüente elevação do bem-estar nas zonas rurais, é o esteio fundamental do desenvolvimento social e econômico global de Moçambique. Mais afirma que “a transformação social e econômica requerida para o desenvolvimento rural depende criticamente da inovação bem como da elevação significativa da produtividade global e em particular da agricultura.

Na prática o que acontece é que a maior parte do orçamento é canalizado para a área social (educação e saúde). A área da agricultura e desenvolvimento rural de base apenas são alocados 3,5% do Orçamento do Estado (OE).

O que se tem observado é que a agricultura, sobretudo a produção de bens alimentares, por ser menos rentável que outros setores, não atrai investidores, não é competitiva (é, em muitos casos, mais barato importar que produzir localmente) e possui muitos riscos.

Por outro lado, o setor não gera muitas relações inter-setoriais e o investimento na agricultura não dinamiza outros setores da economia. Considerando o mercado internacional, são poucos os bens alimentares exportáveis em Moçambique e na região do Vale do Zambeze e, por isso, não asseguram a acumulação de recursos externos.

Com estes pressupostos, só, ou fundamentalmente com a agricultura, não se sai do subdesenvolvimento. Com esta posição se está diante de uma visão baseada no reducionismo e excessivo economicismo. Concordando com Mosca (2008), de fato não são razões estritamente econômicas as que dão importância a agricultura em Moçambique.

É importante reconhecer que a produção alimentar em Moçambique é realizada pela maioria da população rural e constitui também uma fonte de parte dos seus rendimentos. Sobretudo, numa economia com distorções de mercado, onde os fluxos de bens são inconstantes e o sistema de preços não beneficiam o camponês, este opta pela auto-suficiência alimentar. Geram-se economias de proximidade na busca da endogeneização e da sustentabilidade dos mecanismos de reprodução econômica e social das famílias. Este estado de desenvolvimento não se altera rapidamente.

Por isso, conforme assinala Mosca em seu artigo, a agricultura e outras atividades no meio rural são fundamentais para assegurar a redução da fome e da pobreza das populações e, em médio prazo, para atenuar as enormes desigualdades sociais.

Por outro lado, se é mais barato importar e existem vantagens competitivas em exportar outros bens para depois se adquirir alimentos, porque não fazê-lo, questiona João Mosca em seu artigo. E acrescenta que aqui tomam importância outros valores, como por exemplo, o da segurança e estabilidade nacionais.

Não é por acaso que os países desenvolvidos não alienam esse aspecto e, para fazê-lo, subsidiam as agriculturas e sustentam o rendimento dos agricultores, aplicam políticas ativas de desenvolvimento rural e protegem os mercados de bens alimentares.

No entanto, as instituições financeiras “internacionais” localizadas no centro da economia capitalista mundial não “sugerem” o mesmo receituário aos países periféricos como Moçambique, em defesa da eficiência dos recursos (produzir nos setores em que se é competitivo), do “livre” mercado e pela não distorção da economia por intervenções exógenas (Estado).

João Mosca em seu artigo constata que estas são uma das grandes mentiras do mundo que, de tanto se repetirem, até parecem verdades.

O desenvolvimento do meio rural e a redução das desigualdades espaciais, assim como a existência de elementos de coesão territorial (estradas, ferrovias, sistemas de saúde, educação e assistência social, redes de comunicações, etc.), são fundamentais para o desenvolvimento e, sobretudo, para a construção da Nação.

Mwabu & Thorbecke (2004) aponta que políticas baseadas em áreas rurais na África Subsaariana possuem potencial para estimular todo o crescimento e redução da pobreza porque a pobreza nesta região de África é um fenómeno essencialmente rural.

A construção da ponte sobre o rio Zambeze ligando o país do sul ao norte, através da Estrada Nacional número 1 (EN1), entre outros elementos materiais de identidade nacional é importante para a configuração da consciência nacional e do patriotismo. Num país como Moçambique em que as assimetrias regionais se podem identificar com etnias, cujos valores de identidade, eventualmente estão mais presentes que os da Nação é importante o investimento em infra-estruturas como a ponte sobre o Zambeze que contribua para a promoção e a materialização da unidade nacional.

O desenvolvimento rural só será atingido se a agricultura, a principal atividade econômica da população for valorizada e completada com infra-estruturas sólidas. Para Mwabu *et al* (2004) desenvolvimento rural em África pode ter efeitos positivos sobre toda a economia por várias razões: (i) o crescimento nas áreas rurais é tipicamente acompanhado pelo melhoramento na distribuição de geração de rendimentos; (ii) quando a redução das desigualdades da distribuição de

rendimentos provém de políticas de reformas de posse da terra, há uma tendência para melhorar a produtividade agrícola por causa de uma intensificação da força de trabalho sobre a terra; (iii) o desenvolvimento rural inevitavelmente envolve o aumento de investimentos no capital humano dos pobres que em adição com a expansão das suas oportunidades econômicas, melhora diretamente a sua qualidade de vida e (iv) expandindo a taxa de arrecadação de receitas em outros setores, o desenvolvimento rural pode fortalecer os governos a reformarem as distorções dos impostos, especialmente sobre a agricultura e assim aumentar a eficiência da economia.

Para Schneider (2004) alguns aspectos que têm estado presentes nas discussões sobre o desenvolvimento de regiões rurais são: 1) a erradicação da pobreza rural; 2) a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política; 3) o território como unidade de referência e 4) a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Em relação à realidade africana e, sobretudo da África subsaariana e de Moçambique em particular, Negrão (1999), considera que em termos simples e nas condições específicas da África o desenvolvimento de regiões rurais tem por objetivos: (a) aumentar a produção em quantidade e qualidade para consumo e para mercado; (b) melhorar a qualidade de vida das populações rurais e (c) permitir uma participação crescente e consciente de todos no processo de tomada de decisão sobre o seu próprio desenvolvimento.

Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo do desenvolvimento de regiões rurais seria a busca do bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto.

Sejam quais forem as diferentes percepções que se tem sobre o desenvolvimento rural, o importante a ser considerado é a complementaridade entre o setor agrícola e não agrícola como sendo vital para a promoção do desenvolvimento rural na região do Vale do Zambeze. O crescimento do setor não agrícola cria oportunidades para altos rendimentos e empregos na agricultura. Assim, a agricultura e o setor não agrícola complementam-se no processo de desenvolvimento rural.

A promoção do desenvolvimento rural em Moçambique é importante para frear o afluxo populacional para as cidades que enfrentam limitações de oferta de

emprego. As principais cidades moçambicanas passam por um crescimento exponencial da economia informal com impactos severos sobre as escassas possibilidades de respostas por parte de provisão de serviços e das infra-estruturas cidadinas, para além do aumento dos índices de criminalidade, marginalidade, indigência entre outros males sociais.

Perante este cenário, em que cerca de 15 milhões de moçambicanos vivem no meio rural e diante da incapacidade de uma rápida industrialização neste meio, adicionado a outros fatores, a agricultura continuará a ser a estratégia, eventualmente a mais importante de desenvolvimento econômico em Moçambique à médio e longo prazos.

Contudo, no tocante ao crédito bancário ao setor, em 2006, 27,4% da carteira total de crédito direcionou-se para a área comercial enquanto a agricultura, e indústria extrativa e transformadora beneficiaram-se apenas de 9,9% e 13,6% da carteira total de crédito respectivamente. As falhas de mercado na provisão de crédito em termos concessionais à agricultura não foram colmatadas com intervenções apropriadas do Estado dentro das suas competências clássicas, tendo este resumido a sua intervenção em algumas atividades de extensão e provisão de informação, que sendo importantes, não se têm revelado suficientes para dinamizar de forma integral e envolvente o investimento na agricultura, setor-chave para a redução da pobreza e criação de riqueza e empregos em Moçambique (CS, 2007).

O Relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) assinala que vários segmentos da sociedade, entre os quais o setor privado, familiar e inclusive académicos têm vindo a defender a criação de um Banco de Desenvolvimento gerido de forma profissional para colmatar as falhas do mercado creditício.

O referido Banco de Desenvolvimento serviria não como uma panacéia para todos os males do setor produtivo, mas como uma componente integral de um pacote integrado de medidas de estímulo ao desenvolvimento de um setor produtivo alargado, gerador de rendimentos e empregos para uma real redução dos níveis de pobreza atualmente prevalentes e das desigualdades sociais crescentes.

O atual desempenho da produção agrária verificado no PARPA II têm sido majoritariamente devido ao aumento da extensão de terras cultivadas, em lugar de aumentos significativos da produtividade do setor familiar, salvo algumas exceções como no caso de alguns acordos de “agricultura contratual” entre concessionárias e

pequenos produtores agrícolas (fumo, algodão). Este aspecto não tem ajudado na melhoria substancial do nível de vida da maioria dos camponeses e produtores agrícolas em geral, do País.

Dados históricos apontam que na região do Vale do Zambeze, embora as grandes unidades de produção agrícola constituíssem prioridade para o Estado colonial português com a sua política de expropriação de terras e o estabelecimento do sistema de plantação³ (*Plantation*), ao seu lado reproduzia-se a agricultura camponesa, de importância marginal, voltada para a subsistência.

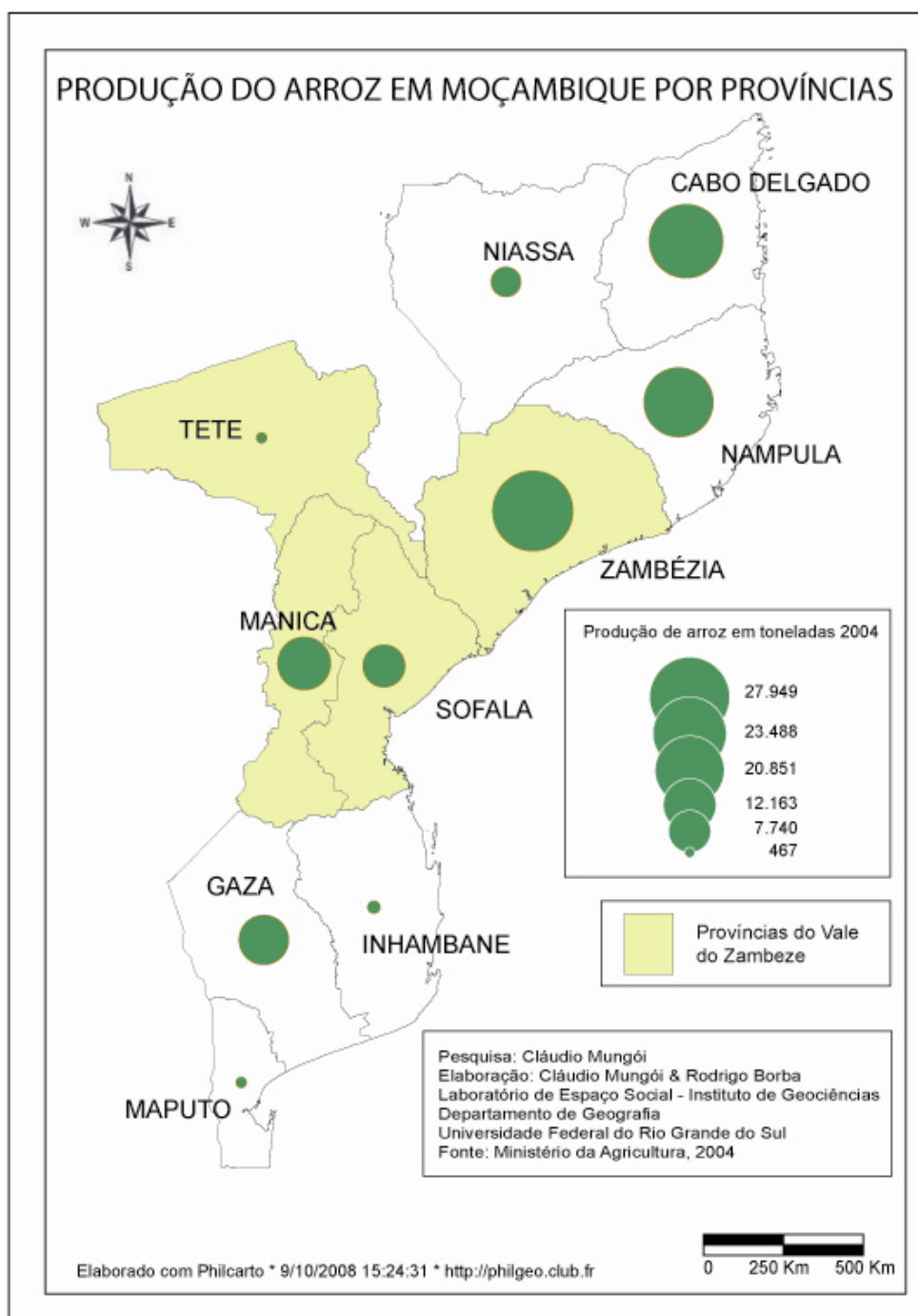
Em analogia a esta situação, este cenário caracterizou os primeiros dez anos de independência nacional de Moçambique, quando o país adotou o socialismo como modelo de desenvolvimento económico. Este modelo, baseado no planeamento centralizado voltou a priorizar as grandes unidades agrícolas, embora em novas bases: o Estado como proprietário de terras e de empresas agrárias.

Contudo, é importante destacar que a agricultura moçambicana e da região do Vale do Zambeze em particular são de modo geral de pequena escala, orientada às necessidades de subsistência. Esta agricultura caracteriza-se pelo baixo uso de tecnologias modernas, uso intensivo de mão de obra familiar e falta de capital financeiro.

O baixo uso de tecnologias melhoradas, sementes certificadas e fertilizantes fazem com que o aumento de áreas de cultivo, que exige um maior emprego da força de trabalho, seja a solução para atingir uma quantidade próxima do desejável para os camponeses.

Entretanto, assume-se que o desenvolvimento da produção camponesa é fundamental na redução da pobreza, visto que as famílias rurais geram cerca de 80% dos seus rendimentos diretamente da agricultura, sendo que os restantes 20% provém de atividades não agrícolas que têm uma forte ligação com a economia agrícola local (CARRILHO *et al*, 2002, p. 160 – 161).

³ As *plantações* eram caracterizadas por possuírem extensas áreas e de produção única de uma cultura agrícola, por exemplo, o algodão e muitas vezes marcada pela presença do trabalho forçado ou mal remunerado. Estas *plantações* pertenciam aos colonos portugueses ou a companhias concessionárias de exploração agrícola.



Mapa 10: Produção de arroz em Moçambique por províncias

6.2 ACESSO À TERRA NO SISTEMA CONSUETUDINÁRIO

Os primeiros povos que habitaram por volta de 4.000 a.c., o território que hoje é Moçambique eram caçadores e dedicavam-se ao pastoreio. Os primeiros povos que falavam a língua bantu começaram a migrar da África Central e Oriental durante o primeiro século D.C e no século X encontravam-se definitivamente instalados, vivendo como agricultores em clãs e tribos, sob o poder dos chefes e reis tradicionais (HEDGES, 2000). Parte destes povos fixou-se na região do Vale do Zambeze em Moçambique.



Mapa 11: A expansão Bantu: as primeiras migrações (segundo Guthrie, Greenberg, Heine, etc)
Pesquisa: MUNGOI,C 2008

A propriedade da terra era comunitária, herdada dos ancestrais fundadores do clã, primeiros ocupantes e era inalienável. O chefe geria os direitos de uso da terra e cada família da linhagem⁴ tinha o direito de acesso à terra, transmissível a

⁴ Designa-se por linhagem a um grupo de parentes que descendem de um antepassado comum através de uma filiação materna ou de uma filiação paterna. Esta unidade completava-se com os parentes que entravam por casamento e que constituíam elementos indispensáveis para a produção

herdeiros de descendência paterna, a sul do Zambeze e materna, a norte. Tratava-se de povoações formadas por grupos domésticos consanguíneos, pertencentes a gerações diferentes.

As famílias eram extensas, cujo chefe possuía poderes políticos, jurídicos e religiosos. Para além destes chefes tradicionais existia na organização social e política destas comunidades um Conselho de Anciãos. O conjunto desses chefes e anciãos constituía a classe dominante da sociedade. Em algumas regiões, o poder passava do irmão mais velho para o irmão a seguir na idade, noutras regiões do pai para o filho e, noutras ainda, a norte do Zambeze, do tio materno para o sobrinho (LIESEGANG, 2000).

Cada família é marcada por uma divisão do trabalho baseado na idade e no género. Os homens dedicam-se às atividades exteriores ao espaço da casa, criação de gado, caça, pesca, a guerra e ao trabalho assalariado, sobretudo, este último após o estabelecimento do sistema *plantation* na região do Vale do Zambeze. As esposas cuidam das atividades domésticas associadas ao espaço da casa – filhos, água, lenha, cozinha, coleta de frutos silvestres e a agricultura. Embora as mulheres detivessem certa autoridade e controle sobre os celeiros, estavam geralmente excluídas da posse de bens mais valiosos e duradouros, como o gado.

A caça e a pesca, praticadas individualmente ou em grupo, não configuravam relações de produção tão duráveis como na agricultura. Os grupos se desfaziam no fim de cada caçada ou de cada campanha de pesca e o produto era dividido pelos participantes, segundo regras consuetudinárias bem definidas.

e reprodução biológica. A linhagem era conhecida como uma unidade autónoma na sociedade (LIESEGANG, 2000).



Foto 8: Grupo de pescadores artesanais num riacho na sub-região do delta do zambeze, distrito de Marromeu, província de Sofala

Fonte: GPZ, 2006

Pesquisa : MUNGÓI,C 2008

Esta divisão sexual do trabalho no interior da família força as unidades domésticas a estabelecerem ligações com outras através de alianças matrimoniais. Assim, os grupos domésticos são formados por homens de uma mesma patrilinear, por outro, por esposas pertencentes pela exigência exogâmica, a outras linhagens.

Quando um homem casa, a sua família tem de “pagar” uma *compensação*⁵ à família da mulher. A compensação representa não somente a garantia de transferência dos potenciais filhos de um espaço territorial para outro, mas também a expressão pública de que a família receptora da filha lhe garanta acesso à terra para habitação e agricultura, cuja terra é adjudicada ao casal no território da sua família (NEGRÃO, 2000, p.10).

É por esta razão que tal *compensação* desempenha um papel primordial no sistema de adjudicação da terra. Representa a expressão máxima das obrigações mútuas entre as linhagens aliadas. Noutras palavras, a *compensação* constitui a garantia contra os riscos de reprodução com que a família se depara geração após geração (LOFORTE, *apud* NEGRÃO, 2000, p. 11).

⁵ A compensação seria em português falado no Brasil o equivalente ao *dote*.

Para este autor, em alguns casos, embora de forma esporádica, era prática comum que, a par da *compensação*, se praticasse o sororato, ou seja, a possibilidade de casamento com a irmã da noiva. Este hábito foi caindo em desuso com o avanço da urbanização, mas ainda é freqüente encontrarem-se formas de poligamia entre os mais favorecidos que têm por objetivo o alargamento das redes de segurança social e o reforço da segurança alimentar do marido pela abertura de uma unidade produtiva só para si, que é trabalhada por todas as suas esposas sob a direção da *nkosikazi*, a “primeira”.

Esta prática da *compensação* tem sido uma instituição rigorosa de controle social e uma forma de investimento e a sua natureza social e econômica demonstra a importância do papel produtivo reservado a mulher na família do marido. As mulheres refletiam a riqueza do noivo ou da sua família. Isto é, a sua capacidade de adquirir o número de cabeças de gado ou dinheiro necessário para a *compensação*. O casamento não era um assunto pessoal do noivo e da noiva, mas um assunto social entre duas ou mais famílias (COVANE, 2001, p. 83).

...uma vez casada, uma mulher recaía sobre a autoridade do seu marido e assumia uma existência de natureza privada no lar. Ela vivia na casa que ele construiu e a qual ela deveria abandonar em caso de divórcio. O acesso dela à terra era através do marido que tinha que ter tal porção (KRUKS *apud* COVANE, 2001, p. 83).

Ainda hoje se pratica este regime fundiário na região do Vale do Zambeze. Os acontecimentos sócio-econômicos e políticos que se tem registrado ao longo do tempo, não eliminaram completamente a estrutura social pré-existente.

Contudo, foram introduzidas novas formas que vão imprimindo algumas mudanças no sistema, como por exemplo, casamentos entre pessoas de diferentes etnias, resultantes dos movimentos migratórios, a expropriação de terras às famílias e o estabelecimento impositivo de novas formas de povoamento e de ocupação do espaço.

Nas sociedades tradicionais, o acesso à terra era assegurado a todos os membros da comunidade, sendo o sistema baseado nas relações de parentesco. Porém a distribuição não era feita aleatoriamente. Os que tinham acesso às terras úmidas e mais férteis eram geralmente os apoiantes dos chefes ou pessoas da sua confiança.

A transmissão da propriedade era regida pelo sistema hereditário. Por causa do sistema patrilinear de parentesco, no caso de morte do chefe da família, as terras cultivadas, o gado e outros bens eram transferidos para o filho mais velho, o qual depois se encarregava de distribuí-los pelos seus irmãos mais novos.

As mulheres, por força do sistema de alianças de parentesco, são excluídas da partilha uma vez que se subentende a sua inserção numa família receptora via casamento. Assim sendo, o controle das terras da família, os bens e as obrigações do defunto, ficam sob custódia e responsabilidade do filho primogênito, mas de forma nenhuma adquire direitos de propriedade, nem pode alienar ou ceder, ainda que temporariamente, sem consultar seus pares (NEGRÃO, 2000, p. 11).

Com base nesta regra social a família garante a estabilidade do seu patrimônio usando todo o tipo de ameaças. Tais ameaças estão muito impregnadas nos hábitos e costumes locais relacionadas com a feitiçaria como medida preventiva e até de resolução de conflitos.

Em termos ideológicos, Liesegang (2000) considera que as crenças mágico-religiosas e outros aspectos de natureza moral desempenharam, nessas sociedades, um papel muito importante, constituindo uma arma fundamental do poder, da coesão social e de aparente imobilidade.

Os chefes das linhagens e os chefes territoriais imploravam aos antepassados, para si e para o seu povo, as chuvas, a saúde, a proteção para a caça e para as viagens. Como elo de ligação da cadeia entre os anciãos mortos e os anciãos vivos, o chefe-sacerdote detinha uma função que era uma base de poder. Em algumas regiões do país, como em Tete, Manica e Sofala no Vale do Zambeze, nas formações dos Estados centralizados desenvolveram-se cultos territoriais, *Mhondoro* – entre os Karanga-Chona – e o *Mwari*, assistidos por especialistas (LIESEGANG, 2000, p.19).

6.3 A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS ÀS FAMÍLIAS RURAIS

Foi fundamentalmente o ouro que trouxe os portugueses a Moçambique. O ouro permitia-lhes comprar, entre outras coisas, as especiarias asiáticas com os quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos exóticos. Moçambique passou a constituir uma espécie de reserva de meios de

pagamento das especiarias e essa foi a razão por que os portugueses se fixaram no país, primeiro como mercadores e, só mais tarde como colonizadores efetivos (SERRA, 2000, p.55)

É assim que a expropriação de terras às famílias, o controle de rotas comerciais e fontes de produção marcaram o primeiro cenário de incorporação de novas dinâmicas territoriais na região do Vale do Zambeze.

Para consubstanciar o pressuposto acima descrito, aplicam-se alguns conceitos para reforçar a idéia sobre o papel do Estado nos rearranjos territoriais que foi imprimindo ao longo do tempo, sem, contudo, discursar a participação de outros atores no processo. Assim sendo, o território é analisado primeiramente, numa única escala e, em seguida em múltiplas escalas, refletindo a multidimensionalidade do poder.

Analisa-se o território em que se reconhece a flexibilização do Estado, do poder do Estado (Português), a unidimensionalidade do poder. Esta situação é analisada nas acepções de Haesbaert (2004) como sendo a que corresponde à sua vertente política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativo às relações espaço-poder institucionalizadas): onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado (HAESBAERT, 2004).

Mas também se analisa uma determinada parcela que a sociedade ou segmento social estabeleceu a sua área de influência, como foi o caso da região do Vale do Zambeze, na fase anterior à ocupação portuguesa. Do espaço de reprodução da existência de uma sociedade ou grupo social, formado com base em um contrato social firmado entre os seus membros e definido a partir de relações de apropriação e domínio (MARQUES, 2000, p.30).

O território não é equivalente ao espaço, embora este se forme a partir do espaço através da sua apropriação. Assim, a produção do território por causa de todas as relações que a envolve, se inscreve num campo do poder (RAFFESTIN, 1993).

Com a finalidade de obter, para seu proveito, produtos tropicais de exportação, o regime colonial introduziu com o estabelecimento do sistema *plantation* no espaço agrícola tradicional, um novo sistema agrícola entregue em

concessão, a capitais estrangeiros e portugueses e que se desenvolveu pela expropriação das melhores terras pertencentes às famílias rurais moçambicanas.

Araújo (1988, p.37-38) aponta que surgiram com o sistema *plantation* dois tipos de agricultura diferentes à partida, e que veio provocar profundas modificações e quebras na organização e produção agrícolas pré-existentes. Isto é, a agricultura comercial e de subsistência.

Sob a égide de integração econômica do espaço português inicia-se a formação de uma nova estrutura em áreas férteis e irrigadas concedidos a imigrantes portugueses com apoio em créditos e outro tipo de mecanismo para o fomento da sua atividade por parte do Governo português.

Com esta medida assiste-se a uma expansão localizada do desenvolvimento do capitalismo na agricultura em Moçambique. O número de unidades agrícolas empresarias sobe de 2.500 em 1960 para cerca de 4.650 em 1970, passando o contingente de assalariados agrícolas de 186.000 a 450.000 (CEA, 1978).⁶

A organização do espaço agrário colonial apresentava assim duas formas diferenciadas de ocupação territorial: por um lado, as grandes plantações agrícolas, dominadas por agricultores portugueses e alguns assimilados nacionais e por outro, as famílias rurais confinadas em pequenas unidades de difícil acesso e baixa fertilidade dos solos (ARAÚJO. M, 1988).

Existiam então dois setores básicos da agricultura em Moçambique: (i) a *agricultura de subsistência (também denominada tradicional ou familiar)*, com uma área inferior a 2 hectares e (ii) *agricultura empresarial (ou comercial, ou evoluída)*, com uma área que variava entre 8 a mais hectares.

O setor empresarial com apenas 0.3% do número total de estabelecimentos agrícolas, ocupava uma área quase igual ao setor familiar, o qual, ao contrário incluía 99,7% das unidades produtivas existentes. Estes números elucidavam o grau de concentração de terras existentes na estrutura fundiária no país colonial, sobretudo em regiões onde na época, a agricultura capitalista se estabeleceu (CEA, 1978).

Quanto à estrutura de produção atual, as famílias mantêm basicamente as culturas alimentares de subsistência, sobretudo o milho, feijão, mapira e mexoeira

⁶ Documento preparado para a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 1978

embora também produzam uma parte de culturas industriais (algodão, fumo), para as indústrias locais.

Por exemplo, no distrito de Morrumbala, província da Zambézia os camponeses e algumas associações produzem o algodão para venderem a empresa DONAVANT⁷. No distrito de Marromeu, província de Sofala os camponeses cultivam a cana de açúcar para venderem a empresa Açucareira de Marromeu. Na província de Tete os camponeses cultivam o fumo que é comprado pela empresa Mozambique Leaf Tobacco.

As culturas impostas aos camponeses foram, na realidade, um dos aspectos mais violentos da política agrária colonial, pois em vastas zonas, atribuídas em concessão a uma empresa europeia, os agricultores africanos eram imensamente explorados, a um ponto tal que muitas vezes várias centenas de pessoas morriam de fome, devido a impossibilidade de cultivarem produtos alimentares para a sua própria subsistência (CASTRO, *apud* ARAÚJO, 1988, p.38).

Os camponeses eram levados ao trabalho forçado (chibalo) em cumprimento de penas de prisão, ou outro tipo de sanções por terem infligido a lei ou a vontade da administração colonial. Muitos líderes tradicionais que, por exemplo, não aceitavam colaborar com as autoridades portuguesas acabaram por ir trabalhar em condições subumanas nas plantações de algodão, cana-de-açúcar, fumo e chá na região do Vale do Zambeze.

Os camponeses submetiam-se ao controle direto de um sipaio⁸, que os obrigava a trabalharem durante todo o dia e, muitas vezes, sem alimentação e muito menos descanso. Era uma autêntica escravatura, diziam os entrevistados.

6.4 AS NOVAS RACIONALIDADES NO USO DO ESPAÇO RURAL

Para esta seção são examinados os arranjos territoriais da racionalidade econômica baseada no planejamento centralizado, em substituição ou negação ao modelo colonial, vigente até 1974. Neste novo contexto, inicialmente o Estado apresenta-se como principal ator na conformação de novas dinâmicas territoriais agrárias em Moçambique e na região do Vale do Zambeze.

⁷ Agro-indústria de processamento do algodão situada na sede do distrito de Morrumbala, na província da Zambézia.

⁸ Homem de campo com poderes para fiscalizar as atividades dos camponeses nos plantações e puni-los violentamente pelas suas infrações.

Com a independência nacional em Junho de 1975, é instalado um novo regime dirigido por moçambicanos, sob a liderança da Frelimo, como digno representante do povo.

Vários acontecimentos marcaram esta fase, dentre os quais destacam-se a fuga massiva de colonos portugueses em muitos casos acompanhada de ações de sabotagem, a nacionalização da terra, a implantação de unidades estatais em quase toda a extensão territorial. Além disso, destacou-se a formação das primeiras cooperativas, a construção das aldeias comunais - o grande movimento político de mobilização e conscientização da população.

Estes acontecimentos acima indicados provocaram uma importante transformação da situação econômica, social e de organização do espaço rural à escala nacional e subnacional.

O país passou a ter uma orientação política socialista, baseado na economia centralizada, e na seqüência, introduzindo políticas agrárias destinadas a reestruturar a situação agrária colonial.

Valá (2003) considera que neste período a política agrária assentou-se basicamente em quatro medidas: a) criação de um setor estatal forte que pudesse determinar e dominar o processo econômico; b) aumentar a influência e intervenção do Estado na gestão da economia; c) organizar e dinamizar a produção coletiva através das cooperativas, e; d) apoiar a criação e o desenvolvimento das aldeias comunais, como estratégia de promoção do desenvolvimento rural no país.

Entre 1977 e 1983, a política do Estado consistiu em colocar a maior parte do investimento agrícola nas empresas estatais, deixando a agricultura camponesa evoluir com base nos seus próprios recursos.

Os efeitos dessas políticas não corresponderam às expectativas dos camponeses, na medida em que apenas se registrou a substituição das grandes plantações privadas pelo Estado, isto é, apenas mudou-se o seu proprietário – do privado para o Estado.

A teoria sustenta que o crescimento do setor agrário em geral, particularmente a produção agrícola, é um aspecto determinante para a redução do número de pobres e o nível de pobreza. Distingue-se o efeito do aumento da produtividade em três níveis: economia familiar, economia rural e economia nacional (IRZ *et al*, *apud* NHANTUMBO, 2002).

De acordo com esta teoria ao nível familiar, tal permite o aumento da renda do agregado familiar e cria, relativamente, maior necessidade de mão-de-obra por unidade de área. O efeito multiplicador deste último aspecto é que ao nível da economia rural aumentam os postos de trabalho, não só no setor agrícola, mas também em outros setores como processamento e comercialização. De uma forma conjunta, estes fatores oferecem ao Estado a possibilidade de cobrança de impostos do setor, o que por seu turno permite a melhoria da infra-estrutura social, desenvolvimento do capital social e reinvestimento.

Contrariamente a este postulado teórico, o Estado continuou priorizando apenas o desenvolvimento de grandes unidades agrícolas, agora, através de empresas estatais, a prática de uma agricultura intensiva com um investimento bastante alto em maquinários, infraestruturas e insumos agrícolas. Ao lado destas grandes unidades estatais, estavam os camponeses que mais uma vez não mereceram necessária atenção por parte do Estado. Isto é, não se beneficiaram de políticas ou de programas de fomento de sua produção.

No início dos anos 80, tornou-se evidente para o Estado que a sua política agrícola não estava a ter os efeitos econômicos desejados: as empresas estatais apresentavam maus resultados, a produção das cooperativas era insignificante e a produção camponesa declinava. Jamais voltaram a ser alcançados os níveis de produção do período anterior a independência e as exportações agrícolas permaneciam baixas na sua generalidade.

Adam (1994) aponta que em 1993 as empresas agrícolas estatais deixaram de constituir prioridade de investimentos e preocupações do Estado tendo a maioria delas sido privatizadas. O novo quadro que se configurou com a política de privatizações, acabou por reconstituir a estrutura agrária existente no período colonial, isto é, a manutenção de grandes unidades sob controle das iniciativas privadas (patronato) e ao seu lado a prevalência de uma agricultura familiar marginal e desfavorecida.

Nesta perspectiva, as políticas adotadas pelo Estado no período pós-independência mais uma vez exerceram sobre a produção camponesa, o mesmo tipo de discriminação exercida pelo Estado colonial português. O que mudou, foram os termos. Aquilo a que os portugueses consideravam ser produtor nativo, ganhou uma nova designação: produtor familiar, não tendo mudado o seu estatuto social ou a sua participação como agente econômico.

Nesta fase não se verificou medidas coercitivas para a prática de determinados tipos de culturas. A coerção foi em relação ao padrão de povoamento que foi transformado através de medidas político-administrativas de um povoamento disperso à um povoamento concentrado, através do sistema de aldeias comunais em algumas regiões do país, como foi o caso do Vale do Zambeze.

A relação entre as diversas partes da estrutura agrária foi mantida, a esperança de recuperação das terras dos camponeses expropriadas durante o período de colonização não foi consumada. A posse total de terras pelo Estado eliminou as expectativas que os camponeses tinham em reavê-las. Assim sendo, os camponeses continuaram desempenhando o mesmo papel que jogara o nativo – fornecedor de mão de obra e de cereais pagos a preços abaixo dos praticados no mercado.

Para Bowen (1990), o negligenciamento da produção camponesa foi provavelmente o aspecto mais prejudicial da política agrícola. Verificou-se uma falta total de apoio a este setor e os canais privados encerraram-se com o êxodo dos colonos.

Surgiram sérios problemas no encorajamento da comercialização da produção camponesa devido, em parte, à política de preços. Os preços fixados demasiadamente baixos agiram como desmobilizadores da produção para o mercado oficial e alimentaram o crescimento de circuitos paralelos. Talvez inclusive, o maior problema tenha sido a falta de bens de consumo e produção que os camponeses pudessem adquirir a dinheiro nos mercados rurais, uma vez que estes foram desmantelados com o êxodo dos colonos.

6.4.1 A política de socialização do campo

Nos primeiros anos de independência nacional, as aldeias comunais constituíram um das estratégias básicas para o desenvolvimento agrícola no país. Suas origens estão relacionadas com a experiência do desenvolvimento rural adquirida pela Frelimo durante a luta de libertação nacional, quando se tornou necessário organizar política e economicamente os camponeses nas zonas libertadas. Há registros de primeiras experiências no Norte de Moçambique, inicialmente na província de Cabo Delgado e posteriormente a experiência foi levada para as províncias de Niassa e Tete.

A distribuição territorial da população tem uma íntima relação com os tipos de ocupação e posse da terra, inseridos na política geral de desenvolvimento vigente, ou seja, no modo de produção. Pode-se entender, por outro lado, que aquela repartição é, antes de mais, o resultado direto da aplicação de políticas implícitas ou explícitas no âmbito demográfico e de ordenamento do território. As causas da organização da população no espaço geográfico devem ser ainda procuradas nas relações sociais e econômicas que produzem a história da área em estudo (ARAÚJO, 1988, p.177).

Nesta fase, o espaço rural começa a ser organizado de acordo com os objetivos traçados com a socialização do campo, o que implica, necessariamente, uma redistribuição da população rural (ARAÚJO, 1988, p. 181).

O aparecimento e desenvolvimento de formas de produção coletiva rompe, inevitavelmente, com a forma de povoamento disperso, criando condições para a implantação de outras, porque (...) todo o sistema de exploração que recorra a diversas formas modernas de cooperação e à procura de comodidades materiais que é mais econômico concentrar que dispersar (...), harmoniza-se com o agrupamento da população (GEORGE, *apud* ARAÚJO, 1988, p. 181).

Este novo modelo de incorporação e apropriação do espaço geográfico, através da apropriação coletiva da terra, implicou uma transformação complexa durante a qual a antiga unidade espacial e econômica formada pelo local de residência e de produção partilhando o mesmo espaço, é profundamente alterada, ou mesmo eliminada, para dar lugar a uma nova unidade, de dimensões e relações diferentes (Idem, 1988).

Partia-se do pressuposto que os camponeses tinham um padrão de povoamento disperso e por isso tornava-se necessário agrupá-los em aldeias, em face das necessidades de segurança e produção de alimentos. Utilizou-se a experiência da Tanzânia com suas aldeias *Ujamaa* e a população foi organizada em grupos de produção, os quais eram responsáveis por uma ou duas unidades coletivas, de uma área de 5 a 10 hectares e especializadas numa única cultura. O plano de produção era discutido pela direção da aldeia e a força de trabalho era organizada em brigadas (que variavam de 50 a 200 trabalhadores).

Contudo, era deixada a iniciativa de cada família que deveria assegurar a sua subsistência alimentar e a venda de um pequeno excedente para aquisição de produtos básicos para a família. O excedente da produção total da aldeia era

adquirido na sua totalidade pela Frelimo que o comercializava na Tanzânia e na Zâmbia, importando simultaneamente os produtos necessários à população das Aldeias Comunais (CEA, 1978).

Após a independência, a organização das aldeias comunais recebeu elevada prioridade política por parte do Estado, no qual foram caracterizadas como o elemento nuclear da estratégia de desenvolvimento do setor agrícola em Moçambique, devendo constituir-se no instrumento fundamental para reorganizar em novas bases as atividades da agricultura familiar.

A idéia era utilização máxima de técnicas de produção intensivas em trabalho, utilizando na maior medida possível a própria experiência e o trabalho dos camponeses na construção de casas e estradas, restringindo-se a intervenção do Estado à criação da infraestrutura mínima (abastecimento de água potável, educação, saúde).

Para Araújo (1988) a Frelimo (Governo) definiu em 1976 como princípios gerais orientadores da criação de aldeias comunais os seguintes:

- Atingir a produção coletiva;
- Produzir para a auto-suficiência da coletividade, para a melhoria da nutrição e para a acumulação social através de excedentes comercializáveis;
- Mecanizar apenas gradualmente e de acordo com estágios de desenvolvimento cada vez mais avançados;
- Conservar os recursos naturais e, muito em particular, a fertilidade dos solos;
- Ter em conta que o processo de cooperativização é gradual e não uniforme.

Destes princípios foram identificados aspectos importantes para o desenvolvimento efetivo das aldeias comunais:

- A concentração de população em aldeias deve surgir como resultado duma atividade produtiva coletiva;
- A coexistência entre produção coletiva e familiar não é contraditória, sendo desejável como garantia da auto-suficiência alimentar;

- A necessidade de defender o equilíbrio ecológico leva a dimensionar a concentração de população, de forma a que se constituam unidades facilmente administradas e não se criem grandes e graves desequilíbrios entre densidade demográfica e os recursos naturais disponíveis;
- Devem introduzir-se gradualmente, e de acordo com o desenvolvimento que se observar novas tecnologias de produção agrícola, que permitam o aumento da produção e da produtividade, mas sem criar situações de difícil solução para os camponeses.

O CEA (1978), considerou em seu estudo que a área ocupada por cada aldeia comunal era decidida tendo em consideração a superfície e os recursos naturais necessários ao desenvolvimento de sua base produtiva a longo prazo.

Ao lado da superfície reservada ao grupo (unidades coletivas) era assegurado aos camponeses uma área para garantir sua auto-suficiência alimentar (unidades individuais ou familiares) que, conforme a região ou qualidade da terra, variava de 1.5 a 3 ha em agriculturas de sequeiro a 0.5 ou 1 ha em agricultura de irrigação.

Após a sua formação, as aldeias comunais se auto-governavam e não puderam receber a necessária atenção e planejamento por parte do Estado. Este se ocupava de outras prioridades de recuperação do país, após a conquista da independência nacional.

Apesar dos êxitos significativos na organização das aldeias Comunais em algumas regiões do país e, sobretudo nas zonas libertadas das províncias de Cabo Delgado e Niassa, são apontadas algumas dificuldades na sua organização e eficácia. Destaca-se a preocupação excessiva com a questão do habitat, subestimando a necessidade de planejar de forma mais precisa elementos críticos, tais como a rede de comercialização, o abastecimento de água, entre outros.

A excessiva ênfase nos aspectos urbanísticos sacrificou a estruturação da base produtiva da aldeia, criando contradições entre a nova forma de organização do espaço, o povoamento concentrado e a base econômica que permanecia ajustada a um povoamento disperso. Outro aspecto negativo, foi a desestimulação dos níveis de produção familiar, a favor da produção coletiva e isto provocou déficits na segurança alimentar das famílias.

Para Araújo (1988, p.185) alguns dos princípios definidos, para não dizer a grande maioria, foram, desde logo, marginalizados. Assim as aldeias comunais mais

pareciam apenas como uma concentração de população, em locais onde as famílias ficavam afastadas da sua anterior unidade residencial-produtiva, sem encontrarem uma substituição adequada.

O autor aponta que a produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividades muito baixas; os membros das cooperativas de produção assim criadas não viam os benefícios do seu trabalho, o que os levava a abandoná-las. Muitas aldeias surgidas neste processo nunca chegaram a implementar qualquer forma de produção coletiva. Superdimensionaram-se estes novos aglomerados rurais, criando-se grandes desequilíbrios população-recursos e dificultando-se uma administração aldeã eficiente.

A localização das aldeias nem sempre era escolhida em conformidade com as distâncias em relação às unidades produtivas, escolas, postos de saúde e aos locais de captação de água e de lenha.

Colaço (2001, p. 99 e 100) baseando em Geffray, considera que o Projeto Aldeão, enquadrado num projeto mais amplo de construção do Estado nacional no campo, (...) foi inteiramente levado a efeito em ruptura e conflito aberto com os elementos política e socialmente respeitados no local pelas populações e por elas investidas de uma autoridade reconhecida. Para, além disso, constituir simultaneamente uma medida administrativa para o controle, enquadramento, recenseamento e submissão da população rural ao novo aparelho de Estado moçambicano.

O mesmo autor considera que ao recusar às populações rurais o direito de continuidade de um modo de vida tradicional, considerado obstáculo à modernidade e à construção da nação moçambicana, a Frelimo causou o descontentamento das populações largamente atingidas, o que criou as bases sociais de uma guerra *a priori* sem nenhum projeto político, entregue a agentes da Rodésia e da África do Sul, cuja missão era desestabilizar Moçambique.

De princípio, o projeto de socialização do campo através das aldeias comunais pareceu ter tido um impacto positivo, no entanto mais tarde o projeto acabou fracassando, porque não tomou em consideração a existência da dimensão cultural e de poder local, e assim distanciando-se das necessidades reais da população. Mesmo forçados a constituírem as unidades de produção coletivas, os camponeses foram mantendo as suas unidades familiares e as suas residências nas

suas comunidades rurais. Há inclusive relatos de destruição de habitações dos camponeses como forma de obrigá-los a viver nas aldeias comunais e assim demonstrar que aquela seria a melhor opção.

Esta separação forçada das famílias, dos grupos de linhagem dos filhos casados com a atribuição de lotes de terra nas zonas afastadas, teve como resultado uma produção escassa e insuficiente nas aldeias comunais e uma produção reduzida das unidades residenciais isoladas da família nuclear, completamente incapazes de produzir para a sua subsistência.

É evidente que os executores deste processo, além de não atenderem, em muitas situações, aos princípios orientadores traçados, esqueceram-se de que as motivações existentes durante a luta armada não eram, após a independência, as mesmas, não se tornando suficiente dizer aos camponeses que se vivessem em aldeias organizadas teriam acesso mais fácil aos cuidados de saúde, à escola, etc (ARAÚJO, 1988, p. 186).

Para mim, as aldeias comunais foram um desastre. Tudo que é obrigação não é bom para nós. Mas tem obrigações que podem ser boas, como mandar o seu filho à escola ou à África do Sul. Mas as aldeias comunais foi uma obrigação que não foi boa. Quando fomos para a aldeia não levamos as nossas árvores e a nossa terra e quando voltamos já tínhamos perdido tudo, pois que a árvore já tinha morrido ou a terra já estava ocupada por oportunistas com papel e tudo. Não devia voltar a acontecer as aldeias comunais...⁹

Das entrevistas realizadas no distrito de Moatize, pode-se aferir que a interpretação que se fez em relação as aldeias comunais situaram-se basicamente a dois níveis: (i) a do Estado que esperava que a política tivesse efeitos positivos, o que não veio a acontecer porque não foram previamente considerados os aspectos sociais, culturais da população e (ii) os que não concordaram por ter sido mais uma imposição, retirando a liberdade de produzir, lugar para morar, vizinhos por escolher entre outras questões.

⁹ Entrevista concedida por um camponês de 76 anos em 27.02.04 no distrito de Chókwè, na província de Gaza, onde também foram criadas as aldeias comunais em Moçambique.

6.4.2 Programa de Reabilitação Econômica e a Agricultura

Numa situação de mercado livre, o Estado já não desempenha a função de agente econômico atuando através de empresas estatais, embora continue detendo a propriedade da terra em Moçambique.

No novo contexto, o Estado deixou de ser produtor direto de bens e mercadorias e converteu-se basicamente em regulador, facilitador e impulsionador do processo de desenvolvimento econômico. Contudo, são constituídos novos capitais que contam em alguns casos com a co-participação do Estado como acionista em parceria com outras empresas privadas, como são os casos das Açucareiras na região do Vale do Zambeze.

Com a introdução do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) as empresas estatais agrícolas foram privatizadas. O processo de privatização das empresas estatais agrárias implicou na redistribuição de terras que acabaram beneficiando as empresas privadas. Esta situação levou a ocorrência de conflitos de terra ou simplesmente descontentamento por parte dos camponeses

Para estes camponeses, as grandes empresas continuam representando maior perigo aos seus interesses porque ocupam grandes extensões de terra. Essa terra, segundo eles poderia ser redistribuída para um maior número de famílias e assim aumentarem suas áreas e níveis de produção.

Esse objetivo dos camponeses enfrenta obstáculos por parte das grandes empresas e as novas elites urbanas que emergiram das antigas empresas estatais. As elites urbanas agem mais como especuladoras de terra do que como verdadeiros agricultores.

Os conflitos de terra que hoje têm surgido, resultam basicamente da forma como os processos de distribuição de terras são concebidos e executados. Hoje existe uma estrutura central que é a Direção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA), órgão do Estado responsável pela administração e delimitação de terras para o desenvolvimento das atividades agrárias.

Algumas famílias entrevistadas apontam que a administração distrital tem interferido neste processo. Apontam como exemplos algumas áreas do distrito de Morrumbala cuja atribuição de direito de exploração foi lavrada pelo administrador do distrito.

Um exemplo desta incongruência no processo de distribuição de terras, está no processo de registro dos beneficiários, sobretudo, das famílias rurais. Não existe um arquivo onde se possa encontrar a identidade das famílias ou indivíduos que estejam explorando a terra.

Nos casos em que existem tais registros, estes encontram-se em instituições diferentes. Em alguns casos os registros encontram-se nos Serviços Distritais de Geografia e Cadastro e em outros, encontram-se na Administração do Distrito ou na Direção Nacional de Geografia e Cadastro, em Maputo.

Na prática, o que acontece é o seguinte: a segurança de posse é garantida para os agricultores do setor privado por meio de registro e título, e para as famílias rurais, por ocupação. Há neste caso, dois tipos de documentos disponíveis: o certificado de Ocupação Familiar e o Título de Uso e Exploração. O título de terra, que na verdade, é de aluguel do direito de uso concedido pelo Estado, pode ser detido por todas as pessoas singulares ou órgãos coletivos com identidade legal que pode ser de até 50 anos (MYERS, 1993, p.7).

Num processo de desenvolvimento moderno, compreensível e de uma política equitativa de terra, Okoth Ogendo, refere-se para o caso específico do Kenia que o país deve se esforçar para eliminar as distorções fundamentais do acesso a terra, ao invés de continuar enfatizando mais as questões de uso do que as questões sobre a propriedade da terra (OGENDO, 2006).

Hoje, no contexto moçambicano são poucas as famílias que possuem um registro oficial de posse de terra, embora existam para os agricultores privados e para as grandes empresas mistas, inclusive com direito a publicação no Diário Oficial da República. Esta situação confere às grandes empresas uma maior segurança na posse de terra na região do Vale do Zambeze.

Para a maior parte das famílias, em face desta situação de insegurança na posse de terra, a solução tem sido procurar alternativas em outras atividades que contribuam para complementar o seu rendimento familiar, fora da agricultura. O comércio informal tem sido uma das estratégias adotadas para a sua reprodução.

Com a introdução da economia de mercado, o Estado liberalizou a economia e a iniciativa privada passou a ser a força impulsionadora da economia nacional. Esta nova forma de dinamizar a economia, também atingiu o setor agrícola, com as mesmas regras de financiamento, crédito, taxas de juros e garantias, semelhante aos outros setores econômicos.

A concessão de créditos está dependente das condições econômicas do beneficiário. Foram poucas as famílias que lograram atingir uma situação econômica capaz de satisfazer as exigências do mercado financeiro e, portanto, em condições de se beneficiarem de empréstimos bancários a serem investidos na agricultura. Esta situação de debilidade econômica da família rural coloca-os à margem do processo de desenvolvimento da atividade agrária e cada vez mais se vão pauperizando.

O crédito à agricultura diminuiu substancialmente com a privatização do setor bancário de 39,2% (1987) para 20,5% em 1999. Sabe-se por outro lado, que os bancos privados concedem créditos tendo em conta fatores de risco e de retorno e que a agricultura é fator de elevado risco. Esta situação é agravada pelo fato de que a terra ainda não pode ser objeto de qualquer forma de alienação, pelo que ainda não pode servir de garantia de empréstimos bancários (RATILAL, 2002, p.276).

Tabela 3: Distribuição do crédito líquido total (%)

	1987	1990	1992	1999	2000
Agricultura	39,2	32,1	32,5	20,5	19,1
Indústria	19,4	27,8	27,1	28,1	33,7
Construção	2,0	1,7	2,4	4,4	-
Transportes	11,4	10,6	8,3	5,3	-
Comércio	26,3	26,3	26,0	22,3	20,4
Outros	1,7	1,4	1,7	38,0	26,8
Total	100	100	100	100	100

Fonte: RATILAL, P. Percepções sobre a economia. Aumento da riqueza nacional, distribuição equitativa, coesão nacional. In: Mazula, B (Org). **Moçambique 10 anos de paz**. Maputo: CEDE, 2002.

Ratilal (2002, p.291) apresenta algumas análises de reconhecidos economistas do país que fazem uma radiografia sobre a situação da produção agrária nos seguintes termos:

- “A produção agrária não tem sido escoada para as zonas de consumo, em parte devido aos altos custos de transação, à falta de infra-estruturas, de mercado, mas também ao deficiente sistema de financiamento.” – Firmino Mucavele¹⁰

¹⁰ Mucavele, Prof. Firmino – Economia e Negócios (*Notícias*), 8 de Fevereiro de 2002

- “Como se pode esperar que a agricultura (ou qualquer outra atividade econômica) se desenvolva como se pretende, quando as taxas de juros nominais e reais andam aos níveis em que estão?” –Magid Osman
- “Os setores que dão maior contribuição para o PIB são aqueles que têm recebido a menor fatia do bolo (crédito)...Por que razão o dinheiro vai onde é relativamente menos produtivo?”- Roberto Tibana¹¹

Somando-se a esta dificuldade de escassez de créditos, vieram as cheias do ano 2000 e 2006 que destruíram extensas áreas produtivas, estradas, pontes, parte do sistema de irrigação, habitações e outras infraestruturas importantes na região do Vale do Zambeze. Estes problemas repercutem-se diretamente sobre a produção familiar. Contudo, é importante reconhecer alguns esforços do Estado em tentar melhorar este setor.

Por exemplo, nos finais de 1990, o Estado removeu as restrições no movimento de produtos entre distritos e entre províncias e eliminou o sistema vigente desde o período colonial, de monopólios geográficos oficiais para comerciantes privados registrados. Admitiu a entrada de novos intervenientes e em 1992, surgiu no setor informal uma classe empreendedora de grossistas inter-regionais ligando zonas de produção e consumo com fluxos comerciais ativos ligando o norte e sul do país. As medidas de integração entre os mercados de milho do sul, centro e norte melhoraram substancialmente nestes anos, comprovando os efeitos positivos desta comercialização (CARRILHO *et al*, 2002).

O PRE e a paz trouxeram um grande aumento do volume de investimento no setor agrícola, como seja: um aumento substancial de investimentos para projetos baseados em zonas rurais, incluindo agro-industriais, sobretudo do açúcar.

No âmbito de implementação deste programa foram privatizadas e reabilitadas quatro principais empresas açucareiras de Moçambique. Com esta medida a produção de 13.000 toneladas obtidas em 1992, atingiu 210.000 toneladas de açúcar na campanha 2002/03.

Projeções recentes indicam que a partir de 2009 a indústria venha produzir mais de 350.000 toneladas/ano de açúcar. As agro-indústrias estão desempenhando um papel chave no desenvolvimento agrícola, especialmente nas áreas rurais. As

¹¹ Tibana, Prof. Roberto – Economia e Negócios (*Notícias*), 8 de Fevereiro de 2002

atividades de processamento localizadas nestas zonas têm um impacto direto na redução da pobreza através da criação de postos de trabalho e geração de renda (CARRILHO *et al*, 2002, p.168-169).

Tabela 4: Número total de trabalhadores (efetivos e sazonais) no subsetor de açúcar

Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Número de trabalhadores	13,497	14,497	15,413	17,377	17,782

Fonte: CARRILHO *et al*. Os dez anos de paz. Uma abordagem do setor agrário. In: Mazula (Org). **Moçambique 10 anos de paz**. Maputo: CEDE, 2002.

A priorização do setor agrário familiar, a partir da concessão de incentivos aos produtores e comerciantes; orientação dos investimentos do Estado a este setor, acompanhada de ações de alívio à pobreza; reabilitação e desenvolvimento de infra-estruturas sociais e econômicas nas zonas rurais passaram a fazer parte da Agenda do Governo.

Entretanto, este programa continua sendo motivo de crítica por parte de muitos camponeses e mesmo de setores econômicos, políticos e acadêmicos do país. Críticas como “o dono de Moçambique é o FMI e o Banco Mundial” são freqüentes e vêm de quadrantes políticos, econômicos e até acadêmicos.

Num artigo da Igreja Católica (*Vida Nova* – Novembro de 1995) citado por Hanlon, pode-se ler:

Contrariamente do que nos é agradável acreditar, os donos da África não são os vários estados africanos, não obstante as repetidas proclamações de soberania e independência; nem são uma ou outra das antigas potências coloniais. O dono da África é o Banco Mundial! O dono da África e de Moçambique é o BM (com o FMI). O seu programa é de fazer entrar a África no sistema do neo-colonialismo econômico sem terem em conta as necessidades das pessoas. O que conta é o livre mercado e o deus dinheiro!

Sem dúvidas que em muitas áreas da vida moçambicana, o FMI e o Banco Mundial são mais poderosos do que o governo e o parlamento juntos (Hanlon, 1997). Para Macuane (2001, p.256) desde o lançamento do PRE, o governo negocia anualmente o financiamento do Orçamento Geral do Estado (OGE) com o Clube de Paris. Estima-se que o Governo tem poder para alocar, de acordo com suas prioridades, apenas 15% dos recursos financeiros anualmente destinados ao país.

Na verdade, são os doadores que decidem o quê e como canalizar os recursos, os investimentos e mesmo a ajuda alimentar, passando, às vezes, por cima do governo. É hábito usarem as ONG's para ajuda humanitária e mesmo para execução de projetos de investimento, o que explica a proliferação destas entidades no país.

Por exemplo, a decisão de obrigar Moçambique a liberalizar a exportação da castanha de caju em bruto, foi uma posição embaraçosa para o governo.

Perante esta situação, como é que fica a soberania do país a luz da implementação deste novo modelo de desenvolvimento de matriz neoliberal?

Esta é uma pergunta que talvez alguns números nos possam indicar o ponto de situação. A verdade é que o PRE trouxe sucessos e fracassos. De fato, conseguiu-se reverter a queda da produção. Em 1987 o crescimento real do PIB foi de 4,6%, em 1988 de 5,5%, em 1989 de 5,3, em 1990 foi de 1,5 e em 2007 de 8,0%. As exportações cresceram 22,5% em 1987, 6,2% em 1988, 1,7% em 1989 e 20,6 em 1990. A produção industrial teve um crescimento de 8,9% em 1987, 7,5% em 1988 e 7,4% em 1989. Houve também um pequeno crescimento na produção agrícola comercializada, no setor de construção e dos transportes (MACUANE, 2001, p.257).

De 1990 até hoje, este programa integrou um componente social de forma mais evidente, sobretudo com a incorporação do setor agrário familiar como estratégia de alívio à pobreza e promoção do desenvolvimento rural.

Após longos anos de marginalização da produção agrícola camponesa, o Estado parece finalmente se ter convencido que o crescimento econômico e alívio à pobreza em Moçambique são praticamente impossíveis de se alcançar sem o desenvolvimento da agricultura. Para este objetivo, a produção familiar joga um papel importante.

Atualmente, a nova política estrutural do Estado orientada para o desenvolvimento agrário, coloca os agricultores familiares como sendo os principais beneficiários. Pretende-se com este programa facilitar o processo de produção e comercialização agrária para se atingir progressivamente o alívio à pobreza (CONSELHO DE MINISTROS, 2005)

Contudo, a priorização da produção familiar não significa a marginalização do setor privado ou comercial. Estes contribuem na intensificação da produção e na comercialização, tanto interna como externa.

O que se pretende é reverter o quadro desfavorável aos pequenos produtores, através do aumento do investimento público e a conseqüente transformação e integração da produção familiar nas funções de: produção, distribuição e processamento. Com esta medida pretende-se alcançar por um lado, a produção de excedentes para o mercado e, por outro lado, o desenvolvimento de um setor empresarial eficiente e competitivo.

6.5 As famílias rurais e as estratégias de sobrevivência

O desenvolvimento do capitalismo colonial no campo implicou a transformação das relações de produção na agricultura tradicional. De uma agricultura exclusivamente dependente das condições naturais e do trabalho familiar, onde o direito costumeiro regulava todo o processo de acesso, posse e distribuição de terras, estabeleceu-se uma agricultura irrigada, mecanizada e de utilização do trabalho assalariado, e assim se iniciou a transformação da estrutura territorial da região.

Os impactos das transformações nas relações de produção na família, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo, obrigou ao desenvolvimento de estratégias de sobrevivência onde a migração passou a ganhar um novo ímpeto sobre as famílias rurais na região do Vale do Zambeze.

Neste novo contexto, a unidade familiar já não era exclusivamente dependente da agricultura. A agricultura passou a coexistir com a produção artesanal, com o trabalho do assalariado urbano, com ampliação das relações de troca de base familiar, ou ainda com o trabalho migratório.

Os entrevistados consideram que o contexto da migração na região do Vale do Zambeze, insere-se dentro de uma estratégia de sobrevivência da família rural em face das dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades agrícolas, em virtude da instalação na época colonial do sistema *plantation* e a perda de terras produtivas.

Embora, esta seja em parte uma explicação válida, os fatores que influenciaram a migração também devem encontrar explicações em razões de ordem política, econômica e ambientais.

Sem dúvida, um dos aspectos mais marcantes da instalação do sistema *plantation*, foi a expropriação de terras férteis às famílias nativas. Maior parte destas

famílias foi retirada das terras baixas do vale e se estabeleceram nas terras altas, onde apenas era possível o desenvolvimento de uma agricultura de sequeiro, em áreas de baixa fertilidade dos solos. O primeiro impacto desta situação foi a redução drástica dos níveis de produção e produtividade agrícola, sobretudo do arroz que requer muita água.

As famílias entraram em déficits alimentares cíclicos e os mecanismos de distribuição e reprodução social começaram a se desarticular. Havia uma necessidade de garantir a sobrevivência da família rural e para isso, a forma encontrada, foi o desenvolvimento de outras atividades onde se destacou a migração e a diversificação de atividades encontradas no local ou longe dali.

Com a migração, começa a registrar-se o processo de diferenciação social no interior do campesinato, em face dos rendimentos provenientes do trabalho assalariado nos centros urbanos, como Quelimane, Tete, Beira e Manica. Dos que emigravam, alguns acumularam capital e posteriormente investiram na compra de maquinário e outros insumos agrícolas, ou mesmo enviavam remessas em dinheiro ou em espécie que pudessem ser transformados em capital produtivo para os seus familiares.

A consequência imediata deste investimento refletia-se no aumento dos níveis de produção e do excedente agrícola, pela via do desenvolvimento de culturas comercializáveis como, por exemplo, o arroz e do milho, que passavam a entrar no circuito comercial.

Normalmente migrava a população ativa masculina, o que limitava a participação da força de trabalho disponível no ciclo de produção das explorações agrícolas familiares. Isto constituía uma limitação para determinados ciclos agrícolas que coincidiam com os períodos de ausência da força de trabalho masculina. Mas por outro lado, constituía ganhos significativos em termos de acumulação de capital e financiamento na aquisição de instrumentos e insumos agrícolas.

Em termos de relações de gênero, esta situação fez com que a produção agrícola familiar se tornasse, em larga escala um trabalho essencialmente feminino.

A migração também servia como certa resposta ao apelo da economia monetária, que permitia encontrar uma alternativa às consequências da crise, assegurando às famílias encontrar novas formas de dinâmicas sociais. Os emigrantes de regresso a casa, traziam dinheiro e bens para oferecer, trocar por mulheres e gado e para consumir socialmente em bebidas (FELICIANO, 1998, p.

79). De um fenômeno eminentemente econômico, o trabalho migratório passou a ser tido, como um fator sócio-cultural (VALÁ, 2003, p.61).

Além das estratégias acima consideradas sobre o processo de reprodução social da família rural, após a independência nacional em junho de 1975 e no quadro de um novo contexto político e econômico, a migração campo-cidade passou a ser uma marca patente na região do Vale do Zambeze.

Neste novo contexto, as cidades da região acabaram sendo os principais pólos de atração desta população migrante, forçadas a abandonar suas terras de origem devido a dois fatores básicos: a busca de garantia de segurança em face do recrudescimento da guerra e a necessidade de um trabalho assalariado fora do campo, em função da escassez deste.

Esta situação foi generalizada em todos os distritos da região do Vale do Zambeze. As cidades de acolhimento da população migrante não estavam preparadas e nem possuíam infra-estruturas para assegurar a subsistência e dignidade de vida desta população. Esta situação provocou rupturas e rugosidades na estrutura urbana manifestada pela incapacidade de oferta de serviços de saúde, educação, emprego, segurança e outros, fato que conduziu, por um lado a uma crise urbana e por outro, ao declínio acentuado dos níveis de produção no campo.

O país deixou de ser auto-sustentável e passou a estar dependente da importação de cereais e produtos diversos para a sua segurança alimentar, fato que se veio adicionar a acumulação da dívida externa, hoje calculada em cerca de três bilhões de dólares americanos.

Em 1992 terminou a guerra civil e o país contava com cerca de 3 milhões de refugiados e deslocados. Parte desta população que se encontrava nos países vizinhos e algumas cidades moçambicanas regressaram aos seus locais de origem e retomaram as suas atividades produtivas.

No entanto, outra parte desta população permanece nas cidades dedicando-se a economia informal e/ou empregos precários. O exemplo desta situação, é que maior parte de famílias entrevistadas, tinham pelo menos um membro do agregado familiar dedicando-se ao comércio informal de produtos não agrícolas, onde se incluíam artigos diversos, tais como eletrodomésticos, material de construção, vestuário, etc.

Esta população acabou por se prender as condições que a vida urbana oferece, como seja, luz elétrica, água encanada, transporte, educação, assistência

médica e medicamentosa, entre outros serviços sociais não oferecidos nas áreas rurais.

Por outro lado, nos centros urbanos verifica-se uma tendência generalizada de agravamento das condições de vida e das desigualdades sociais. Por exemplo, hoje na cidade de Tete, a capital provincial da província do mesmo nome, há elevadas taxas de desemprego, marginalidade, prostituição, alcoolismo e criminalidade devido a elevados índices de migração campo-cidade e da ausência de políticas públicas claras de combate as desigualdades sociais.

A tabela seguinte nos dá uma idéia das taxas internas de emigração e de imigração, onde se pode constatar que Maputo, a capital do país representa o destino preferencial da população emigrante, sobretudo das zonas rurais e de outras cidades.

Tabela 5: Taxas de migração interna de toda a vida, segundo as províncias de Moçambique, 1997

PROVINCIAS	Taxa de imigração (x100)	Taxa de emigração (x100)	Migração líquida (x100)
Niassa	4,9	4,3	0,3
Cabo Delgado	2,5	3,3	-0,9
Nampula	2,9	2,4	0,4
Zambézia	2,0	5,2	-3,5
Tete	3,8	7,2	-4,0
Manica	15,7	4,9	10,5
Sofala	13,4	10,1	2,2
Inhambane	6,3	18,7	-16,6
Gaza	6,7	19,5	-17,6
Maputo	49,5	14,9	32,0
Maputo Cidade	60,8	20,9	34,4

Fonte: INE. II Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo: INE, 1997.

6.6 GÊNERO E PRODUÇÃO FAMILIAR NO VALE DO ZAMBEZE

A divisão social do trabalho no interior das comunidades rurais em Moçambique são geralmente, distribuídas aos seus membros na base da idade e sexo. Às mulheres, cabem-lhes as tarefas domésticas tais como tratar da cozinha, apanhar lenha, buscar a água e cuidar das crianças. No entanto, a tarefa mais importante das mulheres é a agricultura, sobretudo na etapa de preparação da terra, sementeira, limpeza e colheita.

O que existe, é uma correlação negativa entre a adjudicação do tempo de trabalho para obtenção de rendimentos em espécie (produtos agrícolas) e para obtenção de rendimentos em dinheiro. Isto é, quanto mais tempo de trabalho for

empregado na procura de dinheiro menos tempo a família tem para a produção de rendimentos em espécie. É por isso que perante uma situação de baixa produtividade, falta de postos de trabalho remunerado e devido às limitadas oportunidades de geração de rendimentos em dinheiro há necessidades de uma divisão social de trabalho no interior da família.



Foto 9: Mulher envolvida na produção do Arroz no distrito de Marromeu, província de Sofala

Fonte: GPZ, 2008

Pesquisa: MUNGOI, C. 2008

Por exemplo, a uns compete a produção agrícola (mulheres), a outros encontrar água e colher lenha (mulheres e crianças) e a outros ir para longe a procura de emprego (homens) (CS, 1999, p.20).

Este padrão de distribuição do tempo de trabalho tem importantes conseqüências sociais, que podem ir desde a perpetuação da mulher no papel de produtora de alimentos à sobre-utilização da força de trabalho infantil. Enquanto o custo de oportunidade de utilização de tempo de trabalho na procura de fontes de rendimento em dinheiro não anular a produção de rendimentos em espécie, este padrão tenderá a perpetuar-se. Isto quer dizer que nas condições atuais a

segurança alimentar passa, obrigatoriamente, pela mulher como produtora para o auto-consumo.

O mesmo acontece em relação à coleta de recursos como a lenha, caniço, estacas, alimentos silvestres e plantas medicinais, em que o tempo de trabalho para a sua recoleção é menor que o tempo de trabalho que teria de ser empregado para se conseguir dinheiro para a sua aquisição.

A pesquisa aponta que ao se colocar sob a responsabilidade das mulheres as tarefas agrícolas, isto é, produção de bens alimentares apenas para consumo doméstico e não a produção de culturas de rendimento constitui uma limitação a sua entrada direta na cultura do lucro e na obtenção de rendimentos. Assim, ao não possuírem uma atividade que lhes possa garantir rendimentos, dificilmente poderão ter uma autonomia familiar e poder de decisão a nível doméstico. Isto é, as mulheres estão confinadas as culturas alimentares e os homens monopolizam as culturas de rendimento e o trabalho assalariado fora da unidade de produção agrícola familiar.

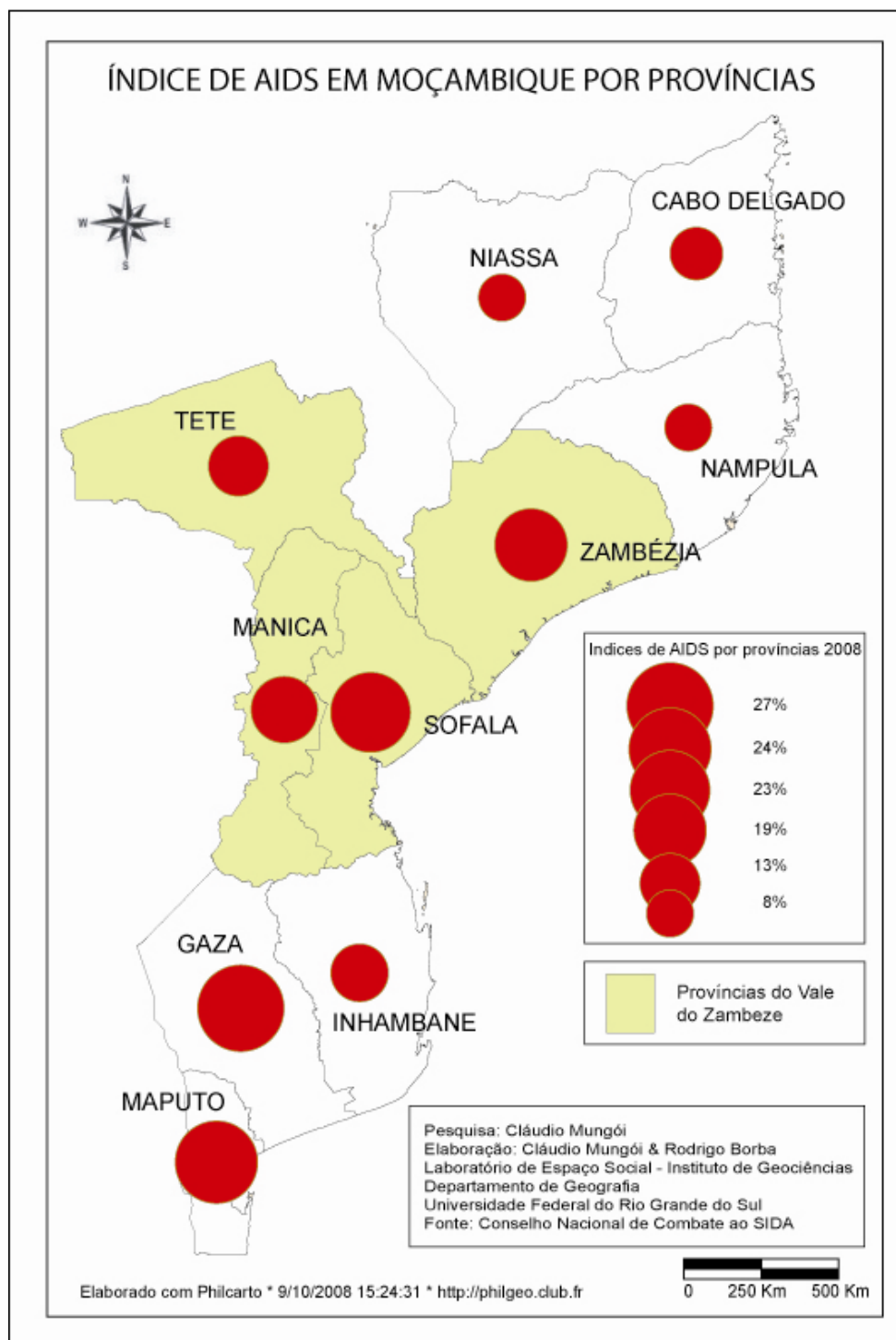
Dado que a agricultura praticada pelas mulheres não visa a comercialização esta situação traduz-se numa dependência econômica das mulheres em relação aos seus esposos e aos seus salários ou rendimentos provenientes de culturas comercializáveis (LOFORTE, 2000).

Estudos recentes dão conta de que na África sub-saariana 30% das famílias são chefiadas por mulheres; realizam 60 a 80% de todo trabalho agrícola familiar; são responsáveis por mais de 50% da criação de animais domésticos; são responsáveis por cerca de 100% da confecção da comida; têm a principal responsabilidade pela educação das crianças e pelas tarefas sociais a nível da família e da comunidade como é o caso de diferentes rituais, festas, enterros, casamentos, etc. (CS, 1999).

De acordo com a mesma fonte, na África sub-saariana as mulheres dedicam mais de metade do seu tempo e energia à sociedade sem retribuição e sendo subestimadas. São as agricultoras invisíveis e, no geral, não têm direitos legais sobre a terra.

Entretanto, para o caso específico da região do Vale do Zambeze verificou-se que das 21 mulheres entrevistadas nos distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Báruè 15 estavam envolvidas tanto com culturas alimentares, como com culturas de rendimento (fumo e algodão), pelo fato de maior parte dos seus esposos estarem comprometidos com outras atividades.

Atualmente em face de uma nova conjuntura social, econômica e política que se vai impondo no país, a ideologia do poder masculino com o seu princípio de que o lugar social da mulher é a casa e que o seu mais importante valor social é a sua função de mãe e esposa, vai dando lugar a novas mentalidades. No atual contexto já começa a se incluir em Moçambique a necessidade da mulher realizar outras atividades fora da unidade familiar, face ao aumento do custo de vida e do imperativo de complementar o magro orçamento familiar. A epidemia da AIDS que afeta 16% da população moçambicana também é referida como estando na origem da mudança de mentalidades.



Mapa 12: Índice de AIDS em Moçambique por províncias

É neste quadro acima exposto que parte das mulheres nos distritos pesquisados encontram no comércio informal de bebidas alcoólicas, vestuário doado pela comunidade internacional, alimentação, sua estratégia de complementar a renda familiar. Para isso, a mulher investe-se de autoridade, de influência e de poderes, na tomada de decisões importantes com vista a satisfação de seus

objetivos, embora com consentimento dos restantes membros da unidade familiar (LOFORTE, 2000).

Loforte (2000), com base numa amostra da sua pesquisa realizada num dos bairros periféricos da cidade de Maputo (Laulane), aponta que os rendimentos provenientes da atividade de comércio que as mulheres realizam, ainda que em pequena escala, cria-lhes auto-confiança, pois que a partir do momento em que começam a possuir certas receitas e a influenciar positivamente o bem-estar da unidade familiar, o seu poder de negociação sobre assuntos da família melhora, e começa, ainda que paulatinamente, a exercer uma certa autoridade sobre os seus próprios filhos.

Nestas condições, se está perante mudanças nas relações de gênero, pois a posse de meios financeiros para certas mulheres, nomeadamente chefes de agregado, permite-lhes atrair e sustentar os seus próprios dependentes, cujas energias e trabalho podem, no futuro, cooptar quando as suas capacidades de trabalho estiverem em declínio.

Há inúmeros casos em que os esposos ou familiares diretos subestimam a contribuição econômica das mulheres, fato que tem muitas vezes degenerado em conflitos, alguns dos quais violentos.

Com estas constatações baseadas no cruzamento entre os dados secundários e pesquisa de campo procurou-se demonstrar que intervenções externas, sobretudo as várias políticas implementadas sobre na região do Vale do Zambeze até agora não foram capazes de converter a agricultura num setor vital para o desenvolvimento das comunidades. Algumas destas políticas são impositivas e não contam com a participação das comunidades na sua idealização.

A imensa disponibilidade de terra arável para a produção de cereais, leguminosas, oleaginosas, recursos hídricos (52% dos recursos hídricos de Moçambique), força de trabalho (2/3 da população moçambicana), microclimas para a produção de uma variedade de culturas ainda se mostram incapazes de proporcionar uma melhor segurança alimentar da população e redução da dependência de importações de cereais, tomate, óleo, etc.

Isto significa que as potencialidades naturais existentes na região do Vale do Zambeze ainda carecem de um melhor aproveitamento para o desenvolvimento da agricultura. Este aproveitamento passa por uma definição mais adequada e

equilibrada de políticas públicas e intervenções multisetoriais e integradas que permitam a satisfação das necessidades da população à escala regional e nacional.

7 ESCALAS DE AÇÃO, ATORES INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS-LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ZAMBEZE

O sétimo e último capítulo aborda a questão das escalas de ação e os atores que atuam nelas em relação ao Vale do Zambeze. Parte-se da escala local, representado pelos distritos onde foram coletados os dados de campo, nomeadamente, Morrumbala, Marromeu, Moatize, Bárue e Cahora Bassa. No entanto este último é um dos locais onde se realizou apenas o recolhimento de dados secundários e entrevistas com os gestores da Hidroelétrica de Cahora Bassa.

A presença de uma multidimensionalidade de poder e gestão do território em projetos e programas a princípio traduzindo as múltiplas escalas e as duas dimensões teóricas e pressupostos de análise da presente tese dominam este capítulo.

A hipótese básica que orienta este capítulo é de que nos distritos da região do Vale do Zambeze, aqui assumidos como sendo espaços opacos, existe a possibilidade de múltiplos atores e poderes de propor, desenhar e desencadear ações e programas de intervenção sob a região do Vale do Zambeze. Contudo, uns são mais fortes e determinantes que os outros em face das várias vicissitudes inerentes ao processo de desenvolvimento à escala local e colocando a maior parte de extensão destes distritos na condição de verdadeiros espaços opacos.

Isto significa que na conformação desta multiplicidade de atores e poderes no processo de desenvolvimento do Vale do Zambeze sobrepõe-se as verticalidades que atuam tanto à escala nacional, como à escala regional e internacional. São aqui identificadas a participação e as ações do Estado, do setor privado, da sociedade civil, das agências internacionais de desenvolvimento e das comunidades em relação ao uso do território na região do Vale do Zambeze.

7.1 ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E GESTÃO

Nas palavras de Milton Santos, território é conceito utilizável para análise quando é pensado juntamente com atores que dele se utilizam. Isto é, os distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárue são analisados a partir das ações do Estado, do setor privado, da sociedade civil, das corporações, das agências

internacionais de desenvolvimento e das famílias rurais que atuam na região do Vale do Zambeze.

Tais atores são multiescalares, atuando cada um e como podem na produção do espaço e, em todos eles estão impregnadas as relações de poder. Para Boaventura Souza Santos, poder refere-se a qualquer relação social regulada por uma troca desigual, material ou imaterial, desde o plano das relações entre indivíduos no espaço da casa, até ao plano das relações internacionais, nos fluxos e redes virtuais. Por outras palavras, o poder pode ser exercido em diferentes escalas, algumas vezes podendo desenvolver formas inovadoras de gestão social do desenvolvimento na região do Vale do Zambeze.

O simples enunciado da palavra região abordada na presente pesquisa, antes de tudo, evoca um recorte em escala nacional e delimita uma região específica do país. Isto é, a força e legitimidade desta palavra remetem a divisões no âmbito (escala) da unidade territorial do país como um todo.

A opção por atuar no desenvolvimento comunitário, como passou a ser o enfoque do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) a partir da aprovação do seu anteprojeto submetido pelo Conselho Técnico¹ aos governos das quatro províncias do Vale do Zambeze e dos Ministérios integrantes da Comissão Interministerial do Vale do Zambeze, por meio de programas e projetos não considera somente uma escala, especialmente no âmbito das regiões.

Aprovou-se pela primeira vez, para o Vale, um Plano Integrado, que ultrapassa as concepções meramente setoriais e as divisões territoriais, desencadeando-se as sinergias e ações conjuntas entre as direções principais. O Plano de Desenvolvimento Comunitário visa preparar as condições para que, na região do Vale do Zambeze as populações venham a beneficiar e participar no valor acrescentado pela realização dos grandes projetos. Estes projetos são a reconstrução da Linha de Sena, a construção da Ponte de Caia, o reinício da exploração mineira do carvão de Moatize e as atividades empresariais beneficiárias dos recursos agrícolas, florestais, industriais e energéticos.

¹ O Conselho Técnico do GPZ integra diversos Diretores Nacionais

Para Fischer (2002) múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte onde os atores sociais envolvem-se em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais ou internacionais

Por esta razão, as escalas geográficas de poder e gestão são um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento, pois permitiu observar para o caso específico da presente pesquisa como os atores regionais/locais – Estado, setor privado, sociedade civil, agências internacionais de desenvolvimento e famílias rurais – articulam-se entre si com vista a promover ações de desenvolvimento na região do Vale do Zambeze.

A escala deu a idéia de que os lugares e regiões não se explicam em si mesmos. Eles estão interconectados a outros lugares e a outros níveis de poder de decisão ou influência, acabando por estabelecer um fluxo permanente entrecruzando múltiplas ações e imprimindo a cada um, cenários específicos.

Fundamentalmente, observa Rückert (2003, p. 33) as escalas geográficas ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam.

Autores como Acselread (2002) apontam que a escala local ou na nossa interpretação, a dimensão horizontal (SANTOS, 1996) relacionada a questão do desenvolvimento, surgiu em função dos resultados negativos do desenvolvimento de cima para baixo, ou seja, das verticalidades (SANTOS, 1996) como a única forma de intervenção sobre o território.

Para Acselread (2002) o desenvolvimento regional/local está baseado na realização de projetos concretos, levando em consideração a especificidade do território ou da região, o enraizamento dos atores, gerando sinergias locais e novas formas de solidariedade, não necessariamente mediadas pelo Estado, mas pela interação de atores, de modo a buscar coalizões, consensos, evitando a fragmentação de interesses políticos e econômicos da coletividade, ou seja, corresponde a materialização da dimensão horizontal observada por Santos (2002).

Assim, a região do Vale do Zambeze foi assumida como um todo, mas que o todo, formado por várias regiões não é apenas soma das partes que o compõem (LENCIONE, 2003, p. 12).

A região constitui, ainda hoje, um conceito problemático. Muito presente na linguagem corrente à idéia de região indica recortes de espaço que os indivíduos ou grupos sociais elaboram e passam a ser reconhecidos, ou não, socialmente.

A idéia de região está acompanhada da percepção do espaço do outro e se vê presente na construção da realidade e faz parte do senso comum, por isso estar impregnada nela o sentido real e racional (LENCIONE, 2003, p. 12).

No entanto, para esta pesquisa a região é apenas vista como uma unidade de análise distinta e espaço de realização de ações e programas de desenvolvimento interconectado com diferentes escalas de poder e gestão. Ou seja, a região - como parte de um todo e sobre ela atuarem diferentes escalas de poder na realização de projetos e programas em sentidos inversos: do local ao global e vice-versa.

Na geografia como disciplina científica as escalas tiveram seu primeiro uso como escalas cartográficas, muito mais como recurso para pensar um espaço físico, como se ele fosse algo inerte, isento de mecanismos de poder. Recentemente a geografia avança a discussão das escalas para uma perspectiva que contempla as dinâmicas relacionais, os fluxos, as redes, afinal, as diversas dinâmicas de interdependência relacional de atores sociais que atuam numa região. É o que vem sendo chamado de escalas geográficas (RACINE *et ali*, 1983).

O Estado, o setor privado e a sociedade civil normalmente estão organizando planos para sua intervenção sobre o território. Com a ampliação da complexidade de atores numa região, se ampliam as escalas de poder que interferem em um mesmo território. Quando se lida com diversas escalas se propõem diversas representações, “se prepara planos para as ações futuras” (RACINE *et ali*, 1983: 134).

O que se coloca muitas vezes em questão é a gestão do território. Os atores do desenvolvimento, quando cooperam e conflitam pelos recursos e oportunidades de um território, põem em jogo as diferentes forças vivas que interpelam este território. A gestão territorial, assim, é a gestão de conflitos e cooperações.

A região do Vale do Zambeze observa um cenário multivariado de políticas de desenvolvimento, no qual o Estado, através do GPZ articula, simultaneamente, interesses na escala nacional e regional.

Num país pobre como Moçambique e numa região com baixos indicadores sociais e econômicos, embora o Estado com a Constituição de 1990 tivesse passado a ter um papel mais regulador, não se absteve do processo de

desenvolvimento, mantendo o seu papel ativo na coordenação e gestão de áreas estratégicas e na implantação de infraestruturas como estradas e pontes e na assistência social (saúde e educação), evidências materiais dos esforços de construção da unidade territorial (nacional).

No entanto, é importante assinalar que essas ações convivem com conjuntos de atores da sociedade civil que desenvolvem projetos estratégicos de desenvolvimento em processos embrionário de gestão compartilhada com o Estado (RÜCKERT, 2002). Na verdade, se está perante uma nova concepção do poder, a multidimensionalidade do poder (RAFFESTIN, 1993, BECKER, 1983; 1988), conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim, ações/programas que tenham um caráter (re)estruturante (RÜCKERT, 2002).

É, pois, assim, que o Estado, que vinha sendo o ator privilegiado na análise da unidimensionalidade do poder, cede, portanto, espaço conceitual para a ótica da multidimensionalidade, renovando-se as raízes epistemológico-conceituais e alargando-se o conceito de ator enquanto agente de diferentes práticas político-territoriais (Idem, p. 28).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento no Vale do Zambeze pode ser apreendido em quatro escalas imbricadas entre si através da prática dos seus atores principais: a) a escala internacional, representado pelos Estados, corporações, agências internacionais de desenvolvimento e ONG's internacionais; b) a escala nacional, representada pelo Estado ou pelo Governo central, através de Ministérios, empresas estatais, o GPZ etc; c) a escala regional, representada pelo Estado ou pelo GPZ, Governos provinciais, setor privado e a sociedade civil; d) a escala local, representado pelas famílias rurais, as ONG's e o setor privado.

Quadro 3: Escalas de análise

Atores	Local	Regional	Nacional	Internacional
	Estado	#	#	#
Setor privado	#	#	#	#
Sociedade Civil	#	#	#	#
Famílias rurais	#	#	#	

Fonte: Do Autor, 2008

Local = distritos

Regional = região do Vale do Zambeze

Nacional = Moçambique

Internacional = Outros países

= representa a escala de atuação de cada ator

Quadro 4: Atores que compõem Sociedade Civil, Estado e Mercado

Atores	Instituições que compõem cada ator
Estado	GPZ, Direções provinciais, ministérios e órgãos do governo, empresas estatais, financiamentos internacionais de Estados
Setor privado	Empresas locais, nacionais, multinacionais, (capital financeiro, Banco Mundial, FMI e credores internacionais, etc).
Sociedade Civil Famílias rurais	Associações, ONGs, etc Camponeses, comunidades

Fonte: Do Autor, 2008

A partir dos dois quadros acima apresentados, concebeu-se a estrutura de elaboração e análise dos dados que foram coletados no presente capítulo.

7.2 A ESCALA LOCAL: OS DISTRITOS EM ANÁLISE

Para a realização do trabalho de campo foram selecionados cinco distritos das quatro províncias do Vale do Zambeze: os distritos de Moatize e Cahora Bassa, na província de Tete, o distrito de Morrumbala na província da Zambézia, o distrito de Marromeu na província de Sofala e o distrito de Báruè, na província de Manica. Estes distritos estão representados no Mapa 2, na Introdução.

A característica comum destes distritos é de que a população é essencialmente rural, majoritariamente constituída por jovens e a agricultura que é basicamente de sequeiro constitui a principal atividade econômica. A consorciação

de culturas é o método mais praticado pelos camponeses. As consorciações são feitas entre o milho, mapira e feijões. Em regiões próximas às margens dos rios, onde se observa uma maior umidade dos solos, pratica-se a cultura do arroz.

Em todos os distritos pesquisados, a agricultura constitui um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento econômico e social por ser (i) a atividade dominante em praticamente todos os distritos; (ii) fazer parte dos hábitos e costumes da população; (iii) ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito; (iv) constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população e (v) as condições naturais permitirem a prática desta atividade.

O clima é em maior parte dos cinco distritos é tropical úmido com o inverno a ocorrer entre os meses de abril a agosto e o verão nos restantes meses.

Geralmente, chove com frequência durante o verão, dificultando em grande medida a transitabilidade durante este período, porque as estradas são de terra batida, ocorrem cheias, alagamentos e destruição de infra-estruturas como pontes, habitações, escolas, hospitais, algumas construídas com base em material precário.

Os dados referentes a estes distritos foram coletados através de entrevistas a grupos de camponeses, gestores de empresas privadas, funcionários públicos e coordenadores de algumas organizações não governamentais que operam a esta escala, conforme o guião de entrevistas em anexo.

A observação do estado de conservação de infraestruturas, a dinâmica local da comunidade, juntaram-se ao conjunto de instrumentos adotados para a coleta de informação, antecédida da fase inicial de levantamento de dados secundários e consultas com os técnicos do GPZ e outras entidades importantes a operarem na região do Vale do Zambeze.

No distrito de Marromeu foram entrevistados simultaneamente dois gestores da Empresa Açucareira de Marromeu, um grupo de camponeses constituído por quatorze pessoas, o Secretário Permanente da Administração do Distrito e um técnico do Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais (INGC).

Os dados a seguir apresentados são reflexos conjunto dos resultados das entrevistas concedidas por diferentes atores que participam do processo de desenvolvimento à escala local (distrito) e observações de campo.

7.2.1 Distrito de Marromeu

Com esta base, o propósito foi trazer uma indicação compreensiva e exaustiva sobre o quadro geral do desenvolvimento à escala local, na ótica dos supostos reais beneficiários dos investimentos, projetos, empreendimentos existentes nos seus distritos.

No distrito de Marromeu foi possível viajar de barco ao longo do rio Zambeze, observar a reconstrução da linha férrea de Sena, a fábrica de Açúcar, a agência do Banco Internacional de Moçambique, os sinais positivos em relação a integração de mercados no distrito e a ligação com a cidade da Beira, a capital provincial de Sofala.

Estes fatores têm trazido impactos positivos no desenvolvimento do distrito, não apenas em termos do alargamento do acesso a mercados regionais, como também no acesso a novas terras para a agricultura e a participação da comunidade na dinâmica socioeconômica.

Contudo, em algumas zonas a população carece de água para consumo e prática de atividades agrícolas, embora o distrito de Marromeu seja atravessado pelo rio Zambeze. Nas zonas mais para o interior do distrito e com carência de água a população se vê obrigada a percorrer longas distâncias até chegar a fonte de água mais próxima.

O projeto de abertura de poços e furos de água, construção e/ou reabilitação de sistemas de irrigação, fomento pecuário através da distribuição de cabeças de gado e charruas aos camponeses sob a coordenação do GPZ, INGC, Action International Contre la Fome, constituem bons exemplos dos esforços realizados com vista a beneficiar as comunidades. Por exemplo, a tração animal possibilitou o aumento de áreas de cultivo e a melhoria da produção e produtividade. Com esta ação, as culturas produzidas passaram a entrar no circuito comercial, possibilitando a geração de emprego e renda para às famílias.

Por outro, somente recentemente o distrito de Marromeu beneficiou-se de energia elétrica da Barragem de Cahora Bassa. No entanto, a Vila Sede do distrito já se beneficiava da energia fornecida pela fábrica de açúcar, principal empreendimento econômico na escala local. A energia era fornecida através de um gerador movido a diesel e durante seis meses movido a bagaço de cana. Trata-se de um biocombustível que a ser devidamente aproveitado poderia suprir as

necessidades de muitas regiões do país, sobretudo, numa época de alta do preço do petróleo no mercado internacional e que afeta seriamente a economia de Moçambique.

A agricultura constitui a principal atividade da população. Contudo, embora o distrito de Marromeu possua cerca de 300 mil hectares de potencial de terra arável apta para a agricultura, os camponeses exploram menos de 4% desta área. Por ironia, segundo as autoridades administrativas do distrito, tem havido relatos sobre conflitos de terra entre os camponeses pela posse de terras mais férteis.

A agricultura no distrito é basicamente de sequeiro e devido a fraca capacidade de retenção da umidade durante o período de crescimento das plantas o risco que os camponeses correm em perderem as suas culturas é bastante alto. Contudo, observações de campo permitiram identificar o recurso a agricultura irrigada nas áreas adjacentes as margens do rio Zambeze. A empresa Açucareira de Marromeu serve-se das águas do Zambeze para a irrigação do seu enorme canal, estimado em cerca de 5.700 hectares. No entanto, mais para o interior do distrito ainda se pode observar a carência de investimentos necessários para a utilização do potencial hídrico do rio Zambeze para fins de irrigação.

Como tem ocorrido em muitos outros distritos da região do Vale do Zambeze, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares e com recurso a consorciação de culturas, sobretudo, entre o milho, mapira, mandioca e feijões. O distrito, por ser uma região de planície e com solos de textura pesada, a monocultura do arroz tem sido uma tradição secular dos camponeses locais. A produção do arroz acontece durante a época chuvosa (setembro a março), seguida da produção da batata-doce no mesmo solo, na época fresca (abril a agosto).

A semelhança do que acontece em escala nacional, a agricultura é uma atividade essencialmente feminina e crianças de menos de 10 anos de idade participam ativamente nesta atividade.

Devido a utilização do trabalho manual e tecnologias atrasadas, registram-se baixos rendimentos das culturas alimentares, insuficientes para cobrir as necessidades básicas que apenas tem sido satisfeitas graças a ajuda alimentar de emergência suportadas por organizações como o Programa Mundial de Alimentação (PMA), Instituto de Gestão das Calamidades Naturais (INGC) e ONG's nacionais e estrangeiras.

Por ser um distrito ribeirinho a atividade pesqueira no rio Zambeze e nos inúmeros riachos, lagos e no mar constitui a semelhança da caça a atividade um suplemento importante para a dieta alimentar das famílias e fonte de rendimento.

Os camponeses também cultivam a cana de açúcar como cultura de rendimento que é comercializada na fábrica de açúcar. A criação do gado bovino, caprino e aves constituem atividades complementares à agricultura.

Como estratégias de sobrevivência as famílias recorrem a venda da lenha, carvão, estacas, bebidas alcoólicas, a caça, a apanha de frutos silvestres e ao trabalho remunerado na empresa açucareira, que ao lado da administração local constituem as únicas fontes de emprego formal.

O acesso ao crédito é limitado e o distrito não possui nenhum sistema formal de crédito implantado, mesmo recentemente, depois da abertura do Balcão do Barclays Bank que tem apostado mais na área do investimento em poupança.

A empresa Açucareira de Marromeu é a maior referência econômica do distrito e até ao ano de 2007 já tinha investido mais de 100 milhões de dólares e esta emprega 8 mil trabalhadores entre permanentes e temporários. Esta indústria representa 30% da produção total do açúcar em Moçambique e atualmente a sua produção situa-se em cerca de 100 mil toneladas por ano.

Por ser uma das maiores empregadoras da região do Vale do Zambeze, a fábrica tem tido um impacto positivo na dinamização da economia local e regional.

No distrito de Marromeu existem vários grupos étnicos dos quais os mais importantes são os senas e os phozos. O zione/sião é a religião mais praticada pela população do distrito. Maior parte da população não sabe falar e escrever em português, ou seja, é analfabeta. O chisena é a língua mais falada.

Na estrutura do poder existem as estruturas administrativas (do Estado) e as autoridades tradicionais. A relação entre estas duas estruturas do poder tem sido positiva, sobretudo, na solução dos vários problemas locais como são os casos da criminalidade, prevenção a AIDS, resolução de conflitos de terra, entre outros.

Como nos outros distritos da região do Vale do Zambeze e do país em geral, o tipo padrão da habitação é a palhoça, construída de paredes de caniço e paus, pavimento de terra batida e teto coberto de capim e sem luz elétrica. A população se serve da lenha para iluminação e para confeccionar os alimentos. No entanto, há um forte padrão de uso da bicicleta como meio de transporte e ostentação. A bicicleta é

vista como símbolo de poder econômico do indivíduo e é muito normal ver mulheres a montar bicicletas oferecidas pelos seus maridos.

7.2.2 Distrito de Morrumbala

Partindo da província de Tete e seguindo a estrada de terra batida atravessando o distrito de Mutarara, chega-se ao rio Chire que faz a divisa com o distrito de Morrumbala, uma outra escala local de recolha dos dados de campo. Tal como no distrito de Marromeu, neste distrito as chuvas iniciam em novembro e terminam em março. Durante este período a acessibilidade no distrito de Morrumbala é bastante difícil.

A travessia no rio Chire faz-se através de batelão pertencente a Empresa Marítima e Moçambique ou em pequenas embarcações das populações ao preço de 10,00 Meticais.

À semelhança do distrito de Marromeu a agricultura é a principal atividade da população e envolve a maior parte dos agregados familiares. O rio Chire é a principal fonte para o desenvolvimento desta atividade. Os 12 camponeses entrevistados fizeram referência a existência de outros rios como foram os casos de Lualua, Lumba, Muelide, Thambe e Missongue, Cuácuá. Contudo, nenhum destes rios, incluindo o Chire que é o mais importante possui infra-estruturas de irrigação.

A agricultura é essencialmente de sequeiro, estando, portanto, exclusivamente dependente das quedas pluviométricas durante os meses de novembro a março. No período seco que coincide com a fase de crescimento das plantas corre-se o risco de perda de culturas devido a incapacidade de armazenamento da água no solo. A maior parte da produção agrícola do distrito é comercializada no vizinho Malaue e o acesso a este país faz-se por estradas ou através de pequenas embarcações no rio Chire.

Contudo, a fraca rede de extensionistas e a prevalência de doenças têm retirado da atividade agrícola e pecuária a importância que devia desempenhar no distrito. Em algumas áreas do distrito a população vê-se obrigada a percorrer cerca de 8 km em busca da água nos fontanários que são em número reduzido.

Por exemplo, na zona de Derre, mais de 50 mil pessoas dependem de um único fontanário instalado no Posto Médico localizado na Sede do Posto Administrativo.

Somente a partir de 2003, a energia elétrica da Barragem de Cahora Bassa abastece a Vila Sede do Distrito de Morrumbala e a localidade de Sabe. A maior parte do distrito ainda não se beneficia desta energia. As poucas escolas e postos de saúde existentes no distrito não funcionam durante o período noturno devido a falta de energia. As taxas de mortalidade e de analfabetismo são altas no distrito.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar na sede do distrito de Morrumbala a comercialização de bois, cabritos, porcos, ovelhas, patos e galinhas. Isto significa que para além da agricultura, as famílias dedicam-se a esta atividade, cujos rendimentos são utilizados para a compra de bens duráveis (rádios, bicicletas, vestuários) e pagamento de transporte, material escolar, assistência médica e medicamentosa.

Contudo, a atividade econômica e comercial no distrito é limitada pela inexistência de instituições bancárias e de um sistema formal de crédito. A informalidade neste setor tem sido dominante.

Para além da agricultura que é uma atividade essencialmente feminina, os homens dedicam-se a caça e a pesca como atividades para o enriquecimento da dieta alimentar e de obtenção de rendimentos para a economia doméstica. Neste distrito, os animais mais caçados são os javalis, gazelas, coelhos, ratazanas, palapalas, galinhas-do-mato, macacos, veados e pássaros. No entanto, devido ao deflorestamento que avança a ritmos acelerados devido ao consumo cada vez maior do combustível lenhoso, explorações das madeiras e abertura de novos campos de pastagens está sendo cada vez mais difícil caçar estes animais.

Foto 10: Evolução do desflorestamento na sub-região do delta do Zambeze
Fonte: Dorn Moore e Richard Beilfuss (International Crane Foundation), 2000
Pesquisa: MUNGOI, C. 2008

A atuação do setor privado no distrito resume-se quase exclusivamente a presença da fábrica de descaroçamento do algodão, a DONAVANI a operar desde 1998, cuja produção destina-se à exportação. Trata-se de uma *joint-venture* entre capitais moçambicanos e holandeses. Contudo, por se tratar de um distrito com enormes potencialidades de flora, existem algumas serrações, carpintarias, umas a operarem inclusive sem licença de exploração da atividade. O abate indiscriminado da floresta para fins de exportação tem sido um problema muito freqüente no distrito de Morrumbala.

Os grupos étnicos mais importantes no distrito de Morrumbala são os senas, lolos e lomués. De forte base tradicional a estrutura de poder é representada a nível da comunidade pelos: a) régulos e secretários de bairros; b) chefes de grupos e povoações; c) chefes de povoação; d) chingore e e) por outras personalidades legitimadas pelas comunidades pelo seu papel social, econômico, cultural e religioso.

Existe uma divisão de tarefas entre os diferentes líderes. Por exemplo, aos secretários está reservada a mobilização de tarefas sociais e econômicas, como por exemplo, a convocação de reuniões, campanhas de vacinação, campanhas de limpeza, recepção de governantes, etc. e os líderes tradicionais dedicam-se, sobretudo, a organização de assuntos relacionados com práticas mágico-religiosas, tais como cerimônias de veneração de antepassados solicitando o sucesso na campanha agrícola, solicitação de chuvas, orientação de cerimônias de ritos de

iniciação dos adolescentes para a vida adulta, resolução de conflitos sociais relacionados com feitiçaria, casamentos tradicionais, entre outros.

A relação entre estes dois poderes (administrativo e tradicional) que coexistem no mesmo território tem sido positiva. A parceria entre eles tem sido em relação a resolução de conflitos de terra, articulação com os tribunais comunitários na resolução de problemas de natureza civil de acordo com os usos e costumes locais, mobilização da população para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional, mobilização para a educação escolar das crianças, principalmente das raparigas, divulgação das Leis, deliberações dos Órgãos Locais do Estado, etc.

Por exemplo, existe no distrito de Morrumbala uma Polícia Comunitária que atua em articulação com a Administração do Distrito no combate a criminalidade através da apreensão e denúncia de delinqüentes.

No distrito existem muitos grupos e seitas religiosas, no entanto a mais dominante de todas é a muçulmana. Os templos desta religião espalham-se em todos os Postos Administrativos do distrito.

A semelhança do distrito de Marromeu, as habitações no distrito de Morrumbala são geralmente de palhoça, com pavimento de terra batida, cobertas de capim e paredes de caniço e paus. Não possuem latrinas, eletricidade e água encanada. A água para consumo doméstico é buscada nos poços, furos, rios e lagos de uso comunitário.

No distrito de Morrumbala existem algumas associações de camponeses apoiadas pela World Vision e pela União Nacional de Camponeses (UNAC). Outros parceiros importantes são a CARE INTERNATIONAL que tem atuado na área do abastecimento da água rural, a ADRA e o PMA. O GPZ também possui projetos na área da agricultura e fomento pecuário. A Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM) apoia o distrito na resolução de problemas burocráticos relacionados com a obtenção de terras pelos camponeses, a KUBESSA, Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) e a Handicap International (HI) implementam projetos na área de informação, educação e prevenção e combate contra a AIDS e prostituição.

7.2.3 Distrito de Moatize

Uma outra escala local selecionada para a recolha de dados de campo foi o distrito de Moatize na província de Tete e que dista a apenas 20 km da cidade de Tete, mas que, no entanto, é de matriz essencialmente rural, embora com importantes indústrias de exploração de carvão mineral. É neste distrito onde a Vale do Rio Doce encontra-se explorando carvão.

Neste distrito, localizam-se uma das mais importantes reservas do carvão mineral do mundo, cuja exploração iniciou em princípios do século XX. Para além deste minério também ocorrem neste distrito o ferro, o quartzo-carbonatos, o chumbo, corindo, fluorite, cobre, ouro e prata. Também se regista a ocorrência de minerais radioativos como o urânio.

Localizada ao longo do corredor que dá acesso a três países vizinhos, nomeadamente Zâmbia, Zimbábue e Malaue, o distrito de Moatize é atravessado por três estradas nacionais (EN103 – Moatize/Zóbuè; EN222 – Matena/Cassacatize e a EN223 – Mussacama/Calómue).

Mesmo contando com o rio Zambeze nas suas bordas, fazendo a divisa com a cidade de Tete, a água é um problema para a população que se encontra em certas zonas mais para o interior do distrito. Nestas zonas o GPZ e a empresa Água Rural têm aberto furos de água e a comunidade se tem organizado para o pagamento pelo seu uso, através dos Comitês de gestão constituídos por um gestor financeiro, um responsável pela manutenção e um suplente.

Dados do Censo Geral da População e Habitação de 1997 apontavam que apenas 10% da população do distrito de Moatize beneficiavam-se de energia elétrica da Barragem de Cahora Bassa.

Embora com ocorrência de importantes reservas minerais, a população do distrito dedica-se essencialmente à agricultura que é basicamente de sequeiro, embora em certas zonas da faixa atravessada pelo rio Zambeze se observe o desenvolvimento da atividade agrícola com recurso ao sistema de irrigação realizada por meios mecânicos de propulsão.

À semelhança de outros distritos da região do Vale do Zambeze, a agricultura no distrito de Moatize é praticada manualmente em pequenas explorações familiares

que não ultrapassam 2 hectares e o método padrão utilizado tem sido a consorciação de culturas com base em variedades locais.

Como forma de melhorar a produtividade do solo, os camponeses empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como, por exemplo, o pousio das terras, introdução de folhas e capim no solo, utilização de estrumes de animais, sobretudo do gado bovino e caprino que são abundantes no distrito. Contudo, as pragas, a seca, a falta de sementes e pesticidas são apontados pelos camponeses como sendo problemas que limitam o aumento da produção e da produtividade.

Em alguns locais com uma boa umidade de solo, os camponeses cultivam o arroz e a batata-doce, através da aplicação da técnica de elevação da terra em pequenos canteiros.

O fomento pecuário tem sido fraco devido a falta de fundos e de rede de extensionistas. Contudo, tradicionalmente o distrito de Moatize é uma região com enormes efetivos de gado bovino e caprino que são essencialmente destinados a comercialização na cidade de Tete que recebe compradores provenientes principalmente da cidade de Maputo, que se situa a cerca de 2000 km por estrada.

O gado existente no distrito tem uma participação bastante baixa na dieta alimentar das famílias. A caça e a pesca de água doce é que constituem suplementos importantes na dieta alimentar das famílias.

O emprego nas minas de carvão e na empresa Caminhos de Ferro de Moçambique, ao lado do comércio do gado e de outros produtos agrícolas constituem as fontes de rendimento das famílias. As moageiras, serralharias, carpintarias, estabelecimentos comerciais, bancas fixas no mercado informal local, oficinas, padarias se juntam as fontes de rendimentos não agrícolas da população do distrito. O Malaue, país vizinho do distrito tem sido uma importante fonte para o abastecimento em gêneros alimentícios ao mercado local.

Neste distrito, já é possível observar-se a existência de instituições bancárias, como são os casos do Millenium Moçambique e do Barklays Bank. Estes dois bancos dedicam-se exclusivamente a captação de poupanças, não havendo ainda nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais.

Moatize é um distrito dominado pela etnia nhungué e pelos chewas em menor expressão. A cultura é bastante intensa e as manifestações verificam-se através de danças como o mafué, chiwere, nhau, chintele, utsi, valimba entre outros que marcam momentos alegres como uma boa colheita agrícola, casamentos, fim dos

ritos de iniciação e tristes como, por exemplo, como falecimentos, má campanha agrícola, calamidades naturais, etc.

Tal como acontece em todos os distritos visitados para a realização da pesquisa de campo, a poligamia no distrito de Moatize tem sido uma prática corrente. Nos anais da tradição local, para o homem, a poligamia revela uma posição social de relevo na comunidade. Quanto maior número de mulheres tiver revela a sua riqueza, avaliada em número de cabeças de gado, hectares disponíveis e, conseqüentemente a aceitação e respeito pela comunidade.

A dieta alimentar é baseada na farinha de milho, mapira e mexoeira, acompanhado de feijão, quiabo, verduras, peixe e carne, sobretudo de caça. Depois do fim da jornada de trabalho que normalmente inicia as 4h30m da manhã a família se junta no fim da jornada agrícola e de caça que termina por volta das 3h da tarde e passam a refeição comendo todos à mão e na mesma panela. As crianças acabam sendo prejudicadas neste sistema, pois elas não conseguem acompanhar o ritmo dos mais velhos. Esta é uma prática comum em todos os distritos do Vale do Zambeze.

O tipo padrão da habitação é palhoça, semelhante aos outros distritos e geralmente existe uma palhoça exclusiva ao chefe do agregado familiar, mais formosa e imponente e em volta desta encontram-se as palhoças dos filhos e das suas esposas. A cama tradicional é uma esteira feita de caniço.



Foto 11: Tipo padrão de habitação rural na região do Vale do Zambeze – distrito de Moatize

Fonte: GPZ, 2008

Pesquisa: MUNGOI, C 2008

Existe uma estrutura de poder administrativo e tradicional cada um desempenhando as suas funções. Em Moçambique os líderes tradicionais encontram o seu enquadramento legal a luz do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias.

O distrito de Moatize possui algumas associações de camponeses responsáveis pela implementação de um programa de desenvolvimento socioeconômico local assente em micro-regiões. É a partir das ações das associações nestas microregiões que se irradia as ações e impactos do programa para novas zonas e comunidades. As associações são responsáveis pela implementação de pequenos projetos de desenvolvimento comunitário financiados pelo GPZ ou pelas Organizações Não Governamentais.

O distrito de Moatize tem contado com a presença e apoio em projetos sociais por parte da CARE INTERNATIONAL, Programa Mundial da Alimentação, Médicos Sem Fronteira da Bélgica, Instituto Nacional de Gestão das Calamidades Naturais, Save the Children, Organização Rural de Ajuda Mútua.

7.2.4 Distrito de Bárue

A etapa seguinte da realização da pesquisa de campo a escala local foi no distrito de Bárue, um dos quatro distritos da região do Vale do Zambeze da província de Manica.

A semelhança dos outros distritos da região do Vale do Zambeze, a agricultura realizada em condições de sequeiro é a principal atividade econômica da população. A consorciação de culturas é o principal método utilizado pelos camponeses locais e esta ocorre principalmente entre o milho, mandioca, mapira e feijão destinada a subsistência das famílias. O algodão, batata-reno, feijão e amendoim são as culturas de rendimento, complementadas pela criação do gado bovino, caprino e aves.

A agricultura irrigada ocorre em áreas bastante específicas e sem um impacto assinalável. Tem havido relatos sobre conflitos de terra em áreas férteis, áreas de pastagens do gado e fontes de água. Os maiores problemas para a produção agrícola estão relacionados com a falta de meios de produção (alfaias agrícolas, animais de tração), sementes e terras férteis em certas zonas do distrito.

O fomento pecuário avança de forma tímida, contudo a tradição secular de criação de gado tem resistido a estas vicissitudes impostas ao setor pecuário. A falta de serviços de extensão, doenças e fundos para aquisição de equipamentos constituem os principais problemas do setor.

A semelhança do que acontece nos outros distritos da região do Vale do Zambeze, a caça e a pesca complementam a dieta das famílias e em alguns participam com a venda de bebidas alcoólicas, carvão, lenha e colheita de frutos silvestres como estratégias de sobrevivências e fontes de rendimento não agrícolas. Neste distrito os animais mais caçados são as ratazanas, coelhos, gazelas e cudos que são cada vez mais raros devido ao desflorestamento para fins de abertura de novas áreas de pastagens, exploração da madeira, queimadas descontroladas, apanha da lenha e do carvão.

O garimpo tem sido referido como sendo uma atividade praticada pela população, havendo muitos relatos por parte dos entrevistados que afirmaram existir a ocorrência do ouro aluvionar que escapa ao controle das autoridades estatais de tutela.

Existe uma pequena indústria local ligada a atividade pesqueira, carpintaria e artesanato. De acordo com os dados do Censo de 1998, apenas 1% da população beneficiava da energia elétrica da barragem de Cahora Bassa e a Barclays Bank é a única instituição bancária existente no distrito.

Sob ponto de vista social, as comunidades de Báruè são constituídas por unidades dispersas uma das outras compostas por famílias extensas de 15 pessoas em média e majoritariamente da etnia shona devido a migração dos povos do Zimbábue para esta região. O chibárue é a língua mais falada.

A sociedade civil se faz sentir através de ONG's externas como são os casos da GTZ (alemã), UNICEF, TERRA DOS HOMENS, UCAMA, AFRICARE que atuam na área social e capacitação de produtores.

7.3 O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A foto a seguir é do edifício Sede do GPZ localizada na cidade de Tete, a cerca de 2,000 km por estrada de Maputo, a capital de Moçambique. Para além desta foto apresenta-se a seguir a frota de viaturas a todo o terreno utilizadas para as diversas atividades do GPZ na vasta região do Vale do Zambeze.



Foto 12: Edifício Sede do GPZ na cidade de Tete – Região do Vale do Zambeze
Fonte: Do Autor, 2006



Foto 13: Frota de viaturas do GPZ
Fonte: Do Autor, 2006

O Plano de Desenvolvimento Comunitário concebido pelo Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) estabelece a agricultura como a base de desenvolvimento do Vale do Zambeze. A indústria e particularmente, a agro-indústria podem servir de dinamizadores, a jusante, da atividade agrária e pecuária, aumentando o valor e melhorando as rendas das famílias rurais e reduzindo deste modo a pobreza absoluta (GPZ, 2002).

De acordo com o referido Plano, este objetivo é sustentado pelo valor global disponibilizado pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola (PROAGRI), Fundo de Fomento Pesqueiro, Fundo de Desenvolvimento Agrário e outros visando o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Comunitário, aprovado para esta região do país.

Esta tem sido uma ação que conta com esforços conjuntos de diversas instituições, dos ministérios, das direções provinciais, do próprio GPZ, dos organismos internacionais plurilaterais, da cooperação estatal bilateral, das organizações não governamentais, de algumas associações de produtores e do setor privado com vista a extrair sinergias que a princípio deviam conduzir a promoção de forma mais acelerada o desenvolvimento do Vale do Zambeze.

Para além dos resultados até agora alcançados, esperava-se uma maior integração da população nas atividades produtivas com vista a responder a

demanda interna, do país e da região Austral de África. O *take off da região* ainda não aconteceu. Isto significa que não passa de uma utopia, a avaliar pelo estágio e pelos resultados até agora registrados.

Numa entrevista concedida ao Semanário Independente “O País” a 15 de agosto de 2008, o Diretor Geral do GPZ, Sérgio Vieira afirmou que no Vale do Zambeze o que não está a acontecer, o que está a acontecer, é sempre difícil de falar. Segundo ele, o acontecimento é o resultado e o resultado precisa de tempo, pois não é um processo espontâneo, é um processo que acompanha muitos fatores.

No conjunto de algumas ações que estão a ser realizadas na região do Vale do Zambeze, o Diretor Geral do GPZ destaca como exemplo, mil juntas que foram treinadas pelos próprios camponeses e que estão a cultivar: uma junta são 4 hectares, 1600 juntas fazem 6400 hectares, (...). Destaca ainda os trabalhos de prospecção que o GPZ realizou sobre a hidráulica agrícola, produção de energia, etc, mas, que aparentemente não se notam.

Sem dúvidas que o Vale do Zambeze é uma região única do ponto de vista do solo, subsolo, microclimas, disponibilidade de água que podia responder às necessidades do país. Contudo, ainda ha falta de investimento capaz de traduzir este potencial em fator de desenvolvimento.

O investimento tem muitos significados. É preciso saber que país é este (Moçambique), quais os meios que o país dispõe. Foram cometidos alguns erros e neste momento é preciso rever tais erros e saber valorizar devidamente as matérias primas nacionais, das quais se destaca a energia na região do Vale do Zambeze. Segundo o acordo firmado no período colonial entre Portugal e a África do Sul, Moçambique tem de fornecer energia à África do Sul, industrializar a África do Sul. A Barragem de Cahora Bassa não foi construída com objetivo de industrializar Moçambique. São *dossiês* como este que devem ser revistos para permitir o desenvolvimento do país e da região do Vale do Zambeze².

Sabe-se que das atividades produtivas, a agricultura e a pecuária são atividades de alto risco. Em toda a parte do mundo há um crédito agrícola. Fala-se muito da agricultura da África do Sul, da agricultura da antiga Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Já nos anos 30, havia crédito e seguro agrários; havia cursos por correspondência para melhorar a tecnologia, não havia faculdade de agricultura em

² Idem, 2008.

Moçambique, aliás, a primeira faculdade de agronomia surgiu nos anos 70³. Tudo isto, coloca o país numa situação de atraso no processo de desenvolvimento.

Mesmo nos países do primeiro mundo, de economia liberal e neoliberal, há intervenção permanente do Estado. Mesmo agora, o governo dos Estados Unidos foi buscar 950 bilhões de dólares para injetar no mercado e atenuar a crise financeira. Isto significa intervenção do Estado⁴.

Atualmente, o GPZ tem estado a trabalhar com uma empresa chinesa para o fornecimento de equipamentos agrícolas e fábricas. Trata-se de um crédito negociado entre o Presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza e o Presidente da China, Hu Jintao que envolve cerca de 50 milhões de dólares para maquinário agrícola e três fábricas: uma para o processamento de milho que estará situada em Ulónguè, distrito de Angónia (província de Tete), uma fábrica para o processamento de arroz que estará situada em Maganja da Costa, província da Zambézia e uma fábrica para o processamento do algodão, que estará no distrito do Guru, na província de Manica.

Com a pesquisa de campo apenas foi possível identificar as necessidades globais de financiamento, constantes no Plano de Desenvolvimento Comunitário para o período de 2002 a 2004 orçadas em cerca de 141 milhões de dólares americanos. Deste valor, para o ano de 2002, esteve previsto um investimento de cerca de 23,6 Milhões de dólares, dos quais 6,2 teriam que provir do Orçamento do Estado cuja gestão seria da responsabilidade do GPZ e/ou da SOGIR⁵.

Para 2003 o Plano indicava a necessidade de um orçamento avaliado em 63,8 Milhões de dólares e em 2004, 53,5 Milhões de dólares. O Plano de Desenvolvimento Comunitário recomendava sobre a necessidade de arranque imediato das atividades orçamentadas, mesmo contando com os poucos recursos existentes, antes que o GPZ caísse no descrédito se não respondesse às expectativas já criadas quando do planeamento.

Do conjunto de projetos destacam-se os seguintes: Programa de tração animal, fomento pecuário, reabilitação de tanques carracidas, fomento da cultura do algodão e do girassol, piscicultura, reflorestamento comunitário, processamento de trigo em Tsangano, construção de mercados e feiras agro-pecuárias, aquisição de

³ Sérgio Vieira *In* Semanário Independente "O País", 15 de agosto de 2008.

⁴ Idem, 2008.

⁵ Empresa responsável pela gestão e controlo de fundos disponibilizados para o financiamento das diversas atividades do GPZ.

transporte rodoviário e de carga, melhoramento de eletrificação, reposição/construção de pequenos sistemas de irrigação, reabilitação do sistema de abastecimento de água, construção de postos de saúde e escolas, promoção de associações de produtores, promoção de fornos melhorados para a produção do carvão vegetal, micro-créditos para cantinas rurais, moageiras e pesca artesanal, construção e reabilitação/reabilitação de estradas, pontes, represas e pequenos sistemas de irrigação, planejamento e ordenamento territorial, promoção da comercialização do pescado, instalação ou reabilitação de máquinas de processamento do arroz, construção de casas de matança e açougues, produção do queijo a partir do leite de vaca e cabra entre outros.

Dos principais financiadores destacam-se os fundos do Orçamento Geral do Estado (suportados em grande medida por parceiros de cooperação internacional), os fundos da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), PROAGRI, Fundo do Fomento Pesqueiro (FFP), Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), Governo da Holanda, Agência Alemã para Cooperação Técnica (GTZ), Agência Norueguesa de Desenvolvimento Internacional (NORAD), Organizações Não Governamentais (ONG's) nacionais e internacionais e o setor privado.

Devido a limitação do investimento e/ou financiamento, maior parte destes projetos não foram implementados. Isto significa que as mudanças e/ou os impactos que se esperavam deles ainda não foram concretizados. Esta situação coloca a região numa situação com elevados índices de pobreza, fato que contradiz com o seu grande potencial natural existente: solo, subsolo, microclimas, água, floresta e fauna bravia, únicas no país. O *take-off* ainda não aconteceu e o GPZ ao passar a implementar diretamente algumas atividades vai perdendo um pouco do seu foco como agência de promoção, coordenação e articulação do processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

7.4 O INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ZAMBEZE

Não estamos explorando os benefícios a montante e a jusante dos mega-projetos que se instalam no país⁶.

As mudanças estruturais, sobretudo a partir da Constituição de 1990 vieram imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento com a emergência do setor privado mais atuante e protagonista do processo. No quadro do atual contexto, novas atribuições foram assumidas pelo Estado, passando este a ter um papel de regulação e de criação de um ambiente político e institucional para a intervenção direta de outros setores na produção da riqueza nacional.

No Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o Governo de Moçambique reconhece o setor privado como força motriz para fazer crescer a economia, através da sua capacidade de criação de postos de trabalho, geração de rendimentos, criação de inovações tecnológicas, entre outras.

Contudo, embora reconhecendo que o setor privado deve em grande medida depender do esforço e mérito próprio, o papel do Estado como provedor de recursos, incluindo a função de corrigir as falhas do mercado, é importante. Quando o Estado tem capacidade deve cumprir esta função.

Mas um Estado, como o moçambicano com poucos recursos, o risco do mesmo não cumprir esta função é elevadíssimo, como, aliás, acontece.

A tendência de crescimento da economia moçambicana nos últimos anos a uma taxa de 8% ao ano (semelhante a países como a China, Malásia, Coreia do Sul e Singapura) é basicamente suportada, por um lado, pelo desempenho dos mega-projetos como a MOZAL, as Areias Pesadas, a SASOL e Cahora Bassa e, por outro, pela expansão em área da produção agrícola, mas não necessariamente do aumento da produtividade deste setor e muito menos do setor privado estritamente moçambicano que dedica-se à agricultura e outras atividades rurais.

Grande parte deste setor vive a nível de subsistência. Ou seja, a sua integração ao mercado, segundo o PARPA II existe, mas é muito rudimentar e vulnerável. Agravando a situação, o Plano reconhece a forte concorrência internacional dos agricultores em países mais desenvolvidos, com uma produção

⁶ Diretor Geral do GPZ, Sérgio Vieira *In* Semanário Independente "O País".

mecanizada, tecnologia moderna, e beneficiando de elevados subsídios dos seus Estados.

Contudo, os mega-projetos não têm gerado muitas oportunidades de emprego, na medida em que grande parte dos investimentos são em capital intensivo, necessitando de um número considerável de mão-de-obra apenas na fase inicial de arranque do empreendimento. O PNUD (2005) aponta que o setor industrial emprega apenas 5% da força de trabalho contra os 70% da agricultura. Contudo, a contribuição da agricultura no PIB é de apenas 25% (AUSTRAL-COWI, 2008).

Isto significa que o crescimento econômico de 8% ao ano acaba por distorcer o impacto real que produz na vida da população. Ou seja, o crescimento econômico em Moçambique ainda beneficia uma pequena proporção da população. O fraco desempenho do setor agrícola é um mau sinal para a redução da pobreza, pese embora o crescimento global.

Contudo, há de se reconhecer que o acréscimo em 34% no valor das exportações dos mega-projetos deveu-se largamente à subida do preço do alumínio no mercado internacional e ao aumento do volume do exportado de energia elétrica e gás.

Retirando o efeito dos mega-projetos, o déficit da balança comercial reduz em 6%, tendo o valor das exportações crescido em 45% de 2005 para 2006. O valor das exportações do açúcar quase duplicou com o acréscimo de 10 mil toneladas e uma subida no mercado internacional. Das restantes exportações destaca-se o aumento nas quantidades exportadas da castanha de caju (valor cresceu 16%), do fumo (aumento em USD 66 milhões), do camarão (receita cresceu em 45%) e da madeira (crescimento do valor de exportação em cerca de 44%) (ASUTRAL-COWI, 2008).

Na região do Vale do Zambeze foram identificados alguns projetos que contam com investimento privado e alguns casos através da parceria público/privado com impactos à escala regional e nacional. São exemplos, o Projeto de Reabilitação da Linha de Sena, a construção da Ponte sobre o Rio Zambeze, o Projeto de Exploração de Carvão de Moatize pela Companhia do Vale do Rio Doce, para além dos projetos relacionados com a indústria açucareira, fumo, tabaco já mencionados em capítulos anteriores.

Tanto o projeto de reconstrução da Linha de Sena como o da Ponte sobre o Rio Zambeze permitirão a curto e médio prazos, o escoamento de carga e de passageiros e a revitalização da economia das vilas ao longo do seu percurso.

Um outro aspecto importante está relacionado com o incremento de arrecadação de receitas para o Estado e com efeitos multiplicadores no âmbito econômico e social à escala regional e nacional.

Contudo, como estes projetos ainda se encontram em fase de execução, um dos impactos identificados durante a pesquisa de campo foi a ampliação do acesso ao emprego e renda para os agregados familiares na região do Vale do Zambeze. Muitos trabalhadores que prestam serviços nestes projetos não são necessariamente originários dos distritos onde estes estão a ser implementados.

Para além destes projetos estarem a contribuir para o alívio à pobreza, a breve prazo irão permitir surgimento de novas vilas e com isso uma maior possibilidade de alocação de investimentos em áreas com densidade populacional que justifique determinado tipo de canalização de recursos públicos e privados. Por exemplo, no distrito de Marromeu, a população já começou a se beneficiar do meio de transporte mais barato para o transporte das suas mercadorias. Isto tem contribuído para o incremento de atividades produtivas, através da instalação de micro, pequenas e médias empresas e, sobretudo, a materialização do empreendedorismo local, amplamente defendido pelo Presidente da República de Moçambique.

A Linha de Sena do transporte de mercadoria diversa é determinante para o início da exploração do Carvão de Moatize. Esta Linha serve de meio de escoamento do Carvão até ao Porto da Beira. Existem vilas que foram criadas por causa desta linha, mas que devido a sua inoperacionalidade durante o período da guerra ficaram moribundas, mas que agora podem ser revitalizadas.

A circulação de pessoas e bens trará impactos positivos para o Porto da Beira. O escoamento do açúcar produzido pelas açucareiras situadas no Vale do Zambeze por esta ferrovia irá reduzir os custos operacionais, o barateamento do produto ao consumidor e, eventualmente a ampliação dos níveis de produção. Com a Linha de Sena estarão criadas as condições necessárias para as sinergias estratégicas entre a Companhia do Vale do Rio Doce e a empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique.

A este propósito, no porto da Beira está projetado um novo Terminal de Carvão, acrescidos ao outro já existente com capacidade de armazenagem de aproximadamente um milhão de toneladas por ano. O uso da Linha férrea de Sena, que juntamente com o Porto da Beira, constitui a cadeia natural logística para o transporte do carvão existentes na província de Tete e o escoamento do açúcar das duas fábricas de açúcar localizadas no delta do Zambeze.

Na Linha de Sena, atualmente em reconstrução, através da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) que por sua vez adjudicou a obra a uma concessionária do sistema ferroviário da Beira – a CCFB – que é composta em 51% pela RICON do governo da Índia e 49% pelo CFM, vem discutindo com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) brasileira, vencedora de um concurso internacional lançado pelo Governo moçambicano para a reativação da exploração do Carvão de Moatize. Já se efetuou 280 quilômetros num total de 545 quilômetros que seria a ligação Dondo (Beira)/Moatize (Tete) e a obra crítica, que é a ponte Dona Ana, com cerca de 3.5 quilômetros de extensão, tem a estrutura já completa, estando neste momento somente a realizar-se a pintura.

A CVRD afirma ter já gasto valores superiores a 200 milhões de dólares norte-americanos em atividades preliminares visando a exploração dos jazigos de carvão em Tete, cujo início está previsto para finais de 1999 ou início de 2010. Estes gastos prendem-se a aquisição de maquinários, contratação de pessoal, estudos de viabilidade, reassentamento da população, projetos sociais, entre outros.

Com a Linha de Sena, o Projeto de Exploração de Carvão, as açucareiras e o Porto da Beira, a população deixará de depender exclusivamente da agricultura para a sua subsistência. Isto permitirá a materialização de uma nova concepção de desenvolvimento rural, não apenas baseada na agricultura, conforme preconizado na Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) aprovada a 11 de setembro de 2007 pelo Conselho de Ministros do Governo de Moçambique.

Existe outra empresa que se dedica a exploração de carvão em Moatize, a Empresa Minas de Moatize, cuja 30% da sua produção é colocada no mercado nacional, enquanto que o remanescente 70% é vendido no mercado regional.

Os setores de atividade que utilizam as minas de carvão de Moatize são os ligados à indústria transformadora de açúcar, fumo e cimento. Na área do açúcar esta empresa abastece o carvão a Açucareira de Mafambisse, em Sofala e na área do

fumo, fornecem o carvão a Mozambique Leaf Tobacco Ltda, em Tete. No Malaue, fornecem a indústria de cimento CLINKER.

Os principais países importadores do carvão produzido pela Empresa “Minas de Moatize” são o Malaue, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e República Democrática do Congo. No entanto, a empresa tem perspectivado a exportação para mercados internacionais por serem mais competitivos que o mercado regional. Atualmente a empresa possui cerca de 10 mil toneladas de carvão na superfície prontas para serem exportadas via porto da Beira.

Atualmente 42 empresas são titulares de licenças de carvão, 95% das quais estão baseadas em Tete e as restantes na província do Niassa, revelou a Diretora Nacional de Minas, ao Diário “Notícias”, de 22 de agosto de 2008, no seu suplemento sobre economia & negócios.

Para o Estado moçambicano os projetos mineiros para além de terem uma contribuição positiva no Produto Interno Bruto permitem a arrecadação de receitas via impostos. Por exemplo, para o ano de 2008, está prevista a arrecadação de 3 Milhões de Meticais que vão entrar nos cofres do Estado.

A agricultura comercial, ou melhor, para o caso específico do que se pretende desenvolver neste sob-tópico, a agricultura comercial na região do Vale do Zambeze ainda está longe de atingir os padrões médios de países como a África do Sul, Zimbábue, Botsuana e outros da região austral de África devido a limitada capacidade de produção e produtividade, agravada pelas dificuldades de exploração do mercado nacional e acesso ao regional.

Contudo existem algumas concessionárias que atuam na área do algodão, açúcar e fumo. Por exemplo, as Açucareiras de Marrromeu e Luabo tem sido referência obrigatória de um setor que oferece emprego para grande número de pessoas na região do Vale do Zambeze, embora maior parte destes trabalhadores seja sazonal.

A escala nacional, o setor açucareiro empregou em 2004, 26.000 trabalhadores dos quais cerca de 17.000 eram trabalhadores sazonais. A este propósito, é importante sublinhar que das seis açucareiras existentes em Moçambique, quatro encontram-se em duas províncias da região do Vale do Zambeze, nomeadamente Sofala e Zambézia. Destes trabalhadores, partes são empregues por empresas ligadas as açucareiras nomeadamente: canavieiros, empresas cortadoras de cana e empresas transportadoras de cana para fábrica.

No distrito de Marromeu, onde se situa a maior empresa açucareira de Moçambique é notória a ligação entre a economia do distrito com a indústria açucareira. Esta é economicamente o mais importante projeto âncora do distrito de Marromeu que emprega 8.000 trabalhadores e produz anualmente entre 70-80 mil toneladas de açúcar. A gestão dos atuais campos de cana sacarina, os quais estão a expandir para cobrir a sua extensão histórica dos anos 80, está estreitamente ligada às características hidrológicas e ecológicas das terras úmidas do Delta do Zambeze.

Em termos de impacto desta indústria açucareira à escala local, pode-se seguramente afirmar que o mesmo reflete-se não só no benefício direto aos trabalhadores e produtores, mas também no desenvolvimento de outras atividades económicas no distrito de Marromeu, estimuladas pelo aumento do poder de compra da comunidade. Em termos práticos significa que pessoas e famílias que trabalham com a cana conseguem construir casas melhoradas e aumentar os seus rendimentos a partir das atividades económicas que desenvolvem no setor informal.

O gráfico abaixo, mostra as remunerações dos trabalhadores nacionais nas açucareiras e, por esta via, as possibilidades que abrem no combate à pobreza absoluta em Moçambique e particularmente, nas regiões onde estas indústrias localizam-se.

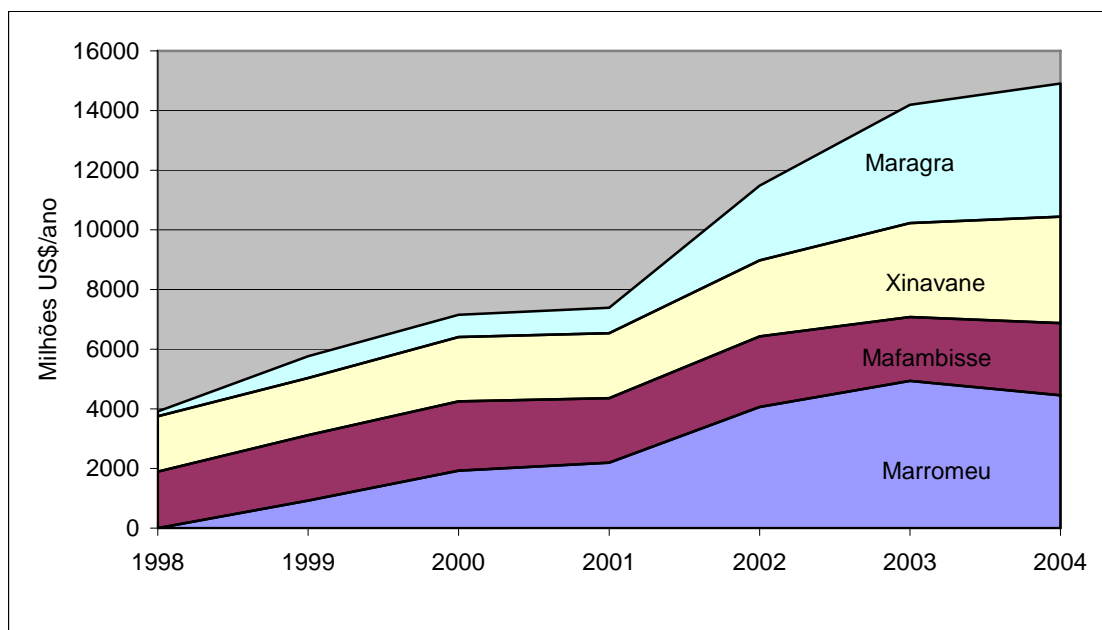


Gráfico 1: Fundos salariais de quatro empresas açucareiras em Moçambique

Fonte: NHAQUILA, 2004.

Como resultado da dinâmica econômica existente à escala local, o distrito de Marromeu, na província de Sofala foi recentemente ligada a rede nacional de energia, com a conclusão dos trabalhos de construção da linha de transporte de 110 kv e uma subestação elétrica local. A ligação deste distrito à rede nacional faz parte do programa de eletrificação rural em curso em Moçambique, cujo custo global vai de 70 a 80 milhões de dólares norte americanos por ano.

A interligação da energia de Cahora Bassa ao distrito de Marromeu custou cerca de 6,87 milhões de euros financiados pela KFW da Alemanha, em parceria com a empresa Eletricidade de Moçambique (EDM).

Os trabalhos realizados consistiram na construção de uma linha de transporte de 110 kv, numa extensão de 90 quilômetros, a partir da subestação elétrica Chimuara, em Tete para a nova subestação elétrica de Marromeu. Também foram construídas linhas de média tensão a 33 kv, numa extensão de 12 quilômetros e a baixa-tensão de 0.4kv, numa extensão de 8 quilômetros para iluminação pública.

Os trabalhos contemplaram ainda a montagem de cinco postos de transformação de energia do tipo rural a 33/0.4kv o que permite a ligação a 200 novos consumidores. Os trabalhos serão completados com a construção das redes de distribuição de média e baixa tensão na vila de Marromeu, abrangendo os diferentes bairros, prevendo-se a sua conclusão no final de agosto de 2008.

Como principais beneficiários destacam-se a fábrica de açúcar (Companhia de Sena), na qual se estima um consumo máximo de 5 MegaWatts, para além de consumidores domésticos, hospital, escolas, instituições públicas, moageiras, oficinas, entre outros.

A construção da linha de transporte de energia para Marromeu esteve a cargo da Isolux, empreiteiro que no pico da obra chegou a empregar 467 trabalhadores locais.

Na área da produção do algodão na região do Vale do Zambeze, a empresa DONAVANI tem trabalhado com camponeses individuais ou associados. A empresa, uma concessionária, faz o fomento e o processamento e os camponeses a produção nos suas terras.

A empresa que trabalha nas áreas sob sua influência, fornece sementes, apóia em extensão e assistência técnica aos camponeses. Estes por sua vez, são obrigados a vender o algodão à empresa concessionária. Os preços são estipulados pelas empresas e pelo Fórum Nacional dos Produtores de Algodão.

O Instituto do Algodão de Moçambique (IAM) é árbitro no sentido de buscar preços ao nível do mercado internacional harmonizando-os para o benefício dos camponeses. Mesmo que o algodão não seja de qualidade a concessionária é obrigada a comprá-lo que posteriormente é exportado para países asiáticos como a China, Indonésia, Índia e outros.

Para o IAM, a grande dificuldade na comercialização do algodão está associada a vários aspectos como: o mau estado das estradas, a dependência do clima, a produção do algodão não mecanizada e a falta de instituições de crédito nas zonas rurais do país. Como forma de minimizar o problema, o IAM elaborou um projeto de fornecimento uma junta de bois por empréstimo às famílias que produzem algodão, cujo resultado não foi possível avaliar na presente pesquisa por se encontrar ainda na fase de arranque do programa.

Contudo, num estudo recente elaborado pelo CS - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento – *José Negrão*, no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF, 2008) identificou-se que a percepção que se tem em relação a qualidade e/ou provisão das instituições de crédito é bem mais acentuada nas zonas rurais do norte, centro e sul do país, embora nesta última se verifique um menor grau de insatisfação quando comparado com as outras duas regiões de Moçambique.

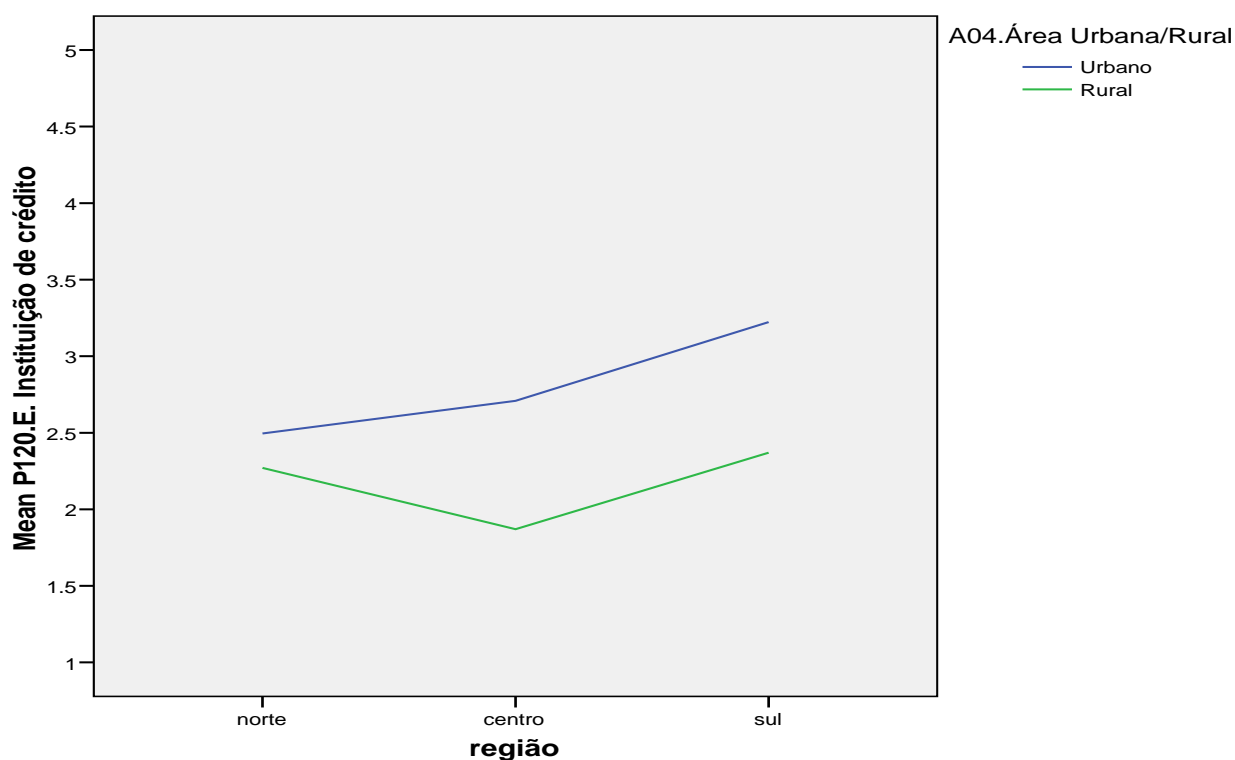


Gráfico 2: Variação da percepção da qualidade dos serviços das instituições de crédito por zona e região em Moçambique

Fonte: Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, 2008

7.5 O PAPEL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

Grande parte da população na região do Vale do Zambeze dedica-se a agricultura, mas os mecanismos de produção utilizados são de subsistência, com pouca inovação nos meios de produção e uma resposta deficitária as exigências da indústria transformadora e a necessidade de exportar bens. Estudos revelam que apenas 5% dos agricultores moçambicanos utilizam regularmente fertilizantes e 6% aplicam técnicas de irrigação.

Esta situação revela que o crescimento econômico em torno de 8% registrado nos últimos anos foi mais resultado da contribuição industrial e de serviços do que do trabalho dos cerca de dois terços da população moçambicana vivendo nas áreas rurais

Após longos anos de marginalização da produção agrícola familiar, o Estado parece finalmente se ter convencido de que o crescimento econômico e o alívio a

pobreza em Moçambique são praticamente inalcançáveis sem o desenvolvimento da agricultura. Para a satisfação deste objetivo, a produção agrícola familiar desempenha um papel fundamental.

Contudo, outros fatores também desempenham papel importante na promoção do desenvolvimento da agricultura. O processo de democratização e descentralização estatal, o desenvolvimento de complexos viários, energéticos e agroindustriais nos espaços rurais, a adequação de um quadro legal referente a estrutura fundiária ajustado ao contexto macroeconômico atual, o reconhecimento e a valorização do papel da mulher na dinamização da economia familiar, a implementação de projetos que garantam a sustentabilidade no uso de recursos naturais e que controlem nas populações locais agentes implementadores e principais beneficiários dos programas e projetos.

Com objetivo de reverter este quadro e melhorar a prestação do setor agrícola familiar o Governo de Moçambique elaborou o PROAGRI anunciada pela Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI). Este programa visa a “transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de: produção, distribuição e processamento, tendente a alcançar por um lado, a produção de excedentes para o mercado pelo setor familiar e, por outro lado, o desenvolvimento de uma produção empresarial eficiente e competitiva” (MAP, 1998, p. 21).

A implementação do PROAGRI enquadra-se no contexto onde convergem múltiplos atores e escalas de poder objetivando a revalorização da agricultura familiar à escala nacional como garantia da segurança alimentar e redução da pobreza das populações rurais.

Nesta perspectiva, a ação estratégica do Estado, através do Ministério da Agricultura desempenha um papel importante na revalorização dos espaços rurais, a partir da redefinição do lugar da produção familiar na promoção do desenvolvimento rural.

Se consumado este objetivo, a agricultura familiar já não seria sinónimo do campesinato, mas talvez, como considera Abramovay (1998, p.19), quando se refere a estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados, “sobre a sua base se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”.

No contexto da produção familiar na região do Vale do Zambeze, talvez essa seja a meta a atingir, mas não o reflexo da situação atual. Constatções de campo demonstram que as unidades familiares ainda se associam as dimensões reduzidas (entre 0,5 à 2 hectares), ao emprego de técnicas atrasadas e a fraca participação no mercado nacional e subcontinental.

Em 1997 o país contava com uma população de 16.099.246 (INE, 1999). O Ministério de Agricultura e Pescas estimou para o ano de 1998 em todo o país, 3 milhões de famílias envolvidas com a produção familiar ocupando uma área cultivada de cerca de 3,5 milhões de hectares, correspondente a uma média de 1,1 ha por família (MAP, 1998).

O PARPA II aponta que em 2006, 27,4% da carteira total de crédito direcionou-se para a área comercial enquanto que a agricultura, e indústria extrativa e transformadora beneficiaram-se apenas de 9,9% e 13,6% da carteira total de crédito respectivamente.

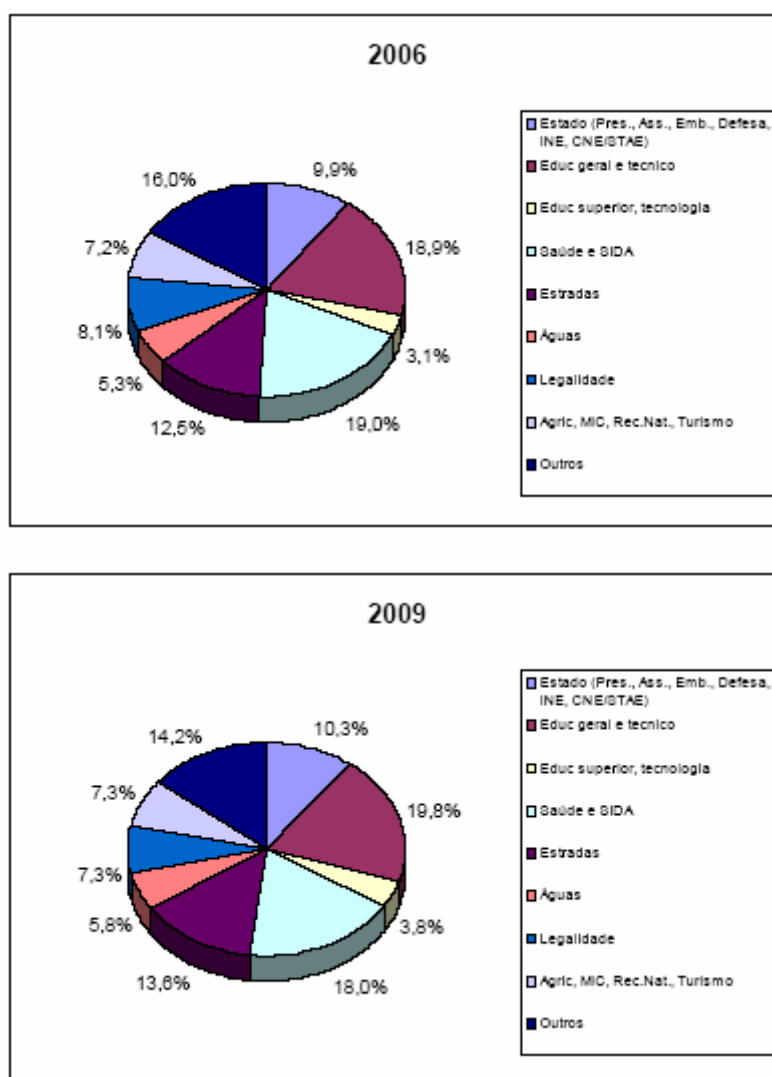


Gráfico 3: Estrutura de despesa em 2006 e 2009

Fonte: Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2006

Com este quadro, dificilmente estes produtores familiares se inserem no mercado, cada vez mais agressivo, em face da liberalização da economia e da abertura do país a produtos importados, como o arroz, o feijão e o milho.

Um estudo recente divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criticou as estratégias de desenvolvimento adotadas nos meados dos anos de 1980 e as reformas liberais de mercado como não sendo benéficas para os milhões de pobres rurais em Moçambique. O mesmo estudo refere que “desde o fim da guerra em 1992, o setor agrícola em Moçambique cresceu apenas para os níveis em que estava no período colonial, sem melhorias significativas em termos de aumento de produtividade”.

Para Além dos problemas de natureza técnica que limitam o desenvolvimento da agricultura familiar, podem ser ainda apontados o carácter de muitos projetos implementados na região do Vale do Zambeze. Os projetos sob a alçada do Ministério da Agricultura são muitas vezes suportados por fundos externos.

O Governo de Moçambique contribui com menos de 10% dos valores totais e os projetos são concebidos e implementados pelos doadores, transformando-se o Governo num mero espectador ou num recipiente passivo da cadeia de decisões sobre esses projetos.

Esta situação tem provocado a falta de continuidade dos projetos e o enfraquecimento do Ministério da Agricultura, pois os melhores quadros são aliciados a trabalhar nos projetos que oferecem melhores incentivos e condições de trabalho. Em 1998 o Ministério de Agricultura e Pescas reconheceu esta situação no documento base do PROAGRI.

A pesquisa de campo realizada no distrito de Marrromeu no âmbito da presente tese mostrou haver uma grande divergência na interpretação da atuação do Ministério da Agricultura, particularmente, sobre o PROAGRI, distinguidas em duas categorias: 1) os que sentem que o PROAGRI está trazendo resultados positivos para o desenvolvimento agrário na região e 2) os que dizem nunca terem ouvido falar do PROAGRI e por isso, não sentem os seus impactos.

A retórica para a promoção de desenvolvimento rural e a redução da pobreza absoluta em Moçambique tem sido focalizada para a importância que assume a agricultura como setor estratégico para o fortalecimento da economia e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.

Este debate se estende aos fóruns acadêmicos e a agendas do governo e das agências de desenvolvimento que se esforçam em incorporar a agricultura no vasto quadro de enfoques para o fortalecimento do desenvolvimento rural e a redução da pobreza absoluta.

Um dos temas que tem suscitado o debate sobre o desenvolvimento rural, principalmente em Moçambique, são os impactos de programas, políticas e estratégias levadas a efeito no meio rural com vista a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento.

O peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita de renda agrícola e até do processo de inovação técnica (ABRAMOVAY, 1998, p.22).

Contudo, os resultados dos projetos e programas implementados pelo Ministério da Agricultura na região do Vale do Zambeze têm produzido resultados pouco animadores. Os índices de pobreza ainda continuam muito altos. A agricultura de pequena escala não mostra sinais de ser capaz de dinamizar o desenvolvimento econômico da região.

Os projetos implementados pecam muitas vezes por serem segmentados, pela falta de interatividade e partilha de informação, em particular nos distritos onde atuam em simultâneo. Trata-se de uma fraqueza que o Ministério da Agricultura devia eliminar para que se tire proveitos das excelentes oportunidades e potencial que a região do Vale do Zambeze oferece para o mercado regional, nacional e da África Austral.

É urgente sair-se da situação em que a população da região do Vale do Zambeze vive na miséria com muita riqueza natural no seu entorno. É necessário minorar o sofrimento da população carente de quase tudo para a sua sobrevivência.

Por ironia que pareça ser, mesmo nos anos em que os camponeses conseguem obter uma excelente colheita do milho, perdem-se as toneladas como resultado do fraco domínio das técnicas elementares do seu armazenamento ou pela simples falta de silos nas regiões rurais.

Estudos revelam que à escala nacional a quantidade perdida representa cerca de 40 por cento das 2.4 milhões de toneladas de produtos cerealíferos e de rendimentos produzidos. No total são 3.7 milhões de camponeses do setor familiar sobre os quais recai a responsabilidade de produzir comida e outros produtos para a

balança de captação de divisas e que carecem de tecnologias para a conservação dos seus excedentes e a rentabilização das suas áreas de cultivo para o aumento da produção e da produtividade. Os camponeses continuam a usar a enxada de cabo curto, ao mesmo tempo em que se deparam com o problema de falta de fertilizantes, uma situação que torna Moçambique num dos países mais atrasados nesta matéria a níveis da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O fraco domínio das técnicas elementares de armazenamento dos excedentes agrícolas faz com que o volume dos produtos que sobram para o consumo e venda não seja em quantidades suficientes, fato que obriga o Governo a recorrer às importações para cobrir os déficits, principalmente do milho, arroz e trigo produzidos internamente.

O que tem acontecido com muitos projetos implementados pelo Ministério da Agricultura é a falta de sintonia entre estes com as reais necessidades da população. Os camponeses não são auscultados, não se faz um levantamento prévio e os projetos são concebidos a partir de fora. Isto significa que as partes destinatárias dos referidos projetos não são incluídos no processo de idealização. Como consequência da seqüência de erros sucessivos tem sido o fracasso dos projetos.

Na região do Vale do Zambeze, esta situação aconteceu com a política de socialização do campo, a construção da barragem de Cahora Bassa no período colonial e atualmente com a implementação de vários projetos como o PROAGRI e muitos de menor expressão, desenhados ou/e financiados por organizações não governamentais nacionais e internacionais como a World Vision, Save the Children, Oxfam, entre outras.

O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) do Ministério da Agricultura aponta que para o caso específico do trigo, as importações são na ordem dos 100 por cento, enquanto que o arroz e milho são de 75 e 13 por cento, respectivamente.

O Ministério da Agricultura deve assegurar que as políticas e projetos sejam sustentáveis, e que tenham um impacto abrangente e que contribuam para a melhoria da vida das populações.

7.6 O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

Historicamente, o contexto de desenvolvimento africano no geral aparece associado à dependência da ajuda externa. E tem havido uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o impacto da ajuda sobre o crescimento. A ajuda aumenta o investimento que é o maior mecanismo de transmissão da relação entre a ajuda e o crescimento. Contudo, é necessário definir-se estratégias futuras de redução desta dependência da ajuda externa (LOXLEY & SACKY, 2008).

A intervenção da sociedade civil na região do Vale do Zambeze, regra geral manifesta-se por uma completa fragmentação, desarticulação e falta de coordenação.

Os projetos implementados concebidos a partir de fora não são sustentáveis. Cada um financia o que lhe convém e como pode. A maior preocupação que se tem é em justificar os fundos doados e muito pouco se interessam com a sustentabilidade dos projetos, sobretudo, quando os financiamentos terminam.

Parte considerável do orçamento dos projetos são direcionados para o pagamento de salários dos seus técnicos que muitas vezes saem das instituições públicas aliciados pelos dólares efêmeros e as viaturas à todo terreno que mais parecem autênticos bulldozers ao se fazerem rolar nas regiões onde camponeses carregam à cabeça os seus produtos, transformando-se eles mesmos em meios de transporte à tração animal.

Quem paga a orquestra, encomenda a música. Isto é, as agências internacionais acabam ditando o tipo e a finalidade dos projetos financiados a sociedade civil moçambicana e estas muitas vezes entram em disputas acirradas para acesso a “solidariedade internacional”.

A maior parte dos projetos tem uma duração curta, variando entre um a três anos em regra. Quando se trata da agricultura e do desenvolvimento rural, as mudanças não são tão rápidas quanto a velocidade das transações financeiras feitas dos países capitalistas para a periferia do sistema. No entanto, na dianteira destes projetos, estes mesmo países enviam sob capa de cooperação e assistência técnica os seus “assessores” que mais fazem turismo e safáris nas regiões previamente identificadas via internet, imagens satélites ou dos seus compatriotas regressados e que levam “boas recordações” de um país virgem e onde reina o “deus-dinheiro”.

Aos milhares jovens formados e com alguma instrução, bastando para isso saber soletrar algumas palavras em inglês recorrem a essas ONG's internacionais em busca de uma rápida ascensão social e econômica, passando estes a serem reprodutores fiéis dos seus projetos.

Por detrás da ajuda aos milhares de pobres rurais se escondem as viaturas do Corpo Diplomático (CD's), mansões, hotéis luxuosos, *resorts* e uma vida farta num país de miseráveis. Os moçambicanos, estes sem recurso e dignidade suficientes para inverter a situação vão estendo a mão a troco de migalhas (dólares) para a implementação de projetos sem pernas para andar.

Tais assessores não se esforçam em aprender o português, a língua oficial de Moçambique, pois que a língua oficial nos escritórios bem apetrechados dessas organizações é o inglês. Que se viem os moçambicanos se quiserem ver a cor da moeda do imperador.

Mais uma vez se estabelece o moinho satânico, num ciclo vicioso e calibrado no assistencialismo que não permite que os moçambicanos e as comunidades rurais se quer parem para pensar em investir em projetos produtivos e que no futuro permitiriam a redução da "ajuda", ou seja, da dependência.

A região do Vale do Zambeze, fértil em calamidades naturais, sobretudo as cheias e as seqüelas da guerra com os respectivos programas de reassentamento populacional tem sido o palco "privilegiado" para a implementação dos programas de desenvolvimento rural.

O quê não se sabe é de que desenvolvimento se está a tratar? Do desenvolvimento centrado no homem ou do desenvolvimento da dependência eterna? Pela situação prevalecente, parece que a última opção seja a mais óbvia.

Por outro lado, em Moçambique no geral o quadro da participação de todos no processo de desenvolvimento é garantido por lei (8/91, de 8 de julho). O direito e liberdade de associação (Decreto 21/91, de 3 de outubro).

O CINSFLU (2006) indica que 90% do orçamento direcionado ao setor da sociedade civil é alocado as grandes organizações e apenas 8% é canalizado para as restantes Organizações da Sociedade Civil. Este cenário ilustra as assimetrias que existem no seio da sociedade civil moçambicana.

O quadro legal prevalecente em Moçambique condiciona a participação da sociedade civil no espaço público ao critério desta estar registrada. Neste contexto a participação de comunidades (auto organizadas) fica comprometida quando a

evidência mostra que a maior parte das Organizações da Sociedade Civil não está registrada por se tratar de um processo altamente burocratizado e que tem conduzido a erros freqüentes de procedimentos necessários para responder a bateria de exigências impostas.

O acesso a financiamentos e a qualquer outro tipo de recursos importante para o funcionamento das associações baseadas nas comunidades está condicionado a este registro. Como maior parte dos grupos (auto) organizados na região do Vale do Zambeze não está registrado, o acesso a recursos financeiros é bastante limitado, restando a solidariedade e a boa vontade dos associados a realização de algumas atividades.

O resultado desta situação é que mesmo havendo a boa vontade por parte da comunidade, muitas destas (auto)organizações acabam por desaparecer após a realização de alguma atividade pontual.

Perante esta situação e pelo que foi possível constatar durante a pesquisa de campo, seria prematuro à escala regional e local afirmar-se sobre a existência de redes sociais sólidas orientadas para a valorização dos ativos locais que pudessem contribuir para estimular a atividade econômica e promover o desenvolvimento.

O processo sobre o qual os interlocutores locais constroem e partilham decisões estratégicas para o futuro econômico, social, produtivo e laboral da região ainda é bastante incipiente. Seria forçado afirmar sobre a existência de um processo participativo que estimula o relacionamento entre interlocutores locais e que facilite a implementação conjunta de estratégias e projetos, principalmente orientados para a criação de condições de competitividade para os recursos locais, com objetivo de criar empregos decentes e atividades econômicas sustentáveis na região do Vale do Zambeze. Talvez esta questão requeira estudos mais profundos, mas a constatação que se teve durante a realização da presente pesquisa foi de uma estrutura social local completamente fragmentada e desarticulada, com poucas possibilidades de converter os ativos locais em fator de desenvolvimento local e regional.

Quando implementados projetos que visam reforçar as capacidades dos atores locais do setor público, setor privado, sociedade civil e as comunidades, organizações de produtores, mulheres, jovens, os atores econômicos, etc estes são concebidos regra geral fora da região, convertendo-se esta em receptor passivo da cadeia de decisões encontradas fora ou longe dali e que poucos resultados produzem no que seria o “empowerment” dos atores locais.

Por esta razão a abordagem base-topo, a efetiva mobilização de recursos, encorajando o investimento com elevado nível de retorno socioeconômico, fazendo uso dos recursos endógenos, maximizando ao mesmo tempo as vantagens comparativas e as parcerias com grandes projetos ou grandes investimentos existentes na região do Vale do Zambeze ainda é pouco expressivo.

A acontecer esta aproximação e articulação com os grandes projetos a favor de investimentos para micro, pequenas e médias empresas, numa estratégia conjunta de promoção de desenvolvimento comunitário podia-se sim afirmar da força e da vitalidade das Organizações da Sociedade Civil, sobretudo as nacionais e de base local para a promoção do desenvolvimento regional.

Em síntese pode-se afirmar que tanto a escala local como a escala regional os projetos e empreendimentos existentes pouco contribuem para o desenvolvimento local e regional. Com a exceção da empresa Açucareira de Marromeu que emprega oito mil trabalhadores entre temporários e permanentes e, por isso, com uma contribuição importante como fonte de rendimentos para as famílias. Contudo, esta empresa deve ser vista como um espaço luminoso mergulhada na imensa massa dominada por espaços opacos.

Nestes espaços opacos habitam e desenvolvem as suas atividades a maior parte da população do distrito de Marromeu. Neste espaço opaco a energia de Cahora Bassa não chega as inúmeras palhotas espalhadas pela mata, em que as escolas e unidades sanitárias não funcionam durante o período noturno.

A produção e a produtividade da agricultura, principal fonte de emprego e renda nestes espaços opacos são muito baixos. A população sente a obrigação de recorrer a venda de bebidas alcoólicas, do carvão, da lenha e da caça de ratazanas como estratégias de sobrevivência que acabam minando a possibilidade de uma melhor qualidade de vida, saúde decente e um futuro seguro para as próximas gerações.

7.7 REDES SOCIAIS LOCAIS/HORIZONTALIDADES – O EXEMPLO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DE ARROZ NO DISTRITO DE MARROMEU

As associações são as formas encontradas pelos camponeses do distrito de Marromeu para fazerem face aos vários problemas decorrentes da cadeia de produção de diversas culturas agrícolas, com particular destaque para o arroz,

principalmente produzido pelos camponeses. Tais problemas estão associados ao acesso ao crédito, comercialização, abastecimento de água entre outros.

Observações de campo permitiram verificar que nas associações os camponeses produzem simultaneamente as mesmas culturas e de forma organizada. A área média por cada membro de uma associação é de 0,5 ha (meio hectare). Contudo, existe uma área comum dos associados.

As associações contam com a assistência técnica do GPZ, financiamentos de organizações como a Action-Aid, Oxfam, Save the Children, ORAM, UNAC, Fórum-Terra para aquisição de insumos agrícolas, divulgação da lei de terras entre outras atividades inerentes à produção agrícola.

Mesmo estando localizado num distrito banhado pelas águas do rio Zambeze, muitas destas associações operam em áreas de sequeiro. Algumas que possuem motobombas são obrigadas a comprar o combustível (gasóleo) e garantir a assistência técnica para os seus maquinários. Em média se gasta cerca de 30 litros de diesel por hectare e o custo do gasóleo no distrito é de 36,00 MTn.

As associações são majoritariamente compostas por mulheres devido a divisão social do trabalho no seio da família e nesta base a agricultura e outras atividades relacionadas ao espaço doméstico estar essencialmente reservada às mulheres. Os homens dedicam-se a atividades fora do espaço doméstico, como por exemplo, a caça, a pesca e o trabalho assalariado na fábrica do açúcar, ao comércio informal, construção, empresas madeireiras, entre outras.

Um grande número de famílias são chefiadas por mulheres, devido por um lado ao fato de muitos homens terem morrido durante o conflito armado e por outro, devido a migração para os centros urbanos, cujos destinos preferenciais são as cidades da Beira, Tete e Quelimane em busca de melhores condições de vida.

Esta situação tem provocado a desestruturação familiar pela falta da figura do homem. Como consequência tem gerado uma maior carga do trabalho para a mulher que se vê na contingência de realizar simultaneamente atividades de âmbito familiar (cuidar da casa, educação e saúde dos filhos), para além das atividades produtivas fora do espaço residencial que garantam a sustentabilidade da família (produção agrícola, comércio, entre outras).

Por outro lado, os homens literalmente não manifestam nenhum interesse pela agricultura. Uns ficam em casa cuidando de pequenos negócios e pasto, uns

passam maior parte do tempo consumindo bebidas alcoólicas, sobretudo, tradicionais, outros se dedicam a caça, o corte da lenha, o comércio como forma de alargar as fontes de rendimentos do agregado familiar.

Estes fatores no seu conjunto explicam o domínio e presença de mulheres velhas e viúvas nas associações camponesas deste e de outros distritos da região do Vale do Zambeze.

Devido a esta situação, ONG's como a ORAM, UNAC, AMRU (Associação de Mulher Rural) têm se esforçado no trabalho de sensibilização e treinamento de raparigas para assumirem as atividades agrícolas, uma vez provados a importância que desempenham na segurança alimentar e nos rendimentos das famílias rurais no distrito.

De forma geral os homens dedicam-se a outras atividades e outros ainda migram para diferentes destinos em busca de melhores condições de vida. Outros consideram a agricultura uma atividade que não oferece rendimentos imediatos.

As constatações extraídas de entrevistas a estas associações indicam que os homens, sobretudo os emigrantes, pouco contribuem para o desenvolvimento da agricultura no distrito de Marromeu. Ao fazerem-no, estão mais vinculados a produção da cana-de-açúcar, sobretudo como cortadores e trabalhadores sazonais ao sérico da Companhia de Sena, vocacionada a produção do açúcar.

Por exemplo, devido às condições agro-ecológicas da região do delta do Zambeze, onde se localiza o distrito de Marromeu, o arroz é a cultura mais praticada pelos camponeses, cujo destino tem sido a comercialização e o consumo doméstico.

A batata-doce, feijões e o milho, produzido localmente são consumidos pelo mercado local e também fazem parte da dieta alimentar das famílias.

A semelhança da terra em Moçambique, a terra dos camponeses é propriedade do Estado e por esta via a segurança da terra é garantida a quem a trabalha. Casos de conflitos de terra têm sido registrados entre os produtores pela posse de terras férteis, visto existirem áreas salinizadas pelo efeito do fenómeno de intrusão marinha.

Por outro lado, há relatos de pressões por parte de investidores privados, sobretudo ligados ao setor açucareiro que defendem a retirada dos pequenos agricultores (camponeses) das terras mais próximas as margens do Zambeze por forma a rentabilizarem o aproveitamento integral do potencial existente. Estes investidores defendem a tese de que só um aproveitamento com fins eminentemente

comerciais e sob uma matriz mercadológica é que poderá rentabilizar as excelentes condições agro-ecológicas da do distrito.

Em relação a assistência técnica, embora o GPZ e outras ONG's prestem algum tipo de apoio, verifica-se uma notável carência desta componente produtiva. Os poucos extensionistas existentes se mostram incapazes de cobrir as necessidades de todos os agricultores das diferentes aldeias. Há falta de meios de transporte e dos poucos existentes, maior parte encontram-se avariados e esperando pela reposição de acessórios.

Isto demonstra que a capacidade de assistência técnica por parte das estruturas do Governo não é suficiente. Para minimizar esta situação, neste quadro a UNAC criou uma capacidade técnica que é repassada de produtor para produtor e que tem segundo os camponeses entrevistados demonstrado resultados positivos.

Para além do GPZ, outro parceiro estratégico tem sido a Direção Distrital da Agricultura, que já concedeu apoio através da atribuição de juntas de bois as associações no âmbito do Fundo de Iniciativas Locais (7 milhões). As juntas foram entregues a título de empréstimo. As associações também são apoiadas na produção de semente local, de vital importância no processo produtivo.

Tanto o GPZ como as ONG's têm apoiado em insumos agrícolas (adubos, herbicidas, fertilizantes, entre outros). Por exemplo, o adubo concedido pelo GPZ, no âmbito do projeto de Fomento Agrícola é posteriormente pago pelo produtor, constituindo, portanto um crédito em espécie. Trata-se de um mecanismo de empréstimo. O apoio em adubos é crucial porque em algumas áreas do distrito sem a utilização de adubos os níveis de produção são extremamente baixos. Para além desta natureza de apoio, os agricultores contam com um empréstimo para montagem de uma moageira que tem estado a operar no distrito.

Com o apoio concedido foi adquirida uma descascadeira do arroz e a continuação de ações de formação na área do associativismo, técnicas de produção, pequenas demonstrações entre outras ações de produção agrícola.

Contudo, mesmo com a aquisição da descascadeira, a cadeia de produção do arroz enfrenta o problema de processamento. O preço do arroz foi vendido a 6,00 MTn e é definido pelos produtores e os intermediários. No entanto, devido a insustentabilidade do preço para os produtores, o Governo interviu de modo a minimizar o custo de produção e estipulou o preço de 7,00MTn. Nas atuais condições os camponeses são obrigados a produzir a custos próprios. De acordo

com os camponeses, o preço atualmente em vigor não cobre os custos inerentes a cadeia de produção e muito menos garante a margem de retorno financeiro (lucros) para se continuar a apostar no arroz como cultura de rendimento das famílias camponesas.

Esta situação tem lesado em grande medida o produtor uma vez que os preços dos insumos dispararam vertiginosamente a escala nacional e internacional. A persistir o atual cenário, os camponeses serão obrigados a optar pela produção de outras culturas, sobretudo, as hortícolas que atualmente tem mercado garantido e preços competitivos.

O arroz apresenta-se como uma cultura de poucos ganhos econômicos, embora o trabalho inerente ao processo de produção seja muito delicado. Por esta razão, alguns camponeses afirmam que o arroz é uma cultura condenada ao fracasso e se atualmente insistem com a sua produção é devido ao papel que a mesma desempenha na segurança alimentar das famílias.

Ao contrário do que sucede em países desenvolvidos a agricultura e, sobretudo, o produtor familiar não é subsidiado. Este fator provoca encargos bastante altos na cadeia de produção e retira a competitividade do preço dos seus produtos no mercado nacional, regional e internacional.

Estudos demonstram que ainda não existem respostas para custos elevados dos insumos, a menos que o agricultor seja subsidiado e apoiado, como, aliás, acontece na União Europeia, Estados Unidos e países vizinhos como a África do Sul e num passado recente o Zimbábue

O que se verifica são as dificuldades enfrentadas pelos camponeses para o acesso ao crédito, meios de produção, canais para a comercialização, falta de formação ao nível do ciclo produtivo (técnicas de cultivo, gestão da produção, conhecimentos para a comercialização, o nível de incidência e relacionamento com os governos locais com vista a permitir a formulação de políticas públicas que apoiem a produção camponesa, entre outros constrangimentos de ordem estrutural).

A verdade é que o camponês não ganha absolutamente nada com a comercialização do arroz. Os preços são estabelecidos e definidos pelos compradores. O Governo, quando intervêm, procura apenas minimizar as diferenças e no fim, quem de fato sai lesado é o camponês.

Em linhas gerais devido a vantagem competitiva de Moçambique na produção de arroz na região do Vale do Zambeze, seria salutar a adoção de medidas de

política que incentivem a proteção deste cereal por forma a que os camponeses fiquem melhor estruturados assim como a lógica da oferta seja mais sofisticada a partir de um estabelecimento de redes sociais mais sólidas e organizadas.

O ciclo do arroz normalmente tem sido de 6 meses. Inicia em setembro com as lavouras e viveiros. O transplante é realizado em Novembro/Dezembro e a colheita em Março. Após este período na mesma terra onde se produziu o arroz são cultivados a batata-doce, para além das diversas hortícolas na época fresca.

Sob ponto de vista da dinâmica da força de trabalho as mulheres é que participam na produção do arroz e os homens intervêm na fase da venda.

O acesso ao crédito aos camponeses tem sido apontado como um constrangimento para relançar a produção do arroz. As razões são várias, no entanto o pretexto insistentemente utilizado pelos entrevistados tem sido de que os camponeses não conseguem pagar, ou seja, honrar com as suas obrigações devido a situações conjunturais e estruturais inerentes ao mercado financeiro. Por exemplo, o banco exige como garantia o título de propriedade e outras garantias que os camponeses não têm. No entanto, pelo contrário, o grande produtor tem o acesso ao crédito, uma vez possuírem as contrapartidas exigidas pela banca.

O resultado da ausência de título de uso e aproveitamento da terra vulgo DUAT enfraquece a garantia plena de segurança de posse de terra aos camponeses.

Conflito homem/animal. Praga de pássaros, ratos e em alguns casos do hipopótamo constituem problemas sérios que afetam de forma muito negativa os níveis de produção do arroz.

O custo elevado de insumos provoca uma sobrecarga bastante pesada ao camponês já *per si* com sérias limitações no acesso a financiamentos. Por exemplo, é difícil produzir o arroz devido a falta de instrumentos agrícolas, sobretudo para a fase de lavoura (tratores, tração animal, debulhadoras, etc).

Com o agravamento dos preços dos combustíveis e adubos, os custos de produção subiram de 900 para 1.660,00Mtn nos últimos dois meses (julho e agosto). Nas atuais condições para preparar 1 hectare é necessário desembolsar 10.000,00MTn.

Nas associações a força de trabalho é basicamente manual devido ao elevado custo de aluguel do trator, estimado em 2.000,00 MTn. Com o trabalho

manual a produtividade por hectare é baixa devido a má qualidade das sementes e mistura variedades existentes numa mesma parcela.

Roubos na pós-colheita resultado da falta de sistemas seguros de armazenamento e controle. Por esse motivo tem sido reportados casos de roubos. As lavouras localizam-se longe dos locais de residência e o controle noturno é inexistente.

A Zona de Comércio Livre decorrente do processo de integração regional tem estado a dificultar a comercialização da produção local. Os produtos importados são geralmente mais baratos. O governo sul-africano subsidia os agricultores, o que não acontece em Moçambique. Por este ângulo, os benefícios da integração são quase nulos. O arroz, a semelhança de outras culturas produzidas localmente são pouco competitivas no mercado regional devido aos altos custos de produção imputados aos produtores e conseqüentemente o seu preço no mercado local e regional.

Contudo, a Campanha Terra, enquanto movimento social de divulgação da nova Lei de Terras surge da inquietação generalizada de alguns setores da vida econômica, social, política e acadêmica do país, preocupados com a apetência e formas pouco transparentes de acesso à terra que vezes sem conta acabavam dificultando a produção agrícola no meio rural, onde a terra é o bem mais precioso. Sem o acesso à terra dificilmente se registra o processo de reprodução social nas áreas rurais. Estabelece-se o desespero total e os focos de conflitos que faziam lembrar o fantasma da guerra.

Por detrás deste movimento estava um Secretariado Técnico da Comissão Inter-Ministerial que tratou de conduzir estudos sobre a natureza e os contornos dos problemas, bem como sobre as aspirações populares e as alternativas para o desenvolvimento rural, levados à discussão em todos os distritos do país. A força motriz foi a ampla discussão dos vários anteprojetos da nova Lei de Terras sob a responsabilidade do Secretariado Técnico da Comissão Inter-Ministerial de Terras⁷, então constituído, e o movimento catalizador desta dinâmica acabou por ser a Campanha Terra (NEGRÃO, 2002).

Gradualmente a opinião pública através da mensagem que a Campanha foi levando a todos os níveis, foi buscando consensos e aglutinando esforços que se

⁷ Tanner, Christopher. 2001. **Law-Making in an African Context: The 1997 Mozambican Land Law**, mimeo, Maputo.

traduziram num exercício democrático e participativo de órgãos governamentais e da sociedade civil.

À luz dos objetivos da Campanha foram alcançados os seguintes consensos:

- (i) Como a transformação estrutural da economia não iria ter lugar a curto ou em médio prazo, uma vez que não existiam as condições para a criação massiva de emprego, industrialização e a urbanização da sociedade, o campesinato não era uma classe em transição para o proletariado rural ou empregado urbano, mas uma característica sobre a qual teria de assentar o processo de desenvolvimento rural do país. Assim, não aos sem-terra tornou-se ponto de consenso;
- (ii) Como não se previam avultados investimentos na agricultura uma vez que a tendência de investimento nas zonas rurais da região está orientada para o setor madeireiro e para o turismo (terra sem povo e com muitos bichos!), a Lei deveria passar da posição reativa de defesa dos interesses das famílias rurais para uma posição proativa de incentivo à formação do capital nacional desde a esfera da poupança familiar até ao do reinvestimento da poupança agregada ao nível nacional. Desta forma a rápida transformação da família rural, de unidade minimizadora dos riscos em unidade maximizadora dos rendimentos, surgiu como imperativo para o qual a Lei de Terras deveria constituir o quadro institucional. O aumento da poupança familiar e seu reinvestimento tornou-se num objetivo que não se podia compatibilizar com o arrendamento de terras por parte dos latifundiários aos pobres. Assim, não aos latifundiários ausentes e não ao aluguel de terras como condição de sobrevivência, tornou-se o segundo ponto de consenso;
- (iii) Como o mercado registrado de terras era ainda incipiente e estruturalmente distorcido, continuaria a competir ao Estado o processo de adjudicação de terras e, conseqüentemente, a salvaguarda dos direitos constitucionais do cidadão. Desta feita por que razão a lei obrigava o cidadão a ter de registrar e titular a sua terra para que os seus direitos fossem reconhecidos por esse mesmo Estado? Por que não introduzir um mecanismo legal que obrigasse o Estado a reconhecer, por defeito, os direitos de ocupação das famílias rurais baseando-se no testemunho oral como era prática entre os pobres?

- (iv) A inclusão da prova oral em pé de igualdade com o título para fim de reconhecimento dos direitos de ocupação do cidadão, como medida proativa foi o terceiro ponto de consenso⁸;
- (v) Como quando do pós-guerra, os sistemas de direitos costumeiros foram eficazes e demonstraram uma enorme eficiência na adjudicação de terras a mais de cinco milhões de cidadãos, porque não incorporá-los na Lei de Terras em lugar de os considerar como qualitativamente inferiores e *tradicionais*? A única ressalva a introduzir estava relacionada com o papel secundário da mulher, enquanto esposa, filha ou sobrinha⁹, tendo sido sugerida a introdução de uma cláusula legal que assegurasse os direitos constitucionais da mulher. Assim, a incorporação do direito costumeiro na Lei de Terras, em lugar de se optar pelo dualismo legislativo, tornou-se no quarto ponto de consenso nacional.

Foi neste quadro que a nova Lei de Terras foi aprovada no parlamento em 1997 e entrou em vigor a 1^o de janeiro de 1998. A fase seguinte foi de sua divulgação e para isso contou com a participação de cerca de 200 ONG's, organizações comunitárias de base, igrejas, institutos de investigação e outras instituições juntaram-se à Campanha Terra. Mais de 15.000 pessoas foram formadas como ativistas e 50.000 estiveram diretamente envolvida na Campanha Terra em 114 dos 128 distritos de Moçambique.

No distrito de Marromeu os camponeses entrevistados afirmaram conhecerem a campanha terra e inclusive possuíam organizações ou associações locais envolvidas na Campanha (hoje Fórum Terra). Contudo, como afirmou uma camponesa,

A Campanha Terra foi bom para nos lavar a cara e abrir os olhos. Ninguém conhecia a Lei de Terras, nós nunca trabalhamos com leis disto mais aquilo. Tudo que fazemos é de acordo com que a administração do distrito nos informa e as vezes pudemos ser mal informados. O que a Campanha fez foi procurar deixar-nos bem informados de forma que pudéssemos conhecer os nossos direitos. Sabe, é triste estarmos na nossa terra e pensarmos que não é nossa só por causa de falta de papel¹⁰ ...

⁸ Não deixa de ser interessante mencionar o fato de Moçambique ter feito em 1997 o que Hernando Soto advoga como solução na sua mais recente obra "The Mystery of Capital".

⁹ Ver a propósito, Negrão, J. 2001. Cinco Sistemas de Direitos Consuetudinários da Terra em Moçambique; in: UNDP. 2002. Relatório de Desenvolvimento Humano de Moçambique 2001.

¹⁰ / Ao papel as famílias se referiam a documentação do título de ocupação ou de exploração.

Contudo, outros camponeses colocaram a questão da Campanha numa outra dimensão:

A Campanha Terra não possui poderes de decisão, não é um movimento capaz de levar os infratores à barra dos tribunais. A Campanha é um movimento de divulgação da Lei de Terras 19/97, isto é, um movimento educativo. Este país precisa operacionalizar as leis e instrumentos jurídicos ou administrativos. Aí está um dos nossos maiores problemas, é preciso fazer cumprir a lei e punir os infratores, mas, a Campanha não nos garante isso e nenhuma outra organização da sociedade civil garante-nos tal situação, pois que seus objetivos não são exatamente estes...

A abertura política e econômica do país trouxeram várias organizações nacionais e internacionais que vão dando a sua contribuição no desenvolvimento agrário. Estas ONG's atuam, sobretudo na área do micro-crédito para o fomento e comercialização agrícola. São exemplos desta presença a UNAC, a Associação da Mulher Rural (AMRU), a OXFAM – América, a a Save the Children, entre outras.

O impacto da presença destas organizações também foi motivo de destaque dos entrevistados,

Como se sabe com a guerra e as cheias de 2000 perdemos quase tudo, ficamos sem nada. Foi uma desgraça total. Hoje graças ao apoio em crédito que algumas organizações nos dão, estamos a aumentar gradualmente as nossas áreas de cultivo. Isto é, estamos a voltar a sermos fortes e felizes...

O governo gosta é de contar, trabalhar com números de crescimento em seus relatórios. Mas não sei se o governo tem a consciência de que estes números significam muito sacrifício senão mesmo desespero de muitas famílias que não têm para onde recorrer senão no trabalho familiar. Mas quando falam, parece que foram eles que estiveram com a enxada, que estiveram a apacientar o gado ou que nos deram dinheiro. O Estado hoje não dá dinheiro ao camponês pobre, porque o Estado não nos confia. Eles só confiam no grande agricultor ou nas grandes empresas. É para estas empresas que o Estado trabalha. Felizmente estão aqui algumas ONG's que nos têm dado apoio. Esta é a verdade...

As horizontalidades refletem as preocupações e esforços que as comunidades locais têm em se beneficiarem dos recursos naturais existentes nos seus territórios e a reivindicação de melhores oportunidades e repasse dos benefícios dos rendimentos dos grandes projetos e empreendimentos implementados na região.

8 CONCLUSÕES

Quem paga a orquestra encomenda a música
As expectativas defraudadas
A forte dependência externa e a sacralização do moinho satânico

Com estes breves trechos inicia-se àquilo que se está a considerar como sendo conclusões, mas, que mais refletem sínteses teórico-analíticas que a partir do fio da meada (a hipótese central), procura-se desvendar o enigma inicial (problema da pesquisa) responsável pela apetência em tentar interpretar e compreender o processo de desenvolvimento regional rural no Vale do Zambeze, Moçambique com base na sua dinâmica sócio-espacial.

Partindo do pressuposto de que a dinâmica sócio-espacial possui duas dimensões, uma vertical e a outra horizontal, procurou-se ao longo dos seis capítulos da presente tese demonstrar que as verticalidades, ou seja, a dimensão vertical ser a mais prevalecte na operacionalização dos usos políticos e económicos do território na região do Vale do Zambeze.

Isto significa compreender a região do Vale do Zambeze como um campo de conflitos e de forças entre estas duas dimensões em que o domínio das verticalidades são mais evidentes e expressivas, suscitando por isso, a compreensão de que uma só temporalidade e objetivos são considerados: o uso do território fundamentalmente como recurso para a viabilidade de projetos económicos de interesses exteriores a região do Vale do Zambeze.

Esta forma, não considera o interesse de todos, não dá ênfase as interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas e grupos, organizações sociais e económicas de base local. O uso económico é mais importante que o uso social do território. Interesses económicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais locais.

Os grandes projetos ou empreendimentos como a Barragem de Cahora Bassa, no distrito de Cahora Bassa, as Minas de Carvão, no distrito de Moatize, as indústrias açucareiras, no distrito de Marrromeu, o algodão, no distrito de Morrumbala, a concentração de investimentos avultados e de várias origens e em vários domínios, ainda não se traduziram em fatores que permitissem o desenvolvimento da região, sobretudo das comunidades.

Sam Moyo e Mike Sill (1999) no artigo intitulado *Energy policy and planning in Southern Africa* ao constatarem que maior atenção é dada a provisão da energia comercial do que às necessidades de uso familiar e da produção rural reconhecem a prevalência desta situação na África Austral. Por esta razão os autores afirmam que há uma clara necessidade de inverter o quadro institucional sobre a política energética dentro do contexto de cooperação e integração regional.

Mesmo a existência de uma agência do Governo orientada para o desenvolvimento regional, o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) com o seu Plano de Desenvolvimento Comunitário ainda não foi capaz de inverter esta situação.

Buscaram-se as causas, recuou-se no tempo, desenharam-se as várias conjecturas e chegou-se a conclusão de que a região do Vale do Zambeze não atua, não concebe e reage modestamente para o seu próprio benefício.

Tanto os distritos estudados como a região como um todo se apresentam como passivas e receptoras da cadeia de decisões e de implementação de projetos concebidos fora ou longe dela. Ao se utilizar os seus territórios, estes funcionam somente como recursos para a satisfação de interesses exteriores a região.

Por esta razão ao se reconhecer o território como um campo de forças, como o lugar de exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos, concluiu-se que pelas constatações de campo complementadas com os dados secundários, o uso econômico e as verticalidades são mais dominantes em toda a escala regional e local.

As políticas implementadas na região, com destaque para a política de expropriação de terras aos camponeses, a política de socialização do campo, entre outras não foram capazes de estimular o processo de desenvolvimento visando a satisfação dos interesses das comunidades. Os grandes empreendimentos existentes nos distritos de Cahora Bassa, Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárue não visavam responder ou satisfazer os interesses das comunidades.

A agricultura que supostamente devia assumir-se como o alicerce básico para a conquista da soberania alimentar das comunidades não o é devido as vicissitudes que este setor tem enfrentado ao longo do tempo. É com base no aumento da produção e produtividade agrárias que se pode erradicar a pobreza absoluta numa

região em que cerca de 80% da população depende diretamente de atividades agrárias para a sua sobrevivência.

A Barragem de Cahora Bassa foi construída para industrializar a África do Sul e garantir receitas ao Estado Português e não à Moçambique e muito menos ao distrito de Cahora Bassa e à região do Vale do Zambeze, embora hoje se tente minimizar os prejuízos já sacralizados, sobretudo com a recente reversão da Barragem ao Estado moçambicano.

A este propósito, Moçambique encontra-se numa posição caricata. É tão exportador de eletricidade quanto importador. Toda energia elétrica consumida no sul de Moçambique é importada da África do Sul, e cerca de 80% da energia da HCB é exportada a África do Sul e Zimbábue, e somente 20% é para consumo doméstico.

Ou seja, o país é exportador e importador da sua própria energia, o que reflete a expressão mais alta do uso do político e econômico do território como recurso de valor econômico exteriores a região do Vale de Zambeze. Isto significa ainda os desequilíbrios do poder e força entre as nações. Mesmo com a recente administração da Barragem atribuída aos moçambicanos, a verdade é que os acordos anteriores continuam, portanto, há um contrato que deve ser cumprido e está sentenciado!

Contudo, com a recente reversão de 85% das ações da HCB ao Estado moçambicano, prevê-se que a hidroelétrica passe a pagar uma taxa de concessão mensal de 10% sobre as receitas brutas ao Estado moçambicano. O pagamento da referida taxa já vem acontecendo desde janeiro de 2008.

É importante destacar que até muito recentemente, a HCB esteve sob um regime de isenção fiscal o que significa que em nada contribuía para as receitas do Estado. Contudo, hoje a HCB saiu de um regime de isenção para um regime normal, o que significa que passou a pagar todos os impostos.

Estimativas apontam para um nível de faturamento atual da HCB em torno de 270 milhões de dólares por ano. Trata-se de um projeto autofinanciável e sem nenhum tipo de ônus para as contas do Estado. A HCB é uma empresa lucrativa e com pernas para andar. No entanto, o que não se sabe ainda é qual poderá ser a sua contribuição direta para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, pois até agora se mostrou a leste deste objetivo.

Do que foi possível constatar, foi que as receitas drenadas ao Governo Central poderão reforçar o Orçamento do Estado (OE) e parte deste poderá ser repassado ao GPZ para a implementação dos vários projetos de desenvolvimento comunitário na região. Contudo, a pesquisa não foi capaz de quantificar com exatidão quanto desse valor passará ao GPZ, pelo simples fato de não existir esta informação ou a existir ela não ter sido divulgada por razões que se desconhece.

A semelhança do que acontece com os grandes projetos a escala global, a responsabilidade social através de apóio a projetos de desenvolvimento comunitário e a contribuição da HCB na extensão da rede nacional de energia elétrica, sobretudo, através da componente eletrificação rural levada a efeito pela Empresa Eletricidade de Moçambique (EDM) a partir do aumento da quota de fornecimento de energia da HCB, constam nos planos da HCB.

Cahora Bassa, um espaço luminoso mergulhado na imensa massa dominada por espaços opacos era e ainda é um mundo a parte, um distrito, sobretudo a Vila de Songo que embora localizado em Moçambique até muito recentemente era como se fosse uma cidade portuguesa, mesmo depois da proclamação da independência nacional de Moçambique à 25 de junho de 1975.

É notória a diferença entre a Vila do Songo, onde se localiza a Barragem de Cahora Bassa e os outros distritos e vilas da região do Vale do Zambeze. Até muito recentemente a diferença não só se fazia sentir em termos da administração, mas também em termos de comportamento dos trabalhadores, assim como da população em geral, que se ressentia do complexo do não-lugar. As forças centrífugas estavam aí representadas na sua máxima acepção da palavra.

Por exemplo, no passado recente havia na empresa cerca de 300 famílias portuguesas e se multiplicados por dois ou três teríamos o número total ou aproximado de presença estrangeira numa vila como a do Songo em território moçambicano.

Contudo, com a reversão em novembro de 2007 esta situação vai sendo paulatinamente invertida no seu ambiente político e social, o que representa um ganho bastante positivo para Moçambique.

Contudo, a reversão da Barragem de Cahora Bassa ao Estado moçambicano custará oficialmente para os cofres do Estado moçambicano 950 milhões de dólares norte-americanos a serem pagos por um período de 10 anos, adicionados a 5 anos de prerrogativa.

Parece caricato, mas constitui a mais pura realidade que um empreendimento construído no território de Moçambique sob a dominação colonial, cujo preço para o povo moçambicano é incomensurável em termos de vidas humanas perdidas, humilhação, exploração, pilhagem hoje sirva de um bom negócio para o Estado português. Em dezembro de 2007 já estava a HCB agora moçambicano a pagar 250 milhões de dólares à Portugal, ex-metrôpole.

Este montante a ser investido no desenvolvimento comunitário da região do Vale do Zambeze, certamente que iria melhorar a situação do seu IDH e criaria muitos postos de trabalho e atividades de geração de rendimento. Ou seja, a pobreza seria colocada no escanteio.

Este é típico de um empreendimento gigantesco, com capacidade de gerar um grande volume de receitas, mergulhado numa região, num distrito que pouco ou mesmo nada se beneficia dela. Trata-se aqui, das verticalidades no sentido econômico do termo, onde o território é somente usado como recurso para satisfação de interesses exteriores a região. Não se registrando, progressos na região ou no distrito onde tal empreendimento encontra-se instalado. Isto acontece com a Barragem, no distrito de Cahora Bassa, como também acontece com as Açucareiras no distrito de Marromeu, o Algodão em Morrumbala e outro tipo de empreendimentos ou simplesmente explorações em Báruè e outros distritos espalhados nesta imensa região que o Vale do Zambeze.

Ao se falar de algum progresso nos distritos estudados, estes são territorialmente localizados e resumem-se ao perímetro da fábrica ou dos projetos e que visam acima de tudo servir os interesses exteriores ao distrito ou a região. Ou seja, tais empreendimentos localizam-se nestes territórios devido às condições que os mesmo oferecem para a reprodução rápida do capital, através do aproveitamento da água, dos recursos minerais, de matérias primas como o algodão, o fumo, a flora entre outros.

A criação do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) no período colonial visava acima de tudo explorar o potencial de recursos naturais existentes na região, desde minérios, solo, flora, fauna e água e não exatamente o desenvolvimento comunitário que passou a ser o objetivo do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze, após a sua recriação no período pós-independência. A partir de 2002 o GPZ inicia a

implementação do Plano de Desenvolvimento Comunitário, por si concebido visando atender as necessidades das populações.

O contexto da guerra fria e de correlação de forças na Região Austral de África, os regime do apartheid na África do Sul e de minoria branca na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) mergulharam o país numa sangrenta guerra civil que conduziu Moçambique numa profunda crise econômica. A crise conduziu o país a condição de vassalagem e dependência quase que absoluta. Como conseqüência da crise, instalou-se em Moçambique a “política da mão estendida” que resvalou o país numa dependência externa sem precedentes.

Devido à crise, o país perdeu a sua capacidade de levar adiante os seus projetos de desenvolvimento, sobretudo nas regiões rurais onde ainda se concentram a maior parte da população moçambicana.

Com a crise o país perdeu a capacidade de exportar e arrecadar receitas para suprir necessidades em produtos não produzidos internamente, como são os casos de medicamentos, equipamentos agrícolas, maquinários diversos, entre outros.

A crise conduziu a um profundo endividamento do Estado e como forma de “arrumar a casa” Moçambique adere as Instituições do Bretton Woods (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional). Na seqüência são desenhados uma série de medidas para restaurar a economia do país, as conhecidas “recomendações” do Consenso de Washington.

A partir da adesão do país ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional estavam criadas as condições para a garantia da ajuda internacional. Moçambique passa a receber pacotes anuais de apóio ao Orçamento do Estado que chegou a atingir oitenta por cento do seu orçamento.

A forte dependência do Orçamento do Estado da ajuda externa acaba por retirar ao Estado moçambicano a apropriação (*ownership*) de decisões estratégicas sobre o seu próprio desenvolvimento.

Em relação aos apoios estrangeiros, economistas como Carlos Nuno Castel-Branco apontam que Moçambique é o quinto país com maiores fluxos de ajuda entre os países pobres e o 16º entre os maiores índices de ajuda *per capita*.

A forte dependência financeira em relação aos parceiros internacionais condiciona o nível de apropriação no desenho e na implementação dos projetos de desenvolvimento a escala nacional e regional. Atualmente, o *stock* nominal da dívida

está acima de 60% em relação ao PIB e 60% do Orçamento do Estado (OE) é financiado pelos parceiros internacionais.

O que acontece é que a maior parte da ajuda (cerca de 60%) financia a área de serviços e infra-estruturas sociais (escolas, hospitais) sem ligação direta e explícita com a base produtiva. Esta situação provoca a dependência eterna do país, uma vez que este não consegue por si só ter uma base produtiva capaz de gerar empregos, aumentar os rendimentos e apostar na inovação tecnológica. Trata-se, portanto, de uma dependência que faz depender ainda mais.

O Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze cujo financiamento depende em grande medida do Orçamento do Estado (OE), embora atue à escala regional acaba, por tabela sendo atingido por esta dependência financeira dos fundos externos para a implementação dos seus projetos.

Em 2002 é desenhado o Plano de Desenvolvimento Comunitário do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze que por si só, não tem pernas para andar, sem que haja intervenção e solidariedade internacional.

Os maiores desafios que se colocam a instituição (GPZ) é mobilizar recursos para a implementação dos seus projetos quer através do setor privado interno que é fraco, de ONG's, de investidores externos, entre outros.

Para estimular o investimento na região, o Governo de Moçambique definiu a região livre de isenções fiscais e criou outro tipo de subsídios como o de combustível destinado à atividade agrícola no Vale, isenções fiscais e aduaneiras para as viaturas tratores, sobressalentes e demais equipamentos agrícolas no Vale.

Esta medida em parte contribuiu para a revitalização da indústria açucareira na sub-região do Delta do Zambeze, a exploração do carvão de Moatize, o estabelecimento das concessionárias do algodão e fumo, entre outros empreendimentos.

Contudo, vários estudos demonstram que a contribuição dos grandes projetos na redução da pobreza em Moçambique são muito baixos. Esta situação acontece com a MOZAL, na província de Maputo, as Areias Pesadas em Moma (província de Nampula), a SASOL em Inhambane, etc. com baixo nível de processamento, sem grande impacto na geração de novos postos de trabalho e outras ligações industriais.

A contribuição dos mega-projetos mais se fazem sentir no crescimento do PIB, situada a uma média de 7% ao ano. No entanto, este crescimento ainda não é repassado para as regiões rurais do país, onde se concentra a maior parte da população moçambicana e que encontram na agricultura a sua principal atividade de rendimento, como são os casos dos distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárue. A contribuição da agricultura no PIB é de cerca de 25%. Contudo o setor emprega cerca de 80% da população.

Os lucros dos mega-projetos são drenados para os países centrais do centro do sistema capitalista mundial de onde estas multinacionais são originárias. Protegidas pela política de atração de investimentos, estas empresas beneficiam-se de isenções fiscais e em nada contribuem para o reforço do Orçamento do Estado (OE).

Embora a Constituição da República de Moçambique defina no número 1 do Artigo 103 a agricultura como a base de desenvolvimento, contraditoriamente os planos e principais programas de alocação de recursos indicam que apenas 3,5% são repassados a este setor. A mesma situação se verifica com a distribuição da certa de crédito.

Perante este cenário, os distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárue onde a atuação do setor privado local possui uma estreita vinculação com o meio rural, evidentemente que este setor não será capaz de materializar os objetivos preconizados pelo Governo, que define o setor privado como sendo a força motriz para fazer crescer a economia, através da sua capacidade de criação de postos de trabalho, geração de rendimentos, criação de inovações tecnológicas, entre outros.

Esta situação condiciona que o setor privado local, regional ou mesmo nacional esteja refém de articulações que se estabelecem com investidores estrangeiros que muitas vezes se servem do setor privado nacional apenas como “pontas de lança” com função de “desburocratizar” as obrigações legais e administrativas necessárias para o licenciamento de atividades económicas em Moçambique, a troco das famosas propinas.

Como constatou NKrumah (1976) na sua obra “A luta de classes em África”, um homem de negócio africano interessa-se não tanto pelo desenvolvimento da indústria como pelo seu enriquecimento pessoal por especulação, mercado negro, a corrupção, graças às propinas sobre contratos e diversas manipulações financeiras relacionadas com a pretensa “ajuda” recebida do estrangeiro. É assim que o

capitalismo africano é o aliado da burguesia capitalista. Mas não passa de um peão num imenso tabuleiro de xadrez dos monopólios capitalistas internacionais.

Este tipo de situação com muita frequência tem sido reportado nos distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárue, na região do Vale do Zambeze, sobretudo, com a exploração da madeira na província da Zambézia.

A madeira cortada em touros é de seguida exportada para o mercado europeu e asiático. Pseudo-empresários ou investidores chineses estão na vanguarda desta grilagem que lesa em muito os cofres do Estado e a sustentabilidade ambiental da região.

Políticas e projetos implementados sem a auscultação e idealização conjunta sobre as reais necessidades das comunidades se juntam ao conjunto da verticalização de decisões e ações que encontram numa sociedade civil local inoperante e passiva um terreno fértil para a implementação de projetos insustentáveis cujos financiadores e principais assessores técnicos mais se confundem com turistas do que como parceiros honestos que acrescentariam valor à região de forma a que no futuro se reduzisse a dependência e a “solidariedade” internacional.

O Plano de Desenvolvimento Comunitário atualmente assumido como o carro-chefe das ações do GPZ é um plano *top-down*. Trata-se de um plano concebido pelo Conselho Técnico do GPZ que integra diversos Diretores Nacionais, Governos Provinciais e dos Ministérios integrados na Comissão Interministerial do Vale do Zambeze.

Toda a idealização que se fez sobre os projetos a serem implementados nas comunidades não passou por uma participação ativa ou mesmo pro-ativa dos supostos beneficiários. A aprovação do Plano foi feito pelo próprio Conselho Técnico. Ou seja, quem elaborou o Plano foi por ironia quem o aprovou!

A propósito da persistente incidência das verticalidades na região do Vale do Zambeze procurou-se demonstrar nesta tese que ela se manifesta em diferentes escalas. Desde a *escala internacional* cujas evidências foram o contexto da construção da Barragem de Cahora Bassa liderada por Portugal e a África do Sul, a influência e os reflexos sobre Moçambique e a região do Vale do Zambeze da guerra fria, a forte dependência externa do Orçamento do Estado (OE) e a economia do país, através do papel desempenhado pelos doadores e instituições do Bretton Woods (IBWs), cuja presença e poder são bastante fortes.

Maior parte dos investimentos dos doadores internacionais são canalizados para setores não produtivos, sobretudo, os serviços e infra-estruturas sociais sem ligação direta e explícita com a base produtiva. Esta situação retira ao país a possibilidade de a curto, médio e longo prazo prescindir da dependência da ajuda externa e assim evitar a sacralização do moinho satânico.

A *escala nacional*, destacou-se o papel de alguns programas e políticas de desenvolvimento com a maior expressão para a política de socialização do campo, a criação de aldeias comunais, a contradição entre o discurso e prática quer a nível da Constituição da República, quer a nível de outros instrumentos de governação em relação ao lugar e a importância da agricultura no processo de desenvolvimento e combate à pobreza. A esta mesma escala, também se fez referência ao papel dos mega-projetos e do Programa Setorial de Desenvolvimento Agrícola (PROAGRI) sobre o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze.

A *escala regional-local* tomou-se como referência básica o Plano de Desenvolvimento Local desenhado e implementado pelo Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze (GPZ) como sendo um plano *top-down*, idealizado e aprovado pelo Conselho Técnico do próprio GPZ e com uma participação nula ou quase nula dos supostos beneficiários: as comunidades.

Ainda a escala regional-local concluiu-se que os grandes projetos como a Barragem de Cahora Bassa, as Açucareiras, as concessionárias do algodão e fumo, a exploração florestal da madeira, carvão localizadas nos distritos de Cahora Bassa, Marromeu, Moatize, Báruè situam-se no plano do uso do território apenas como recurso de valor econômico para a satisfação de interesses exteriores a região.

A contribuição destes projetos na redução da pobreza são praticamente insignificantes e a maior parte dos seus capitais são drenados para os países de onde são originários, portanto, não são reinvestidos em Moçambique, para além de se beneficiarem da política de atração de investimento externo com as respectivas isenções fiscais e outro tipo de impostos que a serem renegociados ajudariam a reforçar as receitas do Estado moçambicano.

Os exemplos mais evidentes são os casos da Mozal, Sasol, Areias Pesadas de Moma, entre outros com baixo nível de processamento, sem grande impacto no emprego e outras ligações industriais à escala nacional, regional e local.

Contudo, pela análise que se faz dos distritos e da região do Vale do Zambeze como um todo, constata-se que possui um grande potencial de recursos

naturais que se adequadamente alavancados lhe pode retirar da armadilha da pobreza e do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, efetivar-se o esperado *take-off*.

Os distritos e a região possuem potencial energético formidável, terra para agricultura, produção de cereais, oleaginosas, terra para negócio agro-florestal, para biocombustíveis, extensas áreas para todo o tipo de atividade turística, uma enorme disponibilidade de recursos do subsolo, sobretudo, minerais dos mais diversos tipos e uma população jovem, ou seja, em idade para trabalhar.

Seria imprudência por parte dos moçambicanos perderem a oportunidade de traduzir este potencial em locomotiva para o desenvolvimento a escala regional e nacional.

O desenvolvimento do Vale do Zambeze reside na exploração e na transformação do potencial natural disponível em benefício da região, num primeiro plano, do país, num segundo e do subcontinente, num terceiro.

A tese está bastante embasada na relação entre poder e território plasmado nos seus usos políticos e econômicos, cuja operacionalização registra-se nas escalas local, regional e nacional/ internacional e onde participam múltiplos atores com as suas racionalidades, engrenagens e especificidades de atuação no processo de desenvolvimento regional rural do Vale do Zambeze.

Setores hegemônicos ligados ao poder econômico e político criam nos distritos da região do Vale do Zambeze um cotidiano obediente e disciplinado, transformando-os em lugares de finalidades impostas de fora, cotidianos conformes, passivos e receptores da cadeia de decisões e intervenções externamente geradas.

Toda esta situação retira aos distritos da região do Vale do Zambeze os elementos do seu próprio comando, pois esta é buscada fora ou longe dali e, por isso, mobilizando poucos recursos que pudessem servir para a satisfação das necessidades e interesses das suas comunidades.

“A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro”. John Kennedy.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ADAM, Yussuf. Evolução das estratégias para o desenvolvimento no Moçambique pós-colonial. *In*: SOGGE, D (Ed). **Moçambique**. Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. Amsterdam: GOM, 1997.
- ACSELRAD, Henri. Território e Poder: as políticas das escalas. *In*: FISCHER, Tânia (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- AMIN, Samir. **Neo-colonialism in west África**. Harmondsworth: Pinguin, 1973.
- AMIN, Ash. Política regional em uma economia global. *In*: Ministério da Integração. **Política de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. DINIZ, Cleo Campolina (Org). Brasília: Editora da Universidade, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARAÚJO, Manuel G. Mendes. **O sistema de aldeias comunais em Moçambique**. Transformações na organização do espaço residencial e produtivo. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1988. (Tese de doutoramento).
- _____. **Geografia dos Povoamentos**. Assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo: Livraria universitária-Universidade Eduardo Mondlane, 1997.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Banco do Nordeste, Vol. 30 n. 2 abri – jun de 1999.
- ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: AR, 2004.
- AUSTRAL-COWI. **Governança e gestão econômica de Moçambique**. Relatório Técnico do Mecanismo Africano para Revisão de Pares (MARP). Maputo, 2008.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito: Instituto Piaget, 1995.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. Mesoregiões como escala para políticas regionais: articulação de atores e gestão territorial. *In*: DINIZ, Cléo Campolina & CROCCO, Marco (orgs). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BEAUJEU-GARNIER. **Geografia de população**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

BEAUJEU-GARNIER & CHABOT. **Tratado de Geografia urbana**. Barcelona: Editorial Vicens – Vives, 1970.

BECKER, Bertha. O uso político do território. *In*: BECKER, B; COSTA, R; SILVEIRA, C (org). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço & Debates** n. 32, 1991.

_____. A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão. *In*: BECKER, Bertha (org) **Ordenação do território: uma questão política**. Rio de Janeiro, 1984.

BECKER, Dinizar. A economia política do (dês)envolvimento regional contemporâneo. *In*: BECKER, Dinizar & WITTMANN, Milton L (Orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. *In*: FIORI, José Luís (Org). **Estado e moeda no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERECIARTU, Gurutz, L. **Contra o Estado-nación**. Madrid: Siglo XXI, 1989.

BERNSTEIN, Henry. Studying development/development studies. **African Studies**, 65, 1, July, 2006

BOLTON, Peter. The control of water resources in Zambezi Basin and its implications for Mozambique. *In*: **Mozambique: proceedings of Seminar held in the Centre of African Studies**. University of Einburg, 1st and 2nd December, 1978;

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): de que estamos hablando? *In*: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S (orgs). **Desenvolvimento local – regional**. Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Decreto n. 40/95 de 22 de Agosto. Publicação Oficial da República de Moçambique. I Série – Número 35. 30 de Agosto de 1995.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Resolução n.22/98. Publicação Oficial da República de Moçambique. I Série – Número 21. 02 de Junho de 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOWEN, Merle L. **Agricultura camponesa em Moçambique**. O caso de Chókwè, na província de Gaza. Maputo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, 1990.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.

BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. *In*: FIORI, José Luís (Org). **Estado e moeda no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CARRILHO, João *et al.* Os Dez anos de paz. Uma abordagem do sector agrário. *In*: Mazula, Brazão (cor). **Moçambique 10 anos de paz**. Maputo: CEDE, 2002.

CASTEL-BRANCO. Carlos Nuno. Privatizações não trouxeram ganhos ao sector produtivo. *In*: **Notícias**. Económico & Negócio. Maputo, 2008

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. *In*: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995;

_____. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. **Reforma agrária e desenvolvimento rural na República Popular de Moçambique**. Maputo, 1978.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

COLAÇO, João Carlos. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. *In*: FRY, Peter (Org). **Moçambique**. Ensaios. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2001

COLLIER, Paul. **Africa's economic growth: opportunities and constraints**. African Development Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltd,

CONSELHEIROS. **Agenda 2025: Visão Estratégica da Nação**. Maputo: Comité de Conselheiros, 2003.

CONSELHO DE MINISTROS. **Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2006 – 2009 (PARPA II)**. Maputo: República de Moçambique, 2006.

_____. **Programa Quinquenal do Governo**. Maputo, 2004.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

COVANE, Luís António. **O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920 -1992)**. Maputo: Promedia, 2001

CRUZEIRO DO SUL – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. Projecto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula. **Relatório Ano 1**. Nampula/Maputo, 1999.

_____. Mecanismo Africano para Revisão de Pares (MARP) – I Auto Avaliação. Desenvolvimento Socioeconômico. **Relatório Técnico**. Maputo, 2007

DALLABRIDA, Valdir R & BECKER, Dinizar. Dinâmica territorial do desenvolvimento. *In*: BECKER, Dinizar & WITTMANN, Milton L (orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DIOGO, Luisa. A paz e a economia. *In*: MAZULA, B (cor). **Moçambique 10 anos de paz**. Maputo: CEDE, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 9ª edição. São Paulo: Globo, 1991.

FOWOWE, Babajide. **Financial liberalization policies and economic growth: panel data evidence from Sub-saharian África**. African Devepment Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2008

FELICIANO, José Fialho. **Antropologia econômica dos Thonga do Sul de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

FERRÃO, João. **Um novo mapa cognitivo para a acção local**. Lisboa: Institututo de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2002.

FERNÁNDEZ, Víctor; AMIN, Ash; VIGIL, José. Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergência y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. *In*: FERNÁNDEZ, Víctor; AMIN, Ash; VIGIL, José (Comps). **Repensando el desarrollo regional**. Contribuciones globales para uma estratégia latinoamericana. Madrid: Miño e Dávila editores, 2007.

FIORI, José Luís. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia e Política**, Vol. 12, n. 1 (45), Janeiro-Março, 1992

_____. Introdução: De volta a riqueza de algumas nações. *In*: FIORI, José Luís (Org). **Estado e moeda no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FISCHER, Tânia. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

FRY, Peter (Org). **Moçambique**. Ensaios. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2001.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983

GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ZAMBEZE. **Plano de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Zambeze**. Tete. Conselho Técnico do GPZ, 2002.

_____. **O Vale do Zambeze**. Oportunidades de desenvolvimento. Tete: GPZ, 2003.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

GOMES, Paulo César da C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E et al (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Descaminhos e perspectivas do território. *In*: **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004

HANLON, Joseph. “O dono de Moçambique é o FMI”. *In*: SOGGE, David (Ed). **Moçambique – perspectiva sobre a ajuda e o sector civil**. Amsterdam: GOM, 1997.

_____. **Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?** Maputo: Missanga Idéias & Projectos Lda., 2008.

HANCE, William. “**Cahora Bassa hidro project: Portugal and South Africa seek political and economic gains from join investment**”. Africa Report, 25 May, 1972.

HEIDRICH, Álvaro. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In*: RIBAS, A ; ELISEU, S e SAQUET, M. (org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Editora Fundo de Cultura, s/d.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **II Recenseamento Geral da População e Habitação**. Maputo: INE, 1999.

_____. **Censo de Instituições Sem Fins Lucrativos**. Maputo: INE, 2006

_____ & SNEDDON, Chris. Toward a social and environmental history of the building of Cahora Bassaa Dam. **Journal of Southern African Studies**. Volume 26, Number 4, December, 2000

_____. **Slavery and beyond** – the making of man and chikunda ethnic identities in unstable world of south – central África, 1750 – 1920. Maputo: Promedia, 2006

KAHIL, Samira Peduti. Usos do território: uma questão política. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de Março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LAKATOS, E & MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

LOXLEY, John & SACKKEY, Harry A. **Aid effectiveness in Africa**. African Development Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **De L'état**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIESEGANG, Gerhard. Os mercados asiáticos e comércio do litoral. In: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Universidade Eduardo Mondlane. **História de Moçambique. Volume 1**. Maputo: UEM, 2000.

LOFORTE, Ana Maria. **Gênero e poder entre os tsonga de Moçambique**. Maputo: Promédia, 2000.

LUÍS, Augusto Jone. **Políticas do Banco Mundial para a educação básica moçambicana**. Florianópolis: UFSC, 2004. (Relatório para exame de qualificação para mestrado em educação).

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados** 13 (35), 1999.

MACHIKO, Nissanke & THORBECKE, Erik. **Introduction: globalization – poverty channels and case studies from Sub-saharian África**. African Development Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2008.

MACUANE, José Jaime. Reformas econômicas em Moçambique: atores, estratégias e coordenação. In: FRY, Peter (Org). **Moçambique**. Ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MAR, Eli, J. **Exploração portuguesa em Moçambique 1500 – 1973**. Esboço histórico. Volume I. African Studies Editorial: Denmark, 1975.

MARQUES, Raul Jorge. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Estudos de Geografia Humana Regional, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação de mestrado).

MARX, Karl. **El capital** – Crítica de la Economía Política. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS. PROAGRI – **Programa Setorial de Investimento Público**. Volume I – Sumário Executivo. Maputo, 1998.

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Estratégia de Desenvolvimento Rural**. Maputo: MPD, 2007

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR. **Gabinete do Plano do Vale do Zambeze**. Relatório de Actividades. Lisboa, 1970

MIDDLEMAS, Keith. **Cahora Bassa**. Engineering and politics in Southern Africa. London: Weindenfeld and Nicolson, 1975.

MORAES, António Carlos Roberto. **Bases da formação territorial do Brasil** – o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: FFLCH/USP, 1991. (Tese de doutorado em geografia humana).

MOSCA, João. A importância da agricultura. *In*: **Semanário Savana**. Maputo, 2008.

MOYO, Sam. **The land question and peasantry in Southern Africa**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Junio, 2005. <http://bibliotecavirtual.clacso.ar/libros/sursur/politics/moyo.rtf>

MOYO, Sam & SILL, Mike. **Energy policy and planning in Southern Africa**. Oxford: African Books Collective, 1999.

Mozambique Political Process Bulletin (MPPB), 14, February, 1995.

MUNGOI, Cláudio Artur. **Políticas agrárias**: dinâmicas de transformações territoriais e formas de reprodução social da família rural na região agrária do Chókwè – Moçambique. FFLCH/USP, São Paulo, 2005. (Dissertação de Mestrado).

MURDOCH, Jonathan. **Actor-networks and the evolution of economic forms: combining description and explanation in theories of regulation, flexible specialization, and networks.** England: Centre for Rural Economy, Department of Agricultural Economics and Food Marketing, University of Newcastle, 1995.

_____. **Networks** – a new paradigm of rural development? United Kingdom: Department of City and Regional Planning. University of Cardiff, 2000.

MYERS, Gregory W. A posse de terra no Moçambique do pós-guerra: limitantes e conflitos. **Extra n.13** – Maio/Agosto, 1993.

MWABU, G & THORBECKE, E. Rural development, growth and poverty in África. **Journal os African Economies**, Volume 13, AERC Supplement 1, pp. 116-165. Centre for the Study of African Economies, 2004.

NEGRÃO, José. Sobre a problemática de teorias de desenvolvimento rural. *In*: CRUZEIRO DO SUL – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. Projeto Seguimento do Programa Estratégico de Nampula. **Relatório Ano 1.** Nampula/Maputo, pp. 3 – 6, 1999.

_____. Sistemas costumeiros da terra em Moçambique. *In*: SANTOS & TRINDADE (Org). **Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique.** Maputo/Coimbra: CEA/CES, 2000.

NHANTUMBO, Isilda. Paz em Moçambique. Que impacto sobre o sector agrário? *In*: MAZULA, B (cor). **Moçambique 10 anos de paz.** Maputo: CEDE, 2002.

NHAQUILA, Líria. Avaliação **do contributo socioeconômico da indústria açucareira de Moçambique.** Maputo: Centro de Promoção da Agricultura, 2004

NISSANKE, Nachiko & SINDZINGRE, Alice. **Institutional foundations for shared growth in Sub-saharian África.** African Devepment Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

NKRUMAH, Kwame. **A luta de classes em África.** Lisboa: Livraria da Sá da Costa Editora, 1976.

_____. www.angoeuciclo.de – 2005.

OGENDO, Okoth. JEPAK Annual Conference on Managing Land for Faster National Development. **JEPAK Bulletin**, December, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano. Moçambique, 1998.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Moçambique, 2000.

_____. **Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**. Moçambique, 2005.

PELESSIER, René. **História de Moçambique** – formação e oposição 1854 – 1918 Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1987

RACINE, J. B. et ali. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-35, jan/mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATILAL, Prakash. Percepções sobre a economia. Aumento da riqueza nacional, distribuição eqüitativa, coesão nacional. In: MAZULA, Brazão (Org). **Moçambique 10 anos de paz**. Maputo: CEDE, 2002

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. Adélia et al. **Territorio Brasileiro**. Usos e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2004.

RÜCKERT, Aldomar. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais. O pólo de modernização tecnológica da Serra – Rio Grande do Sul – Brasil. In: **Sociologias**. Sociedade e território. Porto Alegre: UFRGS/IFCHA, Ano 6, nº 11, jan./jun, 2004.

_____. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: GEOUSP. **Espaço e tempo**. São Paulo, n. 17, pp. 79 – 94, 2005.

SACH, Jeffrey. **Investing in development: a practical plan to achieve the millennium development goals**. New York: Millennium Project, Report to the UN Secretary-General, 2005.

SANCHEZ, Diana e CASH, Katherine. **Reducing Poverty or Repeating Mistakes? A civil society critique of poverty reduction strategy papers?** Church of Sweden Aid, Diakonia, Save the Children Sweden and the Swedish Jubilee Network, 2003.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografía política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996; 2002; 2006.

_____. **Território**. Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *In*: **Sociologias**. Sociedade e Território. Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2004.

SERRA, Carlos. Os Estados militares do Vale do Zambeze. *In*: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Universidade Eduardo Mondlane. **História de Moçambique. Volume 1**. Maputo: UEM, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. *In*: BECKER, Dinizar & WITTMANN, Milton L (orgs). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlos e GALPIN, Charles. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano**. A systematic Source Book in Rural Sociology. Minnesota: The University of Minnesota Press, 1930.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

VAINER, Carlos B. Regionalismos contemporâneos. *In*: AFFONSO, Rui de Brito; SILVA, Pedro L (org). **A federação em perspectiva**. Ensaios relacionados. São Paulo: Tundop/Unesp, 1995.

VALÁ, Salim Cripton. **A problemática da posse de terra na região agrária de Chókwè (1954 – 1995)**. Maputo: Promedia, 2003

VEIGA, José Elli da. A face territorial do desenvolvimento. **Anais do 27º Encontro Nacional de Economia**, Belém, 8-10 de Dezembro de 1999, volume II, pp. 1301 – 1318, 1999.

VIEIRA, Sérgio. Grande entrevista. *In*: Semanário Independente “**O País**”. 15 de Agosto de 2008.

WILLIAMSON, John. **The Washington Consensus as policy prescription for development**. Washington: Institute for International Economics, 2004.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Stock nominal da dívida pública externa 1985 – 2005 (em Milhões de USD).	106
Tabela 2	Despesas setoriais do Governo como percentagem das despesas totais, 1999 – 2006.....	153
Tabela 3	179
Tabela 4	Número total de trabalhadores (efetivos e sazonais) no subsetor do açúcar...	181
Tabela 5	Taxas de migração interna de toda a vida, segundo as províncias de Moçambique.....	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dinâmica sócio-espacial segundo Milton Santos.....	51
Quadro 2	Acontecimentos e datas a registrar na história da Barragem de Cahora Bassa.....	115
Quadro 3	Escalas de análise.....	198
Quadro 4	Atores que compõem a sociedade civil, Estado e mercado.....	198

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Fundos salariais de quatro empresas açucareiras em Moçambique.... 223
- Gráfico 2** Variação da percepção da qualidade dos serviços das instituições de crédito por zona e região em Moçambique..... 225
- Gráfico 3** Fundos salariais de quatro empresas açucareiras em Moçambique.... 227

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Atuação de forças sobre o território.....	51
Figura 2	Estrutura de prazos.....	97
Figura 3	Distribuição do Orçamento do Estado por nível de decisão.....	104
Figura 4	Esquema inicial do processo de exploração da região do Vale do Zambeze.....	112
Figura 5	Atores multiescalares que atuam na região do Vale do Zambeze.....	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Países da Bacia do Zambeze.....	41
Mapa 2	Distritos selecionados para coleta de dados da amostragem das províncias do Vale do Zambeze.....	42
Mapa 3	Vale do Zambeze, representação da amostragem dos distritos visitados.....	43
Mapa 4	Locais atracados por Vasco da Gama em Moçambique.....	83
Mapa 5	Agrupamentos étno-linguístico em Moçambique.....	95
Mapa 6	Delta do Zambeze.....	109
Mapa 7	Fornecimento de energia em linha de corrente contínua à Estação Appolo na África do Sul.....	117
Mapa 8	População total de Moçambique por províncias.....	131
Mapa 9	PIB nos distritos do Vale do Zambeze.....	136
Mapa 10	Produção do arroz em Moçambique.....	159
Mapa 11	Expansão Bantu.....	161
Mapa 12	Índice de AIDS em Moçambique por províncias.....	190

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Recursos hídricos do Vale do Zambeze.....	126
Foto 2	Vista panorâmica da floresta do Vale do Zambeze.....	127
Foto 3	Comunidades ilhadas em situação de cheias no Vale do Zambeze.....	141
Foto 4	Barragem de Cahora Bassa, uma externalidade à produção de energia.....	143
Foto 5	Subestação do Songo alimentada pela energia da Barragem de Cahora Bassa.	147
Foto 6	Camponeses na região do Vale do Zambeze.....	149
Foto 7	Agricultura camponesa com utilização da enxada de cabo curto no distrito de Moatize, província de Tete.....	150
Foto 8	Grupo de pescadores artesanais num riacho na sub-região do delta do Zambeze, distrito de Marromeu, província de Sofala.....	163
Foto 9	Mulher envolvida na produção do arroz no distrito de Marromeu, província de Sofala.....	187
Foto 10	Evolução do desflorestamento na sub-região do delta do Zambeze.....	205
Foto 11	Tipo padrão de habitação na região do Vale do Zambeze, distrito de Moatize....	209
Foto 12	Edifício Sede do GPZ na cidade de Tete, Região do Vale do Zambeze.....	212
Foto 13	Frota de viaturas do GPZ.....	213

LISTA DE SIGLAS

- AIDS – Síndrome de Imunodeficiência Humana Adquirida
- BCB - Barragem de Cahora Bassa
- BM – Banco Mundial
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEA – Centro de Estudos Africanos
- CINSFLU – Censu a Instituições Sem Fins Lucrativos
- CS – Cruzeiro do Sul
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique
- GMD – Grupo Moçambicano da Dívida
- GPZ – Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Vale do Zambeze
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- HP – Hidrotécnica Portuguesa
- INE – Instituto Nacional de Estatísticas
- MAP – Ministério da Agricultura e Pescas
- MFPZ – Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze
- MPD – Ministério de Planificação e Desenvolvimento
- OE – Orçamento do Estado
- ONG's – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- p. - Página
- PARPA – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRE – Programa de Reabilitação Económica
- Proagri – Programa Setorial de Desenvolvimento Agrícola
- Renamo – Resistência Nacional de Moçambique
- SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
- UEM – Universidade Eduardo Mondlane

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE.....	49
2.1	VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES COMO PROCESSOS DINÂMICOS.....	49
2.2	O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E OS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS.....	55
2.3	A MULTIDIMENSIONALIDADE DO PODER E USOS DO TERRITÓRIO.....	70
3	MOÇAMBIQUE E A REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE NAS SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES.....	80
3.1	BASES DE FORMAÇÃO DA ESTRUTURA TERRITORIAL.....	80
3.2	A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E AS SOCIEDADES AFRICANAS.....	88
3.3	ESTADO-NAÇÃO E A LÍNGUA COMO SISTEMA SIMBÓLICO.....	90
3.4	O ESTADO COLONIAL E A DESINTEGRAÇÃO TERRITORIAL.....	95
3.5	A CRIAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.....	99
3.6	OS ESFORÇOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO E DA ECONOMIA DE MERCADO.....	104
4	O VALE DO ZAMBEZE NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	109
4.1	ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	109
4.2	O VALE DO ZAMBEZE COMO UMA REGIÃO ESTRATÉGICA.....	116

5	O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) E A BARRAGEM DE CAHORA BASSA.....	124
5.1	O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) COMO UMA POLÍTICA TERRITORIAL.....	125
5.2	A BARRAGEM DE CAHORA BASSA E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE.....	143
6	A AGRICULTURA CAMPONESA NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE	149
6.1	COMUNIDADES RURAIS, AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE.....	149
6.2	ACESSO À TERRA NO SISTEMA CONSUETUDINÁRIO.....	160
6.3	A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS ÀS FAMÍLIAS RURAIS.....	165
6.4	AS NOVAS RACIONALIDADES NO USO DO ESPAÇO RURAL.....	168
6.4.1	A política de socialização do campo.....	171
6.4.2	Programa de Reabilitação Econômica e a Agricultura.....	177
6.5	AS FAMÍLIAS RURAIS E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.....	183
6.6	GÊNERO E PRODUÇÃO FAMILIAR NO VALE DO ZAMBEZE.....	186
7	ESCALAS DE AÇÃO, ATORES INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS-LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ZAMBEZE.....	193
7.1	ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E GESTÃO.....	193
7.2	A ESCALA LOCAL: OS DISTRITOS EM ANÁLISE.....	198
7.2.1	Distrito de Marromeu.....	200
7.2.2	Distrito de Morrumbala.....	203
7.2.3	Distrito de Moatize.....	207
7.2.4	Distrito de Báruè.....	210
7.3	O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE (GPZ) E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....	212
7.4	O INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ZAMBEZE.....	217

7.5	O PAPEL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE....	225
7.6	O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE.....	231
7.7	REDES SOCIAIS LOCAIS/HORIZONTALIDADES – O EXEMPLO DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES DO ARROZ NO DISTRITO DE MARROMEU.....	234
8	CONCLUSÕES.....	244
	REFERÊNCIAS.....	255
	ANEXO A: GUIA DE ENTREVISTAS.....	265
	ANEXO B: O GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ZAMBEZE.....	278
	ANEXO C: CONTRATO DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO DE CAHORA BASSA.....	290
	ANEXO D: UMA FOTOGRAFIA ESTATÍSTICA DO ZAMBEZE EM MOÇAMBIQUE.....	304
	ANEXO E: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) POR PROVÍNCIAS, REGIÕES E PAÍIS, 2000 – 2004.....	305
	ANEXO F: BOLETINS DA REPÚBLICA SOBRE O VALE DO ZAMBEZE.....	306
	ANEXO G:TROCA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE O GOVERNO DE MOÇAMBIQUE E O GOVERNO PORTUGUÊS NO ÂMBITO DA REESTRUTURAÇÃO DA BARRAGEM DE CAHORA BASSA.....	320

ANEXOS

ENTREVISTA COM O DIRECTOR GERAL DO GPZ
Entrevista conduzida por Cláudio Mungói

1. O que é o GPZ?
2. Porquê atuar na região do Vale do Zambeze?
3. Quais os projetos estratégicos que existem na região?
4. O quê o GPZ tem estado a desenvolver?
5. Quais os resultados das suas ações?
6. Como tem sido a articulação com outros atores?
7. Quais as apostas do GPZ?
8. Quais as expectativas do GPZ para a região?
9. Qual a situação do aproveitamento dos potencial natural e humano existente na região?
10. Quem são os investidores na região?
11. De onde provêm tais investidores?
12. Quais os montantes envolvidos nos investimentos?
13. Qual tem sido a participação do GPZ nos diferentes projetos de desenvolvimento com destaque para a Barragem de Cahora Bassa, Carvão de Moatize, Reabilitação da Linha de Sena, a construção da ponte sobre o Zambeze, a indústria do agro-processamento do açúcar, algodão e fumo, entre outros?
14. Onde investir para rapidamente desenvolver a região?
15. Porquê é que tal desenvolvimento ainda não aconteceu?
16. A percepção que se tem é que no Vale do Zambeze há um potencial para responder a muito mais do que faz, incluindo produzir comida para todo o país. O que falta para o *take-off*?
17. Porquê é que o Vale do Zambeze é estratégico para o desenvolvimento do país?
18. Quais seriam os usos do território mais marcantes que poderiam catapultar a região no mapa do desenvolvimento nacional?
19. O GPZ seria uma política territorial? Porquê?
20. Como enquadrar o GPZ no quadro das políticas e estratégias de desenvolvimento do país?
21. Quais são as principais limitações para o desenvolvimento da região?
22. Quais são os sucessos alcançados nesta empreitada?
23. O que mudou do GPZ colonial para o GPZ do pós-independência?
24. O quê distingue a região como estratégica para o desenvolvimento nacional?
25. Em termos de produção agrícola, quais tem sido as apostas?
26. Como avalia a situação do desenvolvimento agrícola na região?
27. Como avalia a situação do crédito agrícola, comercialização, banca, fenómenos negativos com a terra?
28. No âmbito da integração nacional e da consolidação da unidade nacional e construção da nação moçambicana, qual poderá ser a contribuição do GPZ para a materialização deste objetivo?
29. Atualmente quais os recursos da região com uma maior participação no PIB nacional?
30. Qual a tendência de crescimento da região nos últimos anos?
31. Como é feita a gestão das calamidades naturais (cheias) na região?
32. Quais os fatores que concorrem para os altos índices da AIDS na região do Vale do Zambeze?
33. O quê tem falhado nas estratégias de combate a AIDS?

34. Qual seria a maior valia do GPZ para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze?
35. Onde é que o GPZ pretende chegar e o que pretende mudar?
36. Porquê é que existe a percepção de que o desenvolvimento ainda não chegou ao Vale do Zambeze, apesar da presença do GPZ que teria por função promover tal desenvolvimento?

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA HCB

1. A HCB já é moçambicana desde novembro de 2007. Qual foi a situação de saúde financeira que herdou?
2. Quais eram os montantes existentes nas contas da HCB?
3. Até finais de 2007, a HCB deveria pagar inicialmente 250 milhões de dólares à Portugal. Feito isto, quanto é que resta nas contas da HCB?
4. Pode-se dizer que a nova gestão herdou uma empresa saudável? Teve todo o relatório da situação anterior?
5. Qual é o real grau de rentabilidade da HCB? O que ele significa nesta altura?
6. No âmbito dos acordos que foram assinados com Portugal, estava previsto que a HCB pagasse uma taxa de concessão mensal de 10% sobre as receitas brutas ao Estado, a partir de janeiro de 2008. Já está a pagar?
7. E noutros impostos, quanto é que a HCB está a pagar ao Estado?
8. Daquilo que são as contas que esta nova administração faz, a HCB é ou não uma empresa lucrativa?
9. Até que ponto as empresas moçambicanas podem tirar dividendos de uma HCB moçambicana (ainda que não seja a 100% nossa), por exemplo, na prestação de serviços?
10. Como é que está a ser gerida a situação de recursos humanos, dado que havia muitos técnicos portugueses dentro da HCB?
11. Quantos trabalhadores moçambicanos a HCB tem neste momento?
12. Aquando do processo da reversão da HCB, houve muitos números levantados, relativamente àquilo que a HCB iria pagar pelo empréstimo que foi contraído ao consórcio bancário, que deu 750 milhões de dólares americanos. Há informações que apontam que o empréstimo está fixado numa taxa de juros de 2%, que devia ser pago em 10 anos, com possibilidades de se alargar para 15 anos. Quais são efectivamente os números que estão envolvidos neste empréstimo?
13. Quanto é que, efectivamente, a HCB está a pagar pelo empréstimo bancário?
14. Nestas negociações se chegou a dizer que o consórcio bancário, que financiou esta operação, colocou uma empresa canadiana para fazer a manutenção da parte operacional da HCB. Qual é o papel desta empresa na HCB?
15. Ela funciona como garantia do consórcio bancário relativamente aos padrões de qualidade da HCB?

16. O Estado moçambicano detém 85% da estrutura acionista da HCB. De acordo com a informação que é propalada, existe uma empresa que faz a gestão de 85% das ações do Estado, é verdade?

17. A EDM é que faz a gestão dos 85% do Estado?

18. A HCB já é mesmo moçambicana, mas moçambique está numa situação peculiar: é tão exportador de electricidade quanto importador, toda a energia consumida no Sul de Moçambique é importada da África do Sul, e cerca de 80% da energia da HCB é exportada (para RAS e Zimbábue), e apenas 20% é para consumo interno. O que mudará com a reversão? Vamos reduzir a energia exportada e, com isso, deixar de ganhar algum dinheiro, para aumentar o consumo interno?

19. Qual é a margem de manobra que a administração da HCB tem para manipular este jogo a favor de Moçambique?

20. A HCB tem uma capacidade atual de produzir 2075 MW, dos quais dá cerca de 1100 a África do Sul, 400 ao Zimbábue e 350 à Moçambique, qual é a margem que a HCB tem para comercializar para outros países?

21. Na época em que a HCB estava sob a gestão majoritária de Portugal, o Zimbábue aparecia como a principal fonte de receitas anuais da HCB, APESAR DA África do Sul ser o país que mais importa energia de Moçambique. O zimbabuê chegou a pagar 9 vezes que a África do Sul. Até que ponto isto constitui verdade?

22. Discutia-se a questão de tarifas com a África do Sul. Em que ponto está esta discussão?

23. Para quando é que se vai avançar com a Central Norte?

24. A África do Sul está neste momento a viver uma crise energética. Que aproveitamento é que Moçambique está a tirar desta oportunidade?

25. Se tivesse que fazer um aconselhamento ao Governo, entre construir a Central Norte e construir a barragem de Mpanda Nkuwa, o que acha que devia avançar primeiro?

26. Como é que está a relação entre a HCB e Zimbabuê (ZEZA)

27. A HCB chegou a reduzir à metade o fornecimento de energia ao Zimbabuê. Este foi um instrumento de pressão que resultou?

28. Fala-se de uma dívida de 26 milhões de dólares que a ZEZA tinha com a HCB. Quantos são neste momento.

29. Atendendo que as estimativas de consumo de energia no país tendem a aumentar e que os actuais 470 MW fornecidos a EDM vão esgotar em 2009, por causa, sobretudo, do projeto de eletrificação rural. Está previsto dentro dos projetos da HCB aumentar esta quota a EDM?

30. O cenário de construção da Central Norte revela que vai levar mais alguns anos. Considerando que as necessidades em termos de energia acontecessem anualmente, pela via da HCB, a EDM não terá acesso a essa energia?

31. Uma das medidas que esta administração tomou foi a reabilitação da HCB. Este projeto está concluído?

32. Os montantes envolvidos nesta reabilitação serão provenientes de fundos próprios da HCB ou será um financiamento bancário?

GUIÃO PARA INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Entrevista conduzida por Cláudio Mungói

I. Conhecimento sobre documentos normativos

1. Quais são os instrumentos de políticas, leis, convenções, programas nacionais que se possa estabelecer uma relação com o desenvolvimento regional do Vale do Zambeze?
2. Qual é o instrumento mais usado que enquadre o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze como uma política territorial?
3. Fornecer documentos relevantes que possam apoiar a pesquisa;

II. Questões específicas sobre produção agrícola

1. A vossa instituição tem recebido casos de preocupação relacionadas com a produção agrícola, comercialização e posse de terra?
2. Que tipo de casos são mais frequentes na região?
3. Tem sido reportados muitos casos diminuição dos índices de produção, perda de posse de terra decorrentes do funcionamento, conflitos e outros factores adversos na região?
4. Como são solucionados ou minimizados esses casos?
5. O que pode ser feito para melhorar a produção agrícola e assegurar a posse de terra pelos camponeses?
6. Qual é a situação da produção agrícola na região do Vale do Zambeze?
7. Qual é o grupo mais afetado (recorte do género/sector comercial ou empresarial, a comercialização)
8. Qual tem sido a política de preços dos produtos agrícolas na região?
9. Em relação a questão de armazenamento, quais são as infra-estruturas existentes?
10. Assumindo que a agricultura na região é uma atividade essencialmente feminina, o que se tem feito para este grupo?
11. Assumindo que a agricultura é a base do desenvolvimento das comunidades, o quê tem sido feito em termos de políticas públicas?
12. Fornecer dados quantitativos sobre produção anual do sector familiar.
13. Relato de casos de baixa de produção decorrentes de constrangimentos que o setor da agricultura enfrenta.
14. Como o Estado reage perante a situação do declínio da produção camponesa e dos problemas decorrentes da posse de terra e acesso a mercados agrícolas?
15. Quais são as culturas mais produzidas na região?
16. No conjunto da produção agrícola quais as culturas que garantem uma maior segurança alimentar e rendimento às famílias?
17. Qual é o ponto de situação sobre as condições técnicas do aproveitamento do potencial hidráulico do rio Zambeze?
18. Quem são os beneficiários?
19. Quais os critérios de acessibilidades ao sistema de irrigação?
20. Qual é o grau de participação dos beneficiários na gestão, conservação e manutenção do sistema de irrigação?
21. Quais poderão ser os mecanismos mais adequados para o aumento da produção e produtividade dos camponeses ao longo do vale?

22. Que projetos podem ser identificados como de referência positiva na produção agrícola da região?
23. Quais terão sido os aspectos positivos destes projectos?
24. Para os casos de projetos mal sucedidos, quais terão ou têm sido os principais fatores?
25. Qual tem sido a tendência nos últimos cinco anos da produção agrícola?
26. A que se deve tal tendência?
27. O que pode ser arrolado como fatores limitantes para a produção agrícola?

III. INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

1. Quais são as ações a destacar para uma maior eficiência e desenvolvimento da região do Vale do Zambeze?
2. O que pode ser feito para captação de investimentos?
3. Quais são as áreas prioritárias para investimentos estratégicos na região?
4. O quê pode ser feito para um melhor aproveitamento do potencial existente na região?
5. O quê pode ser feito para estimular uma maior articulação entre atores do processo de desenvolvimento da região?
6. Em matéria de assessoria e suporte técnico e/ou de outra natureza, o quê pode ser feito com os camponeses, associações ou mesmo instituições governamentais e não governamentais que atuam na região do Vale do Zambeze?
7. O quê deve ser feito para garantir uma maior eficiência no uso e aproveitamento dos recursos naturais existentes na região?
8. Como promover atitudes que propiciam o fortalecimento da auto-organização dos camponeses na região?
9. O quê pode ser feito de modo a permitir melhores ganhos decorrentes da venda de energia países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral?
10. De que forma os camponeses da região do Vale do Zambeze podem tirar vantagens competitivas decorrentes do alargamento de economia de escala no âmbito do estabelecimento do Protocolo do Livre Comércio ao nível da SADC?
11. O quê se espera que possa mudar com a reversão da Barragem de Cahora Bassa ao Estado moçambicano?
12. Como passarão a ser as prioridades e os ganhos diretos ao Estado moçambicano e a região do Vale do Zambeze com esta reversão?

GUIÃO AOS GESTORES E TÉCNICOS DE PROJECTOS
Entrevista conduzida por Cláudio Mungói

1. Quais são os objectivos e as metas decorrentes da implementação dos Vossos projectos na região do Vale do Zambeze?
2. A quanto tempo implementam o projecto na região?
3. Quais foram as lições apreendidas, incluindo os pontos fortes e fracos?
4. Quais são as actividades prioritárias e porquê?
5. Como tem sido o envolvimento das comunidades na implementação do projecto? Perfil, número, tempo de trabalho, proveniência, etc.
6. Quais são as áreas de abrangência do projecto e o grupo alvo?
7. Quais os resultados alcançados e as expectativas do projecto?
8. Quais os critérios para a elegibilidade dos beneficiários do projecto ao nível da região?
9. Quais os critérios para a selecção da área para a implementação do projecto?
10. Em quê consiste o apoio do projecto aos beneficiários (comunidades/região/país)?
11. Como tem sido a articulação/parceria institucional com outros atores (Estado/Setor privado/Sociedade Civil)?
12. Que resultados se fazem sentir ao nível de produção de produção agrícola para os camponeses?
13. Quais as questões chaves que merecem destaque nas áreas participadas pelo projecto?
14. Quais as origens e montantes envolvidos na implementação do projecto?
15. Como são geridos os fundos do projecto (pessoal nacional e/ou estrangeiro)?
16. Como tem sido a receptividade por parte dos beneficiários em relação ao apoio do projecto no que diz respeito a: (i) aderência; (ii) comprometimento; (iii) responsabilidade e (iv) sustentabilidade?
17. Que registos há a destacar em relação a eficiência ou fracasso do apoio do projecto?
18. Em relação a produção agrícola e desenvolvimento comunitário, qual têm sido a aposta do projecto em relação ao acesso ao mercado?
19. Como o projecto avalia a produção agrícola na região? Quem participa mais na produção agrícola e porquê?
20. Quais seriam as melhores apostas para garantia de melhor produção agrícola na região?
21. Para o projecto, quais seriam as melhores apostas para o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze?
22. Pode-se afirmar para o caso específico das áreas de intervenção do Vosso projecto que políticas, estratégias, leis, normas, regulamentos têm contribuído para o desenvolvimento da região? Em que medida isso acontece?
23. Já é evidente a redução do índice de pobreza na região do Vale do Zambeze. A quê se deve tal situação?
24. Perante um quadro acima descrito, qual tem sido o papel do Vosso projecto na redução da pobreza na região?
25. Será que a agricultura de pequena escala oferece maiores vantagens aos camponeses? Porquê e em que condições?
26. Existirá um outro mecanismo que ofereça maiores garantias e vantagens de rendimento para os camponeses na região?

27. Como a produção agrícola de pequena escala pode ajudar a apoiar os camponeses na obtenção de rendimentos?
 28. O que tem sido feito no terreno pelo projecto e qual tem sido os impactos dos seus programas em termos de melhorias de qualidade de vida para as populações?
 29. O quê mudou em termos quantitativos e qualitativos com a implementação do projecto?
 30. Quais tem sido os principais constrangimentos para o projecto?
 31. O que deve ser feito para melhorar a eficiência do projecto?
 32. Quais são as perspectivas e expectativas do projecto à curto e médio prazos?
 33. Outras questões relevantes que não foram aqui levantadas que mereçam a Vossa consideração?
 34. Documentação importante que nos possa fornecer sobre questões relacionadas com o desenvolvimento da região, apontando estratégias, desafios e prioridades a curto e médio prazos.
- Obrigado e agradeço que nos facultassem os Vossos contactos para eventuais esclarecimentos adicionais.

GUIÃO DE ENTREVISTAS AOS CAMPONESES/ASSOCIAÇÕES

Entrevista conduzida por Cláudio Mungói

I. SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DO VALE DO ZAMBEZE

1. Qual é a situação da produção agrícola em termos de índice, hectares, destino da produção?
2. Quais são as culturas produzidas?
3. Quais as dificuldades que enfrentam na produção agrícola?
4. Qual tem sido a contribuição do governo e de outros parceiros na produção agrícola?
5. Quais são as culturas que garantem uma maior segurança alimentar das famílias?
6. Quem participa na produção agrícola?
7. Como tem sido o funcionamento e o abastecimento da água na região?
8. Qual tem sido o apoio que a comunidade tem recebido para aumentar a sua produção?
9. Como tem sido a colocação dos produtos no mercado?
10. O quê mais se comercializa?
11. Quais as dificuldades enfrentadas na comercialização?
12. Como os camponeses estão organizados na região?
13. Qual tem sido o apoio técnico, material, financeiro e logístico por parte de diferentes parceiros, incluindo o governo?
14. Como são concebidos e implementados os projetos agrícolas e de outra natureza?
15. Qual a participação dos camponeses nos projetos?
16. A quem se destinam os projetos apoiados ou implementados com a participação de parceiros externos?
17. Até que ponto os projectos implementados respondem as expectativas das comunidades?
18. Qual é a situação da posse de terra dos camponeses na região?
19. Quais os mecanismos que asseguram a posse de terra pelos camponeses na região?
20. Quais têm sido os problemas mais frequentes em relação ao desenvolvimento de atividades produtivas?
21. Onde reside o problema de fundo em relação a questão do desenvolvimento da região do Vale do Zambeze?
22. Como os camponeses se organizam em face dos problemas/desafios e dificuldades enfrentadas no exercício das suas actividades?
23. Quais tem sido os principais instrumentos de recurso para solucionar os seus problemas?
24. O quê deve ser mobilizado de modo a garantir altos rendimentos produtivos na região?
25. Partindo do pressuposto de que a atividade agrícola é essencialmente feminina, qual tem sido o apoio prestado as mulheres em termos de acesso ao crédito, assistência técnica, formação e outros elementos que permitam contribuir para a elevação do grau da sua rentabilidade?
26. As associações têm sido mecanismos eficientes que permitam dialogar com outros interlocutores (atores) e facilitar o acesso ao crédito, comercialização, transporte, etc?

27. Qual tem sido a proveniência dos apoios recebidos? Quais os montantes envolvidos?
28. Quais os impactos dos apoios e/ou parcerias existentes?
29. Quais são as áreas prioritárias a investir no setor de modo a permitir a elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola e incrementar o desenvolvimento?
30. Os camponeses possuem conhecimentos sobre as vantagens dos acordos assinados pelos governos da África Austral (SADC)?
31. Como é que interpretam a questão da integração regional e o Protocolo do Comércio Livre?
32. Quais os benefícios de tais acordos regionais com impactos na actividade agrícola, sobretudo, em relação ao acesso ao mercado?
33. Qual foi a participação dos camponeses no estabelecimento de tais acordos regionais?
34. Quais as expectativas decorrentes do Protocolo do Comércio Livre?
35. A quem os camponeses recorrem para a solução dos seus problema e porquê?
36. O quê tem sido feito para aumentar a produção agrícola e assegurar a posse de terra?
37. Quais tem sido as boas práticas relacionadas com a atividade do sector que mereçam ser apoiadas e replicadas em outras regiões do país?
38. Quais são os problemas que dificultam o desenvolvimento satisfatório da produção agrícola na região?
39. Em termos técnicos, organizativos e financeiros o quê deve ser feito ou melhorado de modo a garantir altos índices da produção e a segurança de posse de terra pelos camponeses?
40. Quais são os principais problemas relacionados com a posse de terra na região?
41. Que tipo de apoio deve vir de fora e que tipo de soluções se devem encontrar a escala local para se resolver o problema de produção e da posse de terra?
42. Sobre os grandes projetos na região quais tem sido os benefícios?
43. Onde os parceiros deviriam melhorar ou reforçar as suas ações?
44. Quais as ações que contribuem para atitudes positivas na região?

ACÕES DE DESENVOLVIMENTO

13. Quais são as ações a destacar para um melhor aproveitamento do potencial de recursos naturais existentes na região?
 14. O que pode ser feito para assegurar a posse de terra pelos camponeses no região?
 15. O quê pode ser feito para assegurar o acesso ao mercado para os produtos dos camponeses?
 16. O quê pode ser feito de modo a promover o espírito da auto-estima aos membros da comunidade?
 17. O quê pode ser feito para estimular uma maior troca de experiências e informações entre diferentes grupos existentes de modo a replicar casos bem sucedidos?
 18. Em matéria de assessoria e suporte técnico e/ou de outra natureza, o quê pode ser feito com os camponeses, associações ou mesmo instituições governamentais e não governamentais que atuam na região?
- Em relação a barragem de Cahora Bassa, o quê deve ser feito para garantir a sua maior eficiência de modo a atender as expectativas da população da região do Vale do Zambeze?

ANEXO B

GABINETE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ZAMBEZE

3.1 — Sua criação

Após a adjudicação ao Consórcio Zamco do empreendimento de Cabora Bassa, tornou-se oportuna a criação de um organismo especial adequado à envergadura e complexidade das tarefas a empreender em tal sentido — como sejam as de superintender na execução das obras adjudicadas e, principalmente, na elaboração e gradual realização de todo um vasto plano de desenvolvimento integral da região interessada, visando objectivos tão importantes mas entre si estritamente relacionados: como são o aproveitamento de valiosos recursos naturais, o progresso socio-económico das populações existentes e o adensamento da ocupação humana de extensos territórios ainda fracamente povoados.

Nesta sequência, foi, pelo Decreto-Lei n.º 69/70, de 27 de Fevereiro de 1970, criado no Ministério do Ultramar, na dependência directa do Ministro, o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze, abreviadamente designado por Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira com património próprio, para o qual foram transferidas as atribuições anteriormente cometidas à Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze e ao Grupo de Trabalho para o Zambeze.

3.2 — Atribuições

O Gabinete do Plano do Zambeze tem por objectivo geral promover, estimular e orientar, com a cooperação das autoridades e serviços competentes da metrópole e da província de Moçambique, o desenvolvimento económico e social da região do Zambeze, incluindo nesta a parte da respectiva bacia hidrográfica em território de Moçambique e, eventualmente, as áreas adjacentes que para o efeito forem definidas pelo Ministro do Ultramar, sob proposta do Gabinete, ouvido o Governador-Geral da província.

Para realização de tal objectivo compete especialmente ao Gabinete do Plano do Zambeze:

- a) Efectuar, em continuação dos trabalhos anteriormente realizados, o reconhecimento sistemático da região e o inventário dos seus recursos, incluindo todos os estudos, de qualquer natureza, que se tornem necessários para assegurar a melhor utilização desses recursos em proveito da referida região;
- b) Elaborar o plano geral, os planos parciais e programas de acção relativos ao desenvolvimento económico e social e ao povoamento da região do Zambeze, com justificação dos empreendimentos encarados e definição das prioridades a respeitar na sua execução, dos meios de investimento necessários e da cooperação de actividades estranhas ao Gabinete que deva ser assegurada;
- c) Elaborar os projectos dos empreendimentos constantes dos planos e programas de acção, uma vez estes aprovados pelo Governo, e promover a realização de tais empreendimentos nos termos da lei geral aplicável, procedendo à abertura de concursos, à adjudicação das obras e à celebração dos contratos e assumindo a direcção e a fiscalização dos trabalhos respectivos;

- d) Estudar e propor o regime de exploração dos empreendimentos executados e dar efectivação ao que for aprovado, quer promovendo a constituição dos organismos ou empresas previstas, quer assumindo directamente a incumbência da exploração desses empreendimentos, conforme for decidido pelo Governo;
- e) Assegurar, em representação do Estado e de acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o cumprimento dos acordos e contratos internacionais relativos quer à utilização por parte dos países ou territórios vizinhos de Moçambique da energia produzida nos aproveitamentos hidroeléctricos da região do Zambeze, quer a qualquer outra forma de cooperação de tais países ou territórios no desenvolvimento industrial da referida região;
- f) Pronunciar-se, precedendo a decisão da autoridade competente sobre os pedidos de concessões por qualquer forma relacionados com a missão do Gabinete, devendo em caso de discordância a decisão final ser proferida pelo Ministro do Ultramar;
- g) Efectuar as expropriações, aquisições ou arrendamentos necessários para a execução ou exploração dos empreendimentos a realizar;
- h) Propor ao Governo medidas legislativas ou outras consideradas recomendáveis para melhor rendimento da actividade do Gabinete e mais perfeito desempenho das suas atribuições.

No exercício da sua competência, o Gabinete do Plano do Zambeze deverá procurar valorizar quanto possível o concurso dos organismos públicos, autoridades administrativas e autarquias locais, existentes ou a criar na região interessada e, bem assim, a colaboração das iniciativas privadas, cabendo-lhe propor as disposições necessárias para garantir a melhor coordenação dos esforços aplicados à realização dos objectivos de interesse geral confiados ao Gabinete

De acordo com o disposto no artigo 4.º do citado Decreto-Lei, o Gabinete do Plano do Zambeze passou a superintender em todas as actividades respeitantes à realização do empreendimento de Cabora Bassa, actuando em representação do Ministério do Ultramar na execução do acordo celebrado em 19 de Setembro de 1969, entre o Governo de Portugal e o da República da África do Sul, e do contrato de fornecimento de energia celebrado na mesma data entre o Estado e a Electricity Supply Commission daquele país e, bem assim, do contrato celebrado com a firma ZAMCO — Zambeze Consórcio Hidroeléctrico, Lda., para a execução do referido empreendimento.

3.3 — Orgânica

O Gabinete do Plano do Zambeze é constituído por órgãos e por serviços.

São órgãos do Gabinete, o conselho directivo, o conselho técnico, a comissão administrativa e as comissões coordenadoras.

Os serviços compreendem os serviços centrais e os serviços regionais.

O conselho directivo exerce a direcção superior da actividade do Gabinete, sendo presidido pelo director-geral e tem como vogais o director-geral adjunto, um representante do Ministério das Finanças, um inspector superior vogal do Conselho Superior de Fomento Ultramarino e um representante da Direcção-Geral de Economia do Ministério do Ultramar.

O conselho técnico é um órgão de carácter consultivo para fins exclusivamente técnicos, sendo também presidido pelo director-geral do Gabi-

CONSELHO DIRECTIVO

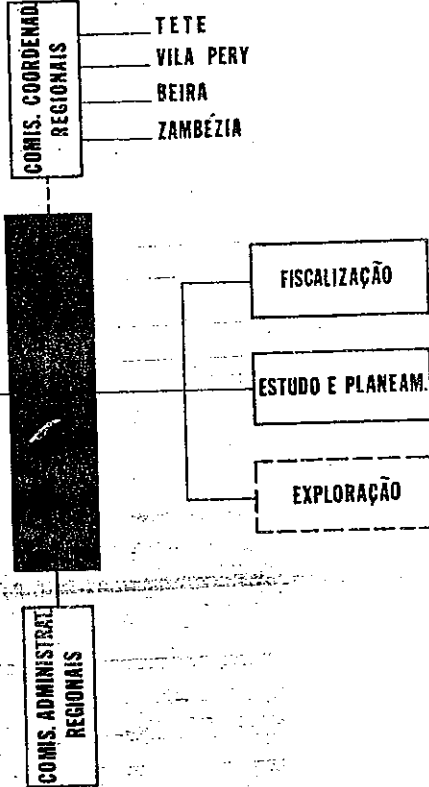
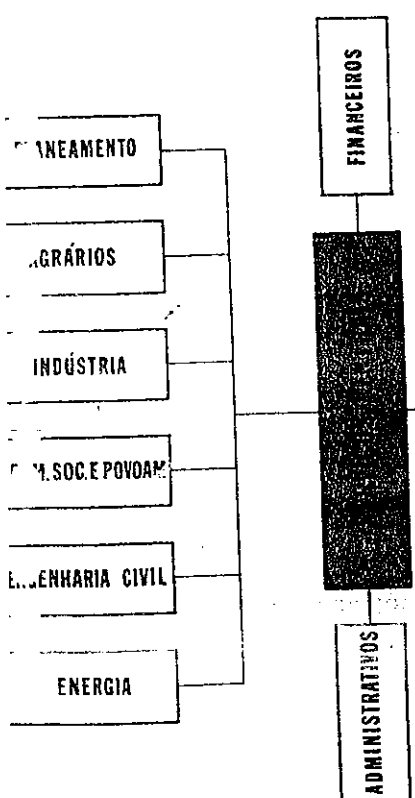
COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

COMISSÃO COORDENADORA PROVINCIAL



COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CONSELHO TÉCNICO



nete, e tem como vogais indivíduos de reconhecida competência nos diversos sectores técnicos interessados na actividade do Gabinete.

A comissão administrativa é o órgão responsável pela execução financeira das resoluções dimanadas do conselho directivo ou do director-geral por sua delegação. É também presidida pelo director-geral e dela fazem ainda parte o director dos serviços financeiros e o chefe dos serviços administrativos do Gabinete, sendo assistida por um representante do Tribunal de Contas.

As comissões coordenadoras dividem-se em central, provincial e distritais, tendo a primeira sede em Lisboa, a segunda em Lourenço Marques e as terceiras nas sedes dos distritos da Província de Moçambique que são abrangidos pela área de actuação do Gabinete.

A comissão coordenadora central é presidida pelo director-geral do Gabinete, ou pelo Governador-Geral de Moçambique quando assim o entender, e tem como vogais, representantes de cada uma das seguintes entidades:

- Departamento da Defesa Nacional;
- Ministério das Finanças;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Secretaria de Estado da Informação e Turismo;
- Secretariado Técnico da Presidência do Conselho;
- Gabinete dos Negócios Políticos, Gabinete do Planeamento e Integração Económica, Direcção-Geral de Economia, Agência Geral do Ultramar e Junta de Investigações do Ultramar, do Ministério do Ultramar;
- Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, Junta de Colonização Interna, Fundo de Fomento de Exportação e Instituto Nacional de Investigação Industrial, do Ministério da Economia;
- Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra;
- Caixa Nacional de Crédito.

A comissão coordenadora provincial é presidida por um secretário provincial designado pelo Governador-Geral de Moçambique, ou por este se assim o entender, e tem como vogais os restantes secretários provinciais, intervindo nas reuniões plenárias o director-geral do Gabinete ou o director-geral adjunto, podendo ainda, em quaisquer reuniões, participar representantes do Gabinete, com categoria não inferior a director de serviço, e assistir governadores de distrito, individualidades que representem interesses ligados ao desenvolvimento da região do Zambeze e outros cuja colaboração seja julgada conveniente, especialmente convidados para o efeito.

As comissões coordenadoras distritais, presididas pelos respectivos governadores de distrito, têm como vogais:

- um representante de cada um dos serviços da província que tenham delegações no distrito e ingerência em qualquer domínio de actividade do Gabinete;
- um representante das forças armadas;
- um representante da diocese;
- três representantes das actividades económicas do distrito;
- um dos directores dos serviços regionais do Gabinete;
- outros elementos da comissão consultiva regional dependente da comissão técnica de planeamento e integração económica.

ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS CENTRAIS

DIRECÇÃO GERAL

SERV. FINANCEIROS

- FINANCIAMENTO
- ORÇAMENTOS
- CONTABILIDADE
- TESOURARIA
- PATRIMÓNIO

SERV. ADMINISTRATIVOS

- EXPEDIENTE GERAL E ARQUIVO
- PESSOAL
- CONTENCIOSO
- APROVISIONAMENTO

RELAÇÕES PÚBLICAS

SECTOR TECN. AUXILIAR

- DOCUMENTAÇÃO
- DESENHO
- ARQUIVO TÉCNICO
- CÁLCULO

SERV. DE PLANEAM.

SERVIÇOS AGRÁRIOS

- AGRICULTURA
- SILVICULTURA
- PECUÁRIA
- FAUNA E PESCA
- COMERCIALIZAÇÃO E IND. DE PRODUTOS
- INVESTIGAÇÃO APLICADA

SERV. DE INDÚSTRIA

- EXTRACTIVA
- TRANSFORMADORA
- DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
- CARTOGRAFIA GEOLÓGICA E MINEIRA
- PESQUISA DE ÁGUAS E TURISMO

SERV. PROM. SOC. POL.

- POVOAMENTO
- DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
- ESTUDOS SOCIOLÓGICOS
- EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA
- MELHORAMENTOS RURAIS
- MÃO DE OBRA

SERV. DE ENG. CIVIL

- HIDRÁULICA
- CONSTRUÇÕES
- TECNICA GERAL
- TRANSPORTES
- HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO
- CARTOGRAFIA GERAL

SERV. DE ENERGIA

- PRODUÇÃO
- TRANSPORTE
- DISTRIBUIÇÃO
- COMUNICAÇÕES
- FONTES PRIMÁRIAS

Os serviços centrais, com sede em Lisboa, estão organizados em direcções de serviço, correspondentes aos grandes sectores de actividade do Gabinete: planeamento, agrários, indústria, promoção social e povoamento, engenharia civil, energia e financeiros.

Dos serviços centrais fazem igualmente parte os serviços administrativos, o sector técnico auxiliar e o sector de relações públicas.

Os serviços regionais têm a sua sede em Moçambique e compreendem:

- Serviços de Estudo e Planeamento, afectos fundamentalmente ao Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze;
- Serviços de Fiscalização de Obras;
- Serviços de Exploração, a constituir nos casos em que seja atribuída ao Gabinete a incumbência de exploração de empreendimentos executados sob a sua superintendência;

Estão já em funcionamento os Serviços Regionais de Estudo e Planeamento, com sede em Tete, e os Serviços de Fiscalização da Obra de Cabora Bassa, com sede no Songo.

Nos serviços centrais funciona ainda uma comissão de directores, que tem por objectivo uma melhor coordenação da actuação dos vários serviços, e que é composta pelo director-geral, director-geral adjunto e por todos os directores de serviços centrais e pelos directores dos serviços regionais quando se encontrem em Lisboa e, bem assim, pelos funcionários do Gabinete cuja presença seja julgada conveniente.

3.4 — Pessoal

Os quadros de pessoal do Gabinete foram aprovados pelo Decreto n.º 218/70, de 16 de Maio de 1970, tendo, por força das disposições contidas no diploma que criou o Gabinete, transitado para esses quadros o pessoal da MFPZ e do GTZ então extintos.

Os quadros ficaram constituídos em Serviços Centrais e Serviços Regionais, compreendendo estes últimos os Serviços Regionais de Estudo e Planeamento, englobando a divisão de reordenamento das populações a deslocar pelo enchimento da albufeira de Cabora Bassa, e os Serviços Regionais de Fiscalização da Obra de Cabora Bassa, sendo a divisão de reordenamento e os serviços de fiscalização de carácter temporário.

Os quadros compreendem pessoal dirigente, técnico, administrativo e auxiliar, tendo a constituição indicada no quadro I.

No quadro II indica-se o número do pessoal que transitou dos organismos extintos antes mencionados e o que foi admitido no decorrer do ano de 1970, dando, portanto, a existência de pessoal em 31 de Dezembro de 1970.

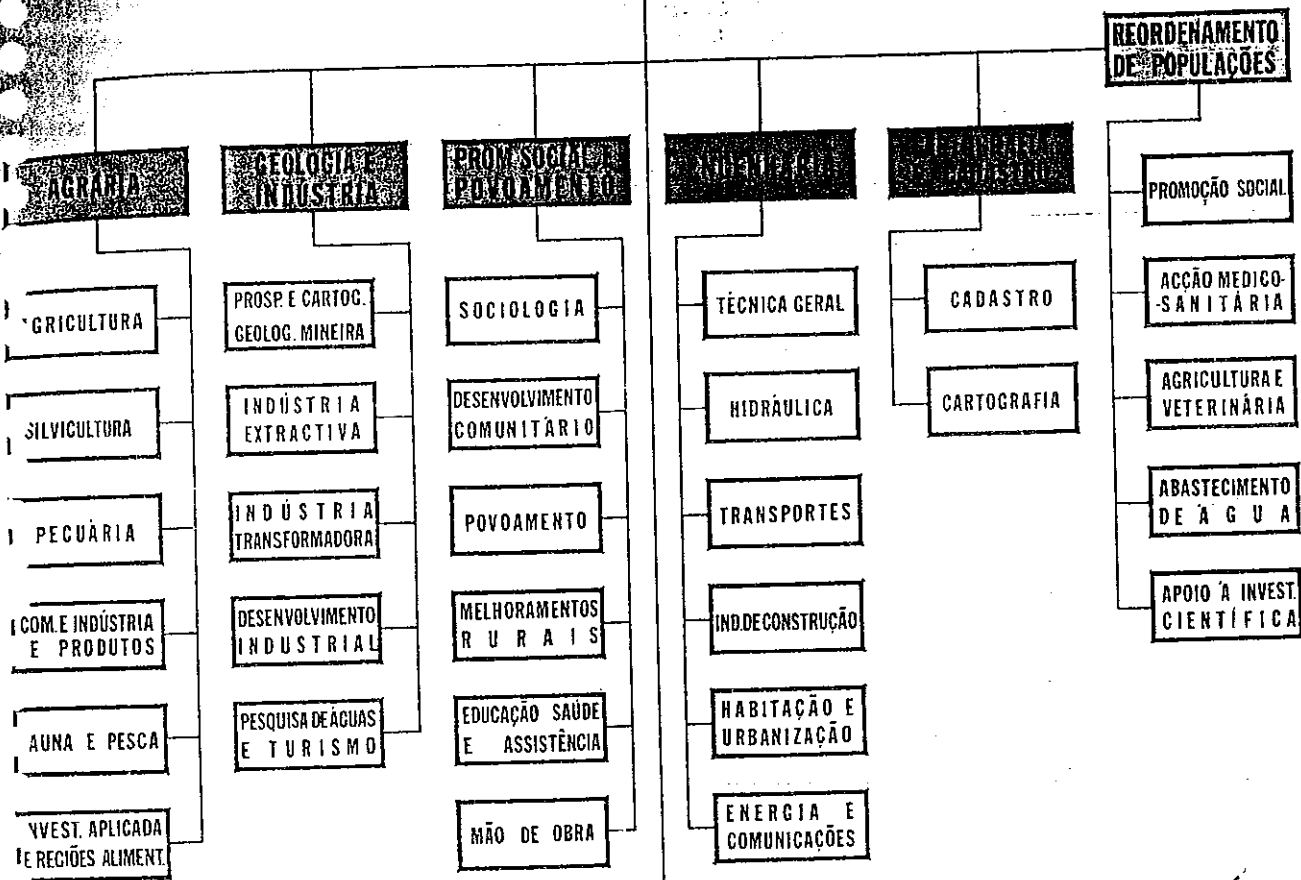
Deve salientar-se que, em 1970, as admissões foram feitas na sua maioria a partir de Junho, data em que entrou em vigor o orçamento do Gabinete, mas verifica-se que se dispõe já de razoável número de funcionários, não se tendo procedido a um maior recrutamento dadas algumas dificuldades no que respeita a falta de instalações e às exigências que sempre presidiram a uma selecção cuidadosa que tem necessariamente de ser feita para se obter gente devidamente qualificada.

O preenchimento dos lugares em primeira prioridade (Tabela 2) irá sendo feito à medida que se for alargando a zona de acção e se forem desenvolvendo os trabalhos em curso.

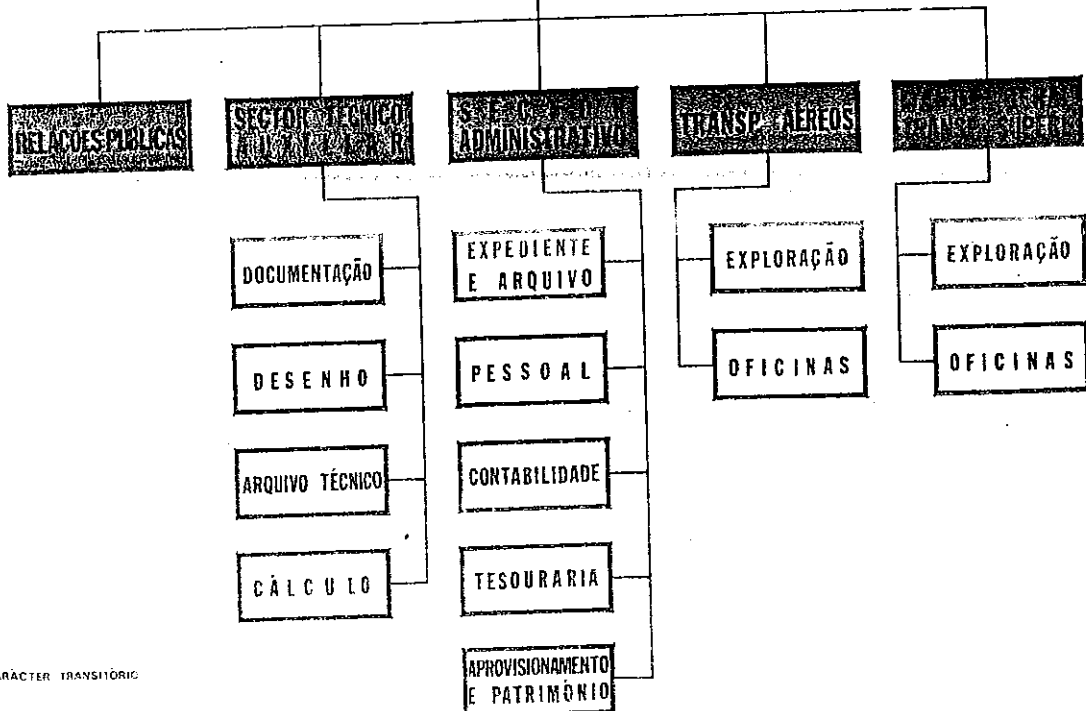
PROGRAMA DOS SERVIÇOS REGIONAIS DE ESTUDO E PLANEAMENTO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS

DEPARTAMENTO



SECTORES DE APOIO



□ DE CARÁCTER TRANSITÓRIO

Quadro I
SERVIÇOS CENTRAIS

Número de unidades		Designação	Categorias
Tabela 1	Tabela 2		
		Pessoal dirigente:	
1	1	Director-geral	B
1	1	Director-geral adjunto	C
7	5	Directores de serviço	D
4	3	Adjuntos dos directores de serviço	D
1	1	Chefe dos serviços administrativos	D-
		Pessoal técnico:	
8	5	Chefes de divisão	E
8	4	Técnicos de 1.ª classe	F
5	3	Técnicos de 2.ª classe	H
1	1	Adjunto técnico principal	H
1	1	Desenhador chefe	L
4	2	Desenhadores de 1.ª classe	M
2	2	Desenhadores de 2.ª classe	O
2	1	Técnicos auxiliares de 1.ª classe	L
4	3	Técnicos auxiliares de 2.ª classe	M
		Pessoal administrativo:	
1	1	Chefe de contabilidade	H
1	1	Técnico calculador	I
2	1	Contabilistas de 1.ª classe	L
2	2	Contabilistas de 2.ª classe	N
1	1	Tesoureiro de 2.ª classe	L
2	2	Segundos-mecanógrafos-adjuntos	O
1	1	Encarregado das relações públicas	H
1	1	Chefe de expediente	I
1	1	Chefe de secção	J
2	2	Tradutores-intérpretes	J
1	—	Encarregado de arquivo	N
2	2	Primeiros-oficiais	L
4	2	Segundos-oficiais	N
4	2	Terceiros-oficiais	O
1	1	Tradutor-correspondente	L
2	2	Teletipistas de 2.ª classe	O
2	2	Esteno-dactilógrafas	O
6	5	Escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe	S
3	2	Escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	U
2	2	Auxiliares de secretaria	T
		Pessoal auxiliar:	
1	1	Correio	U
4	3	Contínuos de 1.ª classe	V
3	2	Serventes	Y
1	1	Paquete	—

SERVIÇOS REGIONAIS DE ESTUDO E PLANEAMENTO

Número de unidades		Designação	Categorias
Tabela 1	Tabela 2		
		Pessoal dirigente:	
1	1	Director dos serviços	D
2	2	Adjuntos do director dos serviços	D
		Pessoal técnico:	
5	3	Chefes de divisão	E
6	5	Adjuntos dos chefes de divisão	F
6	4	Técnicos de 1.ª classe	F
6	3	Técnicos de 2.ª classe	H
4	2	Adjuntos técnicos principais	H
4	2	Adjuntos técnicos de 1.ª classe	I
6	5	Adjuntos técnicos de 2.ª classe	J
2	1	Assistentes sociais	J
2	1	Técnicos auxiliares principais	K

Número de unidades		Designação	Categorias	
Tabela 1	Tabela 2			
6	4	Técnicos auxiliares de 1.ª classe	L M N G J K L L M O G H I J L L N O N N R R S L N S	
8	6	Técnicos auxiliares de 2.ª classe		
13	7	Técnicos auxiliares de 3.ª classe		
1	—	Geómetra-chefe		
1	1	Geómetra ou topógrafo-chefe		
1	1	Topógrafo principal		
1	1	Topógrafos de 1.ª classe		
4	4	Desenhador-chefe		
1	1	Desenhadores de 1.ª classe		
3	1	Desenhadores de 2.ª classe		
2	2	Piloto-aviador-chefe		
1	1	Pilotos-aviadores de 1.ª classe		
3	3	Pilotos-aviadores de 2.ª classe		
3	3	Mecânico de aeronaves-chefe		
1	1	Mecânicos de aeronaves de 1.ª classe		
6	6	Radiomontador		
1	1	Mecânicos de 1.ª classe		
3	3	Mecânicos de 2.ª classe		
4	4	Electricista		
1	1	Operadores de máquinas		
3	3	Motoristas de 1.ª classe		
2	2	Motoristas de 2.ª classe		
3	3	Encarregado geral de obras		
1	1	Operários de 1.ª classe		
5	5	Capatazes de 1.ª classe		
5	5	Capatazes de 1.ª classe		
		Pessoal administrativo:		
1	1	Chefe dos serviços administrativos regionais		F J L N Q S T S N H
5	5	Chefes de secção		
3	2	Primeiros-oficiais		
4	3	Segundos-oficiais		
7	6	Terceiros-oficiais		
8	7	Primeiros-escriturários		
10	4	Segundos-escriturários		
4	3	Dactilógrafos de 1.ª classe		
1	1	Encarregado de arquivo		
1	1	Encarregado das relações públicas		
		Pessoal auxiliar:		
		A assalariar de acordo com as necessidades		

**SERVIÇOS REGIONAIS DE ESTUDOS E PLANEAMENTO
DIVISÃO DE REORDENAMENTO**

Número de unidades		Designação	Categorias
Tabela 1	Tabela 2		
		Pessoal técnico:	E E E F F F H H I J L M N L N S
4		Chefes de grupos de trabalho	
1		Chefe do sector de veterinária	
1		Investigador-chefe	
1		Investigador-adjunto	
2		Adjuntos dos chefes de grupo	
1		Técnicos de 1.ª classe	
1		Técnicos de 2.ª classe	
3		Adjuntos técnicos principais	
4		Adjuntos técnicos de 1.ª classe	
5		Adjuntos técnicos de 2.ª classe	
4		Técnicos auxiliares de 1.ª classe	
7		Técnicos auxiliares de 2.ª classe	
10		Técnicos auxiliares de 3.ª classe	
2		Encarregados gerais de obras	
1		Enfermeiro de 1.ª classe	
4		Enfermeiros auxiliares	
5		Operários de 1.ª classe	
5		Capatazes de 1.ª classe	
		Pessoal auxiliar:	
		A assalariar de acordo com as necessidades	

SERVIÇOS REGIONAIS DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE CABORA BASSA

Número de unidades	Designação	Categorias
Tabela 1		
	Pessoal dirigente:	
1	Director de serviços	D
4	Adjuntos do director de serviços	D
1	Médico	E
	Pessoal técnico:	
3	Técnicos de 2.ª classe	H
3	Adjuntos técnicos principais	H
1	Adjunto técnico de 1.ª classe	I
1	Geómetra-chefe	G
5	Geómetras ou topógrafos-chefes	J
1	Assistente social	J
2	Técnicos auxiliares de 1.ª classe	L
10	Técnicos auxiliares de 2.ª classe	M
9	Desenhadores de 1.ª classe	M
1	Encarregado geral de oficinas	L
4	Mecânicos de 1.ª classe	N
2	Operários de 2.ª classe	O
	Pessoal administrativo:	
1	Chefe dos serviços administrativos regionais	F
3	Chefes de secção	J
1	Tradutor-correspondente	L
1	Contabilista de 1.ª classe	L
2	Terceiros-oficiais	O
1	Tesoureiro de 3.ª classe	P
4	Escriturários de 1.ª classe	S
7	Dactilógrafos de 1.ª classe	S
1	Encarregado das relações públicas	H
	Pessoal auxiliar:	
	A assalariar de acordo com as necessidades	

Quadro II

Designação	N.º de lugares dos quadros		Transitado da MFPZ	Admitido em 1970	Total em 1970	Porcentagem Tab. 1
	Tab. 1	Tab. 2				
DIRIGENTE E TÉCNICO						
Com formação universitária	84	63	19	17	36	42,8 %
Com formação média e profissional	200	180	40	36	76	38,0 %
ADMINISTRATIVO	106	87	33	30	63	59,4 %
AUXILIAR	9	7	3	2	5	55,5 %

3.5 — Gestão financeira

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/70, de 27-2-70, o Gabinete é dotado de autonomia administrativa e financeira, com património próprio.

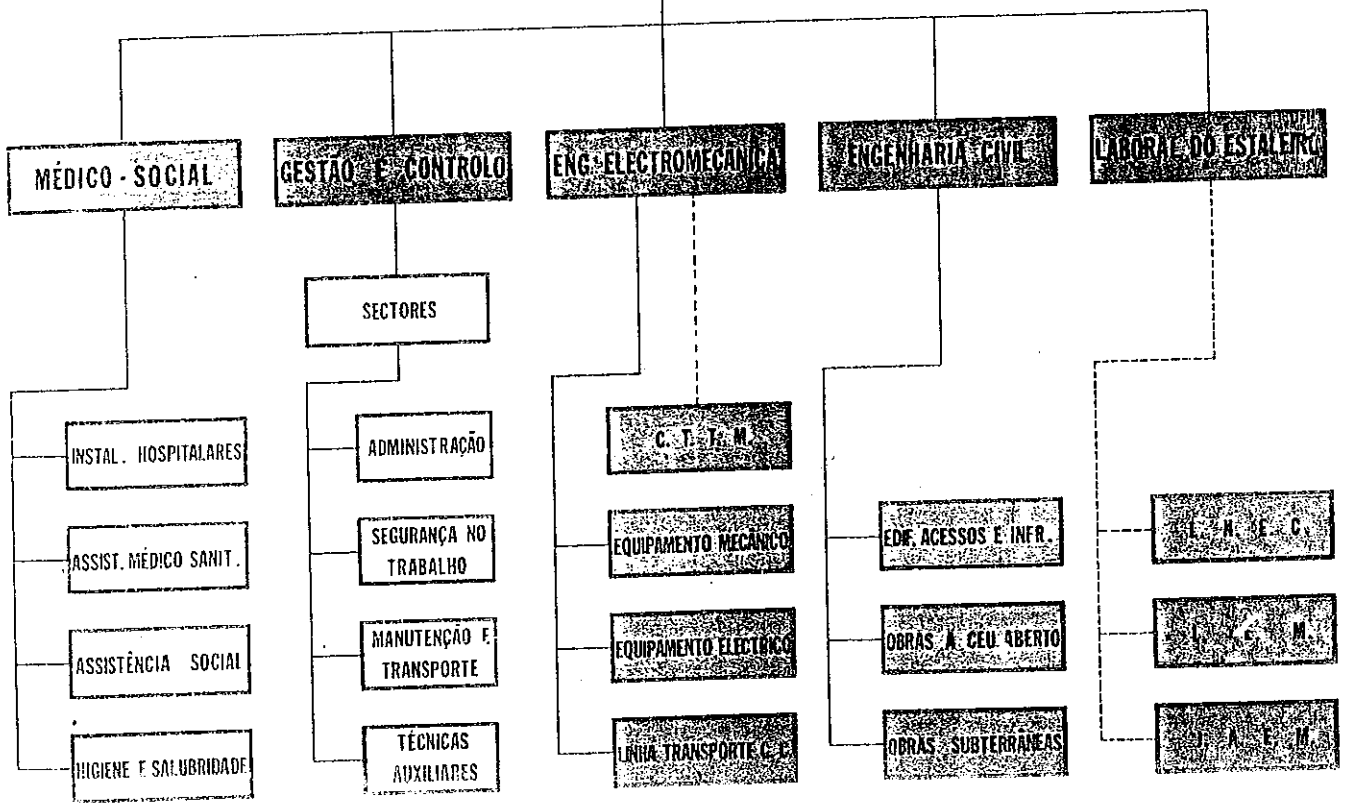
A gestão financeira e patrimonial do Gabinete é disciplinada pelas seguintes previsões:



- a) Planos de acção;
- b) Programas de trabalho anuais
- c) Orçamentos anuais

ORGANOGRAMA DOS SERVIÇOS REGIONAIS DE FISCALIZAÇÃO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS

DIVISÕES



 FISCALIZAÇÃO DELEGADA
 APOIO DE ORGANISMOS OFICIAIS

Estas previsões estão sujeitas à homologação do Ministro do Ultramar e ainda, quanto aos orçamentos anuais, à homologação do Ministro das Finanças.

Nos planos de acção, periodicamente ajustados à evolução das circunstâncias, procura-se prever, relativamente à actividade a desenvolver pelo Gabinete, os investimentos necessários e fontes de financiamento que devem ser utilizadas.

Constituem receita do Gabinete, as dotações, participações, subvenções e doações que lhe sejam atribuídas, os resultados da exploração dos empreendimentos ou serviços a seu cargo, rendimentos dos bens que administre ou possua, dos contratos de financiamento que lhe digam respeito e ainda de quaisquer impostos ou taxas que lhe venham a ser atribuídos por lei.

Por outro lado, constituem encargo do Gabinete, as despesas decorrentes da manutenção dos seus serviços e da execução, exploração, conservação e ampliação dos empreendimentos ou serviços a seu cargo.

3.6 — Meios materiais de acção

A extensa área de actuação do Gabinete e a complexidade das tarefas que lhe estão atribuídas, impõem o recurso a apreciáveis meios materiais de acção.

Quer os Serviços Regionais de Estudo e Planeamento (SREP), quer os Serviços Regionais de Fiscalização da Obra de Cabora Bassa (SRF), estão apetrechados com equipamento moderno para execução dos respectivos programas de trabalho.

Assim, os SRF dispõem de 15 veículos todo o terreno, 6 automóveis ligeiros, 1 camião e 1 autocarro para transporte de pessoal.

Os SREP têm ao seu serviço o seguinte equipamento:

- 15 embarcações em trabalhos de medição de caudais e correntes, fundamentalmente ao longo do rio Zambeze;
- 13 Viaturas ligeiras, de passageiros;
- 3 viaturas pesadas para transporte de pessoal;
- 103 viaturas ligeiras, de carga;
- 16 viaturas pesadas, de carga;
- 20 tractores, de rodas;
- 6 tractores, de lagartas;
- 1 escavadora-carregadora;
- 1 moto-niveladora;
- 21 atrelados;
- 51 alfaias agrícolas mecânicas;
- 23 grupos geradores com uma potência total de 53 kW;
- 19 grupos moto-bombas;
- 7 grupos electrogéneos, para soldadura;
- 4 compressores de ar;
- 7 moinhos com motor;
- 51 emissores-receptores;

Para apoio de ambos os serviços regionais, dispõe ainda o Gabinete de uma frota de aeronaves constituída por:

- 1 avião monomotor;
- 3 aviões bimotores;
- 6 helicópteros.

ANEXO C

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
CONSELHO SUPERIOR DE FOMENTO ULTRAMARINO

Biblioteca do
Arq. Hist. de Moc.
N.º 4388
Cota Ant. 8

2.

Contrato para a Execução do Empreendimento de Cabora Bassa em Moçambique



IMPRESA NACIONAL DE LISBOA

1969

Contrato para a execução do empreendimento de Cabora Bassa em Moçambique

Decreto-Lei n.º 49225

Dentro da sua política tradicional de progresso e engrandecimento das províncias ultramarinas e no desejo de proceder ao aproveitamento integral dos recursos naturais para benefício de todos os habitantes dos territórios, o Governo Português tem encarado desde há anos a execução do empreendimento de Cabora Bassa no rio Zambeze, na província de Moçambique, e depois de aprofundado exame dos problemas financeiros, técnicos, económicos e sociais do empreendimento, deliberou iniciar as negociações internacionais necessárias para a sua realização, quer com governos estrangeiros, quer com entidades particulares.

Chegaram agora a bom termo aquelas negociações, e o Governo, após exaustivo estudo de todos os aspectos e implicações, resolveu adjudicar a execução do empreendimento de Cabora Bassa às empresas que, no conjunto, melhores condições apresentaram, tanto no plano técnico como no plano financeiro.

Está o Governo Português consciente de que se trata do mais arrojado empreendimento até hoje levado a cabo em todo o continente africano e que está destinado, pela sua grandiosidade e potencial, a contribuir decisivamente para o desenvolvimento e expansão económica de uma vasta área da África austral. À semelhança do aproveitamento do rio Cunene, na província de Angola, o empreendimento de Cabora Bassa constituirá na província de Moçambique um alto padrão a documentar e a firmar a política portuguesa nas províncias de África.

Torna-se agora necessário habilitar o Governo, pelos departamentos competentes, a celebrar o contrato com o consórcio internacional a quem foi adjudicada a obra e a assinar os acordos financeiros correspondentes.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica autorizado o Ministro do Ultramar a outorgar em nome do Estado no contrato a celebrar com a firma adjudicatária Zamco — Zambeze Consórcio Hidroeléctrico, L.ª, para a execução do empreendimento de Cabora Bassa, em Moçambique, em conformidade com a minuta anexa, que se considera parte integrante deste diploma e baixa assinada pelo Ministro do Ultramar, ficando dispensadas quaisquer outras formalidades, incluindo o visto do Tribunal de Contas.

Art. 2.º Fica autorizado o Ministro das Finanças, tendo em atenção o disposto na base VIII da Lei n.º 2133, de 20 de Dezembro de 1967, a celebrar os acordos financeiros necessários à execução do empreendimento nos termos do contrato a que se refere o artigo 1.º, de harmonia com as minutas a aprovar em Conselho de Ministros, e a providenciar para satisfação dos encargos imputáveis ao Estado nos termos do mesmo contrato.

Art. 3.º O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 3 de Setembro de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 4 de Setembro de 1969. —
AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *J. da Silva Cunha.*

CAPITULO II

Do adjudicatário e do seu pessoal

- Artigo 29.º — Representantes do adjudicatário.
 Artigo 30.º — Delegado técnico.
 Artigo 31.º — Admissão de pessoal.
 Artigo 32.º — Horário de trabalho.
 Artigo 33.º — Obrigações relativas ao pessoal.
 Artigo 34.º — Assistência médica.
 Artigo 35.º — Prevenção contra acidentes.
 Artigo 36.º — Acidentes de trabalho e seguro do pessoal.
 Artigo 37.º — Centros sociais e de recreio.

CAPITULO III

Materiais

- Artigo 38.º — Materiais a empregar.
 Artigo 39.º — Ensaios e amostras de materiais.
 Artigo 40.º — Materiais não aprovados.

CAPITULO IV

Execução dos trabalhos

- Artigo 41.º — Implantação das obras.
 Artigo 42.º — Instalações.
 Artigo 43.º — Acessos e caminhos de circulação na área do estaleiro.
 Artigo 44.º — Desenhos e elementos de projecto.

CAPITULO V

Valorização, pagamentos e financiamentos

- Artigo 45.º — Condições de avaliação da empreitada.
 Artigo 46.º — Valorização da empreitada na parte de construção civil.
 Artigo 47.º — Condições de financiamento e de pagamento.
 Artigo 48.º — Revisão de preços.

CAPITULO VI

Prazos, recepções e penalidades

- Artigo 49.º — Entrada em vigor do contrato e início dos trabalhos.
 Artigo 50.º — Prazos de execução dos trabalhos.
 Artigo 51.º — Prémio.
 Artigo 52.º — Programa de trabalhos.
 Artigo 53.º — Utilização antes da conclusão da empreitada.
 Artigo 54.º — Recepção provisória.
 Artigo 55.º — Recepção definitiva.
 Artigo 56.º — Penalidades.
 Artigo 57.º — Rescisão do contrato.
 Artigo 58.º — Indemnizações.

CAPITULO VII

Reclamações, jurisdição e garantias

- Artigo 59.º — Reclamações.
 Artigo 60.º — Arbitragem.
 Artigo 61.º — Coordenação técnica do empreendimento.
 Artigo 62.º — Fabricantes e garantias dos fabricos.
 Artigo 63.º — Conservação, funcionamento e manutenção.
 Artigo 64.º — Garantia para o equipamento.
 Artigo 65.º — Compromisso global de potência.
 Artigo 66.º — Garantia das obrigações contratuais.

CAPITULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

Definições

Quando usadas neste contrato, as palavras ou expressões a seguir indicadas significarão:

1. *Estado*. — O Estado Português ou quem legalmente o represente.
2. *Adjudicatário*. — A firma Zamco — Zambeze Consórcio Hidroeléctrico, L.^{da} (Zamco), e as fir-

mas que assinam este contrato na posição definida no artigo 66.º, abrangendo todas ou parte daquelas firmas, consoante se trate das partes A, B ou C delimitadas naquele artigo.

3. *Contrato*. — O acordo expresso no presente documento.

4. *Anexos*. — Os documentos a seguir indicados, que do contrato ficam a fazer parte integrante:

Anexo 1 — Construção civil — Especificações.

Anexo 2 — Sistema de produção de energia — Especificações.

Anexo 3 — Sistema de transporte de energia — Especificações.

Anexo 4 — Condições de financiamento e pagamento.

Anexo 5 — Regras para revisão de preços.

Anexo 6 — Normas de segurança do pessoal e higiene no trabalho.

5. *Especificações*. — Os anexos 1, 2 e 3.

6. 1.º *escalão*. — O conjunto dos trabalhos e equipamentos necessários para a execução integral dos trabalhos de construção civil e para a conclusão do sistema correspondente aos três primeiros grupos geradores, aos quatro primeiros grupos conversores e às linhas de transporte de energia, como vêm descritos nas especificações.

7. 2.º *escalão*. — O conjunto dos trabalhos e equipamentos necessários para a conclusão do sistema correspondente ao 4.º grupo gerador e aos 5.º e 6.º grupos conversores, como vêm descritos nas especificações.

8. 3.º *escalão*. — O conjunto dos trabalhos e equipamentos necessários para a conclusão do sistema correspondente ao 5.º grupo gerador e aos 7.º e 8.º grupos conversores, como vêm descritos nas especificações.

9. *Construção civil*. — O conjunto de todos os trabalhos e fornecimentos a que se refere o anexo 1 deste contrato.

10. *Equipamento*. — O conjunto de trabalhos e fornecimentos a que se referem os anexos 2 e 3 deste contrato.

ARTIGO 2.º

Objecto do contrato

1. Constitui objecto do presente contrato a execução do empreendimento de Cabora Bassa que engloba o aproveitamento hidroeléctrico de Cabora Bassa, no rio Zambeze, em Moçambique, o sistema de transporte de energia eléctrica entre aquele aproveitamento e o território da República da África do Sul e as correspondentes obras acessórias.

Será objecto de contrato separado com a Electricity Supply Commission (Escom) da República da África do Sul, a construção da parte do sistema de transporte — compreendendo linhas e subestação conversora terminal — situada no território da República da África do Sul. No entanto, as partes portuguesa e sul-africana do empreendimento de Cabora Bassa consideram-se como um todo, devendo o adjudicatário assegurar a coordenação necessária para que o empreendimento, no seu conjunto, seja completado nas datas estabelecidas e satisfaça em todos os seus aspectos às características especificadas nos dois contratos.

3.º escalão:

Sistema de produção: 360 744 404\$.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:
299 139 688\$.

2. Relativamente às parcelas indicadas no n.º 1 para o equipamento, são as seguintes as participações previstas para os trabalhos e fornecimentos provenientes de cada um dos países também a seguir mencionados:

1.º escalão:

Sistema de produção:

França — 772 334 393\$;

República Federal da Alemanha — 778 893 934\$;

Portugal — 451 105 538\$.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

França — 137 640 424\$;

República Federal da Alemanha —
328 159 399\$;País a determinar antes da assinatura do
contrato — 251 187 750\$.

Linha de transporte:

Itália — 1 501 583 470\$.

2.º escalão:

Sistema de produção:

França — 172 824 612\$;

República Federal da Alemanha — 174 301 349\$.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

França — 83 962 995\$;

República Federal da Alemanha —
180 320 090\$;País a determinar antes da assinatura do
contrato — 107 370 000\$.

3.º escalão:

Sistema de produção:

França — 179 601 080\$;

República Federal da Alemanha — 181 143 324\$.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

França — 72 835 618\$;

República Federal da Alemanha —
128 154 070\$;País a determinar antes da assinatura do
contrato — 98 150 000\$.

3. Os preços mencionados nos n.ºs 1 e 2 estão indicados em escudos apenas para efeito do cálculo do preço global atribuído ao contrato. Sempre que se trate de preços que, nos termos do mesmo contrato, são expressos em moeda estrangeira, a determinação do respectivo contravalor em escudos foi feita com base nos seguintes coeficientes de conversão:

17,17 francos franceses=100\$;

13,91 marcos da República Federal da Alemanha=
=100\$;

2,506 266 rands sul-africanos=100\$;

2181,8111 libras italianas=100\$;

3,50 887 dólares dos Estados Unidos da América =
=100\$.

4. No que respeita à construção civil, os pagamentos serão feitos em francos franceses, marcos da República Federal Alemã, rands sul-africanos e escudos, nos termos da parte 1 do anexo 4 do presente contrato. A conversão dos preços em escudos mencionados nas especificações para as moedas referidas será feita com base nos coeficientes de conversão estabelecidos no anterior n.º 3.

5. Quanto ao equipamento, os preços a satisfazer efetivamente pelo Estado são os a seguir referidos e que são expressos e deverão ser pagos nas moedas também a seguir indicadas:

1.º escalão:

Sistema de produção:

Francos franceses — 132 609 815;

Marcos da República Federal da Alemanha —
108 344 146;

Escudos — 451 105 538\$.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

Francos franceses — 23 632 861;

Marcos da República Federal da Alemanha —
45 646 972;Dólares dos Estados Unidos da América —
8 813 852.

Linha de transporte:

Liras italianas — 32 761 714 824.

2.º escalão:

Sistema de produção:

Francos franceses — 29 673 986;

Marcos da República Federal da Alemanha —
24 245 318.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

Francos franceses — 14 416 446;

Marcos da República Federal da Alemanha —
25 082 525;Dólares dos Estados Unidos da América —
3 767 474.

3.º escalão:

Sistema de produção:

Francos franceses — 30 837 505;

Marcos da República Federal da Alemanha —
25 197 036.

Sistema de transporte:

Subestação de corrente contínua:

Francos franceses — 12 505 876;

Marcos da República Federal da Alemanha —
17 826 231;Dólares dos Estados Unidos da América —
3 443 956.

‘Todavia, no tocante à linha de transporte, cujo preço foi indicado em libras italianas, uma parte não superior a

o pagamento de 7 por cento da situação respectiva até à sua apresentação, ficando entendido que não serão, por este facto, devidos ao adjudicatário quaisquer encargos adicionais resultantes de juros no período entre a liquidação da situação e a apresentação da garantia.

Esta garantia, à qual se aplica o disposto no n.º 3 deste artigo, apenas garante o cumprimento das obrigações contratuais relativas à construção civil (parte B do artigo 66.º).

No caso de a recepção definitiva do 1.º escalão ter lugar mais de doze meses após a respectiva recepção provisória, por motivos não imputáveis à parte da construção civil, esta garantia bancária será devolvida ao adjudicatário doze meses após a referida recepção provisória.

ARTIGO 6.º

Condições locais

1. O adjudicatário deverá ter em conta, no seu planeamento e programas, as condições inerentes à localização dos vários trabalhos a executar, procedendo, no que julgar necessário, a um reconhecimento directo das condições locais.

2. O Estado não assume responsabilidade por quaisquer conclusões ou interpretações feitas pelo adjudicatário com base nos elementos informativos sobre as condições locais postos à sua disposição ou dados por qualquer dos seus agentes antes ou durante a execução dos trabalhos.

Contudo, se durante a execução dos trabalhos se vier a verificar que as condições do solo ou do rio divergem de maneira importante em relação ao que realmente seria de esperar, o Estado e o adjudicatário pôr-se-ão de acordo sobre as medidas a tomar para fazer face à situação.

No caso de as condições referidas imporem a realização de trabalhos adicionais, ou modificarem de maneira importante as condições de execução dos trabalhos previstos, deverá o adjudicatário realizá-los, aplicando-se quanto à sua avaliação o determinado no artigo 45.º e aumentando-se o prazo de conclusão das obras, se tal se justificar.

3. Para o efeito do disposto neste artigo, consideram-se, por exemplo, como divergências importantes, as seguintes:

Fundações da barragem abaixo da cota 160, com exclusão de trabalhos de pequena importância, tais como o tratamento de falhas ou pequenos enchiamentos;

Dificuldades não razoavelmente previsíveis na impermeabilização da fundação das ensecadeiras, no caso de o adjudicatário ter tomado as medidas que, de mútuo acordo, tenham sido estabelecidas.

ARTIGO 7.º

Fiscalização

1. O Estado fiscalizará, por intermédio de entidade ou entidades para o efeito credenciadas, os trabalhos, fabricos, fornecimentos, montagens e condições respeitantes a este contrato. Os agentes da fiscalização terão acesso às obras e a todos os lugares e recintos onde se estejam a executar trabalhos relacionados com este contrato, a qualquer hora do dia e da noite para as obras de construção civil e montagem de equipamentos, e nas horas normais de trabalho nos locais de fabrico dos equipamentos.

2. A fiscalização tem o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos de construção civil que não estejam a ser executados de acordo com as condições estabelecidas no

contrato, sem que assista ao adjudicatário direito a qualquer indemnização ou aumento dos prazos contratuais, salvo se se demonstrar, eventualmente por arbitragem, que a suspensão foi ordenada sem fundamento ou que não se justificava perante a gravidade da falta.

3. As ordens e instruções da fiscalização serão obrigatoriamente dadas por escrito e não poderá ser invocada a presença ou ausência dos agentes da fiscalização para ilibar o adjudicatário das obrigações do contrato.

ARTIGO 8.º

Acompanhamento de projectos

Durante o período de elaboração de projectos definitivos o Estado poderá, à sua custa, enviar aos gabinetes de estudo do adjudicatário ou suas associadas, em visitas periódicas ou em regime de permanência, técnicos seus ou para tal fim credenciados, com o fim de se informar sobre o andamento dos respectivos estudos e para se assegurar de que os projectos definitivos estão sendo elaborados de forma adequada, bem como para facilitar as verificações necessárias à sua aprovação.

ARTIGO 9.º

Encargos do adjudicatário

1. É encargo do adjudicatário tudo o que for necessário para a completa execução dos trabalhos abrangidos por este contrato, de harmonia com a melhor técnica e as regras de arte à data do contrato e de acordo com as condições expressas nos elementos constantes das especificações, e ainda a instrução do pessoal de exploração.

2. Nos preços de execução estão incluídos, além das despesas de mão-de-obra, seguro e assistência do pessoal, as do fornecimento, transporte e colocação de materiais, de exploração, conservação, amortização e reparações do equipamento de construção, os encargos resultantes de todos os condicionamentos referidos nas especificações e dos estudos de execução e todos os encargos acessórios, nomeadamente os respeitantes a segurança de pessoal, fornecimento de capacetes, máscaras, cintos de segurança, iluminação, ventilações, etc., abastecimentos de água, energia eléctrica e ar comprimido, as montagens e mudanças de equipamento que venha a ser necessário fazer após a primeira montagem e os eventuais reforços de mão-de-obra, equipamento e meios de acção que venham a ser indispensáveis para recuperação de possíveis atrasos devidos ao adjudicatário no andamento dos trabalhos.

3. Os encargos com a realização dos ensaios complementares das obras do desvio provisório, a realizar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, serão pagos pelo adjudicatário até ao montante de 1 000 000\$.

ARTIGO 10.º

Achados

1. Todos os objectos de arte, antiguidades, moedas ou quaisquer outros achados com valor histórico, arqueológico ou científico que forem encontrados na realização dos trabalhos da presente empreitada são propriedade da província de Moçambique.

2. O adjudicatário obriga-se, logo que se verifique um achado daquela natureza, a comunicar imediatamente o facto à fiscalização, para que esta tome, se for caso disso, as providências necessárias à sua recolha ou conservação.

3. Quando o adjudicatário entenda que das providências referidas no número anterior resultam prejuízos ou atraso

ARTIGO 18.º

Subempreiteiros e tarefeiros

A responsabilidade de todos os trabalhos, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, salvo o caso de traspasse devidamente autorizado.

ARTIGO 19.º

Empreitadas ou trabalhos simultâneos

1. O Estado reserva-se o direito de mandar executar por outrem, conjuntamente com os trabalhos da presente empreitada e nas mesmas obras, quaisquer outros trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam da mesma natureza.

O Estado dará conhecimento por escrito ao adjudicatário dos trabalhos a realizar e da entidade a quem os confia.

O adjudicatário obriga-se a não criar dificuldades à execução desses trabalhos por forma a evitar demoras e outros prejuízos.

2. Quando o adjudicatário entenda que está a sofrer prejuízos ou atrasos na marcha das obras, devido à execução dos trabalhos a que se refere o número anterior, deverá informar a fiscalização no mais curto prazo possível para que sejam tomadas as providências que as circunstâncias imponham.

O adjudicatário só poderá reclamar prejuízos ou atrasos que se tenham verificado a partir dos dois dias úteis antecedendo a data da referida informação, devendo fundamentar essa reclamação nos trinta dias posteriores.

ARTIGO 20.º

Locais de implantação das obras

O Estado entregará, nas datas oportunas, livres de ocupação, os terrenos necessários para as obras, instalações acessórias e respectivos acessos, não ficando o adjudicatário sujeito, por esse facto, a quaisquer ónus, como taxas, licenças, contribuições e impostos e outras tributações da mesma índole.

ARTIGO 21.º

Isenção de direitos de importação

1. O Estado concederá autorização para importar com isenção de direitos de importação, em Moçambique e na metrópole, toda a maquinaria, utensílios, aparelhagem, seus acessórios, materiais, combustíveis, lubrificantes e quaisquer artigos ou elementos de construção destinados a serem utilizados, incorporados ou consumidos na execução do empreendimento.

2. A isenção referida no número anterior abrange o material de protecção e de segurança, como capacetes, máscaras, cintos de segurança, botas e fatos impermeáveis, mas não inclui alimentação, bebidas, vestuário e quaisquer artigos de uso individual ou doméstico.

3. O Estado concederá autorização para importar temporariamente com isenção de direitos, mediante termo de responsabilidade lavrado na respectiva alfândega, equipamentos, ferramentas, aeronaves, material flutuante, lanchas ou quaisquer embarcações, veículos para o transporte de carga ou de pessoal, utensílios e correspondentes acessórios, necessários à execução da empreitada, os quais serão reexportados até seis meses depois da data da recepção definitiva da obra, sendo também livre de importações aduaneiras a sua reexportação.

4. Durante os dois primeiros anos de vigência deste contrato e nas condições adiante indicadas o Estado con-

cederá também autorização para importar temporariamente com isenção de direitos, mediante termo de responsabilidade, os artigos seguidamente discriminados que se destinem às instalações de pessoal que o adjudicatário se obriga a estabelecer, a seu cargo, em conformidade com o disposto nos artigos 33.º, 34.º e 37.º, os quais poderão igualmente ser reexportados nos termos do n.º 3 anterior:

- a) A aparelhagem electro-doméstica (frigoríficos, fogões, ventiladores e condicionadores de ar) a instalar nas diversas categorias de alojamentos do pessoal do adjudicatário, quando negociada a sua obtenção através do mercado da província de Moçambique;
- b) O equipamento necessário às instalações colectivas que o adjudicatário deverá pôr à disposição do seu pessoal e do pessoal da fiscalização, tais como hospital, enfermarias, escolas, pousadas, centros sociais e de recreio e cantinas; a autorização referida nesta alínea não abrange artigos como roupas, louças, talheres e utensílios de cozinha.

5. Os bens referidos nos n.ºs 3 e 4 deste artigo que tenham sido consumidos ou inutilizados na execução da empreitada poderão deixar de ser reexportados, para o que serão lavrados em tempo oportuno autos de inutilização, que serão assinados por representantes da fiscalização, da autoridade aduaneira e do importador.

ARTIGO 22.º

Isenção de taxas e impostos

1. O Estado concederá ao adjudicatário, seus associados e subempreiteiros estrangeiros isenção do pagamento de quaisquer tributações, presentes e futuras, como taxas, licenças, contribuições, impostos, emolumentos gerais e outros encargos fiscais da mesma índole em tudo que diga respeito a este contrato. Esta isenção não se aplica às taxas que correspondam a pagamentos da prestação directa de serviços, as quais poderão, no entanto, ser directamente ajustadas com as entidades responsáveis.

2. O Estado concederá isenção do pagamento de todos os encargos sociais, resultantes da legislação portuguesa sobre o trabalho do pessoal estrangeiro empregado na execução da empreitada. O adjudicatário será responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais nos termos da legislação em vigor, relativos ao pessoal português empregado na execução da empreitada.

3. O Estado concederá isenção de pagamento de taxas ou impostos que incidam sobre as remunerações do trabalho ao pessoal estrangeiro que for empregado na realização da empreitada.

4. O pessoal estrangeiro a trabalhar em Moçambique será autorizado a transferir para fora do território português até 50 por cento dos salários ali recebidos.

5. O Estado concede a isenção do imposto do selo devido pelo contrato, assim como de quaisquer outros encargos relativos à sua celebração com excepção do selo devido pelo papel.

ARTIGO 23.º

Concessão de vistos

O Estado concederá os vistos de entrada e saída do pessoal, autorização de residência, autorização de trabalho e todas as licenças necessárias para o pessoal estrangeiro que tenha de ser utilizado na realização da em-

2. No caso de se verificar a transferência referida no número anterior, o Estado fica solidariamente responsável pelas obrigações emergentes deste contrato, incluindo os encargos resultantes da transferência.

ARTIGO 28.º

Participação portuguesa

1. O adjudicatário obriga-se a despendir importância global não inferior a 2 450 000 000\$ — na metrópole e em Moçambique — com a participação no empreendimento das actividades portuguesas — designadamente equipamento, indústrias, serviços, mão-de-obra e produtos diversos —, tidos em conta para cada caso os condicionamentos financeiros da obra, as exigências dos programas de trabalho e as garantias de qualidade a satisfazer; não está incluída a importância adicional que resulta das disposições relativas à utilização da marinha mercante portuguesa.

A importância acima referida será despendida, aproximadamente, da seguinte maneira:

- a) Mão-de-obra local e metropolitana — 661 000 000\$;
- b) Subempreitadas de construção civil (estradas, bairros) — 468 000 000\$;
- c) Indústria metal-mecânica — 408 000 000\$;
- d) Outras indústrias, tais como explosivos, isoladores, pontes rolantes, materiais eléctricos diversos — 130 000 000\$;
- e) Transportes — 255 000 000\$;
- f) Seguros — 72 000 000\$;
- g) Combustível — 60 000 000\$;
- h) Outros produtos, materiais e serviços — 387 000 000\$.

Nesta quantia não está incluído o cimento necessário para as obras principais de construção civil, aceitando o adjudicatário poder vir a acrescê-la do respectivo montante desde que se verifique serem satisfatórias as características e condições de fornecimento oferecidas pela indústria nacional e o Estado venha a acordar com o adjudicatário na sua utilização.

2. O adjudicatário utilizará navios da marinha mercante portuguesa para o transporte de materiais, equipamento e utensílios dos portos da metrópole para os de Moçambique. Dará preferência, sempre que possível e não haja impedimento legal no país de origem, a navios portugueses nos carregamentos a efectuar em portos estrangeiros; esta preferência fica dependente da igualdade de frete entre navios portugueses e estrangeiros, disponibilidade de praça em tempo oportuno em navios com percurso, tempo de viagem e tipo convenientes, sempre que possível sem transbordo inconveniente e com capacidade para carga e descarga, tendo em atenção a aparelhagem do cais de embarque ou desembarque, devendo o adjudicatário comunicar sempre aos representantes das companhias da marinha mercante portuguesa e à Junta Nacional da Marinha Mercante a indicação das cargas a transportar, com a antecedência mínima de trinta dias.

3. No transporte aéreo de pessoal e material do ponto de origem do estrangeiro para Moçambique ou daqui para o ponto de destino no estrangeiro, o adjudicatário obriga-se a utilizar, de preferência, os serviços das carreiras regulares das empresas portuguesas, salvo se os respectivos custos forem superiores aos das empresas estrangeiras concorrentes ou se aquelas não tiverem disponibilidade de espaço.

4. Para além do disposto nos números anteriores, o adjudicatário obriga-se a aceitar a participação da indústria portuguesa de condutores alumínio-aço até à totalidade do fornecimento, nas seguintes condições:

- a) Os condutores a fornecer deverão obedecer às especificações contratuais e deverão ser garantidos prazos de entrega em concordância com os planos de trabalho. O cumprimento destas condições deverá ser garantido através da prestação de cauções bancárias e da aceitação de penalidades adequadas a estabelecer no contrato entre o adjudicatário e o fornecedor português;
- b) As indústrias portuguesas fornecedoras de cabo deverão apresentar um esquema de financiamento igual ao previsto no contrato para esta parte do empreendimento, ou então o Estado deverá pagar directamente ao fornecedor, sem qualquer responsabilidade de financiamento para o adjudicatário e diminuindo-se correspondentemente o custo da linha de transmissão;
- c) Se da utilização de condutores de fabrico portugueses resultar aumento de custo nos seus preços C & F portos de Moçambique, o custo total da linha de transmissão será correspondentemente ajustado;
- d) A decisão final do Estado sobre esta matéria deverá ser tomada no prazo de dois meses, a contar da data da assinatura do contrato.

5. A participação da indústria portuguesa, a que se refere este artigo, não diminui a responsabilidade do adjudicatário quanto a prazos e garantias.

CAPITULO II

Do adjudicatário e do seu pessoal

ARTIGO 29.º

Representantes do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a ter um representante em Lisboa e outro em Cabora Bassa, com plenos poderes para receber notificações e tomar decisões em seu nome, em tudo o que se relacionar com as condições administrativas do contrato.

O representante do adjudicatário em Cabora Bassa pode ser o delegado técnico referido no artigo 30.º

2. No caso de impedimento de qualquer desses representantes, deverá o adjudicatário comunicar prontamente o nome do seu substituto.

ARTIGO 30.º

Delegado técnico

O adjudicatário obriga-se a ter permanentemente à testa dos trabalhos, como seu delegado técnico, um engenheiro de reconhecida competência e como tal aceite pela fiscalização, que estabelecerá o seu domicílio no local dos trabalhos.

No caso de o delegado técnico não ser português, terá como seu adjunto um engenheiro civil português.

O delegado técnico e o seu adjunto deverão estar presentes nos estaleiros e locais de trabalho sempre que for necessário e acompanhar os agentes da fiscalização nas suas visitas aos trabalhos, sempre que para tal forem convocados.

como qualquer visita, quer convidada pelo Estado, quer pelo adjudicatário, deverão ser instruídos e terão de respeitar as regras de segurança em vigor.

ARTIGO 36.º

Acidentes de trabalho e seguro do pessoal

1. O adjudicatário compromete-se a segurar contra acidentes de trabalho todo o pessoal português empregado nos trabalhos da empreitada, em Moçambique, em companhias de seguros portuguesas, às taxas comerciais normais.

Em relação ao pessoal estrangeiro ao serviço do adjudicatário, em Moçambique, este pode assumir as responsabilidades que possam resultar de acidentes de trabalho do pessoal estrangeiro, mas obriga-se a caucionar as pensões devidas por acidentes de trabalho.

2. Serão de conta do adjudicatário os encargos que resultem da aplicação das leis sobre acidentes de trabalho ao pessoal empregado nos trabalhos.

3. O adjudicatário é ainda obrigado a atender, por todos os modos, à vida e segurança do pessoal empregado nas obras e a prestar-lhe os socorros médicos de que careça por motivo de acidentes de trabalho. Em caso de negligência a tal respeito, a fiscalização poderá tomar as providências que julgar necessárias, a expensas do adjudicatário.

ARTIGO 37.º

Centros sociais e de recreio

O adjudicatário obriga-se a instalar e a ter em funcionamento a seu cargo as instalações sociais e de recreio, tal como considere aconselhável para conservar o moral e bem-estar dos seus empregados e famílias. Estas facilidades devem ser postas à disposição dos elementos da fiscalização nas mesmas condições do pessoal do adjudicatário.

CAPITULO III

Materiais

ARTIGO 38.º

Materiais a empregar

1. Os materiais a empregar nas obras serão de boa qualidade e deverão satisfazer às condições exigidas para os fins a que se destinam.

Os materiais deverão satisfazer ao exigido nas especificações e, quando estas sejam omissas, às especificações oficiais que lhes correspondam.

2. O adjudicatário, quando autorizado por escrito pela fiscalização, poderá empregar materiais diferentes dos inicialmente previstos, se a solidez, estabilidade, duração e conservação das obras não forem prejudicadas e não houver aumento de preço da empreitada.

ARTIGO 39.º

Ensaio e amostras de materiais

1. No que respeita aos trabalhos de construção civil, o adjudicatário obriga-se a apresentar previamente à fiscalização amostras dos materiais a empregar, acompanhadas de certificados de origem e de análises ou ensaios em laboratório oficial, quando tal lhe for exigido. Tais amostras, depois de aprovadas, servirão de padrão, observando-se em casos particulares o que se acha estabelecido nas especificações.

A fiscalização reserva-se o direito de, durante a execução dos trabalhos e sempre que o entender, tomar novas amostras e mandar proceder por conta do adjudicatário às análises, ensaios e provas em laboratório oficial à sua

escolha e, bem assim, promover as diligências necessárias para verificar se se mantêm as características estabelecidas.

As amostras serão sempre tomadas em triplicado e levarão as indicações necessárias à sua identificação.

2. O equipamento mecânico e eléctrico será submetido aos ensaios normais na fábrica e no local e aos demais ensaios estabelecidos nas especificações.

3. No que respeita à linha de transporte, todos os ensaios dos protótipos das torres, bem como os ensaios e inspecção do restante material da linha, de acordo com os correspondentes padrões, serão efectuados, antes do embarque, na fábrica que produzir o equipamento.

4. O disposto neste artigo não diminui a responsabilidade que cabe ao adjudicatário na execução das obras.

ARTIGO 40.º

Materiais não aprovados

Todos os materiais destinados aos trabalhos de construção civil que não satisfaçam às condições estabelecidas serão rejeitados e considerados como não fornecidos. No prazo de três dias, a contar da data da notificação da rejeição, o adjudicatário deverá remover por sua conta esses materiais para fora do local das obras. Se não fizer a remoção no prazo marcado, será esta mandada efectuar pela fiscalização por conta do adjudicatário, que não terá direito a qualquer indemnização pelo extravio ou outra aplicação que seja dada aos materiais rejeitados.

CAPITULO IV

Execução dos trabalhos

ARTIGO 41.º

Implantação das obras

1. A fiscalização estabelecerá as marcas de apoio de referência para a implantação das obras, devidamente coordenadas e cotadas. Compete ao adjudicatário a implantação a partir das marcas de apoio, para o que estabelecerá as indispensáveis referências intermédias.

A conservação de todas as marcas de referência será da responsabilidade do adjudicatário.

2. Para a linha de transporte o adjudicatário levará a efeito o levantamento topográfico e seleccionará e submeterá à aprovação da fiscalização o traçado que propõe, tendo em atenção as sujeições impostas pelo Estado no atravessamento de povoações.

3. Não poderá ser iniciada a execução de qualquer parte da obra sem que a sua implantação tenha sido verificada pela fiscalização, obrigando-se o adjudicatário a indicar com a necessária antecedência a data prevista para o seu início.

ARTIGO 42.º

Instalações

1. É encargo do adjudicatário o estudo, a construção, a manutenção e a exploração das suas instalações de estaleiro (escritórios, oficinas, armazéns, paióis e outras), de alojamento do seu pessoal, de abastecimento de água potável e industrial e energia eléctrica e evacuação de esgotos. A localização das instalações, suas características e planos gerais serão submetidos à aprovação prévia da fiscalização.

2. Os sistemas de abastecimento de água e de energia eléctrica deverão ser dimensionados com suficiente amplitude para poderem satisfazer as necessidades da fiscalização na área dos estaleiros e dos bairros. Para tal, será fornecido ao adjudicatário um programa das necessidades previstas pela fiscalização.

um dos preços descritos nos mapas de preços, a que é dado carácter de generalidade, e no caso de tal trabalho poder ser levado a efeito em condições idênticas às previstas no contrato, será adoptado esse preço.

3. Serão avaliados por administração os trabalhos a que se refere o número antecedente sempre que não haja acôrdo no estabelecimento dos preços globais ou dos preços unitários. Não poderá ser iniciado nenhum trabalho nestas condições sem prévia autorização escrita da fiscalização.

4. A valorização dos trabalhos por administração para a construção civil será feita mediante consideração dos encargos seguintes:

- a) Toda a despesa directa de mão-de-obra de trabalhadores, operários e capatazes, excluindo o pessoal dirigente (engenheiros, chefes de serviços, topógrafos, encarregados gerais e equiparados) e o pessoal auxiliar (escriturários, apontadores, fiéis de armazém e equiparados). Considera-se despesa directa de mão-de-obra para os operários e capatazes o salário e seguro e para os trabalhadores mais a alimentação e vestuário fornecidos pelo adjudicatário. A determinação dos salários será feita a partir das folhas de salários do adjudicatário, das quais será fornecido um exemplar à fiscalização;
- b) Os encargos sociais correspondentes à mão-de-obra indicada na alínea anterior;
- c) Os materiais de consumo, incluindo a água e energia eléctrica, que serão pagos pelos preços do contrato ou, na sua falta, pelos preços do mercado, acrescidos das despesas de transporte;
- d) Os encargos de utilização das máquinas do adjudicatário em regime de aluguer horário, sem quaisquer adicionais, pagos de acordo com a lista de preços ou com os preços acordados posteriormente. Tais encargos incluirão a mão-de-obra e todos os restantes encargos inerentes à utilização das máquinas. O adjudicatário discriminará os custos horários das máquinas em trabalho efectivo e à disposição. As horas do equipamento à disposição só serão contadas como diferença entre as horas effectivas de trabalho e oito horas por dia e só se considerarão quando as máquinas estiverem impossibilitadas de executar qualquer outro trabalho;
- e) Todas as despesas relativas ao transporte, montagem, utilização e desmontagem de instalações ou equipamentos especiais não disponíveis no estaleiro e que se tornem indispensáveis; estas despesas serão previamente estabelecidas por mútuo acôrdo;
- f) As despesas que resultem da aplicação das alíneas a), c) e e) sofrerão os seguintes acréscimos: 10 por cento do seu total até que o montante dos trabalhos por administração atinja 20 milhões de escudos; 28 por cento do seu total, que incidirá apenas sobre as despesas correspondentes aos trabalhos por administração que excedam 20 milhões de escudos.

Estas percentagens só se mantêm desde que a percentagem do conjunto dos trabalhos por administração effectuados mensalmente não seja superior a 3 por cento do valor da respectiva situação mensal.

No caso de haver, em qualquer mês, trabalhos por administração, cujo valor exceda 3 por cento do valor

da respectiva situação mensal, serão acordadas entre o adjudicatário e a fiscalização as percentagens a aplicar às alíneas a), c) e e).

5. No caso de vir a ser requerida a assistência de montadores especializados para trabalhos não previstos no contrato, as despesas com a sua deslocação serão facturadas de acordo com as tabelas das respectivas fábricas em vigor à data da deslocação.

ARTIGO 46.º

Valorização da empreitada na parte de construção civil

1. Os trabalhos de construção civil serão avaliados mediante apresentação pelo adjudicatário de situações mensais dos trabalhos realizados e correspondentes facturas.

2. Aquelas situações, no caso dos trabalhos avaliados por medição, serão elaboradas aplicando os preços unitários que constam das especificações às quantidades de trabalho efectivamente realizadas.

As situações mensais incluirão os trabalhos avaliados por preços globais cujo pagamento, nas datas fixas que constam das especificações, deva ocorrer no mês a que a situação diga respeito.

Será considerada em cada situação mensal a importância correspondente à revisão de preços determinada nos termos do artigo 48.º

3. As situações mensais incluirão os trabalhos executados em regime de administração, avaliados de harmonia com o disposto no artigo 45.º

4. Considerar-se-á, ainda, na elaboração das situações mensais, o montante de 90 por cento do aumento ou diminuição do aço para betão armado e cimento em armazém, durante o mês em causa.

Para efeito deste número, fica entendido que:

- a) Os valores respectivos, calculados, sem revisão de preços, com base nos preços elementares destes dois materiais constantes das especificações, serão aumentados ou deduzidos na situação mensal respectiva;
- b) O limite máximo da quantidade de aço em armazém a considerar é fixado em 1000 t.

5. As situações mensais deverão ser apresentadas até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que dizem respeito; depois de verificadas, o valor da respectiva factura será pago, nos termos do anexo 4, até ao último dia desse mês.

Se a situação for apresentada depois do dia 10, a data de pagamento será correspondentemente adiada.

Os encargos de pré-financiamento e prémio de seguro de crédito referentes à parte a financiar por créditos à exportação serão calculados a partir do fim do mês seguinte àquele a que a situação disser respeito.

6. Se na verificação de qualquer situação mensal surgirem divergências entre a fiscalização e o adjudicatário em relação a qualquer parcela, será esta retirada da factura, pagando-se a parte restante nos termos fixados no número anterior.

A parcela em discussão será paga nos mesmos termos logo que sobre ela haja acôrdo entre a fiscalização e o adjudicatário; serão encargo do Estado os juros a partir da data de vencimento da factura respectiva até à data do referido acôrdo.

A taxa de juro a considerar será de 7,25 por cento ao ano, sendo a importância respectiva junta à situação mensal seguinte.

7. Será feita pelo adjudicatário em cada situação mensal a separação da parte a cobrir por notas promissórias

ARTIGO 50.º

Prazos de execução dos trabalhos

1. O adjudicatário obriga-se a executar as várias fases dos trabalhos e fornecimentos nos prazos fixados neste contrato. Mais se obriga, para o conjunto do empreendimento, a executar os trabalhos e fornecimentos por forma que sejam respeitadas as seguintes datas limites:

- a) Entrega do projecto definitivo da linha de transporte de energia — entre 1 e 31 de Março de 1972;
- b) Conclusão da galeria de desvio da margem direita e das ensecadeiras, por forma a permitir o início da bombagem entre ensecadeiras — 15 de Maio de 1972;
- c) Conclusão da escavação dos difusores — entre 15 de Agosto e 14 de Setembro de 1972;
- d) Conclusão de todos os trabalhos necessários para, em condições de segurança, garantir o início do enchimento da albufera — 1 de Junho de 1974.

No caso de o Estado optar pela solução do descarregador superior, esta data só poderá vir a ser cumprida se não se verificarem galgamentos das ensecadeiras nos meses de Abril e Maio de 1974;

- e) Início dos ensaios dos grupos geradores (1.º escalão):

- 1.º grupo — entre 15 de Julho e 14 de Agosto de 1974;
- 2.º grupo — entre 15 de Agosto e 14 de Setembro de 1974;
- 3.º grupo — entre 15 de Setembro e 15 de Outubro de 1974;

- f) Período de funcionamento em oposição (*back-to-back*) dos grupos conversores:

Início — entre 15 de Julho e 14 de Agosto de 1974;
Conclusão — entre 1 e 31 de Outubro de 1974;

- g) Exploração experimental do sistema de transporte:

Início — entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1974;
Conclusão — entre 1 de Fevereiro e 3 de Março de 1975;

- h) Período dos ensaios de recepção provisória do sistema de transporte:

Início — entre 1 e 31 de Janeiro de 1975;
Conclusão — entre 1 e 31 de Março de 1975;

- i) Conclusão do 1.º escalão, por forma a permitir o início da sua exploração comercial — entre 1 e 31 de Março de 1975;

- j) Conclusão do 2.º escalão, por forma a permitir o início da sua exploração comercial — 1 de Janeiro de 1977;

- l) Conclusão do 3.º escalão, por forma a permitir o início da sua exploração comercial — 1 de Janeiro de 1979.

2. As datas estabelecidas nas alíneas e), f), g), h) e i) estão condicionadas a que o nível da água na albu-

feira atinja a cota 286 em quarenta e cinco dias, a partir de 1 de Junho de 1974. Se esta cota for atingida em prazo superior a quarenta e cinco dias, as datas acima mencionadas sofrerão o atraso correspondente.

Se houver atraso no início do enchimento da albufera, o período para enchimento pelo qual o Estado se responsabiliza será ajustado com base nos elementos estatísticos existentes, tendo em consideração a probabilidade admitida para enchimento em quarenta e cinco dias, a partir de 1 de Junho.

3. Havendo atraso na conclusão dos trabalhos devido a causas de que o Estado seja responsável, ou ao não cumprimento por parte do Estado de quaisquer das suas obrigações incluídas neste contrato, o prazo de execução será aumentado, não podendo ser, por este facto, aplicadas penalidades ao adjudicatário. Este deverá ser indemnizado pelos eventuais prejuízos que se verifique terem resultado destes atrasos.

4. Sempre que para qualquer data limite se considere um período de variação de trinta dias, entende-se que a data dentro do período referido a que o adjudicatário se obriga será determinada em função da data de entrada em vigor do contrato, desde que esta tenha lugar entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1969.

A entrada em vigor do contrato em 1 de Setembro de 1969 corresponderão as datas iniciais dos períodos referidos; à entrada em vigor do contrato em 1 de Outubro de 1969 corresponderão as datas finais dos períodos referidos; às datas de entrada em vigor do contrato entre 1 de Setembro e 1 de Outubro de 1969 corresponderão equivalentes datas dentro dos períodos referidos.

ARTIGO 51.º

Prémio

Se o adjudicatário completar os trabalhos de forma a ser possível iniciar a exploração comercial do 1.º escalão do empreendimento entre 1 de Janeiro de 1975 e a data fixada na alínea i) do n.º 1 do artigo 50.º, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, com todo o sistema completo, receberá um prémio igual a 50 por cento da receita líquida da venda de energia durante esse período.

ARTIGO 52.º

Programa de trabalhos

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar à aprovação da fiscalização, no prazo de cento e oitenta dias, após a entrada em vigor do contrato, um programa cronológico pormenorizado das diversas fases da empreitada — fornecimento de materiais, necessidades de mão-de-obra, execução das obras de construção civil, fornecimentos, montagem e ensaio do equipamento. Este programa será organizado por forma a permitir que o seu *contrôle* e rectificação possam ser executados por processos de cálculo electrónico, devendo o adjudicatário completá-lo com os elementos necessários para a realização destas operações.

2. O adjudicatário obriga-se a apresentar na última semana de cada trimestre a rectificação do programa cronológico, de harmonia com a efectiva situação dos trabalhos e fornecimentos.

3. Os programas de trabalhos poderão ser alterados por comum acordo se vier a ser reconhecida a necessidade da sua modificação. Esta circunstância não implica obrigatoriamente alteração dos preços e dos prazos de execução das obras.

ARTIGO 65.º

Compromisso global de potência

1. O sistema de transporte deverá poder entregar, em regime permanente (acréscimo de temperatura estabilizado nas várias partes do equipamento) e nas condições estabelecidas nas especificações, as seguintes potências no barramento trifásico, de tensão nominal de 275 kV, em Apolo.

- 1.º escalão — 800 MW;
- 2.º escalão — 1250 MW;
- 3.º escalão — 1750 MW.

Estes valores são estabelecidos considerando as perdas na linha de transporte correspondentes às seguintes condições, e serão corrigidos de acordo com as alterações que se verificarem nestas condições:

- a) Comprimento da linha, 1360 km;
- b) Temperatura do ar, 25°C;
- c) Elevação da temperatura dos condutores com a intensidade que os atravessa, de acordo com o diagrama incluído nas especificações;
- d) Bom tempo;
- e) Conteúdo de água no ar não superior a 14 g de água por quilograma de ar;
- f) Corrente de fuga avaliada em 0,4 mA por cadeia de isoladores a 533 kV;
- g) Perdas por efeito de coroa 18,6 MW para as linhas à tensão de 533 kV.

2. Em condições normais de funcionamento (estando ligados os equipamentos de filtragem da estação conversora), cada grupo gerador entregará ao barramento de 220 kV de Cabora Bassa suficiente potência para fornecer 400 MW nos circuitos de saída, isto quando pelo menos dois geradores estiverem a rodar em paralelo.

Nestas condições a potência das n máquinas operando em paralelo será:

$P \geq n \times 400 \text{ MW} + \text{perdas (excluindo as da subestação conversora)} + \text{potência suficiente para alimentar todos os auxiliares (incluindo os auxiliares da subestação conversora), com } n=2 \text{ no 1.º escalão, incluindo 2 MVA para o bairro e bombagem, e } n=4 \text{ no 3.º escalão, incluindo 3,5 MVA para o bairro e bombagem.}$

3. O adjudicatário aceita ensaiar o sistema de produção com a carga constituída pelo sistema de transporte. Quaisquer dificuldades que se revelem no funcionamento conjunto provocadas, por exemplo, por oscilações na regulação, excesso de harmónicas, desadaptação de reactâncias ou consumo excessivo de energia reactiva serão remediadas pelo adjudicatário, à sua custa, até que tais dificuldades deixem de ser impeditivas para a exploração dos equipamentos às suas potências nominais e nas condições das especificações, desde que as razões sejam atribuíveis a qualquer parte do equipamento fornecido pelo adjudicatário ou ao funcionamento conjunto destas partes.

4. O adjudicatário confirma que o conjunto dos sistemas de produção e de transporte, com um gerador parado, poderá, em regime permanente e nas condições estabelecidas nas especificações, sem ultrapassar a potência nominal dos equipamentos e nas condições referidas em 1, entregar no barramento de tensão nominal 275 kV, em Apolo, as seguintes potências:

- 1.º escalão — 695 MW;
- 2.º escalão — 1075 MW;
- 3.º escalão — 1450 MW.

5. O adjudicatário confirma também que o conjunto dos sistemas de produção e de transporte, com uma só linha monopolar em serviço, poderá, nas condições estabelecidas nas especificações, em regime permanente e nas condições referidas em 1, entregar no barramento de tensão nominal 275 kV, em Apolo, as seguintes potências:

- 1.º escalão — 610 MW;
- 2.º escalão — 1000 MW;
- 3.º escalão — 1400 MW.

6. O não cumprimento dos valores de potência indicados no n.º 1 devido a insuficiência na potência nominal de saída dos grupos conversores (240 MW por grupo conversor) dá ao Estado o direito de exigir a beneficiação ou a substituição do equipamento deficiente, até que sejam atingidos os valores de potência indicados no n.º 1, desde que o sistema de produção entregue potência suficiente à subestação conversora.

Se vier a verificar-se que as perdas por efeito coroa são menores que 18,6 MW, esta redução de perdas não poderá fundamentar exigências de entregas em Apolo superiores às expressas no n.º 1, isto para efeito da aplicação do disposto neste n.º 6. A potência dos grupos conversores é definida de acordo com as tolerâncias C. B. 1., mas esta potência, até ao limite de 240 MW sem tolerância, será exigida desde que as potências na entrega em Apolo sejam inferiores às expressas no n.º 1.

7. O Estado não poderá obrigar o adjudicatário a substituir os condutores da linha de transporte desde que estes satisfaçam às especificações contratuais relativas aos condutores.

8. No caso de recusa do adjudicatário em proceder em prazo razoável às substituições, reparações e beneficiações a que se obriga por força deste artigo, o Estado terá o direito de rescisão, cujos efeitos se regulam pelo disposto no n.º 5 do artigo 57.º

No caso de rescisão, será excluído da valorização referida no n.º 5 daquele artigo o equipamento já instalado, mesmo que recebido provisoriamente, e que o Estado não possa utilizar nas soluções técnicas que for obrigado a adoptar para se atingirem as condições de funcionamento contratuais.

ARTIGO 66.º

Garantia das obrigações contratuais

1. A Zamco, segundo outorgante neste contrato, responde por todas as obrigações que nele assume.

2. Em caso de não cumprimento por parte da Zamco, os terceiros outorgantes obrigam-se a garantir a satisfação daquelas obrigações, nas condições a seguir indicadas:

- a) Para efeito desta garantia, o contrato considera-se dividido em três partes: uma parte comum (parte A), outra que diz respeito à construção civil (parte B) e outra que diz respeito ao equipamento (parte C);
- b) Para o mesmo efeito, as firmas a seguir indicadas repartem entre si a sua responsabilidade pela forma seguinte:

Parte A: Allgemeine Elektrizitäts — Gesellschaft AEG — Telefunken (AEG); Brown, Boveri & Co Aktiengesellschaft (BBC); Compagnie de Constructions Internationales (CCI); Compagnie Générale d'Entreprises Electriques (C. G. E. E. — Cogalex); Compagnie Industrielle de Travaux; Entreprises

Camponon — Bernard; Entreprise Fougere-Limousin; Hochtief Aktiengesellschaft (Hochtief); J. M. Voith GmbH (Voith); LTA, Ltd.; Siemens Aktiengesellschaft (Siemens); Shaft Sinkers (PTY), Ltd.; Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas — Sorefame, S. A. R. L.; Società Anonima Elettificazione, S. p. A. (SAE); Société des Grands Travaux de Marseille; Société Française d'Entreprises de Dragages et Travaux Publics; Société Générale de Constructions Electriques et Mécaniques Alsthom (Alsthom); Société Générale d'Entreprises.

Parte B: Compagnie de Constructions Internationales (CCI); Compagnie Industrielle de Travaux; Entreprises Camponon—Bernard; Entreprise Fougere-Limousin; Hochtief Aktiengesellschaft (Hochtief); LTA, Ltd.; Shaft Sinkers (PTY), Ltd.; Société des Grands Travaux de Marseille; Société Française d'Entreprises de Dragages et Travaux Publics; Société Générale d'Entreprises.

Parte C: Allgemeine Elektrizitäts — Gesellschaft AEG — Telefunken (AEG); Brown, Boveri & Co Aktiengesellschaft (BBC); Compagnie Générale d'Entreprises Electriques (C. G. E. E. — Cogelux); J. M. Voith GmbH (Voith); Siemens Aktiengesellschaft (Siemens); Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas — Sorefame, S. A. R. L.; Società Anonima Elettificazione, S. p. A. (SAE); Société Générale de Constructions Electriques et Mécaniques Alsthom (Alsthom);

3. Todas as obrigações de garantia relativas a qualquer das partes referidas neste artigo são assumidas com expressa renúncia ao benefício de excussão dos bens da Zamco.

4. Para efeito de delimitação das partes A, B e C, fica entendido que os diferentes artigos e anexos do contrato se distribuem pela forma indicada no mapa seguinte:

Artigo	Título	Parte ou partes responsáveis
1.º	Definições	A
2.º	Objecto do contrato	A, B e C
3.º	Localização e descrição dos trabalhos	A
4.º	Preço do contrato	B e C
5.º	Garantias bancárias	A e B
6.º	Condições locais	B e C
7.º	Fiscalização	B e C
8.º	Acompanhamento de projectos	C
9.º	Encargos do adjudicatário	B e C
10.º	Aclausos	B e C
11.º	Alterações e adicionais	B e C
12.º	Elementos de consulta nos locais de trabalho	B e C
13.º	Erros e omissões	B e C
14.º	Prejuizos causados a terceiros	B e C
15.º	Prejuizos causados em bens do Estado	B e C
16.º	Patentes	B e C
17.º	Risco	B e C
18.º	Subempreiteiros e tafeiros	B e C
19.º	Empreitadas ou trabalhos simultâneos	B e C
20.º	Locais de implantação das obras	A
21.º	Iscção de direitos de importação	A
22.º	Iscção de taxas e impostos	A
23.º	Concessão de vistos	A
24.º	Casos de força maior	B e C
25.º	Alteração de leis	B e C
26.º	Idiomas	B e C
27.º	Substituição do Estado por institutos públicos ou empresas	A
28.º	Participação portuguesa	A
29.º	Representantes do adjudicatário	A
30.º	Delegado técnico	A
31.º	Admissão de pessoal	B e C
32.º	Horário de trabalho	A
33.º	Obrigações relativas ao pessoal	B e C
34.º	Assistência médica	A
35.º	Prevenção contra accidentes	A
36.º	Accidentes de trabalho e seguro do pessoal	A
37.º	Centros sociais e de recreio	A
38.º	Materiais a empregar	B e C
39.º	Ensaio e amostras de materiais	B e C
40.º	Materiais não aprovados	B
41.º	Implantação das obras	A
42.º	Instalações	A
43.º	Accessos e caminhos de circulação na área do estaleiro	A
44.º	Desenhos e elementos de projecto	B e C
45.º	Condições de avaliação da empreitada	B e C
46.º	Valorização da empreitada na parte de construção civil	B
47.º	Condições de financiamento e de pagamento	B e C
48.º	Revisão de preços	B e C
49.º	Entrada em vigor do contrato e início dos trabalhos	A
50.º	Prazo de execução dos trabalhos	A
51.º	Prémio	A
52.º	Programa de trabalhos	A
53.º	Utilização antes da conclusão da empreitada	A
54.º	Recepção provisória	B e C
55.º	Recepção definitiva	A
56.º	Penalidades	A
57.º	Rescisão do contrato	B e C
58.º	Indemnizações	B e C
59.º	Reclamações	A
60.º	Arbitragem	A
61.º	Coordenação técnica do empreendimento	A
62.º	Fabricantes e garantias dos fabricos	C
63.º	Conservação, funcionamento e manutenção	B e C
64.º	Garantia para o equipamento	C
65.º	Compromisso global de potência	C
66.º	Garantia das obrigações contratuais	A

c) Pelo que diz respeito à parte A, se o segundo outorgante, a Zamco, faltar ao cumprimento das obrigações pelas quais é responsável, todas as firmas que intervêm como terceiros outorgantes obrigam-se a garantir o cumprimento daquelas obrigações, assumindo todas, solidariamente, a responsabilidade que, por força da lei ou deste contrato, impende sobre a Zamco;

d) Pelo que diz respeito à parte B, se o segundo outorgante, a Zamco, faltar ao cumprimento das obrigações pelas quais é responsável, as firmas indicadas na alínea b) para a parte B obrigam-se a garantir o cumprimento daquelas obrigações, assumindo solidariamente a responsabilidade que, por força da lei ou deste contrato, impende sobre a Zamco;

e) Pelo que diz respeito à parte C, se o segundo outorgante, a Zamco, faltar ao cumprimento das obrigações pelas quais é responsável, as firmas indicadas na alínea b) para a parte C obrigam-se a garantir o cumprimento daquelas obrigações, assumindo solidariamente a responsabilidade que, por força da lei ou deste contrato, impende sobre a Zamco;

f) Salvo pelo que respeita à parte A, as firmas que garantem a parte B do contrato não assumem qualquer responsabilidade emergente da parte C, do mesmo modo que as firmas da parte C não assumem qualquer responsabilidade emergente da parte B, quer na qualidade em que assinam o contrato, quer como sócios da Zamco.

Anexo	Título	Parte ou partes responsáveis
1	Construção civil — Especificações	B
2	Sistema de produção de energia — Especificações	C
3	Sistema de transporte de energia — Especificações	C
4	Condições de financiamento e pagamento	B e C
5	Regras para revisão de preços	B e C
6	Normas de segurança do pessoal e higiene no trabalho	B e C

Quando um artigo ou um anexo estiver distribuído por mais do que uma parte, entende-se que é aplicável a cada uma das partes no que lhe respeita.

5. Em caso de divergência quanto à distribuição das responsabilidades, tal como foi definida nos números anteriores, o assunto será resolvido por arbitragem.

6. Os terceiros outorgantes obrigam-se ainda, nas condições indicadas nos números anteriores, a garantir o cumprimento das decisões dos árbitros, as quais, para todos os efeitos, valerão como se fossem proferidas contra qualquer dos outorgantes ou todos, dentro de cada grupo estabelecido na alínea b) do n.º 2.

Ministério do Ultramar, 4 de Setembro de 1969. —
O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.



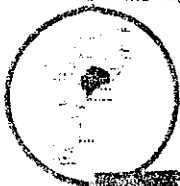
ANEXO D

Tabela 1.2: Uma Fotografia Estatística do Zambeze em Moçambique

Província da Zambézia

Área (km²): 103.240
 Fronteiras: Namputa e Niassa a Norte, Sofala a Sul, Malawi e Tete a Oeste, e Oceano Índico a Este.
 % da área total: 13%
 Capital: Quelimane
 População (2000): 3.3 milhões
 Principais línguas locais: Elomwe 42% Português 5% Chuabo 31% Cisena 8%
 PGB real por pessoa ('96-2000)*: US\$ 100
 Variação do PGB, 1996-2000** : 3.3%
 Principais produtos: Coco, chá, camarões, algodão e pedras preciosas
 % dos distritos na RVZ***: 56%
 Cidade de Quelimane e 10 dos 15 distritos: Chinde, Inhassunge, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Mopeia, Morrumbala, Namacurra e Nicoadala.

*PGB (produto geográfico bruto) = PGB da região
 ** PGB (Produto geográfico bruto)
 ***RVZ - Região do Vale do Zambeze



Província de Tete

Área (km²): 102,586
 Fronteiras: Zambíia a Norte, Manica e Sofala a Sul, Malawi a Este, e Zimbábue a Oeste
 % da área total: 12.8%
 Capital: Tete
 População (2000): 1.2 milhões
 Principais línguas locais: Nyanja 48% Português 3% Nyungue 28% Sena 12%
 PGB real per capita ('96-2000)*: US\$ 108
 Variação do PGB em 1996-2000** : 12.5%
 Principais produtos: Carvão, ferro, algodão, tabaco, gado e peixe (na albufeira de Cahora Bassa)
 % de distritos na RVZ***: 100%
 Cidade de Tete e 12 distritos: Angónia, Cahora Bassa, Changara, Chifunde, Chiúta, Magoé, Marávia, Macanga, Moatize, Mutarara, Tsangano and Zumbo

*PGB (Produto geográfico bruto) = PGB duma região
 ** PGB (Produto geográfico bruto)
 ***RVZ - Região do Vale do Zambeze



Província de Manica

Área (km²): 61,537
 Fronteiras: Tete a Norte, Inhambane e Gaza a Sul, Sofala a Este, e Zimbábue a Oeste
 % da área total: 7.7%
 Capital: Chimioio
 População (2000): 1.1 milhões
 Principais línguas locais: Cindau 29% Português 4% Cisena 11% Chitwo 22% Cimanika 15%
 PGB real per capita ('96-2000)*: US\$ 152
 Variação do PGB em 1996-2000** : 12.7%
 Principais produtos: Ouro, mica, fluorite, chalcopirite, tabaco, citrinos e vegetais
 % de Distritos na RVZ***: 43%
 4 dos 9 distritos: Barué, Guro, Macossa e Tambara.

*PGB (produto geográfico bruto) = PGB da região
 ** PGB (Produto geográfico bruto)
 ***RVZ - Região do Vale do Zambeze



Província de Sofala

Área (km²): 68.415
 Fronteiras: Tete e Zambézia a Norte, Inhambane a Sul, Manica a Oeste e o Oceano Índico a Este
 % da área total: 8,4%
 Capital: Sofala
 População (2000): 1,4 milhões
 Principais línguas locais: Cisena 47% Cindau 34% Portuguse 10%
 PGB real per capita ('96-2000)*: US\$ 254
 Variação do GDP em 1996-2000** : 3.6%
 Principais produtos: Ouro, mica, fluorite, chalcopirite, tabaco, citrinos and vegetables
 % dos Distritos na RVZ: 61%
 4 dos 9 distritos: Barué, Guro, Macossa and Tambara.

*PGB (produto geográfico bruto) = PGB da região
 ** PGB (Produto geográfico bruto)
 *** RVZ - Região do Vale do Zambeze



ANEXO E

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por Provincias, Regiões e País, 2000 - 2004

	2000	2001	2002	2003	2004	
Índice de Esperança de Vida	Norte	0,27828	0,28511	0,29211	0,29917	0,30722
	Niassa	0,30383	0,30983	0,316	0,32217	0,32833
	Cabo Delgado	0,25667	0,26233	0,26817	0,27417	0,28167
	Nampula	0,27433	0,28317	0,29217	0,30117	0,31167
	Centro	0,30829	0,31879	0,32993	0,34193	0,34867
Índice de Educação	Sul	0,44196	0,44638	0,45092	0,4555	0,45958
	Inhambane	0,3815	0,38717	0,393	0,399	0,405
	Gaza	0,37167	0,37733	0,38317	0,389	0,395
	Maputo provincia	0,45633	0,462	0,46767	0,4735	0,47833
	Maputo cidade	0,55833	0,559	0,55983	0,5605	0,56
	Moçambique	0,32167	0,33333	0,34333	0,355	0,36167
	Norte	0,28108	0,29519	0,32827	0,3386	0,35302
	Niassa	0,33229	0,35737	0,3645	0,38099	0,39954
	Cabo Delgado	0,23111	0,24696	0,30708	0,32169	0,33579
	Nampula	0,28079	0,29761	0,32904	0,33576	0,35003
	Centro	0,36121	0,38291	0,40138	0,41888	0,44011
	Sul	0,55412	0,5783	0,56789	0,58037	0,63038
	Inhambane	0,45475	0,4855	0,48706	0,49978	0,51714
	Gaza	0,46927	0,51401	0,53399	0,54644	0,56174
	Maputo provincia	0,57994	0,59485	0,62243	0,63583	0,65565
Maputo cidade	0,71335	0,72054	0,75029	0,76415	0,78919	
Moçambique	0,38139	0,40366	0,42393	0,43701	0,45562	
Norte	0,3136	0,3301	0,34115	0,34349	0,34539	
Niassa	0,29027	0,31131	0,32594	0,32524	0,33245	
Cabo Delgado	0,2832	0,30328	0,3146	0,31817	0,32137	
Nampula	0,3309	0,3452	0,35535	0,35792	0,35814	
Centro	0,34138	0,36186	0,36983	0,3683	0,37292	
Índice do PIB Real Per Capita	Sul	0,47745	0,50953	0,5218	0,5151	0,52858
	Inhambane	0,34921	0,36118	0,37724	0,37458	0,40419
	Gaza	0,34148	0,3549	0,36101	0,35873	0,36096
	Maputo provincia	0,54067	0,60388	0,62306	0,61477	0,62992
	Maputo cidade	0,57884	0,59666	0,60224	0,59996	0,60306
	Moçambique	0,38148	0,40651	0,41717	0,41399	0,42223
	Norte	0,29099	0,30347	0,32051	0,32708	0,33521
	Niassa	0,3088	0,32617	0,33548	0,3428	0,35344
	Cabo Delgado	0,25699	0,27086	0,29661	0,30467	0,31294
	Nampula	0,29534	0,30866	0,32552	0,33162	0,33995
	Centro	0,33696	0,35452	0,367	0,37549	0,39323
	Sul	0,49118	0,5114	0,51354	0,51699	0,53952
	Inhambane	0,39515	0,41128	0,4191	0,42445	0,44211
	Gaza	0,39414	0,41541	0,42605	0,43139	0,43923
	Maputo provincia	0,52565	0,55358	0,57105	0,5747	0,58797
Maputo cidade	0,61684	0,6254	0,63746	0,64154	0,65075	
Moçambique	0,36151	0,38117	0,39481	0,402	0,41317	

Valores Mínimos e Máximos: Esperança de vida à Nascimento - 25 e 85 anos; Taxa de Alfabetização - 0% e 100%; Taxa de Escolaridade Bruta Combinada - 0% e 100%; PIB Real - 100 e 40000 dólares PPC convertidos em Meticais na base da taxa de conversão dólares PPC e deflacionados pelo deflactor do PIB

ANEXO F

BOLETIM**OFICIAL**

DE
MOÇAMBIQUE

Toda a correspondência referente a assinaturas e anúncios do Boletim Oficial deve ser dirigida à Imprensa Nacional de Moçambique, em Lourenço Marques.

Os preços das assinaturas por via aérea acrescidos das importâncias para o frete do correio, nos termos da Portaria n.º 129/74, do 28 de Dezembro.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre	Ano	Semestre
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
Pelas três séries	1600\$00	900\$00	1700\$00	950\$00
1.ª série	600\$00	350\$00	650\$00	400\$00
2.ª série	700\$00	400\$00	750\$00	450\$00
3.ª série	600\$00	350\$00	650\$00	400\$00

Venda avulsa, por série, por cada 2 páginas

Anúncios, por linha larga

Anúncios, por linha estreita

2100

18000

15000

Não serão publicados os anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

2.º SUPLEMENTO**SUMÁRIO****Governo de Transição de Moçambique:****Decreto-Lei n.º 71/75:**

Inserir disposições relativas à construção e exploração do empreendimento hidroeléctrico de Cahora Bassa e dos sistemas de transporte de energia associados.

Decreto-Lei n.º 72/75:

Determina que as estruturas dos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento do Gabinete do Plano do Zambeze passem a ficar dependentes do Ministério da Coordenação Económica.

Decreto-Lei n.º 73/75:

Determina que fiquem sujeitos a condicionamento de publicidade nos meios de comunicação social os produtos de venda livre ao público mas que possam ser considerados nocivos à saúde, quando exageradamente consumidos—
Cria o Fundo de Apoio aos Meios de Comunicação Social.

Decreto-Lei n.º 74/75:

Cria a cadeira de mecanografia no curso de perito contabilista dos institutos comerciais.

Governo de Transição de Moçambique**Decreto-Lei n.º 71/75**

de 21 de Junho

Em vista o Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, assinado em Lourenço Marques em 14 de Abril de 1975, relativo à construção e exploração do empreendimento hidroeléctrico de Cahora Bassa e à afectação das respectivas receitas;

O Governo de Transição de Moçambique decreta:

Artigo 1.º O Ministro da Coordenação Económica outorga, em nome do Estado de Moçambique, com a sociedade constituída segundo o estabelecido no Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, nos termos

de concessão de construção e de exploração do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa e dos sistemas de transporte de energia associados, os quais serão celebrados nos termos dos textos anexos; que se consideram parte integrante do presente diploma.

Art. 2.º — 1. Os contratos de concessão são celebrados em conformidade com o disposto no Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, cujas disposições serão aplicáveis independentemente de qualquer condição e prevalecerão sobre quaisquer outras.

2. O estatuto da sociedade concessionária observará rigorosamente as disposições do mencionado Protocolo de Acordo.

Art. 3.º A sociedade concessionária, os seus accionistas e, ainda, os membros dos corpos sociais e do pessoal que não sejam moçambicanos gozarão da isenção de todos os quaisquer impostos, taxas ou emolumentos que fossem devidos pela constituição ou modificação da sociedade pelos resultados da sua actividade, pela percepção de amortizações do capital, de dividendos ou pelo recebimento de preço de alienação de acções à própria sociedade, e pela percepção de remunerações; e bem assim de todos e quaisquer direitos alfandegários que fossem devidos pela importação de materiais e equipamento destinado à exploração do empreendimento de Cahora Bassa.

Art. 4.º — 1. As receitas da sociedade e as amortizações de capital, dividendos ou preço de aquisição de acções dela recebidos beneficiam de regime cambial especial, sendo permitida a imediata transferência do que for necessário ao pagamento dos credores que não hajam convertido os seus créditos em capital social e do que for percebido pelo accionistas a título de amortização de capital, de dividendo ou de preço por alienação de acções à própria sociedade.

2. As remunerações dos membros dos corpos sociais e do pessoal, que não sejam moçambicanos, beneficiam também de regime cambial especial, sendo permitida a imediata transferência da parte convencionada do seu quantitativo.

3. O que fica disposto nos números anteriores deverá ser entendido sem prejuízo do princípio de que, para

entrada de divisas gerada pela própria sociedade; no entanto, se o volume de receitas da sociedade em moeda de Moçambique exceder o volume de despesas na mesma moeda procurará o Estado de Moçambique, de acordo com as suas disponibilidades cambiais, dar tratamento prioritário às transferências desses excessos quando necessárias para a satisfação de encargos da sociedade em moeda estrangeira referentes a investimentos.

Art. 5.º A sociedade concessionária é dispensada do cumprimento de quaisquer exigências legais respeitantes ao número de accionistas, que poderá, designadamente, ser inferior a dez, ficando desde já expressamente admitida a possibilidade de a mesma se vir a converter em sociedade unipessoal.

Art. 6.º A sociedade concessionária fica, também, dispensada da necessidade de depósito prévio de qualquer valor, que represente parte ou a totalidade do capital social, até que tenham sido integralmente satisfeitos os encargos mencionados no artigo 1.º do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, do cumprimento das obrigações relativas a constituição, manutenção e reintegração de fundos de reserva.

Art. 7.º Fica ainda expressamente admitido que as acções da sociedade concessionária recebidas gratuitamente pelo Estado de Moçambique não têm direito a dividendo ou a amortização de capital, até completa satisfação dos encargos referidos no artigo anterior.

Art. 8.º Os membros dos corpos sociais da concessionária não serão accionistas.

Art. 9.º Constituída a sociedade concessionária e outorgadas as concessões, fica esta autorizada a assumir a posição contratual emergente de contratos celebrados relativamente ao empreendimento de Cahora Bassa, sua construção, financiamento e exploração, tendo sempre em conta as disposições do mencionado Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO.

Art. 10.º Nos termos do artigo 35.º do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, são mantidos os regimes jurídicos que dizem respeito à execução do empreendimento de Cahora Bassa e das linhas de transporte para a República da África do Sul, e para o sistema de produção e transporte da SHER, bem como das instalações acessórias.

Promulgado em 20 de Junho de 1975.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Joaquim Alberto Chissano*. —
O Alto-Comissário, *Victor Manuel Trigueiros Crespo*.

Contrato de concessão

do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa

ARTIGO 1.º

É atribuída à Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S. A. R. L., a concessão de construção e exploração do aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa, nos termos do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, do Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo da Transição de Moçambique.

ARTIGO 2.º

1. A presente concessão abrange a produção de energia eléctrica, no aproveitamento de Cahora Bassa, e o seu transporte, em alta tensão, para a República da África do

2. No caso de ser decidida a execução da Central Norte e serviços anexos, nos termos do artigo 19.º, a construção e exploração serão abrangidas na presente concessão.

ARTIGO 3.º

A concessão é dada com a declaração de utilidade pública, nos termos e para os efeitos das leis vigentes, ou das que vierem a substituí-las.

ARTIGO 4.º

Constitui encargo da sociedade concessionária:

- A satisfação das dívidas por ela directamente contraídas;
- O pagamento integral do investimento efectuado no empreendimento de Cahora Bassa, incluindo a completa liquidação das dívidas contraídas pelo Estado Português em razão de tal empreendimento, ou daquelas que tiverem de vir a ser assumidas para amortização ou conversão de empréstimos contratados, se as receitas da sociedade não forem suficientes para assegurar o seu inteiro e pontual cumprimento.

ARTIGO 5.º

Considera-se que os encargos mencionados na alínea b) do artigo anterior se encontram inteiramente satisfeitos quando:

- Os créditos que não tiverem sido convertidos em capital social, ou na parte em que o não tiverem sido, acrescidos dos respectivos juros, se encontrarem saldados;
- Os credores que, total ou parcialmente, hajam convertido os seus créditos em capital social, tiverem recebido o montante desses créditos, mais aquilo que seria devido a título de juro, se não se verificasse a conversão, tudo acrescido ainda de eventual prémio de conversão, que tenha sido convencionado;
- O Estado Português e os accionistas com entradas de capital em dinheiro tiverem recebido a totalidade do investimento autofinanciado ou das entradas de capital, acrescida de uma quantia correspondente à aplicação anual, sobre os montantes que forem estando por pagar, de uma taxa igual à taxa de desconto do Banco Central do Estado da proveniência do dinheiro à data da entrada do capital, mais 1%;
- Quem eventualmente satisfaça dívidas que as receitas da concessionária não permitam pontualmente liquidar, e ainda que converta os novos créditos em capital social, haja recebido o valor que tiver pago, mais o juro que for convencionado, ou, na falta de convenção, o juro calculado à taxa que constar do contrato de que aquelas dívidas emergirem.

ARTIGO 6.º

1. A concessão não poderá ser resgatada, por qualquer modo, com efeitos antes do termo do terceiro ano social subsequente àquele a que se referir o balanço demonstrativo de que os encargos da concessionária referidos na alínea b) do artigo 4.º se encontram integralmente satisfeitos, salvo liquidação antecipada dos mesmos encargos pelo Estado de Moçambique.

2. No caso referido no final do número anterior, os efeitos

ARTIGO 7.º

A sociedade concessionária ficará com o uso e fruição dos bens móveis ou imóveis afectos ou a afectar ao funcionamento de Cahora Bassa, nomeadamente os imóveis que constituem o centro urbano de Cahora Bassa, incluindo o apetrechamento dos mesmos; das redes de abastecimento, incluindo a respectiva captação, tratamento e distribuição, e de esgotos, incluindo a respectiva estação de tratamento; da rede eléctrica; da central hidroeléctrica, plataforma de transição e edifícios anexos; das linhas de transporte de energia a 220 kV entre a plataforma de transição e a subestação do Songo; do equipamento eléctrico electromecânico, aparelhos, ferramentas e sobresselentes; sistema de teletransmissão, de telemedida e de telecontrole; das obras hidráulicas, nomeadamente a barragem, obras de regulação e de descarga, tomadas de água, obras de derivação e de restituição e condutas; dos terrenos necessários pela albufeira, obras de navegação, terrenos, canais, arruamentos e caminhos de acesso privativos do centro urbano e instalações anteriormente referidas; assim como de quaisquer outros terrenos já afectados aos fins do empreendimento.

ARTIGO 8.º

A concessionária ficará com o uso e fruição do sistema de transporte em corrente contínua para a República da África do Sul, composta nomeadamente por:

- a) Subestação do Songo, cuja plataforma ocupa uma área de 158 000 m² e compreende, nomeadamente: o parque de linhas previsto com cinco chegadas dos grupos geradores, uma saída da linha a 220 kV, dez painéis de ligação para a instalação convertora, painéis de disjuntores de barras, painéis de dois transformadores de 220 MVA, 220/20 kV (para alimentação dos serviços auxiliares gerais do empreendimento, do centro urbano e da instalação de abastecimento de água ao Songo); instalação convertora corrente alternada-corrente contínua, formada por oito grupos conversores equipados com válvulas de tiristores, de potência nominal 1920 MW, e por duas linhas monopolares de ± 353 kV; edifício de comando centralizado de todo o empreendimento; edifício de descubagem e manutenção do equipamento; central diesel eléctrica de apoio aos serviços auxiliares gerais, equipada com dois grupos de 4000 kVA; sistema de refrigeração das válvulas convertoras e dos grupos diesel, todo o equipamento eléctrico, aparelhos, ferramentas e sobresselentes; sistema de teletransmissões através das linhas da corrente contínua e correspondente estação repetidora de Vila Gouveia;
- b) Duas linhas monopolares de transmissão de energia em corrente contínua a ± 533 kV entre a subestação do Songo e a fronteira da República da África do Sul, com um comprimento unitário de cerca de 900 km e duas linhas do eléctrodo de terra (situado em Estima);
- c) Instalações a construir ao longo das linhas referidas em b), para a sua conservação e manutenção, incluindo o sistema de comunicações por feixes hertzianos;
- d) Equipamento móvel, equipamento de manutenção e reparação, sobresselentes, ferramentas e equipamento móvel de radiocomunicações das linhas referidas em b);

- e) Terrenos, estradas e caminhos de acesso à subestação do Songo e ao longo das linhas referidas em b), assim como quaisquer outros terrenos já afectados aos fins do empreendimento.

ARTIGO 9.º

1. A energia será produzida sob a forma de corrente alternada trifásica, com a frequência de 50 c. p. s., admitindo-se uma tolerância, salvo perturbações excepcionais, de $\pm 0,3$ c. p. s., por cinco grupos geradores, cada um composto por:

- uma turbina Francis para a potência nominal de 415 MW (sob 103,5 de queda útil);
- um alternador de 480 MVA, com tensão nominal de 16 kV.

2. A tensão de saída dos alternadores será regulada por forma a adaptar-se às condições impostas pelas conveniências do transporte dentro dos limites condicionados pelas características de regulação das máquinas, mas não excedendo a tolerância de $\pm 10\%$, salvo perturbações excepcionais, aplicada ao barramento de 220 kV da subestação do Songo.

3. A tensão de saída dos alternadores será elevada para 220 kV por bancos de transformadores monofásicos, «ligação em bloco» com os alternadores, instalados em caverna anexa à central, os quais são ligados por cabos de 220 kV às linhas aéreas que partem da plataforma de transição para a subestação do Songo, distante cerca de 7 km.

ARTIGO 10.º

A concessionária obriga-se a respeitar o que estiver ou vier a estar fixado nos contratos de fornecimento de energia, nomeadamente no contrato de fornecimento de energia à Electricity Supply Commission (ESCOM) da República da África do Sul.

ARTIGO 11.º

A entrada em serviço comercial dos sistemas de produção e transporte verificar-se-á segundo o escalonamento seguinte:

1.º escalão:

Três grupos turbina-alternador de 415 MW/480 MVA.
Quatro pontes convertoras, 4 × 240 MW, $\pm 2 \times 133$ kV

2.º escalão:

Quatro grupos turbina-alternador de 415 MW/480 MVA.
Seis pontes convertoras, 6 × 240 MW, $\pm 3 \times 133$ kV.

3.º escalão:

Cinco grupos turbina-alternador de 415 MW/480 MVA (central sul completada).
Oito pontes convertoras, 8 × 240 MW, $\pm 4 \times 133$ kV.

ARTIGO 12.º

A sociedade concessionária cumprirá as obrigações e exercerá os direitos que para o Estado Português resultam do contrato celebrado com o Consórcio Zamco, assinado em 19 de Setembro de 1969, por força da transferência da posição contratual daquele, autorizada pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo de Transição de Moçambique; e, bem assim, cumprirá as obri-

Bens e exercerá os direitos decorrentes dos restantes contratos cuja transmissão foi autorizada nos termos do estado preceito.

ARTIGO 13.º

São transferidos para a concessionária todos os estudos, projectos, desenhos e outras informações, relativos às obras e instalações referidas nos artigos 7.º e 8.º

ARTIGO 14.º

1. Durante a vigência da concessão, compete à concessionária manter em perfeito estado de conservação todas as obras, equipamentos e bens abrangidos pela concessão.

2. Cabe-lhe igualmente organizar os diagramas de exploração da central hidroeléctrica e da utilização da água represada na albufeira e fazer as observações hidro-métricas que lhe forem determinadas, fornecendo ao concedente estes elementos e dados estatísticos respeitantes à exploração que lhe forem exigidos de acordo com a regulamentação em vigor.

ARTIGO 15.º

A gestão e exploração do empreendimento concedido devem ser feitas com total isenção política, mas sem prejuízo do respeito pelas leis fundamentais do Estado de Moçambique.

ARTIGO 16.º

1. O Governo de Moçambique concederá os vistos de entrada e saída, as autorizações de residência e de trabalho e, em geral, todas as licenças necessárias para o exercício das funções pelos membros dos corpos sociais e do pessoal da concessionária, e ainda para o exercício de funções pelo pessoal afectado à conclusão da empreitada de Cahora Bassa.

2. Os pedidos de vistos, autorizações ou licenças serão despachados no prazo de quinze dias, contado a partir do respectivo requerimento, devidamente justificado, desde que o mesmo seja entregue em Lourenço Marques.

ARTIGO 17.

1. A concessionária utilizará apenas o número de técnicos estrangeiros indispensável ao bom e regular funcionamento da empresa, devendo estes ser progressivamente substituídos até à totalidade se possível por técnicos moçambicanos, nos termos do Protocolo de Acordo.

2. O Estado de Moçambique reserva-se o direito de exigir a saída do território e a cessação do exercício de funções de pessoas não moçambicanas que desenvolvam actividade política contrária aos interesses do Povo de Moçambique.

ARTIGO 18.º

A sociedade e os seus accionistas, bem como os membros dos corpos sociais e os trabalhadores que não sejam moçambicanos, gozam das isenções tributárias e da faculdade de exportar capitais consignados no Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, e no Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo de Transição de Moçambique.

ARTIGO 19.º

A realização, pela concessionária, de investimentos adicionais, destinados designadamente a aumentar a potência instalada no aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa dependerá de prévia autorização do concedente.

ARTIGO 20.º

1. No termo da concessão, reverterão para o Estado de Moçambique todos os bens, obras e instalações por aquela abrangidos.

2. Três anos após o momento em que estiver demonstrado que se encontram integralmente liquidados os encargos referidos na alínea b) do artigo 4.º, o Estado de Moçambique poderá tomar quaisquer providências destinadas a permitir a transferência do objecto da concessão para o regime de exploração directa ou para nova concessionária.

ARTIGO 21.º

A concessão não poderá ser cedida ou subconcedida, total ou parcialmente, sem autorização prévia do Estado de Moçambique.

ARTIGO 22.º

O presente contrato só poderá ser alterado por mútuo acordo.

ARTIGO 23.º

1. Todos os litígios emergentes deste contrato, bem como dos diplomas que o autorizam e determinam e do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, designadamente os respeitantes à sua interpretação e integração, validade e eficácia, cumprimento e incumprimento, serão dirimidos por tribunal arbitral, formado por três árbitros.

2. Requerida a constituição do tribunal, cada parte designará um árbitro no prazo de trinta dias a partir do momento em que for notificada para o efeito. Se não houver acordo quanto à designação do terceiro árbitro, cada uma das partes indicará uma lista de três pessoas que não sejam portuguesas nem moçambicanas, e desempenhem funções de magistrados judiciais. No prazo de trinta dias, cada uma das partes escolherá um dos nomes constantes da lista apresentada pela outra parte, sorteando-se entre os dois nomes escolhidos a pessoa que exercerá as funções de terceiro árbitro. Quando uma das partes, no prazo fixado, não designar o seu árbitro, a escolha deste defere-se ao árbitro já indicado pela outra parte. E quando não indicar no prazo de trinta dias a lista de pessoas para efeitos de escolha, ou não proceder a esta, tais actos serão praticados pelo árbitro designado por essa parte ou, se o não forem, pelo árbitro designado pela outra parte.

3. O tribunal considerará sempre o Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, como a norma fundamental.

4. Não haverá recurso das decisões do tribunal, que serão executórias independentemente de qualquer condição.

ARTIGO 24.º

Logo que seja proclamada a independência de Moçambique, a República de Moçambique sucederá automaticamente na posição jurídica do Estado de Moçambique.

ARTIGO 25.º

Consideram-se parte integrante deste contrato as disposições constantes do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, e dos seus anexos, ainda o

JUNHO DE 1975

de concessão da construção e exploração do sistema de transporte da energia eléctrica entre Bassa e a rede da SHER.

ARTIGO 1.º

É dada à Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S. A. R. L., a concessão da construção e exploração do sistema de transporte de energia eléctrica, em alta tensão, do projecto do hidroeléctrico de Cahora Bassa para o sistema de produção e transporte da SHER, Sociedade Hidroeléctrica Revuè, S. A. R. L., nos termos do Protocolo de Entendimento entre o Estado Português e a FRELIMO, e do Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo de Moçambique.

ARTIGO 2.º

A concessão abrange:

a) a conclusão de construção, fornecimento e montagem, em conformidade com os planos gerais e projectos aprovados, do sistema de transporte indicado no artigo 1.º, composto nomeadamente pelas seguintes instalações:

- 1.º A linha de transporte de energia, em corrente alternada a 220 kV, entre as subestações do Songo, Tete e Chibata, com um comprimento de cerca de 430 km;
- 2.º O painel de saída a 220 kV da subestação do Songo da linha referida no n.º 1.º;
- 3.º A subestação de Tete, 220/60/30 kV, de seccionamento e transformação, para abastecimento de energia à província de Tete;
- 4.º O fornecimento e montagem dos equipamentos electromecânicos das subestações de Chibata, 220/110 kV, de interligação ao sistema produtor e de transporte da SHER.

b) A exploração do mesmo sistema de transporte, com excepção da exploração das subestações de Chibata e Dondo.

ARTIGO 3.º

A concessão é dada com a declaração de utilidade pública nos termos e para efeitos das leis vigentes, ou das que vierem a substituí-las.

ARTIGO 4.º

Constitui encargo da sociedade concessionária:

- a) A satisfação das dívidas por ela directamente contraídas;
- b) O pagamento integral do investimento efectuado pelo Estado Português no sistema de transporte que constitui objecto de concessão, incluindo a completa liquidação das dívidas por aquele contraídas em razão de tal empreendimento, ou das que tiverem de vir a ser assumidas para amortização ou conversão de empréstimos contratados, se as receitas da sociedade não forem suficientes para assegurar o seu inteiro e pontual cumprimento.

ARTIGO 5.º

Considera-se que os encargos mencionados na alínea b) do artigo anterior se encontram inteiramente satisfeitos quando:

- a) Os créditos que não tiverem sido convertidos em capital social, ou na parte em que o não tiverem sido, acrescidos dos respectivos juros, se encontrarem saldados;
- b) Os credores que, total ou parcialmente, hajam convertido os seus créditos em capital social tiverem recebido o montante desses créditos, mais aquilo que seria devido a título de juro se não se verificasse a conversão, tudo acrescido ainda de eventual prémio de conversão que tenha sido convencionado;
- c) O Estado Português e os accionistas com entradas de capital em dinheiro tiverem recebido a totalidade do investimento autofinanciado ou das entradas de capital, acrescida de uma quantia correspondente à aplicação anual, sobre os montantes que forem estando por pagar, de uma taxa igual à taxa de desconto do Banco Central do Estado da proveniência do dinheiro à data da entrada do capital, mais 1 %;
- d) Quem eventualmente satisfaça dívidas que as receitas da concessionária não permitam pontualmente liquidar, e ainda que converta os novos créditos em capital social, haja recebido o valor que tiver pago, mais o juro que for convencionado, ou, na falta de convenção, o juro calculado à taxa que constar do contrato de que aquelas dívidas emergirem.

ARTIGO 6.º

1. A concessão não poderá ser resgatada por qualquer modo com efeitos antes do termo do terceiro ano social subsequente àquele a que se referir o balanço demonstrativo de que os encargos da concessionária referidos na alínea b) do artigo 4.º se encontram integralmente satisfeitos, salvo liquidação antecipada dos mesmos encargos pelo Estado de Moçambique.

2. No caso referido no final do número anterior, os efeitos do resgate só se produzirão passados três anos.

ARTIGO 7.º

1. A concessionária ficará com o uso e fruição de todos os bens móveis ou imóveis afectos ou a afectar à prossecução do objecto de concessão, nomeadamente: de todos os imóveis, canalizações, equipamento eléctrico e electromecânico, aparelhos, ferramentas, peças sobresselentes, ligações telefónicas, sistemas de teletransmissões e telemidas; da linha de transporte de energia em corrente alternada a 220 kV entre as subestações do Songo, Tete e Chibata, com um comprimento de cerca de 430 km, bem assim a subestação de Tete e tudo quanto à mesma respeita; das instalações a construir, se necessário, ao longo da linha de 220 kV, para a sua conservação e manutenção, incluindo o sistema de comunicações por feixes hertzianos; do equipamento móvel, equipamento de manutenção e reparação, sobresselentes, ferramentas e equipamento móvel de comunicações e radiocomunicações da linha de 220 kV; dos terrenos, estradas e caminhos de acesso às subestações e ao longo da linha de 220 kV, assim como quaisquer outros terrenos já afectos para os fins do empreendimento.

2. Durante a vigência da concessão compete à concessionária manter em perfeito estado de conservação todas as obras, equipamento e bens abrangidos pela concessão.

ARTIGO 8.º

A energia será fornecida sob a forma de corrente alternada trifásica a 50 c. p. s. sob a tensão nominal de 220 kV no barramento principal de subestação da Chibata, admitindo-se uma tolerância, salvo perturbações excepcionais, de mais ou menos 0,3 c. p. s. quanto à frequência e 10 % quanto à tensão.

ARTIGO 9.º

A entrada em serviço comercial do sistema de transporte referido no artigo 2.º será fixada por acordo a estabelecer entre a concessionária e a SHER.

ARTIGO 10.º

As condições de serviço e tarifas serão fixadas por acordo entre a concessionária e a SHER, tendo em atenção as bases de acordo estabelecido entre o Gabinete do Plano do Zambeze e aquela empresa, de 22 de Setembro de 1972, que vai anexo ao presente contrato.

ARTIGO 11.º

A sociedade concessionária cumprirá as obrigações e exercerá os direitos que para o Estado Português resultarem dos contratos celebrados com o Consórcio CCI-CGEE/ALSTHOM-LTA, assinados em 26 e 29 de Março de 1974, por força da transferência da posição contratual daqueles, autorizada pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo de Transição de Moçambique; e, bem assim, cumprirá as obrigações e exercerá os direitos decorrentes dos restantes contratos cuja transmissão foi autorizada nos termos do citado preceito.

ARTIGO 12.º

São transferidos para a concessionária todos os estudos, projectos, desenhos e outras informações, relativos às obras e instalações referidas nos artigos 2.º e 7.º

ARTIGO 13.º

A concessionária obriga-se a fornecer os elementos estatísticos referentes à exploração que lhe forem exigidos de acordo com a regulamentação em vigor.

ARTIGO 14.º

A gestão e a exploração do empreendimento devem ser feitas com total isenção política, mas sem prejuízo do respeito pelas leis fundamentais do Estado de Moçambique.

ARTIGO 15.º

1. O Estado de Moçambique concederá os vistos de entrada e saída, às autorizações de residência e de trabalho, e, em geral, todas as licenças necessárias para o exercício de funções pelos membros dos corpos sociais e do pessoal da concessionária, e ainda para o exercício de funções pelo pessoal afecto à conclusão da obra objecto da concessão.

2. Os pedidos de vistos, autorizações ou licenças serão despachados no prazo de quinze dias, contado a partir do respectivo requerimento, devidamente justificado, desde que o mesmo seja entregue em Lourenço Marques.

ARTIGO 16.º

1. A concessionária utilizará apenas o número de técnicos estrangeiros indispensável ao bom e regular funcionamento da empresa, devendo estes ser progressivamente substituídos até à totalidade se possível por técnicos moçambicanos, nos termos do Protocolo de Acordo.

2. O Estado de Moçambique reserva-se o direito de exigir a saída do território e a cessação do exercício de funções de pessoas não moçambicanas que desenvolvam actividade política contrária aos interesses do Povo de Moçambique.

ARTIGO 17.º

A sociedade e os seus accionistas, bem como os membros dos corpos sociais e os trabalhadores que não sejam moçambicanos, gozam das isenções tributárias e da faculdade de exportar capitais consignados no Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO e no Decreto-Lei n.º 71/75, de 21 de Junho, do Governo de Transição de Moçambique.

ARTIGO 18.º

1. No termo da concessão, reverterão para o Estado de Moçambique todos os bens, obras e instalações por aquela abrangidos.

2. Três anos após o momento em que estiver demonstrado que se encontram integralmente liquidados os encargos referidos na alínea b) do artigo 4.º, o Estado de Moçambique poderá tomar quaisquer providências destinadas a permitir ou facilitar a transferência do objecto da concessão para o regime de exploração directa ou para nova concessionária.

ARTIGO 19.º

1. A concessão não poderá ser cedida ou subconcedida, total ou parcialmente, sem autorização prévia do Estado de Moçambique.

2. O Estado de Moçambique poderá exigir a cessã total ou parcial da concessão à SHER, Sociedade Hidroeléctrica do Revuè, S. A. R. L., ou a quem a substituir, mediante o pagamento do valor correspondente ao investimento feito, calculado de acordo com os critérios do artigo 5.º, operando-se a transmissão três anos decorridos sobre o referido pagamento.

ARTIGO 20.º

O presente contrato só poderá ser alterado por mútuo acordo.

ARTIGO 21.º

1. Todos os litígios emergentes deste contrato, bem como dos diplomas que o autorizam e determinam e do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, designadamente os respeitantes à sua interpretação e integração, validade e eficácia, cumprimento e incumprimento, serão dirimidos por tribunal arbitral, formado por três árbitros.

2. Requerida a constituição do tribunal, cada parte designará um árbitro no prazo de trinta dias a partir do momento em que for notificada para o efeito. Se não houver acordo quanto à designação do terceiro árbitro cada uma das partes indicará uma lista de três pessoas que não sejam portuguesas nem moçambicanas, e de semprehem funções de magistrados judiciais. No prazo de trinta dias cada uma das partes escolherá um dos nomes constantes da lista apresentada pela outra parte, sor

ando-se entre os dois nomes escolhidos a pessoa que será as funções de terceiro árbitro. Quando uma das partes, no prazo fixado, não designar o seu árbitro, a conta deste defere-se ao árbitro já indicado pela outra parte. E quando não indicar no prazo de trinta dias a lista de pessoas para efeitos de escolha, ou não proceder a esta, os actos serão praticados pelo árbitro designado por essa parte, ou, se o não forem, pelo árbitro designado pela outra parte.

O tribunal considerará sempre o Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO como a norma fundamental.

Não haverá recurso das decisões do tribunal, que serão executórias independentemente de qualquer condição.

ARTIGO 22.º

Logo que seja proclamada a independência de Moçambique, a República de Moçambique sucederá automaticamente na posição jurídica do Estado de Moçambique.

ARTIGO 23.º

Consideram-se parte integrante deste contrato as disposições constantes do Protocolo de Acordo entre o Estado Português e a FRELIMO, e seus anexos, ainda que não encontrem aqui reproduzidas.

Decreto-Lei n.º 72/75

de 21 de Junho

Considerando os resultados das conversações recentemente efectuadas em Moçambique e em Portugal entre os representantes da Frente de Libertação de Moçambique e o Governo Português, nas quais se acordou que as estruturas dos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento do Gabinete do Plano do Zambeze seriam transferidas para a dependência do Governo de Transição de Moçambique:

O Governo de Transição decreta:

Artigo 1.º — 1. As estruturas dos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento do Gabinete do Plano do Zambeze passam a ficar dependentes do Ministério da Coordenação Económica.

2. Aos funcionários de nacionalidade portuguesa, que actualmente prestam serviço nos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento do Gabinete do Plano do Zambeze, será aplicado o estatuto do Acordo celebrado entre o Governo Português e a Frente de Libertação de Moçambique para todos os funcionários de nacionalidade portuguesa que prestam serviço nos quadros dos serviços de Moçambique.

Art. 2.º A transferência dos bens de património do Gabinete do Plano do Zambeze que se encontram à responsabilidade e que estejam afectos à actividade dos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento daquele Gabinete será efectuada mediante inventário e até trinta dias após a publicação deste decreto-lei, devendo o Ministério da Coordenação Económica promover as diligências necessárias à recepção dos bens transferidos.

Art. 3.º As despesas com o funcionamento dos serviços mencionados nos artigos anteriores passarão a constituir encargo do orçamento de Moçambique, a partir do início do segundo semestre do corrente ano.

Art. 4.º Transitoriamente, enquanto não for publicada a legislação que regula a sua nova composição e

funcionamento, os citados serviços continuarão a reger-se pela legislação actualmente em vigor para a aplicação nos Serviços Regionais de Estudo e Planeamento do Gabinete do Plano do Zambeze, excepto no que for incompatível com a dependência que lhe é fixada pelo presente diploma.

Promulgado em 20 de Junho de 1975.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Joaquim Alberto Chissano*. —
O Alto-Comissário, *Victor Manuel Trigueiros Crespo*.

Decreto-Lei n.º 73/75

de 21 de Junho

A conjuntura que se atravessa tem naturalmente provocado diminuição de publicidade colocada nos meios de comunicação social, sejam eles a Rádio ou a Imprensa.

Ora, como é sabido, a publicidade é paga sempre pelo consumidor, visto repercutir-se nos preços de venda ao público.

Assim, é inteiramente justo que se vá buscar aos produtos não essenciais e de largo consumo as importâncias necessárias a constituir um Fundo de apoio aos meios de comunicação social que, administrado por uma comissão nomeada pelo Ministério da Informação, permitirá não só resolver os problemas financeiros resultantes para os jornais e rádio do retraimento de publicidade, como promover a difusão, expansão e multiplicação dos meios de comunicação social, de modo a permitir uma eficaz política de informação.

Por outro lado, aproveita-se para, dentro dos limites razoáveis, condicionar a publicidade de determinados produtos que se considerem nocivos à saúde.

Assim:

No uso da competência que lhe foi conferida pela alínea b) do n.º 5 do Acordo de Lusaka:

O Governo de Transição de Moçambique decreta:

Artigo 1.º — 1. Ficam sujeitos a condicionamento de publicidade nos meios de comunicação social os produtos de venda livre ao público mas que possam ser considerados nocivos à saúde, quando exageradamente consumidos.

2. Desde já se define como potencialmente nocivo à saúde o consumo de bebidas alcoólicas.

3. O Ministro da Informação, sob proposta ou ouvido o Ministério da Saúde, poderá por despacho classificar outros produtos como potencialmente nocivos à saúde e sujeitá-los ao regime de condicionamento de publicidade prescrito neste decreto-lei.

Art. 2.º O condicionamento de publicidade aplicável aos produtos definidos como potencialmente nocivos à saúde consiste em:

- Poder qualquer meio de comunicação social recusar a publicação de anúncios desses produtos;
- Não poderem os anunciantes desses produtos utilizar, nos anúncios publicados, radiodifundidos, transmitidos ou por qualquer outra forma exibidos ou postos ao alcance público, fórmulas ou *slogans* que convidem ao aumento do consumo ou inculcam ao destinatário do anúncio que o produto possui qualidades que efectivamente não tem ou que produz efeitos benéficos na sua saúde, vigor e compleição física ou nas suas aptidões intelectuais.



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 40/95:

Cria o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 40/95

de 22 de Agosto

O Vale do Rio Zambeze é uma das regiões do país em que o potencial de recursos e as possibilidades de aproveitamento estudadas apontam como susceptível de, rapidamente, contribuir para o desenvolvimento económico e humano auto-sustentado de Moçambique.

Por forma a assegurar a eficácia e eficiência requeridas para concretizar aquele propósito, torna-se conveniente criar uma instituição com relativa autonomia, através da qual o Governo coordena, dirige e planifica a gestão do desenvolvimento integrado do Vale.

Ao abrigo da competência atribuída na alínea e) do artigo 153.º da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo único: É criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze cujo Estatuto Orgânico vai em anexo a este decreto sendo dele parte integrante.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Pascoal Manuel Moçumbi.

Estatuto Orgânico do GPZ

CAPÍTULO I

Natureza, objectivo, atribuições e competências

ARTIGO 1

Natureza

1. O Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze abreviadamente designado por Gabinete do Plano do Zambeze com a sigla GPZ é uma instituição através da qual o Governo promove, dirige, planifica, coordena e supervisa o processo de implementação de programas e projectos de desenvolvimento na parte nacional da Bacia do Rio Zambeze, assim como coordena a inventariação dos seus recursos.

2. O Gabinete do Plano do Zambeze é uma instituição de direito público com autonomia administrativa e financeira.

3. O Gabinete do Plano do Zambeze no exercício das suas funções é tutelado pelo Conselho de Ministros.

ARTIGO 2

Território e representação

1. O Gabinete do Plano do Zambeze exerce a sua actividade na parte nacional da bacia hidrográfica do Rio Zambeze.

2. Para efeitos do número anterior considera-se que a parte nacional da bacia hidrográfica do Rio Zambeze compreende as seguintes regiões:

a) Na província de Tete:

A totalidade dos seus distritos.

b) Na província da Zambézia:

Os distritos de Morrumbala, Mopeia, Chinde Milange, Mocuba, Maganja da Costa, Nicoadala, Inhassunge e Quelimane.

c) Na província de Sofala:

Os distritos de Gorongosa, Maringué, Chemba, Caia, Marromeu, Cheringoma e Muanza.

d) Na província de Manica:

Os distritos de Barué, Guro, Tambara e Macossa.

3. O Gabinete do Plano do Zambeze tem a sua sede na cidade de Tete, podendo criar delegações nas províncias da Zambézia, Sofala, Manica e uma representação na capital do País.

ARTIGO 3

Atribuições

No quadro da concretização dos seus objectivos são atribuições do Gabinete do Plano do Zambeze:

- Promover, coordenar, planificar e supervisar o processo de desenvolvimento sustentável da Bacia do Zambeze de acordo com as directivas de desenvolvimento definidas pelo Governo;
- Coordenar o processo de inventariação dos recursos naturais da região e programar o seu aproveitamento racional e sustentável;
- Promover o estabelecimento das infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento da região;
- Promover incentivos tendentes ao desenvolvimento de comunidades nacionais e ao fomento de emprego na região;

propor a aprovação pelo Governo os planos, programas, projectos e acções de diferentes entidades públicas e privadas, que se destinam ao desenvolvimento da região.

CAPITULO II

Da organização

ARTIGO 4

Nível central o Gabinete do Plano do Zambeze é dirigido por órgãos executivos, órgãos consultivos e serviços:

São órgãos executivos centrais:

- Direcção Geral;
- Conselho Directivo.

São órgãos consultivos centrais:

- Comissão Interministerial;
- Conselho Técnico.

Os serviços centrais são os departamentos, cujo número e composição são definidos no Regulamento Interno.

SECÇÃO I

Dos Órgãos Executivos

ARTIGO 5

Direcção

A Direcção Geral do Gabinete do Plano do Zambeze é constituída pelo Director-Geral que será apoiado em secretariado.

O secretariado tem por funções programar, secretariar e assegurar a comunicação do Director-Geral com as entidades e com o público em geral.

ARTIGO 6

Conselho Directivo

O Conselho Directivo é o órgão de apoio ao Director-Geral sendo por ele convocado e presidido, e tem por função pronunciar-se sobre aspectos de programação, organização e análise do funcionamento do Gabinete do Plano do Zambeze.

O Conselho Directivo é composto pelo Director-Geral, Directores de Departamento, Delegados Regionais e Representante.

O Director-Geral pode convidar para as sessões do Conselho Directivo outras pessoas nacionais ou estrangeiras, cuja participação entenda conveniente.

O Conselho Directivo reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Director-Geral o convocar.

SECÇÃO II

Dos Órgãos Consultivos

ARTIGO 7

Comissão Interministerial

1. A Comissão Interministerial é um órgão do Conselho de Ministros encarregado da supervisão e monitoramento do funcionamento do Gabinete do Plano do Zambeze.

2. Cabe à Comissão Interministerial acompanhar a concretização dos objectivos do GPZ e realizar, em nome do Conselho de Ministros, os actos a que se refere a alínea d) do artigo 14.

3. A Comissão Interministerial tem a seguinte constituição:

- Ministro da Administração Estatal;
- Ministro da Agricultura e Pescas;
- Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental;
- Ministro da Indústria, Comércio e Turismo;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Ministro das Obras Públicas e Habitação;
- Ministro do Plano e Finanças;
- Ministro dos Recursos Minerais e Energia;
- Ministro dos Transportes e Comunicações;
- Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural;
- Director-Geral do Gabinete do Plano do Zambeze.

4. A Comissão Interministerial é presidida pelo Primeiro-Ministro, que designará um Vice-Presidente.

5. Os Governadores Provinciais de Tete, Zambézia, Sofala e Manica poderão ser convidados a participarem nas sessões da Comissão Interministerial sempre que o seu Presidente julgar conveniente.

6. A Comissão Interministerial reunir-se-á pelo menos uma vez de três em três meses.

ARTIGO 8

Conselho Técnico

1. O Conselho Técnico é um órgão de carácter consultivo convocado e presidido pelo Director-Geral e tem por funções analisar e emitir pareceres sobre assuntos de natureza técnica relacionados com actividades do GPZ.

2. O Conselho Técnico é constituído pelo Director, pelos responsáveis dos departamentos, pelos representantes locais do GPZ e técnicos representando as seguintes instituições:

- Ministério da Administração Estatal;
- Ministério da Agricultura e Pescas;
- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental;
- Ministério da Indústria, Comércio e Turismo;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Ministério das Obras Públicas e Habitação;
- Ministério do Plano e Finanças;
- Ministério dos Recursos Minerais e Energia;
- Ministério dos Transportes e Comunicações;
- Ministério do Trabalho;
- Instituto de Desenvolvimento Rural;
- Centro de Promoção de Investimentos.

3. O Director-Geral pode convidar para as sessões do Conselho Técnico quaisquer outras individualidades cuja participação entenda conveniente.

4. O Conselho Técnico poderá funcionar em reuniões plenárias ou por sessões com a constituição que se julgar adequada à especialização dos assuntos a tratar.

5. O Conselho Técnico reunir-se-á pelo menos uma vez por mês.

CAPITULO III

Competências dos órgãos

SECÇÃO I

ARTIGO 9

Competências do Director-Geral

São competências do Director-Geral:

- Propor os planos de acção, os programas de trabalhos anuais e os correspondentes orçamentos;
- Representar o Governo nos diversos projectos e programas;

utilizar recursos financeiros para implementação de projectos e programas em coordenação com o Ministério do Plano e Finanças e o Banco de Moçambique;

- d) Propor ao Governo medidas legais ou outras consideradas recomendáveis para melhor rendimento da actividade do Gabinete e desempenho das suas atribuições;
- e) Garantir uma articulação adequada com os órgãos da administração local e central dotando-os periodicamente da informação necessária ao acompanhamento da gestão e desenvolvimento de projectos e programas;
- f) Estabelecer uma articulação adequada com as entidades intervenientes nacionais ou estrangeiras responsáveis pela implementação de projectos e programas;
- g) Definir as condições a que deve obedecer as actividades de técnicos, organismos nacionais ou estrangeiros na elaboração de estudos, pareceres ou projectos em regime de prestação de serviços;
- h) Submeter relatórios periódicos relativos ao desenvolvimento dos projectos e programas e as contas anuais de gerência do Gabinete ao órgão de tutela.

ARTIGO 10

Competências do Conselho Directivo

São competências do Conselho Directivo:

- a) Apreciar os planos de acção, os programas de trabalhos anuais e os correspondentes orçamentos;
- b) Apreciar a proposta ao Governo das medidas legais ou outras consideradas recomendáveis para melhor rendimento da actividade do Gabinete e desempenho das suas actividades;
- c) Apreciar as contas anuais de gerência do Gabinete;
- d) Apreciar os relatórios periódicos das actividades do Gabinete.

CAPITULO IV

ARTIGO 11

Gestão patrimonial e financeira

1. A gestão patrimonial e financeira do GPZ será feita através dos seguintes instrumentos:

- a) Planos de acção;
- b) Programas de trabalho;
- c) Orçamentos.

2. Os planos de acção, a serem ajustados periodicamente, deverão prever a actividade a desenvolver, os investimentos necessários e as fontes de financiamento a serem utilizadas.

3. Constituem património do GPZ a universalidade de bens, direitos e outros valores dotados pelo Estado, bem como os que adquirir no exercício das suas atribuições.

4. Ao GPZ poderá ser confiada a gestão de outros bens do património do Estado devidamente identificados e de acordo com normas definidas.

ARTIGO 12

Recetas

Constituem receitas do GPZ:

- a) As dotações atribuídas pelo Estado;

- b) O produto da venda de bens ou serviços;
- c) Os rendimentos de bens próprios e os provenientes da sua actividade;
- d) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- e) Os subsídios, participações, subvenções ou doações atribuídos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

ARTIGO 13

Despesas

São despesas do GPZ:

- a) Os encargos com o respectivo funcionamento e com o cumprimento das atribuições e competências que lhe estão confiadas;
- b) Os custos de aquisição, manutenção e conservação dos bens, equipamentos ou serviços que tenha de utilizar;
- c) Os encargos com o funcionamento do Conselho Técnico.

CAPITULO V

ARTIGO 14

Tutela

O GPZ é tutelado pelo Conselho de Ministros. A tutela compreende a realização dos actos seguintes:

- a) Nomeação do Director-Geral;
- b) Aprovação de programas de actividades e respectivo orçamento;
- c) Aprovação de programas e projectos específicos;
- d) Aprovação de financiamentos externos de capital, crédito e donativos em nome do Estado;
- e) Aprovação dos relatórios de actividade.

CAPITULO VI

ARTIGO 15

Estatuto do pessoal

O pessoal do GPZ rege-se pelas normas aplicáveis aos funcionários do Estado e, pelo disposto em Regulamento Interno.

ARTIGO 16

Mobilidade

1. Os funcionários do Estado e instituições subordinadas, poderão ser chamados a desempenhar funções no GPZ em regime de destacamento ou comissão de serviço, com garantia do seu lugar de origem e dos seus direitos.
2. Os funcionários do quadro do GPZ poderão ser chamados a desempenhar funções nos órgãos de instituições do Estado, instituições subordinadas, com garantia do seu lugar de origem e dos direitos.

CAPITULO VII

ARTIGO 17

Regulamento Interno

1. O GPZ elaborará e submeterá à aprovação do Primeiro-Ministro, no prazo de quatro meses, o seu Regulamento Interno.
2. O Regulamento Interno entre outras matérias definirá o quadro de pessoal, a tabela salarial, as condições de recrutamento, selecção e demissão do pessoal, as competências e constituição do secretariado, dos serviços centrais e regionais.



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 16/98:

Cria o regime fiscal e aduaneiro especial para vigorar no Vale do Rio Zambeze.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 16/98

de 16 de Abril

O Vale do Rio Zambeze, a que se refere o Decreto n.º 40/95, de 22 de Agosto, é uma das regiões do País em que o potencial de recursos naturais já identificados pode contribuir para o seu desenvolvimento.

Por forma a tornar esta região atractiva ao investimento, é necessário criar um regime fiscal e aduaneiro especial.

Ao abrigo da competência atribuída na alínea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É criado o Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para vigorar no Vale do Rio Zambeze.

Art. 2. É aprovado o Regulamento do Regime Fiscal e Aduaneiro Especial para empreendimentos localizados no Vale do Rio Zambeze, em anexo, que é parte integrante do presente decreto.

Art. 3. O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

Regulamento do Regime Fiscal e Aduaneiro Especial a vigorar no Vale do Rio Zambeze

ARTIGO 1.

Delimitação geográfica

Para efeitos de aplicação do presente decreto, considera-se Vale do Rio Zambeze a área geográfica que compreende as seguintes regiões:

a) Na província de Tete: todos os distritos;

b) Na província da Zambézia: os distritos de Morumbala, Mopeia, Chinde, Milange, Mocuba, Maganja da Costa, Nicoadala, Inhassunge e Quelimane;

c) Na província de Sofala: os distritos de Gorongosa, Maringué, Chemba, Caia, Marromeu, Cheringoma e Muanza;

d) Na província de Manica: os distritos de Barué, Guro, Tambara e Macossa.

ARTIGO 2

Duração do Regime Fiscal e Aduaneiro

1. O Regime Fiscal e Aduaneiro Especial vigorará até ao ano 2025.

2. Os empreendimentos que se estabelecerem durante a vigência do Regime Fiscal e Aduaneiro Especial beneficiarão deste regime por um período não inferior a dez exercícios fiscais.

ARTIGO 3

Sectores de actividade abrangidos

1. O regime fiscal aduaneiro especial é aplicável aos sectores de actividade económica que constam do anexo a este Regulamento.

2. As empresas com sede ou que desenvolvam a mesma actividade ou outras actividades noutras regiões do País beneficiarão do regime fiscal e aduaneiro especial apenas em relação às actividades que explorem no Vale do Rio Zambeze.

ARTIGO 4

Isenção de direitos de importação e dos impostos de consumo e de circulação

1. São isentas de direitos de importação e dos impostos de consumo e de circulação as mercadorias a importar, para os empreendimentos novos e para a reabilitação, ampliação e reorganização de empreendimentos existentes, constantes das classes «K» e «I» da pauta aduaneira.

2. Os empreendimentos cuja produção final se destine, na totalidade ou em parte, para a exportação beneficiarão da isenção total de direitos de importação relativamente às mercadorias constantes da classe «M» da pauta aduaneira.

3. Para o caso específico da indústria hoteleira, turismo e similar, a isenção de direitos de importação será extensiva aos bens necessários para o apetrechamento dos respectivos empreendimentos.

(8)

Decreto n.º 26/88

de 2 de Junho

avendo necessidade de atribuir património ao pite do Plano de Desenvolvimento da Região do Beze e definir mais fontes de receitas do Estado a n consignadas a esta instituição, no abrigo do disposto (línea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição da iblica, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1**Sobre o património**

Por despacho conjunto do Ministro do Plano e Finanças e do Ministro que tutela o sector onde o património estiver o, poderão ser atribuídos ao GPZ bens patrimoniais este identificados.

ARTIGO 2**Sobre a consignação de receitas**

Por consignação, são afectas ao Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambze (GPZ), 25 cento das receitas do Estado, na parte não consignada (tras instituições, proveniente de:

- a) taxas do processo de concessão de direito de uso e aproveitamento da terra;
- b) taxas de reinspeção, inspeção e trânsito de produtos e subprodutos agro-pecuários e florestais;

- c) imposto sobre a produção;
- d) imposto sobre a superfície.

2. As receitas a que alude o n.º 1 deste artigo, são as devidas pelas entidades que desenvolvam actividades no território abrangido pelo GPZ.

3. Podem, adicionalmente, ser consignadas ao GPZ as receitas que, para o efeito, forem identificadas, bastando, para isso, o despacho conjunto do Ministro do Plano e Finanças e do Ministro da área de tutela, sob proposta do GPZ.

ARTIGO 3**Sobre as participações do Estado**

Por despacho conjunto do Ministro do Plano e Finanças e do Ministro da área de tutela, poderão ser transferidas para o GPZ as participações do Estado em empreendimentos que se situem no território da região do Vale do Zambze, identificadas e propostas pelo GPZ.

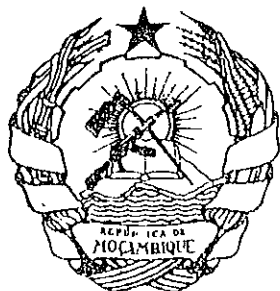
ARTIGO 4**Entrada em vigor**

O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Pascoal Manuel Mocumbi.



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

5.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 22/98:

Referente à adesão da República de Moçambique à Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras, celebrado em Nova Iorque, aos 10 de Junho de 1958.

Resolução n.º 23/98:

Ratifica o Protocolo sobre o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas na Região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, (SADC).

Resolução n.º 24/98:

Autoriza a subscrição pelo Estado de acções na Sociedade de Gestão Integrada de Recursos, SARL — SOGIR.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 22/98

de 2 de Junho

A arbitragem interna e internacional tem sido utilizada no mundo contemporâneo, como um dos mecanismos mais usados de resolução de litígios no domínio contratual do comércio internacional.

O Estado moçambicano reconhece a importância do recurso de tal instrumento jurídico extra-estadual, com vista a garantir os interesses dos operadores do comércio internacional que pretendam ver a solução dos seus litígios pela arbitragem.

O sistema de arbitragem encontra-se consagrado no ordenamento jurídico moçambicano.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 157 da Constituição, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. A adesão da República de Moçambique à Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras, celebrado em Nova Iorque, aos 10 de Junho de 1958, cujos textos em língua portuguesa e francesa seguem em anexo à presente Resolução.

Art. 2. A República de Moçambique reserva-se ao direito de aplicar a Convenção na base de reciprocidade, no caso de as sentenças arbitrais terem sido proferidas no território de outro Estado Contratante.

Aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, celebrada em Nova Iorque aos 10 de Junho de 1958 (*).

Artigo I

1. A presente Convenção aplica-se ao reconhecimento e à execução das sentenças arbitrais proferidas no território de um Estado que não aquele em que são pedidos o reconhecimento e a execução das sentenças e resultantes de litígios entre pessoas singulares ou colectivas, aplica-se também às sentenças arbitrais que não forem consideradas sentenças nacionais no Estado em que são pedidos o seu reconhecimento e execução.

2. Entende-se por «sentenças arbitrais» não apenas as sentenças proferidas por árbitros nomeados para determinados casos, mas também as que forem proferidas por órgãos de arbitragem permanentes aos quais as Partes se submeteram.

3. No momento da assinatura ou da ratificação da presente Convenção, da adesão a esta ou da notificação de extensão prevista no artigo X, qualquer Estado poderá com base na reciprocidade, declarar que aplicará a Convenção

(*) Nos termos do seu artigo XII, a Convenção entrou em vigor em 7 de Junho de 1959, no 90.º dia a seguir à data de depósito do terceiro instrumento de ratificação ou de adesão junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Os Estados a seguir indicados depositaram os respectivos Instrumentos de ratificação ou de adesão (a) nas seguintes datas:

Israel — 5 de Janeiro de 1959;

Marrocos — 12 de Fevereiro de 1959 (a);

República Árabe Unida — 9 de Março de 1959 (a).

ARTIGO 16
Depositário

Os textos originais do presente Protocolo e todos os instrumentos de ratificação e adesão serão depositados junto do Secretário Executivo, que submeterá cópias autenticadas a todos Estados Membros.

Em fé do que se disse, nós os Chefes do Estado ou Governo ou Representantes dos Estados Membros da SADC devidamente autorizados, assinámos este Protocolo.

Feito em Maseru, aos 24 de Agosto de 1996, em dois textos originais em língua inglesa e em língua portuguesa, fazendo ambos textos igual fé.

Resolução n.º 24/98

de 2 de Junho

As iniciativas levadas a cabo pelo Governo com vista a promover o rápido desenvolvimento da parte nacional da Bacia do Zambeze, corporizadas na criação do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ), requerem medidas complementares de operacionalização e facilitação de actividades de índole empresarial.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É autorizada a subscrição pelo Estado de acções na Sociedade de Gestão Integrada de Recursos, SARL, a ser criada, mais abreviadamente designada, SOGIR, SARL.

Art. 2. A criação da SOGIR visa prosseguir entre outros os seguintes objectivos:

- a) Desenvolver acções complementares visando a operacionalização e facilitação de actividades de carácter empresarial;
- b) Encorajar a participação de moçambicanos e demais interessados em empreendimentos no vale do Zambeze.

Art. 3. O Estado subscreverá em 90 por cento o capital social inicial da SOGIR, SARL, que será equivalente a USD 1 000 000,00 (um milhão de dólares americanos) e os restantes 10 por cento serão subscritos por instituições públicas nacionais.

Art. 4. A SOGIR, SARL, regular-se-á por estatuto próprio.

Aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

ANEXO G



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

*Secretariado da Comissão do Governo para a Reestruturação da
Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB)*

**Troca de Correspondência
entre o
Governo de Moçambique
e o
Governo de Portugal**

Maputo, 15 de Junho de 2000



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

1141/GMINEC/2000

Maputo, 29 de Maio de 2000

Caro colega e amigo,

Acuso a recepção da carta de V.Exa. datada de Abril de 2000, em resposta à carta do Governo de Moçambique de 30 de Junho do ano transacto.

Quero manifestar a minha satisfação e do Governo de Moçambique por podermos iniciar de imediato o processo de negociações com o Governo Português, com vista a alterar a actual situação da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).

O Governo de Moçambique concorda com a sugestão da criação de uma equipa negocial. Para este efeito, a parte Moçambicana será dirigida por Sua Excelência o Ministro dos Recursos Minerais e Energia.

Sugerimos que a primeira sessão de negociações entre os nossos dois Governos tenha lugar em Maputo, a partir da segunda metade do mês de Junho do corrente ano.

A terminar, manifestamos a vontade e o empenho do Governo de Moçambique em se encontrar, no mais breve espaço de tempo, uma solução para a HCB, tendo em justa conta os interesses das partes envolvidas.

Queira, Excelência, aceitar os meus protestos da mais elevada estima e consideração pessoal.


Dr. Leonardo Santos Simão
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Sua Excelência
Dr. Jaime Gama
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
da República Portuguesa
LISBOA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
O MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Lisboa, de Abril de 2000

António Manuel de Almeida

Na sequência da carta de Vossa Excelência, datada de 30 de Junho passado, que muito agradeço, onde, em nome do Governo de Moçambique, são expressadas preocupações relativamente à situação da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), o Governo Português gostaria de agradecer a vontade demonstrada, em nome do Governo Moçambicano, de resolver a actual situação desta empresa.

As alterações ocorridas, quer a nível do Governo Português, decorrentes das eleições legislativas e da mudança da equipa do Ministério das Finanças, responsável directo pela condução deste processo, quer a nível do próprio Conselho de Administração da HCB, conduziram ao atraso verificado na resposta à carta que me enviou, para a qual pedimos a compreensão de Vossa Excelência.

O longo período de guerra que assolou Moçambique, durante o qual a HCB não pode manter qualquer operação comercial e em que a sobrevivência só foi possível devido ao esforço financeiro do Estado Português, conjuntamente com os contratos de fornecimento de energia e de concessão existentes, desenquadrados do actual mercado de energia na África Austral, tornaram a situação da HCB totalmente insustentável.

A situação é mais preocupante se atendermos a que as entidades que maiores esforços e recursos desenvolveram no projecto da HCB, designadamente os Estado Português e Moçambicano, são os que maiores prejuízos estão a registar com a situação actual do empreendimento. O Estado Português tarda em ser ressarcido do investimento efectuado e o Estado Moçambicano vê-se impedido de retirar do projecto a mais-valia que lhe é devida.

/...

Assim, quem beneficia claramente do projecto é a Eskom e, de forma indirecta, a África do Sul que, ao adquirirem a energia, numa situação de quase exclusividade e a preços desenquadrados do mercado local, conseguem apropriar-se, de acordo com os estudos disponíveis, de cerca de 42% (840 milhões de dólares) do valor total dos activos do empreendimento.

Na sequência de um estudo desenvolvido pela Mckinsey & Company, uma reputada firma internacional de consultoria, e da análise aprofundada já efectuada, ao nível do Governo Português, é possível, hoje, dispôr de informação mais objectiva sobre a identificação das condições essenciais para viabilizar o empreendimento, bem como das medidas que é necessário adoptar para permitir essa viabilização.

Em linhas gerais, e atendendo a que Moçambique apresenta novas potencialidades em matéria de consumo de energia eléctrica, a que acresce uma crescente procura por parte de outros países limítrofes, para a viabilização do empreendimento torna-se necessária a obtenção de uma posição concertada entre os Governos de Portugal e de Moçambique, relativamente ao processo de revisão do contrato de concessão, num contexto em que seja possível à HCB concorrer livremente, enquanto produtor de energia eléctrica, no mercado de energia da África Austral.

A alteração do contrato de concessão permitirá à HCB, em articulação com os interesses Portugueses e Moçambicanos, proceder à renegociação do contrato de fornecimento com a Eskom, não só em termos de preços como, também, no que se refere à própria natureza e tipologia dos fornecimentos. Poderiam, assim, criar-se condições para a prática de preços diferenciados, relativamente à energia exportada e à energia consumida directamente em Moçambique.

A alteração dos dois constrangimentos existentes – o contrato de concessão e o contrato de fornecimento à Eskom – permitiriam, de imediato, a criação de valor não só para a HCB, como, sobretudo, para Moçambique, não só pela obtenção de energia para consumo interno a preços mais interessantes, como, também, pelo aumento, em valor, das receitas geradas, com consequências ao nível da balança de pagamentos.

Simultaneamente com a eliminação dos constrangimentos existentes, o Governo Português considera viável, em condições a estudar, a abertura da estrutura societária da HCB a novos accionistas minoritários, considerando desejável privilegiar, nesta abertura, interesses privados Moçambicanos e da própria África do Sul, a que se seguiria, numa segunda fase, a identificação de um parceiro estratégico internacional, com elevada experiência no sector de produção de energia eléctrica, que se pudesse associar à HCB, de forma a potenciar o desenvolvimento de novos projectos hidroeléctricos em Moçambique.


Assim, o Governo Português apresenta a sua disponibilidades e interesse em iniciar, de imediato, negociações com o Governo Moçambicano, por forma a discutir a melhor forma de, rapidamente, eliminar os constrangimentos existentes e contribuir para a viabilização da HCB no integral respeito pela salvaguarda dos interesses dos Estados de Portugal e de Moçambique.

Sugerimos, pois, a criação imediata de uma pequena equipa conjunta, com representantes de ambos os accionistas e da própria HCB, eventualmente apoiada, nas matérias em que tal se revele necessário, por um consultor financeiro internacional, a quem seja cometida a responsabilidade de apresentar aos nossos dois Governos uma proposta de solução. Nesse sentido ficamos à disposição de Vossa Excelência.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
O MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- 4 -

Acreditando ser este um momento histórico para o reforço das boas relações políticas e comerciais existentes entre os nossos povos e Estados, reiteramos os nossos protestos da mais elevada estima e consideração pessoal.



Jaime Gama

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Sua Excelência
o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
da República de Moçambique
Dr. Leonardo Santos Simão

Sua Excelência
Dr. Jaime Gama
Ministro dos Negócios Estrangeiros
da República Portuguesa

Lisboa


Nº ²⁴³⁶ /P18/39.22/99

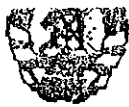
Maputo, 22 de Novembro de 1999

Reportando-me ao assunto sobre a Hidroelétrica de Cahora Bassa, nos termos da abordagem expressa na carta que enviei a V.Excelência, em 30 de Junho passado, venho por este meio solicitar a V.Excia, resposta formal sobre a questão nela versada. É certo que contactos informais tem tido lugar entre os técnicos dos nossos Governos, contudo, a falta de um resposta à referida carta, não nos tem permitido dar um cariz mais estruturado a tais contactos.

Estou em crer que um melhor entendimento entré os nossos dois Governos sobre o assunto, contribuirá para dar novo ímpeto às negociações em curso com todos os intervenientes, em benefício de todos interessados neste empreendimento.

Aceite, Excelência, os protestos da minha mais elevada estima e consideração pessoais.


Dr. Leonardo Santos Simão



República de Moçambique

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

O Ministro

Caro colega,

Maputo, 30 de Junho de 1999

A nossa recente visita a Portugal foi e constituirá para sempre um referencial histórico nas relações políticas entre os nossos povos e Estados. Para isso contribuíram os já tradicionais e profundos laços de amizade que se desenvolveram e consolidaram no tempo e que ganharam novo ímpeto no novo contexto entre os nossos Estados.

Foi no espírito do aprofundamento destas bases de entendimento em que assentam as relações entre os nossos Estados, que apresentamos as nossas preocupações relativas a Cahora Bassa, mormente a maior integração do referido empreendimento nos programas de desenvolvimento do país e, muito em particular, do Vale do rio Zambeze, o que implica a alteração da estrutura societária da própria Hidroeléctrica de Cahora Bassa SARL, bem como a reversão do próprio empreendimento para o Estado moçambicano.

Apresentamos em apenso, os principais elementos e fundamentos da proposta que em linhas gerais tivemos já a grata oportunidade de referir ao Governo Português, durante a visita de Estado.

Na oportunidade queremos reiterar os nossos protestos de elevada estima e consideração pessoal.


Dr. Leonardo Santos Simão

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Sua Excelência

Dr. Jaime Gama

Ministro dos Negócios Estrangeiros
da República Portuguesa

LISBOA

MEMORANDO SOBRE CAHORA BASSA

1. INTRODUÇÃO

Decorridos vinte e dois anos após a entrada em funcionamento, pela primeira vez, Cahora Bassa (CB) continua a ser um dos maiores investimentos feitos no território moçambicano, e aquele que maior impacto teria a nível interno e regional. Porém este potencial foi cercado pela guerra de desestabilização movida contra o país. O custo económico, em termos de oportunidades perdidas é incalculável.

Entre as oportunidades perdidas poder-se-ão contar:

- Falta de energia eléctrica a nível interno para o abastecimento quer dos projectos económicos de grande impacto quer do consumo em geral (de referir que Moçambique já esgotou a sua reserva de 200 MW);
- Perda de receitas com as exportações, e com as taxas associadas à exploração do empreendimento;
- Custos ambientais incalculáveis, pois que a irregularidade das descargas conduziram à redução das áreas agrícolas, das zonas de desenvolvimento da fauna na reserva de Marromeu, bem como da produção do camarão no banco de Sofala.

Apesar da cessação da guerra, da reconstrução e expansão das principais infraestruturas de produção e transporte de energia eléctrica da CB, realizadas com sucesso e concluídas em 1997, Moçambique continua impossibilitado de usufruir dos benefícios e das potencialidades que o empreendimento pode oferecer.

Isto deve-se à natureza do regime contractual da concessão e dos acordos que regem CB, nomeadamente os contratos de venda de energia eléctrica da CB.



Assim urge a revisão daqueles instrumentos jurídicos bem como da própria estrutura empresarial Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.R.L. (HCB).

As considerações que se seguem alicerçam-se nas excelentes relações entre os dois países e no entendimento comum sobre o lugar privilegiado de CB na promoção do desenvolvimento de Moçambique.

2. O ESPIRITO DOS ACORDOS DE 1975

A letra e o espírito dos ACORDOS de 1975 assentam no princípio de que CB reverteria para Moçambique, dentro do que poderia ser considerado um "período razoável" que, em circunstâncias normais teria sido de cerca de 15 anos.

A combinação de factores adversos ao bom funcionamento deste empreendimento, entre os quais a já referida guerra de desestabilização, leva a que decorridos 20 anos não se vislumbrem perspectivas conducentes à resolução dos problemas em torno de CB, e que comprometem o princípio de sua reversão para Moçambique.

Torna-se imperativo que os dois Governos estabeleçam uma plataforma que leve à solução daqueles problemas, o que passa necessariamente, pela revisão dos ACORDOS de 1975 adequando-os ao contexto político e económico actuais.

3. PORQUE MOÇAMBIQUE PRECISA DE CAHORA BASSA

A importância de CB para Moçambique é por demais óbvia. Contudo é pertinente ressaltar alguns aspectos que apontam para a via de maior protagonismo de Moçambique nos assuntos deste empreendimento.

Moçambique prossegue uma política de desenvolvimento cujo objectivo primordial é acelerar a taxa de crescimento económico e, por essa via, promover o progresso social do seu povo.

A energia eléctrica de que Cahora Bassa é produtora constitui um dos elementos essenciais para se alcançar tal propósito: garantindo o fornecimento para o consumo nacional, para os grandes projectos, que

impulsionarão a industrialização do país e a melhoria da balança comercial.

Por outro lado o grande potencial do Vale do Zambeze só pode ser devidamente aproveitado no quadro de uma estratégia coerente e articulada que compreende CB. Este facto é reconhecido desde o período anterior à independência de Moçambique, aliás determinou a sua construção.

É nesta perspectiva que o Governo de Moçambique decidiu reestabelecer a entidade responsável por liderar o processo de desenvolvimento do Vale do Zambeze.

4. NEGOCIAÇÕES EM CURSO

Moçambique e Portugal têm estado envolvido em negociações tripartidas sobre CB e pouco progresso foi alcançado no tocante à resolução das questões em causa.

De momento as conversações estão num impasse, pois as Empresas HCB e ESKOM estão em vias de entrar em tribunais.

A parte o dispêndio de tempo e recursos financeiros, o processo de arbitragem desencadeado pela BCB contra a ESKOM arrisca-se a suscitar um clima de hostilidade e desconfiança permanente entre as partes envolvidas, o que irá dificultar ainda mais a procura de soluções apropriadas para CB.

5. ALIANÇAS ESTRATÉGICAS NA RESTRUTURAÇÃO DA HCB.

A política económica de Moçambique tem como um dos seus pilares uma participação muito activa do sector privado no esforço de desenvolvimento do país. Nesta conformidade, nós acreditamos que a reestruturação da HCB deve ter em vista a libertação do enorme potencial do Vale do Zambeze em particular e dos país em geral, num quadro de parcerias com a iniciativa e o talento do sector privado. Para atingir este objectivo com sucesso, nós pensamos que será necessário formar algumas alianças estratégicas que providenciem uma base sobre a qual esse processo de desenvolvimento se desenrole. Nós acreditamos que existe um conjunto suficiente de factores que tornam Portugal um aliado

estratégico natural e que vão ser evidenciados e reforçados ao longo do processo de reestruturação da HCB.

É no quadro dessas alianças estratégicas que nós, em primeiro lugar, vamos procurar parceiras com o sector privado, ao qual seria dado para o bom desempenho técnico, económico e financeiro do empreendimento e para a prossecução de outras iniciativas no Vale do Zambeze. Nós estamos a ver Portugal a tomar o lugar que acreditamos que é seu num estratégia de desenvolvimento de Moçambique mais ampla e de longo prazo.

6. VALOR DA HCB

No quadro do espírito que tem animado as nossas relações e da visão que temos do futuro que pretendemos construir, nós propomos que Moçambique e Portugal estabeleçam, conjuntamente, o valor da HCB. Para esse efeito, deveriamos-nos socorrer de especialistas financeiros que seriam instruídos para usarem métodos internacionalmente testados e aceites na determinação de um valor razoável para HCB.

CONCLUSÕES:

Chabora Bassa é certamente um empreendimento com grande potencial para jogar um papel central na estratégia de desenvolvimento de Moçambique. Os problemas que enfrenta não permitem que este potencial se liberte urgindo portanto, a identificação de soluções.

O Governo Moçambicano entende que a resolução dos problemas de Chabora Bassa envolvem a alteração da estratégia negocial, privilegiando discussões Bilaterais entre Moçambique e Portugal. As negociações devem centrar-se na actualização dos acordos de 1975, tendo em vista a viabilização da transferência de propriedade da CB para o Estado Moçambicano.

Propõe-se que as negociações sobre CB tenham início de imediato para abordar todas as questões levantadas neste Memorando. O Governo Moçambicano decidiu constituir uma Equipa Negocial para o efeito, a nível ministerial dirigida pelo Primeiro Ministro e incluindo os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, do Plano e Finanças, o Vice-Ministro dos Recursos Minerais e Energia e o Director-Geral do Gabinete

do Vale do Zambeze; será designada uma equipa técnica que, para além de funcionários Seniores do Governo, incluirá Consultores.

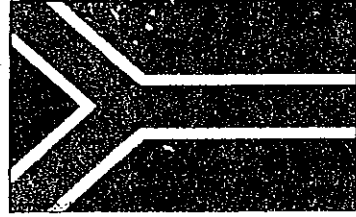
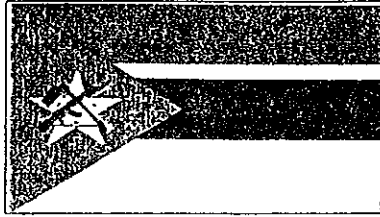
Propõe-se que as negociações com a parte Portuguesa tenham lugar em Julho de 199, quer em Lisboa ou em Maputo, para tratar do seguinte:

- Elaborar a agenda definitiva
- Elaborar o cronograma para as negociações
- Realizar discussões preliminares

Depois deste passo as negociações seriam realizadas a nível ministerial para que tenham todo o peso político que facilitaria e aceleraria a tomada de decisões.

O Governo Moçambicano considera ainda que os processos negociais acima referidos ganharão se a acção movida pela HCB contra a ESKOM for suspensa, solicitando assim o apoio do Governo de Portugal para o efeito.





**CONCEPT PAPER ON
RESTRUCTURING OF
CAHORA BASSA**

CAHORA BASSA

28 May 2002

CAHORA BASSA

Contents

Introduction	2
Objectives	2
Formation of Newco	3
Debt Restructuring	4
Power Offtake Arrangements	6
Concession and Taxation Holiday	8
Operation and Maintenance	8
Financial Analysis	9
Next Steps	10
Newco Assessment	11
Advantages of GOSA's Proposal of HCB Restructuring	12
Benefits for Mozambique	12
APPENDIX	
Appendix 1 – Cahora Bassa Assumptions	13
Appendix 2 – Receipts from Newco	15

1. INTRODUCTION

Following meetings between Minister Erwin, Minister Langa and Minister Diego, a concept paper has been prepared to confirm the issues discussed.

The proposal represents an integrated package of the separate elements defining Newco's commercial and financial structure.

It is GOSA's intention that the concept paper will first be discussed with GOM, and subsequently presented to GOP.

2. OBJECTIVES

GOSA's overriding objective is to ensure that the restructuring can proceed swiftly and result in a strengthening of the technical and financial viability of Cahora Bassa and a realisation of the economic development potential of the Zambezi Valley. It is vital that future electricity prices in Mozambique can exist on a competitive and sustainable basis so as to promote access to electricity and attract power intensive industries. A competitive electricity industry will benefit the region and specifically, the economies of both GOM and GOSA, and will facilitate increased investment.

The proposal has been structured to reconcile the interests of GOM, GOP and GOSA and ensure that the restructuring creates tangible and sustainable value for all stakeholders distributed equitably.

GOSA has structured the proposal on the basis that it will resolve the negotiations and permit the restructuring to be completed on an accelerated basis. It is GOSA's belief that the restructuring can be completed by September 2002.

3. FORMATION OF NEWCO

Creation and Shareholding

It is proposed to form a new special purpose company (Newco) into which the existing HCB assets are transferred.

The shareholding of Newco will be based on the following:

GOM	51%
GOSA	26%
GOP	23%

Newco will be required to make an up-front payment to GOP in consideration of the HCB assets transferred.

Newco will raise funds to finance this up-front payment through a combination of equity and debt from Eskom.

The amount that Eskom will subscribe for the equity will be determined by the valuation of Eskom's stake in Newco. GOSA is willing to write-off the existing ZAR261m debt owing from HCB to GOSA in order to facilitate the financial viability of Newco.

GOP will not be required to make a cash subscription to Newco equity. GOP will convert part of its existing HCB debt to Newco equity.

GOSA is willing to accept that GOM does not pay for its increased equity stake. It is however proposed that GOM receive concession payments, dividends or other payments from Newco as agreed in this document. The result of GOM not paying for equity and receiving its dividend stream (ZAR428m) and normal concession payment of 4% of gross revenue (ZAR107m) will leave GOM in a cashflow positive situation of ZAR535m after 4 years, using the current model assumptions.

Valuation of Newco equity

The valuation of Newco would ultimately be determined by calculating the net present value of the projected dividend stream available to shareholders. It is agreed that a discount rate of 22% nominal in ZAR is appropriate to use as the discount rate.

A common financial model agreed by GOM, GOP and GOSA would be used to calculate the valuation, based on a standard set of assumptions and the final Newco financing plan.

4. DEBT RESTRUCTURING

GOP Debt

The existing debt owed by HCB to GOP will be restructured as follows:

- GOP will receive an up-front payment of US\$221m, (dependant on the USD:ZAR exchange rate at the time of payment) representing the cash proceeds from a combination of equity and debt from Eskom. Newco will issue GOP with a subordinated loan or similar financial instrument. The loan will be Rand denominated zero interest-bearing and will have a 25 year final maturity, repayable in equal semi-annual instalments commencing year 16. The nominal value of the loan is ZAR6.05bn (US\$565.5m) equating to a present value of US\$50m using a 13.07% discount rate. The term of the loan will need to remain subordinated to ensure that Newco's solvency is not affected at any time in the future.
- The balance of debt will be converted to a total of 23% of Newco equity. It is projected that the nominal dividends payable to GOP are ZAR1.5bn (US\$141m) equating to a present value of ZAR405m (US\$38m) using a 13.07% discount rate.

Rehabilitation Debt

GOSA understands from GOM that debt of US\$45.1m (ZAR482.4m) is owed by HCB in connection with the rehabilitation of Cahora Bassa.

Copies of documentation of loan agreements and a schedule of amounts still outstanding at 20 July 2001, provided by GOM to GOSA indicate the sources of the rehabilitation debt are as follows:-

Source	Amount	Outstanding debt (20.07.2001)	Outstanding debt in ZAR (20.07.2001)
French Agency Development	French Francs 90m	French Francs 37.4m	ZAR 55.06m
European Investment Bank	EUR 20m	EUR 15.3m	ZAR 147.2m
European Community	EUR 15m	EUR 7.4m	ZAR 71.4m
Banco BPI	US\$ 24.3m	US\$ 12.2m	ZAR 130.2m
Eskom	ZAR 130m	ZAR 78.5m	ZAR 78.5m

GOSA proposes that the outstanding rehabilitation debt would be assigned to Newco. Lenders' consent would be required for this assignment.

Newco will service the assigned rehabilitation debt in accordance with its existing terms. The Newco financial model will include this debt. As the rehabilitation debt is foreign currency denominated, the currency mismatch with Newco's Rand revenues will need to be assessed. Eskom has agreed to consider refinancing this debt into ZAR.

Newco Debt

It is proposed that GOSA will nominate Eskom to provide a loan to Newco to enable Newco to make the up-front payment to GOP and provide for Newco's working capital requirements.

As a result of Eskom providing the loan, Newco will not need to borrow funds from commercial sources. The following benefits will apply:

- a lower interest rate will apply reflecting Eskom's low credit risk.
- a longer maturity can apply with a repayment profile which will be structured to fit the cashflows of Newco rather than the preferences of commercial financiers for short term amortization.
- the requirements for credit approvals and due diligence of commercial financiers are avoided resulting in a rapid financial close.

The Eskom loan to Newco will be Rand-denominated. It is proposed that the terms of the Eskom loan provide for a 15-year final maturity with repayments structured in accordance with an annuity profile commencing 2 years after initial drawdown.

The interest rate on the loan will be set at a level to reflect Eskom's cost of funds and exposure to Newco. As a proxy an assumption of 13.07% p.a. has been used.

The Eskom loan will be covered with a typical non-recourse project finance security package. Eskom would receive a pledge over the assets of Newco and the agreed project contracts. Debt service of the Eskom loan would be protected through typical agreed financial covenants. Remedies in the event of default would be subject to the joint agreement of GOM, GOP and GOSA. The terms, structure and security for the Eskom loan will need to be agreed with GOM, GOP and GOSA and will need to comply with Eskom's constitution. It is anticipated that both GOM and GOP will need to compare these terms and conditions with possible alternative sources of funding.

When the technical audit on HCB/Newco has been completed, the future working capital requirements can be identified. To the extent that part of the Eskom loan is used to provide working capital, the amount of the up-front payment to GOP will be reduced.

5. POWER OFFTAKE ARRANGEMENTS

It is proposed that the power offtake will be allocated between Eskom and EdM. The same tariff for EdM and Eskom will apply. The non-firm capacity will be proportionately distributed across all offtakers on a pro-rata firm energy offtake basis. EdM's first 200MW will be firm power.

It is the understanding that EdM will be allocated power with an incremental increase from 200MW to 400MW over a period of time provided that:-

- EdM provides Eskom with a six-month¹ notice period for a maximum incremental increase of 20MW up to a maximum allocation of 400MW, in order to facilitate Eskom's long-term planning process. Should EdM require increments of greater than 20MW, these will be negotiated directly with Eskom.
- Should Eskom not plan for the additional power requested by EdM in its system planning GOM cannot expect Eskom/GOSA to purchase this power should EdM fail to use the power. However Eskom will have the first right of refusal to purchase the power at the existing Newco rate.
- Power will be supplied from Newco to EdM on a take or pay basis to ensure the financial viability of Newco.

- In meeting Mozambique's electricity requirements, supply to existing power purchase contracts within Mozambique currently serviced by Eskom, will be precluded.
- EdM cannot sell Cahora Bassa power to existing Eskom clients.

It is proposed that at the conclusion of ZESA's 500MW contract in 2003, the contract be transferred to Newco. The 500MW offtake would be allocated to Eskom. This is in line with the existing contract that exists between HCB and Eskom. Eskom will enter into negotiations with Newco when the ZESA contract ends to agree the terms. The negotiations will take into account the following :-

- Eskom's undertaking to enter into negotiations in good faith to supply ZESA directly with 500MW at a reasonable tariff with no major escalations.
- The existing agreement between HCB and Eskom.
- Financial viability of Newco

The prime reason for this arrangement is to ensure Newco is not exposed to ZESA risk. If ZESA defaults:-

- Newco will have cashflow problems.
- Eskom may not be able to purchase the ZESA allocation as their system planning will not include this power.
- Eskom will be exposed directly to ZESA without being able to manage this risk as Eskom is assuming all the new debt of Newco and will consider re-financing the rehabilitation debt.

It should be noted that notwithstanding ZESA's current payment record, no international lenders, including the bi-lateral and multi-lateral organisations are lending to Zimbabwe because of the severe political uncertainty.

Eskom will enter into a 20 year PPA subject to agreement on the final tariff profile, plant condition and quality of supply. The PPA will be consistent with current international practice for IPPs and will define the basis for tariff payment over the full term of the PPA. The PPA will also contain standard clauses designed to provide reassurance to the offtaker as to the quality of supply.

The tariff will be denominated in ZAR. The PPA terms is to be set at a level to enable competitive electricity prices in Mozambique to promote access to electricity and attract power intensive industries.

A tariff of ZAR5¢/kWh and an escalation of 5.5% have been selected as the agreed average tariff over the term of the PPA and is used for the purposes of illustrating the financial impact on Newco on the basis that the projected tariff revenue is then consistent with the financial viability of Newco. An escalation review trigger will be instituted after year 12. The trigger will occur if the RSA CPI as published by the SARB is more than 10% (lower) / higher than 5.5% for two consecutive years. If this occurs the annual tariff increment of 5.5% will (decrease) / increase to 90% of the average RSA CPI over these two consecutive years.

6. CONCESSION & TAXATION HOLIDAY

GOM will provide a 25 year concession to Newco, with an option for renewal.

The Concession will include the right to develop the North Bank, in addition to water rights, land access rights and any other rights and obligations required for the commercial operation of the asset. Newco has the ability to invest in North Bank. Mepanda Uncua will be subject to a separate negotiation with Eskom.

It is not possible to calculate the value of the North Bank expansion project until a detailed feasibility study and an implementation plan has been agreed. It is proposed that the Concession Agreement will provide for a concession fee to be negotiated and mutually agreed prior to the implementation of the project. It is envisaged that Newco will be able to finance the North Bank expansion project and related transmission infrastructure through a raising of debt and equity finance.

The Concession Fee of 4% of gross revenue will be payable starting from year 1 and a corporate taxation rate of 35% will apply after a 10-year tax holiday. This has been agreed by GOSA on the understanding that the final amount of such payments will be consistent with the financial viability of Newco.

7. OPERATIONS AND MAINTENANCE

GOM, GOP and GOSA will jointly agree the structure of the operations and maintenance ("O&M") of Newco. GOSA expects that Eskom will have an involvement and influence in the O&M structure. However, none of GOM, GOP and GOSA may unilaterally impose decisions against the other parties.

The O&M arrangements should support the long-term technical viability of Newco to ensure performance. A technical and hydrological audit will be undertaken to assess the operation of the plant and provide guidance as to future O&M expenditure.

8. FINANCIAL ANALYSIS

A financial model has been developed for Newco, which assesses the impact of alternative tariffs. The financial structure of Newco is based on the principles outlined in Section 4 – Debt Restructuring with the level of the up-front payment to GOP fixed at US\$221m (depending on the USD:ZAR exchange rate at the time of payment). Restructuring costs of ZAR50m has been provided for in the financial model in addition to the upfront payment to GOP and the rehabilitation debt. The tariff has been selected to be consistent with Newco having a comfortable capacity to service its debt.

At a tariff of ZAR5¢/kWh, Newco is capable of servicing the Eskom loan, with the debt service coverage ratio at a level comparable with benchmarks applied by commercial financiers.

The equity valuation of Newco is set out in the table calculated at a 22% nominal discount rate, together with the allocation between GOM, GOP and GOSA in line with the Newco equity structure outlined in Section 3 – Formation of Newco. The nominal value of dividends is also calculated for each shareholder.

Table : Financial Analysis Results

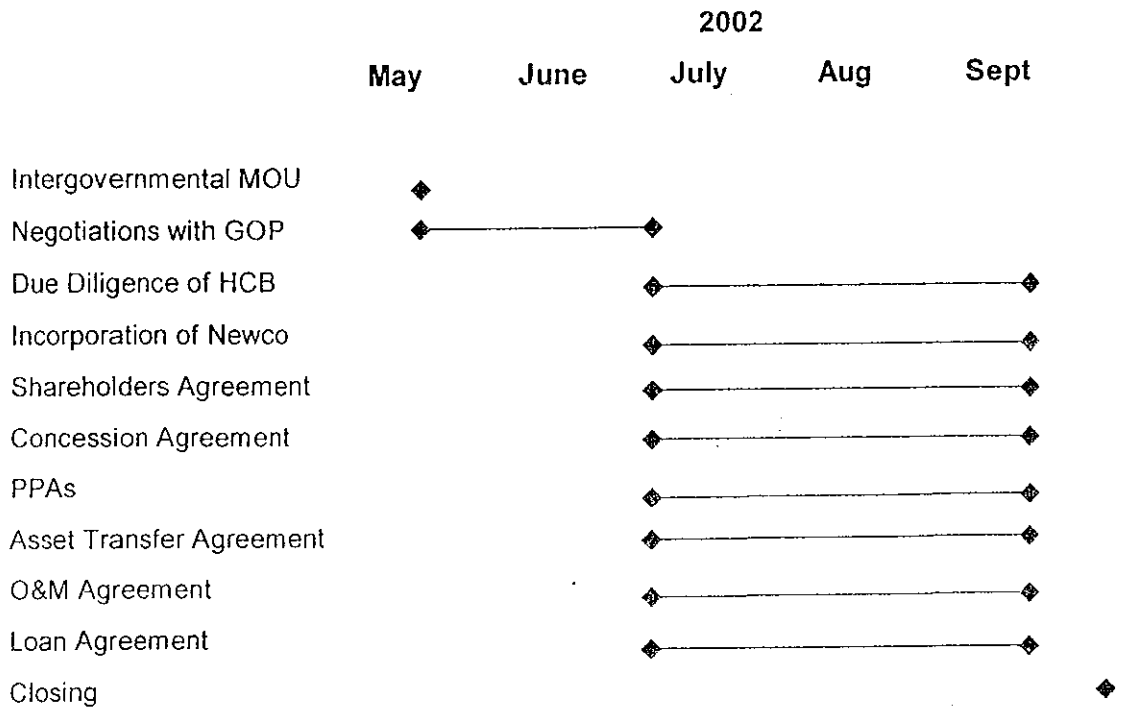
		ZARm / US\$m
Initial tariff (ZAR¢/kWh escalated @ 5.5%p.a.)		5.00
100% Equity valuation @ 22% nominal discount rate		1,067 / 100
Eskom Equity Cash Subscription		277 / 26
Newco	Eskom loan	2,088 / 195
Debt	Rehabilitation Debt GOM Guaranteed	482 / 45
Total Asset Value of Newco		3,641 / 340
Subordinated Loan / Financial Instrument (nominal value)		6,054 / 566
Minimum Debt Service Coverage Ratio*		1.40
Nominal Dividends (ZAR m / US\$ m)		
GOSA: 26% Shareholder		1,703 / 159
GOP: 23% Shareholder		1,507 / 141
GOM: 51% Shareholder		3,341 / 312
Allocation of equity valuation		
GOSA: 26% Shareholder		277 / 26
GOP: 23% Shareholder		246 / 23
GOM: 51% Shareholder		546 / 51
* Note: Minimum debt service coverage ratio implies the minimum number of times the debt obligation for the period can be covered by operating revenue for the period USS converted at an exchange rate of 10.71 ZAR : 1 USS These results assume that cashflow from Zesa is equivalent to a tariff of ZAR5¢/kWh based on the uncertainty regarding Zesa ability to service its bills in foreign currency.		

The assumptions used in the model are attached as Appendix 1.

9. NEXT STEPS

- (i) Conclusion of an MOU between GOM and GOSA.
- (ii) Agreement between GOM, GOP and GOSA on a common financial model based on a set of assumptions, a finance plan for Newco and equity valuation methodology.
- (iii) Validation of existing HCB debt.
- (iv) Audit of HCB assets (Financial, Operational, Technical, Managerial, Ancillary Assets)
- (v) Finalisation of Commercial Arrangements (PPA, O&M, Transfer of Assets)
- (vi) Clarification concerning rehabilitation debt.
- (vii) Finalisation of Agreements:
 - inter-governmental MOU
 - incorporation of Newco
 - Shareholders' Agreement
 - Concession Agreement
 - PPAs
 - Asset Transfer Agreement
 - O&M Agreement
 - Loan Agreement

Proposed Implementation Schedule



Upon agreement on this concept paper, GOM and GOSA can quickly proceed to agreeing an MOU to confirm the common understanding. Audit of HCB should proceed as a matter of urgency. Simultaneously, the project contracts can be negotiated and finalised. As no external commercial finance is required, it is possible that closing of the restructuring can occur by the end of September 2002.

10. NEWCO ASSESSMENT

The concept paper provides for Newco to be technically and financially viable based on the following integrated package:

- a conservative financial structure resulting from the Eskom equity subscription and Eskom loan
- a 20 year PPA with Eskom based on a ZAR5¢/kWh tariff with subsequent escalation at 5.5% p.a.
- a 25 year concession including North Bank in addition to Cahora Bassa.
- a jointly agreed O&M structure.

11. ADVANTAGES OF GOSA's PROPOSAL OF HCB RESTRUCTURING

- the restructuring can be quickly completed without the need to involve commercial financiers. GOSA/Eskom is providing 100% of the funding required to make the payment to GOP
- the terms of the loan proposed to be provided by Eskom are very attractive compared to the terms available from commercial financiers both with respect to cost and maturity
- the cost of completing the restructuring will be significantly lower as a result of avoiding the legal and other third party costs associated with commercial financiers' due diligence
- the financial structure of Newco is robust based on the projected tariff
- GOM is entitled to a prospective dividend stream of US\$312m (Refer to Appendix 2 – Receipts from Newco for a present value allocation of benefits to shareholders.)
- firm offtake arrangements are entered into in respect of Cahora Bassa by Eskom for a 20 year period which adds considerably to the financial viability of Newco
- Newco's strong financial position will accelerate implementation of the North Bank expansion project and related transmission infrastructure. Further significant dividend income and concession fees will be earned by GOM
- an improved operations and maintenance structure for Newco can be implemented with efficiency benefits and a strengthening of technical performance.

12. BENEFITS FOR MOZAMBIQUE

- Significant ownership in Newco
- Unlocking development potential of the Zambezi Valley with attendant benefits on poverty alleviation (through employment generation, education, health facilities, better infrastructure, etc.)
- Facilitating access to electricity to as many Mozambicans as possible
- Transfer of technical know-how to Mozambicans
- Better environmental management of the Zambezi Valley
- Receiving tangible financial benefits from the Cahora Bassa Project in terms of Concession Fees and Tax revenue

Appendix 1 – Cahora Bassa Assumptions

General Assumptions		
Base Modelling Currency	ZAR	
Project timing – Commencement date of restructured HCB	1 January 2003	
Concession / Evaluation period	25 years	
ZAR : USD Rate	10.7055 : 1	
ZAR : Euro Rate	9.6519: 1	
ZAR : FFR Rate	1.4723: 1	
Taxation	35% after a 10-year tax holiday	
Concession fee	4% of gross revenue	
Outstanding Rehabilitation Debt	US\$ 45.1 m	
Interest on Deposits	9.55%	
Plant Information		
Gross Plant Capacity	2,000 MW	
Net Capacity Available (Eskom, ZESA, EdM)	1,406 MW (70.3%)	
Net Energy Available	12,319 MWh	
Allocation of Gross Plant Capacity		
(non firm power to be allocated prorata)	Until 2003	Post 2003
Eskom (in MW)	1,275	1,675
Edm (in MW)	400	400
Zesa (in MW)	400	0
Tariff Profile Eskom & EdM		
Initial Tariff	ZAR5¢/kWh	
Tariff Escalation	5.5% p.a.	
Tariff Profile Zesa		
Initial Tariff	US\$1¢/kWh	
Tariff Escalation	2.5% p.a.	
Costs		
Operating & Maintenance Cost	ZAR 104m p.a. escalated at 5.5% p.a.	
Restructuring Costs*	ZAR 50m	
Commercial Loans		
Loan Tenor	15 years	
Grace Period	2 year	
Interest Rate	13.07%	
Repayment Profile	Semi-annual annuity basis	

* Restructuring costs of ZAR 50m is a once off cost allocated to cover initial costs such as:-

- establishment costs of Newco (e.g. legal, technical and financial advisers fees)
- minor maintenance
- feasibility studies

The following assumptions have been made:-

- It is important to note that the 500MW contracted to ZESA at US\$1¢/kWh although Eskom have informed us that ZESA currently only use 400MW. Our model assumes only 50% of ZESA revenue is received. We believe this is prudent due to Zimbabwe's foreign currency crisis and current arrears position with Eskom. Lending banks may discount this revenue stream totally if required to assess Newco's financial viability.
- ZESA's allocation reverts to Eskom after 2003.
- Cahora Bassa has a gross capacity of 415MW x 5 however the fifth generator is providing non-firm power due to seasonal water level fluctuating and planned maintenance. The non-firm capacity will be proportionately distributed to both Eskom and EdM on a pro-rata firm energy offtake basis.
- EdM has been allocated an additional 200MW however the allocation will be subject to incremental demand requirements. This does not impact on the results as EdM and Eskom have the same tariff base.

Appendix 2 – Receipts from Newco

Receipts from Newco NPV (ZARm)

	ZARm	%
GOP - dividends	405	15
GOSA - dividends	458	17
GOM - dividends	898	33
- taxation	702	26
- concession fees	<u>276</u>	<u>10</u>
	2 739	100%